UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

Prática de Ensino Supervisionada.
Curso Geral de Artes Visuais
Educação Visual (7º e 9º anos)

Tânia Sofia Gomes Correia

Relatório para a obtenção do Grau de Mestre na especialidade de
Ensino das Artes Visuais no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário
(2º ciclo de estudos)

Escola EB1 Afonso de Paiva
Agrupamento de Escolas – Castelo Branco

Orientadores Científicos: Profª. Doutora Fátima Oliveira Caiado
Prof. Doutor António Bacelar
Orientador Cooperante: Profª. Maria Graça Gil

Covilhã, Junho de 2011

Dedicatória

Para a minha irmã,

"Posso ter defeitos, viver ansioso
e ficar irritado algumas vezes mas
não esqueço de que minha vida é a
maior empresa do mundo, e posso
evitar que ela vá à falência.

Ser feliz é reconhecer que vale
a pena viver apesar de todos os
desafios, incompreensões e períodos
de crise.

Ser feliz é deixar de ser vítima dos
problemas e tornar-se um autor
da própria história. É atravessar
desertos fora de si, mas ser capaz de
encontrar um oásis no recôndito da
sua alma.

É agradecer a Deus a cada manhã
pelo milagre da vida.

Ser feliz é não ter medo dos próprios
sentimentos.

É saber falar de si mesmo.
É ter coragem para ouvir um "não".
É ter segurança para receber uma
crítica, mesmo que injusta.

Pedras no caminho?
Guardo-as todas, um dia vou construir
um castelo…"

"A Coragem de Pessoa" - *Fernando Pessoa*

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais pela presença, apoio, carinho, dedicação e paciência que demonstraram. Ao meu noivo Miguel que me acompanhou em todos os momentos da vida tornando-a desta forma numa pintura invisível, que só é perceptível através do coração, dos sonhos e da feliz realidade partilhada por momentos inesquecíveis.

A todos os meus professores que de um modo em geral contribuíram para a minha formação como futura professora, particularmente ao Prof. Doutor António Bacelar, pela coragem e cuidado no cargo desempenhado. Ao Prof. Doutor Francisco Paiva pelo acompanhamento e compreensão prestados ao longo do ano.

A todos, o meu sincero obrigado.

Agradeço ainda a todos aqueles que contribuíram para que a realização deste trabalho fosse possível.

Aos meus amigos, em especial ao Pedro Loureiro, à Fátima Maia, Ricardo Sousa, Nuno Ramos e Bruno Costa Florindo pelo apoio que me deram, aos meus colegas de estágio, Cristina Alves e Victor Reis, que contribuíram também para a concretização deste trabalho.

À Professora orientadora Maria Graça Gil pela direcção e esclarecimentos prestados durante a prática do ensino supervisionada, desde a sua pesquisa, à ajuda a nível teórico e prático no que concerne à prática lectiva.

Finalmente, quero agradecer à Profª Doutora Fátima Caiado, pela dedicação, compreensão e nobreza de carácter demonstrado durante a realização deste relatório, sem o qual seria inegavelmente mais complexa a concretização do mesmo.

Resumo

O presente relatório foi elaborada como parte integrante da Unidade Curricular *de Estágio Pedagógico,* do Mestrado em Ensino das Artes Visuais no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, reflectindo o percurso formativo seguido pela professora orientadora do estágio e reflexão sobre os desafios, processos e desempenhos do quotidiano profissional experienciado.

Assim, o relatório apresentado, divide-se em quatro capítulos, em que: no primeiro se expõe uma breve descrição do percurso académico e profissional da professora estagiária, indo ao encontro do seu *curriculum vitae*, tendo em linha de conta os aspectos enquanto trabalhador/estudante; o segundo capítulo apresenta o enquadramento teórico-conceptual no que diz respeito à disciplina em estudo (Educação Visual no 3º ciclo – 7º e 9º ano); o terceiro capítulo apresenta a caracterização da escola e as relações da escola com a comunidade, tendo em consideração os aspectos fulcrais para o ensino das Artes Visuais; por último, no capítulo quatro, são enumeradas e descritas as actividades desenvolvidas ao longo das aulas alvo de avaliação. O mesmo capítulo apresenta de forma descritiva os resultados obtidos, e aponta possíveis melhorias para a prática lectiva.

Todo o relatório, apresenta a Prática de Ensino Supervisionada, especialmente nas actividades desenvolvidas e na reflexão crítica de alguns momentos de aprendizagem do professor estagiário em função dos desafios e das estratégias adoptadas.

Com a Prática de Ensino Supervisionado, o professor enquanto estagiário irá adquirir uma maior preparação para ultrapassar obstáculos que forem surgindo no dia-a-dia na turma ou nas turmas que futuramente irá acompanhar, contribuindo para a melhoria do Ensino-Aprendizagem.

Palavras-chave

Prática de Ensino Supervisionada, Educação Visual, escola, comunidade, actividades desenvolvidas, Ensino-Aprendizagem.

Abstract

The present report was made as part of the Teaching Practice Course Supervised Master's in Teaching Visual Arts in the 3rd cycle and the Elementary and Secondary Education, it reflects the training route followed by the teacher guiding and challenge deep reflection about processes and performances of everyday life professional experience.

Thus, the thesis presented here, is divided in four chapters; in the first it is exposed a brief description of the student route meeting his Curriculum vitae as a part of the student/worker perspective. The second chapter presents the theoretical and conceptual framework with regard to the subject under study (3rd cycle-7 and 9th years Visual Education). The third chapter presents the school characteristics and the school/community relationship, taking into consideration the Visual Arts teaching key aspects. Finally, in chapter four are listed and described the target evaluation class activities, and gives in a descriptive way the results and points to possible improvements to teaching.

The entire report presents the Supervised Practice Teaching, especially in the activities and critical reflection concerning some moments of student /teacher learning as a function of the challenges and strategies adopted.

With Supervised Teaching Practice, the trainee teacher will acquire a greater awareness to overcome obstacles that may arise in day-to-day classes or in future classes, contributing to the teaching and learning improvement.

Key Words

Supervised Teaching Practice, Visual Education, school, community activities, Teaching and Learning

Índice

Introdução 1

CAPÍTULO I: FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL DA PROFESSORA ESTAGIÁRIA.

I.1. Breve apresentação do Curriculum Vitae..... 3

CAPÍTULO II: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

II.1. Regulamentação Oficial Nacional. Planos de Estudos e Programas das disciplinas..... 5

II.1.1. Disciplinas na sua organização vertical e horizontal..... 10

II.1.2. Transversalidade de conhecimentos e competências no Ensino Básico..... 11

CAPÍTULO III: CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO/ESCOLA E COMUNIDADE- ASPECTOS RELEVANTES PARA O ENSINO DAS ARTES VISUAIS

III.1. História, Missão, visão, valores, ranking nacional..... 13

III.1.1 Missão, visão e valores..... 16

III.1.1.1 Insucesso escolar: problemas prioritários, plano de acção e estratégias..... 18

III.1.1.2 Alunos: competências gerais, transversais e essenciais..... 19

III.1.2 RANKING, de acordo com os exames nacionais do 9ºano..... 20

III.2. Colectividades/Empresas da Região – Associadas, com impacto directo na área das Artes Visuais na Escola..... 21

III.3. Relação da Escola com a Comunidade envolvente..... 22

III.4. Caracterização dos infra-estruturais disponíveis para a área das Artes Visuais.....23

III.5. Caracterização da Turma – 9º 2.....26

III.5.1. Aspectos socioculturais que condicionem a aquisição de competências na área das Artes Visuais.....31

CAPÍTULO IV: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS, RESULTADOS OBTIDOS, REFLEXÃO CRÍTICA E APRESENTAÇÃO DE EVENTUAIS PROPOSTAS DE MELHORIA

IV.1. Actividades desenvolvidas.....33

IV.1.1. Educação Visual. Programa do Ministério da Educação e Orientações educativo/curriculares da escola.....36

IV.1.2. Estratégias e avaliação da intervenção. Justificação da sequenciação das aulas e restantes actividades.....45

IV.2. Resultados obtidos.....47

IV.3. Reflexão crítica e propostas de melhoria..... 58

Conclusão..... 59

Bibliografia 65

Documentos Oficiais 67

Netgrafia 69

Lista de Figuras..... 71

Lista de Tabelas 73

Anexos..... 75

Apêndices..... 329

Lista de Acrónimos

UBI	Universidade da Beira Interior
PES	Prática de Ensino Supervisionada
CCE	Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias
PETIZ	Projecto Educativo a Tempo Inteiro
IPJ	Instituto Português da Juventude

Introdução

No âmbito dos cursos de formação de Professores da Universidade da Beira Interior, Mestrados em Ensino, a Prática de Ensino Supervisionada (PES) consiste num estágio profissional complementando os conhecimentos científicos, pedagógicos e didácticos, entendidos no sentido geral de competências, capacidades, valores e atitudes que permitem ao futuro professor ser capaz de lidar com os seus alunos.

A docência está a tornar-se, cada vez mais, uma profissão complexa, com o aumento do nível de exigência para com os docentes e com os desafios lançados por uma sociedade em constante mutação. Baseada em estudos a nível Europeu, sobre a formação académica e profissional dos docentes, no intuito de Melhorar a Qualidade da Formação académica e profissional dos Docentes, a *Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias* (CCE) ao Conselho e ao Parlamento Europeu (Agosto de 2007) afirma que é importante e urgente que: os docentes reflictam sobre a sua prática pedagógica de forma sistemática; efectuem estudos ou investigação com base na sua prática pedagógica e integrem, na sua prática pedagógica, os resultados dos estudos realizados, tanto de carácter académico como baseados na sua prática; avaliem a eficácia das suas estratégias pedagógicas e as modifiquem em conformidade; e realizem uma avaliação das suas próprias necessidades de formação.

Com isto, a CCE, admite ser de igual modo importante a formação científica e a formação profissional. Desse modo os futuros docentes poderão experienciar, reflectir, aprender, apreender e concretizar uma experiência que permitirá desenvolver competências educacionais e pedagógicas, num paradigma de Formação Contínua.

O aluno, enquanto professor estagiário, ao acompanhar as aulas do professor orientador, está a fortalecer a própria aprendizagem, por exemplo, observará de que forma deverá acompanhar os alunos, quais as melhores estratégias para ter em consideração quando leccionar as aulas assistidas, …. Nessa altura deve ser capaz de demonstrar competências e valores, tais como, autonomia, espírito crítico e auto-crítico.

O professor estagiário deve ser capaz de planear uma nova unidade de trabalho, criando actividades e estratégias a aplicar nas suas aulas, tendo em conta as competências que os alunos devem alcançar.

É perfeitamente normal que surjam dificuldades na aquisição dessas mesmas competências por parte dos alunos, cabe assim ao docente criar novas estratégias mais adequadas à turma ou, se necessário, ao aluno em particular, para que estes desenvolvam de igual modo o entendimento da unidade curricular. O docente deve ainda deixar que a experiência vivenciada pelo aluno se transforme num pressuposto para a leccionação da matéria, incentivando desse modo os alunos a repensarem essa experiência do quotidiano e adequarem-na à disciplina em causa.

Assim, o presente relatório divide-se em quatro capítulos, em que: no primeiro apresenta-se uma breve apresentação do percurso do aluno estagiário; no segundo faz-se um

enquadramento teórico-conceptual no que diz respeito à disciplina em estudo; no terceiro capitulo, caracteriza-se a escola e a comunidade; quarto e último capítulo descreve as actividades desenvolvidas ao longo da Prática de Ensino Supervisionada.

Capítulo I

I.1.Breve apresentação do Curriculum Vitae

Tânia Sofia Gomes Correia, autora deste relatório, nasceu, a 31 de Agosto de 1985, em Oliveira de Azeméis.

Frequentou o ensino secundário na Escola Secundária Dr. Serafim Leite, em São João da Madeira, no ramo de Artes Plásticas – Carácter Geral.

Em 2004, entrou na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, onde frequentou o curso de Artes Plásticas – Pintura. Em 2008 concluiu o mesmo, com o grau de Licenciatura.

Apesar da Pintura ser a sua prioridade, apercebeu-se, ainda durante a Licenciatura, do gosto pela educação pelas Artes e nas Artes, tendo, agora, como preocupação a obtenção da profissionalização. É de referir que em 2007, é convidada por parte da Escola Básica do 1º Ciclo dos Ribeiros em São João da Madeira com o intuito de abordar uma aula sobre maquetas, inserindo o tema "Serviços Sociais" a alunos do quarto ano. Em 2008/2009 através do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude de Santa Maria da Feira, pertencente á Câmara Municipal da cidade, deu aulas extra-curriculares de Artes Plásticas, tendo sido admitida na função de Professora de Artes Plásticas do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Pela gratificante experiência obtida nas aulas extra-curriculares, em 2009/2010 concorreu ao projecto PETIZ conduzido pela Universidade de Aveiro, onde continuou a manter contacto com a docência tendo em conta as aulas extra-curriculares.

É ainda em 2010 que concorre à Universidade da Beira Interior a fim de obter o Grau de Mestre em Ensino das Artes Visuais no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

No ano lectivo 2010/2011, no segundo ano de Mestrado, é feito o apuramento entre os alunos estagiários, para as escolas que têm protocolo com a Universidade da Beira Interior. Passa, então, a conhecer a escola onde irá estagiar - Escola Afonso de Paiva. Rapidamente concorre, em Setembro de 2010, à oferta de escola na região de Castelo Branco, tendo sido seleccionada para a substituição de uma professora na escola Faria de Vasconcelos [Apêndice I].

CAPÍTULO II

II.1. Regulamentação Oficial Nacional. Planos de Estudos e Programas das disciplinas

Em Portugal, foi a partir do século XVI que o ensino passou a ser ministrado em moldes semelhantes aos actuais, em mosteiros e colégios, geridos por ordens religiosas. Em 1561, a frequência destes locais passa a ser obrigatória para se poder aceder ao ensino universitário (Universidade de Coimbra).

Só no final do século XVIII, devido às reformas introduzidas pelo Marquês de Pombal, o ensino passa a ser da responsabilidade do Estado, tendo uniformizado os currículos e tendo-o tornado acessível a todos os cidadãos.

Em 1836, depois do estabelecimento do Liberalismo em Portugal, é criado o Ensino Liceal, sendo a sua duração de quatro anos.

A partir de 1872, o curso nos liceus de 1ª classe passam a ter seis anos, mantendo-se em quatro anos, nos liceus de 2ª classe.

Em 1880 ambos passam a ter a duração de seis anos, sendo que os dois últimos anos são divididos em dois ramos: o das letras e o das ciências.

A actual organização do Ensino Secundário e a parte final do Ensino Básico ainda tem por base a reforma instituída por João Franco e Jaime Moniz, no ano de 1895. Nesta reforma, o Ensino Liceal passou a estar divido em dois cursos: o Curso Geral de cinco anos e o Curso Complementar de dois anos. O Curso Geral, no ano de 1905, volta a sofrer uma nova divisão, passando a ser constituído pelo 1º e 2º ciclos, e o Curso Complementar passa a ter duas vias de ensino: letras e ciências.

Salienta-se que, até então, só seguia o Ensino Superior quem frequentasse o Ensino Liceal. Como forma de possibilitar, aos alunos menos abastados, a possibilidade de terem uma formação especializada de nível intermédio, foi criado o Ensino Técnico de carácter mais prático e vocacional.

Em 1948, são publicados novos estatutos para o Ensino Liceal e Técnico, passando os mesmos a serem designados por Ensino Secundário. Assim, o Ensino Liceal passou a ser constituído por um 1º ciclo, com dois anos; o curso geral, com três anos e o curso complementar com dois anos. O Ensino Técnico passa a ficar dividido por 2 graus: o 1º grau ou ciclo preparatório, com dois anos e o 2º grau até quatro anos, com cursos nas áreas dos serviços, formação feminina, indústria e artes.

Em 1967, surge uma nova reforma que funde o 1º ciclo do Ensino Liceal com o 1º grau do Ensino Técnico dando origem ao Ciclo Preparatório do Ensino Secundário. Para além disso, o Ensino Técnico sofre uma nova reorganização, passando a ter um curso geral de três anos e um curso complementar de dois anos.

A primeira Lei de Bases do Sistema Educativo foi publicada em 1973, previa a fusão do Ensino Liceal com o Ensino Técnico. Esta lei foi implementada um ano mais tarde na sequência

da revolução do 25 de Abril, tendo os liceus e escolas técnicas sido transformados em escolas secundárias, tendo sido o Ensino Técnico abolido dois anos mais tarde. Ainda no ano de 1975, é criado o Serviço Cívico com a duração de um ano, entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior, como forma de limitar o acesso ao Ensino Superior.

Em 1976 e até 1981 é implementado o Ensino Secundário Unificado. Este era constituído pelo curso geral – 7º, 8º e 9º anos e pelo curso complementar – 10º e 11º anos. No ano de 1977, o Serviço Cívico é substituído pelo Ano Propedêutico, que em 1981 é transformado no 12º ano.

Em 1983 é feita uma reestruturação no ensino artístico, com o Decreto-lei n.º 310/83, de 1 de Julho, que estabeleceu a integração dos docentes desta área, nas escolas públicas.

Em 1986, o ensino sofre uma nova reestruturação que é publicada na actual Lei de Bases do Sistema Educativo. O curso geral do Ensino Secundário passa a designar-se por Ensino Básico (3º ciclo); o curso complementar e o 12º ano passam a constituir o novo Ensino Secundário.

Em 1986, o Ensino Básico passou a ser obrigatório e gratuito, com duração de 9 anos divididos em 3 ciclos (1º ciclo - 1º ao 4º ano; 2º ciclo – 5º e 6º anos; 3º ciclo – 7º ao 9º ano).

Em 1989, foi feita uma reforma curricular para o Ensino Básico e Secundário, através do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, aplicada a partir do ano lectivo de 1989/90. No entanto, os professores, a administração educativa e a sociedade em geral identificaram um conjunto de problemas e insuficiências no Ensino, devido à massificação, que se verificou no Ensino Secundário.

Assim sendo, e com o intuito de encontrar soluções para os problemas identificados, o Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, lançou, no ano lectivo de 1996/97, o Projecto de *reflexão participada sobre os currículos do ensino básico*. Essa reflexão deu origem a um documento orientador com o título "Desenvolver, Consolidar, Orientar". A análise do documento apontava para sérios problemas na Escola Básica, destacando-se a evidente dificuldade no cumprimento da escolaridade obrigatória, de nove anos, por uma percentagem elevada de alunos.

Em 1998, o Ministério da Educação sintetiza, no *documento orientador das políticas para o ensino básico*, os aspectos que a organização curricular deveria considerar em cada ciclo.

Nos anos civis de 1999 e 2000, a oferta para o ensino artístico aumenta passando a fazer parte curricular dos Cursos Gerais (agrupamento 2 – ARTES), Cursos do Ensino Artístico Especializado, Cursos Tecnológicos, Cursos Profissionais e dos Cursos do Ensino Recorrente.

Em Março de 2000 foi apresentada uma proposta, que após prolongada discussão pública, deu origem ao Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro, consagrando uma nova organização curricular a partir do ano lectivo de 2001/2002.

Até aqui, o Ensino Secundário era facultativo, servindo de transição para uma Formação Académica Superior. No entanto, a partir de 2009, na sequência da Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto, o Ensino Secundário passou a ser universal, gratuito e obrigatório.

A 2 de Fevereiro de 2011 foi publicado, em Diário da República, o Decreto-Lei nº18/2011, cujo objectivo seria alterar o Decreto-lei nº6/2001 [Anexo II]. Segundo o Conselho de Ministros, este decreto-lei introduziria melhorias e aperfeiçoamentos na organização do currículo e das aprendizagens, procedendo à flexibilização da organização dos tempos lectivos dos 2º e 3º ciclos; à eliminação da área de projecto do elenco das áreas curriculares não disciplinares e à reorganização dos desenhos curriculares dos 2º e 3º ciclos. A 3 de Março de 2011 é revogado, na Assembleia da República, o decreto-lei da Reorganização Curricular do Ensino Básico.

A organização curricular, actualmente em vigor, é definida no Currículo Nacional. Este não é mais do que um conjunto de documentos de diferentes áreas, onde são definidas o conjunto das aprendizagens que os alunos realizam, o modo como estão organizadas, o lugar que ocupam e o papel que desempenham no percurso escolar, ao longo do ensino básico.

O currículo do Ensino Básico diz respeito ao conjunto das aprendizagens que os alunos realizam, ao modo como estão organizadas, ao lugar que ocupam e ao papel que desempenham no percurso escolar ao longo do ensino básico. [cf. http://www.dgidc.min-edu.pt/ensinobasico]

Antes desta nova abordagem no Ensino, era comum pensar-se em programas disciplinares, como sendo um conjunto de conteúdos e sugestões de processos didácticos, que os professores seguiam e obrigavam-se a cumprir. O novo currículo permite a possibilidade de gestão de conteúdos e de implementação de experiências educativas, por parte dos professores, de acordo com os alunos e contextos diferenciados, levando-os a adquirirem competências. Essas aprendizagens e competências encontram-se indicadas nas orientações curriculares aprovadas pelo Ministério de Educação. Essas orientações estão explicitadas em termos das competências essenciais, quer transversais, quer específicas das diversas disciplinas e em experiências de aprendizagem que todos os alunos devem ter oportunidade de usufruir no seu percurso escolar, ao longo do Ensino Básico. Para além destes aspectos, esta explicitação deve contribuir para promover uma efectiva articulação entre os vários ciclos do Ensino Básico e deste com o Secundário.

A nova visão de currículo pressupõe que o papel da escola e dos professores não se situa essencialmente no terreno da execução, mas nos da decisão e da organização.

Por sua vez, a gestão curricular, por parte da escola, processa-se ao nível da própria escola, da turma e do professor.

Quando a instituição Escola, dentro dos limites estabelecidos a nível nacional, decide sobre a organização das diversas áreas e disciplinas do currículo, as cargas horárias, os tempos lectivos, a distribuição do serviço docente, entre outros, está, no fundo, a definir o seu próprio projecto curricular.

> *"…é a forma particular como cada escola assume o seu conjunto de opções e prioridades de aprendizagem, delineando os modos estratégicos de as pôr em prática, com o objectivo de melhorar o nível e a qualidade de aprendizagem dos seus alunos."* Roldão (1999)

O Projecto Curricular é um instrumento que faz parte do **Projecto Educativo da Escola**, constituindo um documento onde estão definidas as opções educativas da própria Escola. A sua execução parte de uma realidade, de um contexto e procura encontrar caminhos que se adeqúem à situação real da mesma, tendo em conta as potencialidades e os constrangimentos existentes.

> *"A autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas orientam-se pelos princípios da igualdade, da participação e da transparência."*
>
> *"... Projecto educativo — o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento se propõe cumprir a sua função educativa,"* Decreto – lei n.º75/2008 de 22 de Abril [Anexo I]

A escola tem presentemente o papel de reforçar ou criar uma verdadeira cultura de gestão curricular e uma cultura interdisciplinar, que é um elemento determinante para o sucesso da mudança proposta na nova lei de bases.

Os professores também constituem um elo fundamental na gestão do currículo, pois é a eles que cabe a responsabilidade de tomar as decisões adequadas e de conduzir o trabalho concreto com os seus alunos, enquadrado pelos órgãos colectivos em que está integrado.

> *"…é a forma particular como, em cada turma, se reconstrói e se apropria de um currículo face a uma situação real, definindo opções e intencionalidades próprias, e construindo modos específicos de organização e gestão curricular, adequados à consecução das aprendizagens que integram o currículo para os alunos concretos daquele contexto."* Roldão (1999)

É nesta base que surge o **Projecto Curricular de Turma.**

Depois dos departamentos estabeleceram os critérios gerais para a organização e sequenciação dos conteúdos e actividades e depois de clarificarem os pré-requisitos de cada unidade didáctica, definem as aquisições básicas e explicitam as condições necessárias à sua concretização.

Em seguida, nos conselhos de turma são estabelecidas as orientações gerais a seguir pelos docentes das várias disciplinas, são traçadas estratégias de ajuda pedagógica diferenciada mais adequada à turma e a grupos específicos de alunos, tais como, por exemplo, alunos com necessidades educativas especiais, e são planificadas as actividades conjuntas dos docentes.

Cabe depois a cada docente, tendo em conta todas as orientações descritas no conselho de turma, planificar e desenvolver a sua acção, tendo em conta a especificidade das actividades das matérias dos alunos e o seu próprio estilo docente.

Para além destas alterações, na Educação, com a nova Lei de Bases do Sistema Educativo, o currículo e a avaliação passaram a ser componentes integradas de um mesmo

sistema e não sistemas separados, isto porque a avaliação pressupõe interpretação, reflexão, informação e decisão sobre os processos de ensino e aprendizagem, tendo como principal função ajudar a promover ou melhorar a formação dos alunos.

Desta forma, a avaliação passa a basear-se num conjunto de princípios:

- Consistência dos procedimentos de avaliação, relativamente aos objectivos curriculares e às formas de trabalho;
- Carácter essencialmente formativo da avaliação;
- Confiança social, na informação que a escola transmite;
- Avaliação global, no fim do Ensino Básico.

Para além desta maior autonomia das escolas e docentes, e das melhorias já anteriormente referidas, a Lei de Bases trouxe outras melhorias ao Ensino, a saber:

- Os novos planos curriculares integram um conjunto de áreas e disciplinas que constam das matrizes curriculares anexas ao Decreto-Lei nº6/2001;
- O Conselho de Docentes, no 1º ciclo e o Conselho de Turma, nos 2º e 3º ciclos, são os órgãos responsáveis pela planificação e orientação do trabalho a realizar, tendo como referência as aprendizagens e competências essenciais formuladas a nível nacional;
- A presença, em todos os ciclos e com um carácter transversal, da educação para a cidadania e da utilização das tecnologias da informação e da comunicação;
- Criação de três novas áreas curriculares, não disciplinares: área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica;
- No 3º ciclo surgem alterações no quadro das áreas disciplinares e das disciplinas que integram o currículo, como por exemplo, a iniciação a uma segunda língua estrangeira; a sequencialidade das disciplinas ao longo do ciclo; uma abertura do leque de opções nos domínios da Educação Artística e da Educação Tecnológica.
- São **encorajadas as ofertas das escolas ao nível das actividades de enriquecimento curricular**, nomeadamente nos domínios da educação física e desporto, das **artes**, das tecnologias e da experimentação científica;
- No que concerne à carga horária semanal, no 1º ciclo, passa a ser de 25 horas; nos 2º e 3º ciclos, os horários são organizados em "blocos" de 90 minutos, sendo que, no 2º ciclo, a carga horária é de 16 a 17 blocos (de 90 minutos) semanais e no 3º Ciclo é de 17 a 18 blocos (de 90 minutos) semanais. [Anexo III]

No que respeita à **educação artística**, salienta-se o facto de, no sétimo e oitavo anos, os alunos usufruírem de um bloco de 90 minutos semanais de Educação Visual. No entanto, a escola poderá oferecer outra disciplina da área da educação artística (Educação Musical, Teatro, Dança, etc.) se, no seu quadro docente, existirem professores para a sua docência. Para além disso, se a escola oferecer uma outra disciplina de educação artística, esta poderá ter uma divisão de horário equitativo, com a disciplina de Educação Tecnológica.

No nono ano, os alunos podem optar entre educação artística e tecnológica, frequentando apenas uma das duas, com uma carga horária semanal de 135 minutos.

II.1.1. Disciplinas na sua organização vertical e horizontal

Como forma de dar resposta à nova abordagem de ensino, prevista na primeira Lei de Bases, e como forma de colocar em prática os objectivos do novo currículo nacional, onde existe um plano global, em termos de organização curricular, de competências a serem desenvolvidas pelos alunos, tanto transversais como disciplinares, ao longo dos vários ciclos de escolaridade, surge a articulação vertical e horizontal.

Com a nova Lei de Bases, as escolas têm, entre outras decisões, maior autonomia a vários níveis, dos quais se destaca, para este ponto, o poder de decisão sobre a organização das diversas áreas e disciplinas do currículo nacional. Posto isto, cabe depois aos departamentos estabelecerem os critérios gerais, para a organização e sequenciação dos conteúdos e das actividades a serem implementadas. No entanto, é nos conselhos de turma que por acordo entre os vários docentes, das mais variadas áreas disciplinares, serão organizados os conteúdos a serem leccionados e traçadas estratégias de implementação dos mesmos, interdisciplinarmente, tendo sempre como orientação a turma e o grupo específico de alunos, que a constitui.

Esta organização de conteúdos não é mais do que uma interdisciplinaridade - articulação horizontal.

Esta nova abordagem de "incentivo à aprendizagem", surge como oposição a um ensino onde o professor seguia criteriosamente um programa e o aluno agia apenas como um espectador passivo. Desta forma, a articulação no processo de ensino toma uma enorme importância, pois permite que as diferentes áreas disciplinares encontrem uma metodologia interdisciplinar, que permita ao aluno compreender a realidade de uma forma mais abrangente.

Assim sendo, pretende-se que os docentes de diferentes áreas se reúnam e discutam quando devem implementar um conteúdo comum às diferentes áreas do saber e encontrar estratégias de ensino, que permitam levar os alunos a estabelecerem diferentes relações para um mesmo conteúdo. Pretende-se, portanto, levar os alunos a adquirirem um conjunto de saberes mais consolidado e estruturado, com diferentes visões de um mesmo problema.

Este tipo de articulação promove o funcionamento transversal e específico de cada disciplina, como irá ser tratado no ponto seguinte, levando a que o aluno adquira as competências essenciais pretendidas, ao longo do seu percurso escolar.

No que respeita à articulação vertical, esta não é mais do que a organização dos conteúdos e competências essenciais e específicas de uma determinada área, a serem adquiridas pelo aluno, entre os diferentes anos de escolaridade.

Esta articulação vai levar a que os docentes dos vários anos e ciclos, que compõem o Ensino Básico, se reúnam para delinear estratégias, acerca de conteúdos ou competências, com o intuito de que os alunos tenham uma aprendizagem em crescendo, sem cortes ou omissões, permitindo-lhes, mais uma vez, adquirirem de forma estruturada, organizada e bem

consolidada, os conteúdos e competências. Para além disso, esta articulação serve também como forma de os docentes compreenderem dificuldades e necessidades especiais que os alunos necessitem como, por exemplo, tomarem conhecimento se o aluno necessita de um acompanhamento individualizado, de um currículo alternativo, de ser acompanhado em termos psicológicos ou tutoriais, ou até mesmo de aulas de apoio pedagógico, para superar as suas dificuldades, entre outros. No fundo, nesta articulação pretende identificar de forma concreta as necessidades, competências e aprendizagens de cada aluno, no que concerne a uma determinada área disciplinar, para que o docente possa depois implementar estratégias mais adequadas aos seus alunos.

No que respeita à disciplina de Educação Visual, segue em anexo uma tabela onde é feita uma possível proposta de articulação vertical e horizontal, para o Ensino Básico.

II.1.2. Transversalidade de conhecimentos e competências no ensino básico.

A dificuldade de definir transversalidade prende-se com o carácter não concreto e não direccionado para o ensino, deste conceito.

Assim, quando se fala do ensino transversal ou da transversalidade do ensino, estamos a referir-nos a uma outra forma de gerir o currículo nacional, que não a interdisciplinaridade, em torno de saberes e de competências específicas, que devem ser da "responsabilidade" de todas as áreas disciplinares.

Como já foi dito anteriormente, a nova reorganização curricular trouxe vários aspectos inovadores ao Ensino Básico. Um desses aspectos inovadores é a presença, em todos os ciclos do Ensino Básico, da educação para a cidadania e da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, com um carácter transversal a outras áreas.

A educação para a cidadania tem como principal objectivo contribuir para a construção da identidade e do desenvolvimento da consciência cívica dos alunos, bem como, valorizar a Língua Portuguesa.

No terceiro ciclo, os alunos encontram-se na fase da adolescência onde o processo de consolidação da identidade pessoal, psicossocial e sexual é de extrema importância, para que se desenvolvam como Homens perfeitamente integrados na sociedade.

É, pois, devido à globalidade dos conhecimentos que a educação para a cidadania implica, que faz com que esta componente curricular não seja apenas da responsabilidade de um professor ou de uma disciplina, mas sim de todas as áreas do conhecimento, incluindo a das situações de formação e educação não formal, decorrentes da vida escolar dos alunos. Materializa-se através de um projecto que abrange o trabalho a ser realizado nas diversas disciplinas e áreas do currículo. Aspectos como a educação para a saúde, a educação sexual, a educação rodoviária ou a educação ambiental, ou simples competências de saber-estar e saber-ser, entre outras, devem ser considerados, quer no trabalho a realizar nas áreas curriculares não disciplinares, quer no âmbito das diversas disciplinas.

No que concerne ao uso das tecnologias da informação e da comunicação; a área de projecto e o estudo acompanhado podem constituir áreas privilegiadas para o desenvolvimento do trabalho com diversas tecnologias, orientadas simultaneamente para a formação básica dos alunos e para o apoio a todas as áreas e disciplinas do currículo.

A transversalidade no ensino torna-se, deste modo, facilitada com a criação de três novas áreas curriculares não disciplinares: Área de Projecto, Estudo Acompanhado e Formação Cívica.

Com a área curricular não disciplinar de **Estudo Acompanhado** pretende-se que os alunos promovam e adeqúem métodos de estudo, de trabalho e de organização, desenvolvam atitudes e capacidades que favoreçam uma crescente autonomia na realização das suas próprias aprendizagens.

Com a área curricular não disciplinar de **Área de Projecto** pretende-se que os alunos se envolvam na concepção, realização e avaliação de projectos, permitindo-lhe articular saberes de diversas áreas curriculares, em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenção.

Na área curricular não disciplinar de **Formação Cívica** pretende-se que os alunos desenvolvam a educação para a cidadania, constituindo um espaço de diálogo e reflexão sobre experiências vividas e preocupações sentidas pelos alunos e sobre questões relativas à sua participação, individual e colectiva na vida da turma, da escola e da comunidade.

Por análise à Matriz Curricular do 3º Ciclo do Ensino Básico, pode-se verificar que a transversalidade diz respeito a todos os docentes das diversas áreas do conhecimento.

No que concerne à **cidadania**, pode-se verificar que esta abrange todas as áreas das componentes do currículo nacional. Já a **Formação Pessoal e Social** apenas se centra nas áreas curriculares não disciplinares, Educação Moral e Religiosa e actividades de enriquecimento curricular.

Os docentes devem ter consciência de que a educação para a cidadania não se faz apenas no horário específico de Formação Cívica, mas que este tema é da responsabilidade de todos e, como tal, deveriam frequentar formações e deveriam ser incentivados a trabalhar em equipa, de forma a colmatar os problemas identificados pelos seus alunos.

Quando se fala em transversalidade, pressupõem-se uma nova forma de ensino onde os docentes trabalham em equipa, para definir projectos que abranjam uma vasta área de disciplinas curriculares. É a partir da concretização destes projectos que os alunos podem, de forma efectiva, desenvolver competências, consolidar e até mesmo aprofundar os conhecimentos apreendidos nas diversas áreas do saber e extrapolá-las, para a sua realidade de forma efectiva.[cf. http://www.min-edu.pt/index.php?s=white&pid=565]

CAPÍTULO III

III.1. História, Missão, visão, valores, ranking nacional

A Escola E.B. 1,2,3 Afonso de Paiva deve o seu nome a um descobridor:

> *"Afonso de Paiva, patrono do Agrupamento, "era natural de Castelo Branco, não se sabendo a data exacta do seu nascimento. Nesta cidade desempenhou o cargo de Escrivão do Serviço Real da Comuna dos Judeus.*
>
> *No quadro maravilhoso das Descobertas e Conquistas Portuguesas integra-se na missão que o rei D. João II, Príncipe Perfeito, entregou em 1487 a Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã.*
>
> *A 7 de Maio de 1487, partiram juntos Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã, da cidade de Santarém, onde se achava a Corte.*
>
> *Esta viagem tinha como objectivo estabelecer a exacta localização da Índia, a cobiçada terra das especiarias; a determinação do mítico reino de Preste João; verificar até onde descia o Sul da África e se este continente poderia ser contornado por mar.*
>
> *Partem rumo a Alexandria e ao Cairo, disfarçados de mercadores de mel, para assim se misturarem com tratantes de outras raças e religiões. Separam-se então, indo Afonso de Paiva para a Etiópia com o encargo de entregar uma carta régia ao Preste João. Em 1490 Afonso de Paiva não comparece ao encontro que tinha marcado com o seu companheiro de viagem, por ter entretanto falecido em condições desconhecidas."*
>
> [Anexo IV]

Na sequência do alargamento da escolaridade obrigatória para seis anos, em 1968, foram criadas algumas escolas, entre as quais a Escola Preparatória Afonso de Paiva, que iniciou a sua actividade no dia 1 de Outubro de 1972.

Esta Escola obedeceu à tipologia definida de estrutura de edifício, que era igual para todas as escolas das sedes de distrito, ou seja, a tipologia conhecido como Paiva Brandão:

> *"(...) - 4 blocos independentes, com 7/8 salas de aulas, 1 bloco de Trabalhos Oficinais e um bloco para os Serviços Administrativos e Estruturas de Apoio (...)"* [Anexo IV]

É em 1995 que se inicia o ensino do 3º ciclo, passando a funcionar como uma Escola E.B. 2,3.

No ano lectivo de 2006/2007, a escola integra o 1º ciclo, adaptando duas das salas já existentes à actividade do ensino do 1º ciclo, passando a designar-se como Escola Básica Integrada Afonso de Paiva.

Actualmente, esta Escola é a sede do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva e continua a funcionar com os níveis do 1º, 2º e 3º ciclos.

A Escola está situada numa zona residencial da Cidade de Castelo Branco, onde reside uma grande percentagem de população, cujo nível económico se situa entre o médio e o nível médio-baixo.

Na periferia da Escola existem também bairros sociais, dos quais se salienta um bairro de habitação cooperativa e dois bairros, que foram construídos pelo Fundo de Fomento à Habitação, nos quais residem famílias de várias etnias, onde prevalece a etnia cigana.

Em termos de estruturas sociais, pode-se afirmar que a Escola se encontra numa zona privilegiada, dado que se situa relativamente perto do Hospital Amato Lusitano; Centro de

Saúde; Instituto Português da Juventude; quartel dos Bombeiros Voluntários; quartel da Guarda Nacional Republicana; Pavilhão Municipal e da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPCDM).



Figura 1 - Escola Básica Afonso de Paiva



Figura 2 - Entrada Principal da Escola



Figura 3 - Zona de Recreio



Figura 4 - Zona de Recreio



Figura 5 - Escola do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva



Figura 6 - Espaços Exteriores Desportivos



Figura 7 - Biblioteca da Escola

III.1.1 Missão, visão e valores

A comunidade educativa do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva considera como missão fundamental desta instituição,

> *"(...) proporcionar uma formação integrada e harmoniosa a cada aluno, que transmita uma herança cultural, socialize para uma ordem participativa, criadora e crítica, e desenvolva as suas capacidades individuais com vista à aquisição de competências que o habilitem, de forma consciente, a poder construir o seu projecto de vida."* [Anexo IV]

Encarando como princípio fundamental a formação do aluno enquanto pessoa integrada na sociedade, a Escola tal como o Ministério da Educação considera que só será bem sucedida nessa missão se toda a comunidade escolar estiver envolvida no mesmo projecto.

Tendo em vista a conquista desse objectivo, e para uma melhor execução das estratégias, subdividiu-se este princípio fundamental nos seguintes parâmetros:

a) O Sucesso Escolar;
b) O Ambiente de Trabalho;
c) Os Espaços e Equipamentos;
d) As Relações entre Comunidades;
e) O Funcionamento dos Serviços;
f) A Segurança;
g) O Relacionamento com os diversos Órgãos da Escola.

Através de inquéritos aplicados a professores, alunos, encarregados de educação e a assistentes operacionais, o Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva pôde concluir que:

a) No que concerne ao sucesso escolar de cada aluno, os docentes consideram como sendo importante a articulação entre ciclos; a promoção de práticas diversificadas e inovadoras de ensino; a consciencialização do Conselho de Turma para o trabalho como equipa pedagógica na definição e operacionalização do Projecto Curricular de Turma; estimular a autonomia e a responsabilidade de cada aluno e apostar em projectos inovadores de ensino. Desta forma, pretende-se que os discentes adquiram a vontade de aprender e conhecer, de modo a investirem no seu futuro escolar e profissional; descubram o gosto pela descoberta e abertura ao contacto com outras realidades e outras culturas e desenvolvam acções que promovam os valores da cidadania, democracia, justiça, tolerância, entre outros. Salienta-se ainda, neste parâmetro, o facto de os Encarregados de Educação terem o dever de acompanhar e valorizar o trabalho dos docentes, valorizar a importância dos trabalhos de casa, como forma de responsabilização dos alunos.

b) Relativamente ao ambiente de trabalho, depois dos inquéritos aplicados, verificou-se que os alunos consideram ter um bom relacionamento com os docentes e vice-versa. No entanto, os assistentes operacionais consideram este ponto como negativo, quer ao nível de relacionamento com os alunos, quer com os órgãos superiores. Pretende-se assim que o Agrupamento melhore este aspecto de forma a criar um ambiente de trabalho mais harmonioso.

c) No parâmetro espaços/equipamentos do Projecto Educativo de 2007/2010, (antes da remodelação ter sido feita) pode-se ler que é prioritário reapetrechar equipamentos no sentido de melhorar o bem-estar geral; criar novos espaços para a prática de actividades específicas; renovar e melhorar instalações tais como o refeitório, instalações sanitárias e pavilhão gimnodesportivo; melhorar equipamentos e mobiliário em alguns locais como as salas de aula, gabinetes e sala de docentes; melhorar a limpeza nos diversos espaços escolares.

No entanto, a escola sofreu grandes remodelações tendo iniciado o ano lectivo de 2010/2011, com novas instalações parcialmente equipadas. Desta forma, espera-se ter-se colmatado a maioria das necessidades descritas no Projecto Educativo supra citado, dado que, para além de uma diferente forma de pensar e agir de toda a comunidade educativa, a

implementação do Projecto Curricular de Escola, para ser bem sucedido, exige recursos e materiais imprescindíveis, tendo em vista a desejável melhoria da qualidade de ensino.

d) Nas relações entre comunidades, quer os professores quer os assistentes operacionais consideraram essencial passar uma imagem positiva da Escola, bem como reforçar a sua identidade. Já os Encarregados de Educação consideram importante envolverem-se mais no processo educativo dos seus Educandos, de forma a desempenharem efectivamente o seu papel de co-educadores. Assim sendo, propõem ao Agrupamento uma maior promoção de actividades, para que estes possam ser chamados a participar activamente, bem como proceder a um reforço da comunicação Professor/Encarregado de Educação, no sentido de melhor consolidar o processo educativo.

e) No que ao funcionamento dos serviços diz respeito, no último inquérito realizado, com excepção dos alunos, todos os outros intervenientes consideraram que este parâmetro carece de melhorias, em particular no que respeita à secretaria e ao refeitório.

f) Ao nível da segurança, os encarregados de educação, professores e funcionários consideraram a Escola segura. No entanto, os alunos sentem a necessidade de melhorar a vigilância dentro do recinto escolar, durante os intervalos, nos edifícios, espaços exteriores e salas de aula. Salienta-se que, após a remodelação da escola, alguns destes aspectos foram completamente colmatados, nomeadamente no que respeita à segurança dentro do edifício e nas salas de aula.

g) Finalmente, relativamente ao relacionamento com os diversos órgãos, onde apenas os Encarregados de Educação foram alvo de inquérito, estes expressaram que têm um bom relacionamento com todos os órgãos de gestão. No entanto, consideram o mesmo insuficiente no que concerne ao número de contactos estabelecidos entre as restantes partes, pelo que sugerem um maior relacionamento, propondo, nomeadamente, conhecer todos os professores da turma do seu educando, no início do ano lectivo e a existência de reuniões entre o Conselho Executivo e os Encarregados de Educação.

III.1.1.1 Insucesso escolar: problemas prioritários, plano de acção e estratégias.

O Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, apesar das grandes melhorias implementadas no presente ano lectivo, considera que a sua "missão" ainda está longe de ser bem sucedida. Há o reconhecimento de problemas considerados prioritários que a Escola pretende ultrapassar, os quais se relacionam com o insucesso: a desmotivação dos alunos, em relação aos seus horizontes culturais; o comodismo face à construção do seu futuro e o consequente fraco aproveitamento ou total insucesso escolar.

Como plano de acção, a Escola propõe-se: apostar no reforço pedagógico, nos anos iniciais de ciclo; valorizar a educação para a cidadania; promover uma cultura para a educação de valores éticos, humanos e ecológicos; consciencializar a comunidade escolar para os

diferentes valores que caracterizam as diferentes culturas; manter e reforçar um bom relacionamento pedagógico, proporcionando a ausência de problemas disciplinares graves; promover a articulação entre os conteúdos leccionados nos vários ciclos do agrupamento e desenvolver mecanismos no sentido de reduzir o abandono escolar.

No que concerne às estratégias, a Escola considera que pode e deve promover actividades de divulgação de opções e saídas profissionais, incluindo: a orientação vocacional através dos serviços de Psicologia e Orientação Escolar; estabelecimento de parcerias/protocolos com empresas e instituições; realizar intercâmbios culturais, presenciais ou não, dentro e/ou fora do país; visitas de estudo; fóruns, debates, exposições temáticas, encontro com escritores, entre outros; envolver os alunos na organização de actividades e Clubes; identificar e sinalizar dificuldades cognitivas e sociais dos alunos, para um melhor acompanhamento dos mesmos; acompanhar e fornecer um apoio individualizado e/ou em grupo (sala de estudo, tutorias, apoio pedagógico acrescido, apoio diferenciado em sala de aula, entre outros); implementar a co-docência em disciplinas em que se verifique uma menor taxa de sucesso; envolver e responsabilizar os alunos e Encarregados de Educação nos respectivos processos educativos; promover actividades em que os encarregados de educação sejam chamados a participar activamente; reforçar a comunicação professor/encarregado de educação no sentido de melhorar e consolidar o processo educativo; promover reuniões conjuntas de encarregados de educação com os docentes dos Conselhos de Turma no 2º e 3º ciclos e com o titular de turma, no 1º ciclo, nomeadamente no dia de apresentação dos alunos, no início do ano lectivo.

III.1.1.2 Alunos: competências gerais, transversais e essenciais.

A escola é um lugar que deve proporcionar situações de aprendizagem, que permitam os alunos desenvolverem competências. Essas competências podem ser competências gerais, transversais e essenciais em cada disciplina que o aluno frequente:

a) No que respeita ao Desenvolvimento Pessoal e Social, o Projecto Educativo privilegia uma série de acções ao nível da cidadania, solidariedade, integração/inclusão, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento intercultural e educação para a saúde.

b) Relativamente ao nível do Desenvolvimento cognitivo, a Escola dá preferência ao Plano da Matemática, ao Plano Nacional de Leitura, Tecnologias de Informação e Comunicação, Formação em Ciência e Tecnologia, Desporto Escolar, Expressão Artística e Actividades de Desenvolvimento Curricular. A Biblioteca Escolar faz também parte do processo integrante de aprendizagem do aluno, assumindo-se como um recurso indispensável na sua formação, pelo que não poderia deixar de ser mencionada.

A escola deve dar a todos os alunos a oportunidade de desenvolverem essas competências, durante o percurso do ensino básico, para que, no final, estejam todas adquiridas e consolidadas.

A nova reorganização do currículo do ensino básico pressupõe que o papel da escola e dos professores não se situe apenas e essencialmente no terreno da execução mas, também, nos da decisão e da organização. Assim, a gestão curricular, por parte da escola, processa-se, por sua vez, em vários níveis: o da escola, da turma e do professor.

É na turma que o conjunto das experiências de aprendizagem pode ganhar coerência, tornando a articulação entre as diversas áreas do currículo uma realidade. Gerir o currículo significa analisar cada situação e adaptar, diversificando as práticas e metodologias de ensino, para que todos aprendam.

Assim, nos 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, o **Projecto Curricular de Turma** é elaborado e acompanhado pelo Conselho de Docentes, no caso do 1º ciclo, e pelo Conselho de Turma, no caso dos 2º e 3º ciclos, sob a coordenação, respectivamente, do Presidente do Conselho de Docentes e do Director de Turma, tendo como base os pressupostos e as linhas orientadoras definidas pelo Projecto Curricular de Escola. No entanto, é a cada professor que cabe a responsabilidade de tomar decisões adequadas e de conduzir o trabalho concreto dos alunos, enquadrado pelos órgãos colectivos em que está integrado.

III.1.2 RANKING, de acordo com os exames nacionais do 9ºano.

O ranking nacional de escolas, para o Ensino Básico, tem em linha de conta os exames nacionais do 9º ano de Língua Portuguesa e Matemática.

Para a sua contabilização, são consideradas apenas as notas dos alunos internos, incluindo os "auto-propostos com frequência". Os alunos que não entram para esta contabilização são os que fizeram exames para melhoria de nota e os externos.

O cálculo da média, para cada escola, é efectuado a partir da soma de todas as notas dos alunos, dividida pelo número de provas.

Salienta-se o facto de, quer as escolas públicas quer as escolas privadas, serem alvo desta contabilidade.

Assim sendo, no ano lectivo 2008/2009, verificou-se que de 1292 escolas básicas, a Escola Afonso de Paiva ficou classificada na posição 264 do ranking nacional, com uma média de 3,21, e obteve a quarta posição a nível concelhio. [cf. http://static.publico.clix.pt/docs/educacao/rankings2009.pdf]

No ano lectivo transacto 2009/2010, ocupou a posição 290, com uma média de 3,07 no ranking nacional. Desta forma, verificamos que a Escola Afonso de Paiva desceu o ranking a nível nacional. [cf. http://static.publico.clix.pt/docs/educacao/rankings2010.pdf]

A nível concelhio, desceu da quarta posição para ocupar a quinta posição.

Em síntese, a nível concelhio, a Escola Afonso de Paiva desceu um lugar e a nível nacional vinte e seis posições, bem como uma redução de 0,14 pontos na média.

III.2. Colectividades/Empresas da Região – Associadas, com impacto directo na área das Artes Visuais na Escola.

Como forma de se obter uma melhor concretização do Projecto Educativo, a escola mantém algumas parcerias e protocolos estabelecidos com algumas entidades, a saber:

- Segurança Social;
- Universidade Atlântica;
- Hospital Amato Lusitano;
- Associação Amato Lusitano;
- ESA – Escola Superior Agrária;
- Escola Superior de Enfermagem;
- Centro de Saúde de Castelo Branco;
- UBI – Universidade da Beira Interior;
- ESE – Escola Superior de Educação;
- Junta de Freguesia de Castelo Branco;
- IPJ – Instituto Português da Juventude;
- Estabelecimento Prisional de Castelo Branco;
- DGIDC – Direcção Geral Inovação e Desenvolvimento Curricular;
- APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.

Das parcerias supra citadas, apenas têm impacto directo com a área das Artes Visuais, na Escola, as estabelecidas com as seguintes entidades:

- **UBI -** a Universidade da Beira Interior, apenas estabelece protocolo com a escola em termos de Estágios.
- **IPJ -** o Instituto Português da Juventude veio interagir com a escola no que diz respeito a cedência de espaços, quando necessário, para a realização de actividades. No entanto, os alunos têm ainda a possibilidade de frequentar acções de formação e ateliers, quando estes se realizam tais como: Informática, fotografia, dança, teatro, entre outros.

Existem ainda outros projectos, a nível de Escola, que contribuem para uma mais-valia no desenvolvimento da comunidade educativa, relativamente aos quais, sempre que necessário, os docentes de artes visuais dão o seu contributo, a saber:

- Protecção Civil;
- Portal da Escola;
- Clube da Floresta;
- Clube da Reciclagem;
- Educação para os "Media";
- Projecto Promoção e Educação para a Saúde;
- Projecto Escola de pais (Mediação Escola / Família).

Finalmente, a Escola incentiva os seus alunos a envolverem-se em projectos de âmbito nacional, tais como:

- PROSEPE – Projecto de Sensibilização e Educação Florestal da População Escolar;
- Saúde Escolar;
- FITNESS GRAM - Programa de Educação da Aptidão Física para a saúde e destina-se às crianças e jovens do ensino básico e secundário;
- Desporto Escolar;
- Plano de Leitura;
- Plano de Acção da Matemática;
- PROIP – Projecto de Intervenção Precoce;
- Programa Nacional do Ensino do Português;
- PETI – Projecto de Eliminação do Trabalho Infantil;
- Desenvolvendo a Qualidade em Parcerias (Avaliação Externa).

III.3. Relação da Escola com a Comunidade envolvente.

Existe cada vez mais a preocupação, por parte da Escola, de dar a conhecer à comunidade escolar e à comunidade próxima, o trabalho desenvolvido ao longo do ano. Por isso, a Escola planeia e executa um conjunto de actividades que permite a todos os cidadãos tomar conhecimento do trabalho desenvolvido pelos alunos. Essas actividades constam no **Plano Anual de Actividades** resultante do somatório das propostas dadas pelos vários departamentos e que vão sendo alvo de desenvolvimento nas áreas disciplinares competentes.

A Escola planeia as suas actividades, tais como a Festa de Natal, a Festa de Fim de Ano ou até mesmo o Desfile de Carnaval, com o intuito de que os encarregados de educação, e o público em geral, se desloquem à escola, a fim de constatarem o resultado do trabalho dos alunos.

Para além das efemérides, por vezes os encarregados de educação ou membros da comunidade tornam-se agentes essenciais para o desenvolvimento de determinadas actividades no âmbito de algumas disciplinas. É o caso, por exemplo, da disciplina de Formação Cívica, onde se aborda a temática da Educação Sexual, e em relação à qual se poderá solicitar a ajuda dos funcionários do centro de saúde da região ou de um psicólogo, podendo-se seguir o mesmo exemplo noutras áreas temáticas como a da Segurança Rodoviária ou Meios de Socorros. A experiência de alguns pais, cujas profissões se relacionam ou constituam uma mais-valia para a aprendizagem de determinados conteúdos de forma interactiva, deve ser aproveitada, promovendo uma maior aproximação desses pais, à escola. Nesse sentido, a comunidade escolar tem desenvolvido esforços com o intuito de fomentar uma aproximação entre os educandos e os encarregados de educação e restante comunidade.

O Agrupamento Afonso de Paiva, com o objectivo de aproximar a escola e a comunidade envolvente organiza e participa, conjuntamente com a Associação de Profissionais de Educação Física de Castelo Branco, anualmente, na actividade a "Marcha do Coração" [Anexo V]. Esta actividade tem como principal objectivo sensibilizar a população,

principalmente as crianças, para a criação de hábitos de uma vida saudável e para a importância da actividade física, na nossa vida. Esta actividade consiste numa marcha que liga o Parque da cidade ao Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva. No final da marcha, todos os participantes poderão desfrutar das várias actividades desportivas e da presença de uma equipa profissionalizada em rastreio de hipertensão arterial e hiperglicemia.

III.4. Caracterização dos infra-estruturais disponíveis para a área das Artes Visuais.

Como já foi referido o Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva foi sujeito recentemente a grandes remodelações em termos estruturais, no que concerne à constituição dos edifícios.

No entanto, no presente ano lectivo, a realidade das infra-estruturas da Escola é bastante diferente. Toda a escola, com excepção do pavilhão gimnodesportivo, foi demolida. O ano iniciou-se com instalações completamente novas, e haverá sem dúvida um projecto de arquitectura, ao qual não foi possível aceder.

Durante a prática docente, enquanto estagiária, nas novas instalações foi possível verificar que as três salas destinadas à leccionação das artes, se encontram equipadas proporcionando aos alunos um bom desempenho nas actividades propostas durante as aulas.

Cada sala contém um compartimento destinado à arrumação dos materiais e equipamentos; um armário onde os discentes podem guardar materiais e trabalhos; um balcão que se destina a guardar outro tipo de materiais, tais como madeiras, pedras, cartões, colas, entre outros; toda a superfície do balcão comporta três a quatro lavatórios com água corrente, destinados à limpeza dos materiais utilizados durante as aulas e a sala ainda contém mesas e cadeiras.

Apesar das salas terem sido recentemente equipadas e existir uma grande quantidade de materiais consumíveis disponíveis para a prática docente, o mobiliário nelas existentes é insuficiente para dar resposta ao elevado número de alunos por turma.



Figura 8 - Compartimento de Arrumos da Sala de Aula



Figura 9 - Lavatórios da Sala de Aula



Figura 10 - Sala de Aula



Figura 11 - Sala de Aula



Figura 12 - Sala de Aula

III.5. Caracterização da Turma – 9º2.

No início de cada ano lectivo, é da responsabilidade de cada Director de Turma aplicar um inquérito biográfico aos alunos, que permita fornecer aos docentes do Conselho de Turma informações acerca da situação familiar, económica, social e escolar dos alunos, bem como interesses e motivações dos mesmos.

Para além disso, é também dever do Director de Turma efectuar, no início do ano lectivo, o levantamento das situações problemáticas. Para obter essa informação, é necessário consultar os Processos Individuais dos Alunos da turma, do ano lectivo anterior.

Depois de obtida toda a informação relevante dos alunos que constituem a turma, o Director de Turma deve proceder ao tratamento da informação, de forma a ter disponível os dados que serão posteriormente fornecidos aos restantes docentes da turma.

- **Breve caracterização da turma, 9º 2:**

A amostra é constituída pelos alunos do 9º ano da turma 2, do Agrupamento de Escolas Afonso Paiva, no ano lectivo de 2010/2011.

Esta turma é constituída por 22 alunos, sendo 11 do sexo feminino e 11 do sexo masculino.

Os alunos desta turma apresentam uma média de idades de 13,5 anos, sendo a idade mais baixa de 13 anos e a mais elevada de 16 anos.

9.º 2 – Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva					
N.º alunos	Rapazes	Raparigas	Média de Idades	Idade Máxima	Idade Mínima
22	11	11	13,5	16	13

Tabela 1 – Número de Alunos e sua média de idades

Caracterização Do Escalão Etário

Fernandes (1990) refere-se à adolescência como aquele período da existência humana, que se situa entre a infância e a idade adulta, no decorrer do qual o ser inacabado continua a crescer e a desenvolver-se física, afectiva e mentalmente, manifestando mudanças de ordem biológica, psíquica, intelectual social e moral. Por tudo isto torna-se muito importante analisar as evoluções verificadas neste período. Debruçar-nos-emos no escalão etário em que se insere a turma da professora estagiária, ou seja, entre os 13 e os 16 anos de idade.

Desenvolvimento Motor (Pikunas,1981):

As transformações físicas que ocorrem na puberdade conduzem a uma estrutura de corpo adulto, maturação somática, desenvolvimento sexual. A grande maioria destas alterações ocorre durante no denominado "surto" de crescimento dos adolescentes, ou seja, na fase de crescimento mais acelerado. Esse período está compreendido entre os 13 e os 15 anos para o

sexo masculino e entre 12 e 14 para o sexo feminino, embora se prolongue até aos 19, mas de forma menos acentuada. O aumento do peso e altura, por vezes desproporcional, está associado a este período, bem como as modificações dos órgãos internos, que se relacionam com a maturação das glândulas sexuais. A fase de crescimento rápido depende principalmente do funcionamento das glândulas endócrinas, bem como da nutrição, saúde e outras influências do meio. A glândula pituitária (hipófise), localizada na base do cérebro, é a principal produtora de hormonas que estimulam o crescimento, bem como a actividade de todas as glândulas endócrinas.

Durante este período, verifica-se ainda a ossificação, desenvolvimento muscular, desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários (voz, pilosidade, crescimento dos peitos). Relativamente ao desenvolvimento muscular, nesta fase, este é maior no sexo masculino do que no feminino, porém a agilidade é igual em ambos os sexos.

Desenvolvimento Intelectual (Pikunas, 1981):

O desenvolvimento intelectual ocorre por volta dos 10-11 anos, ao nível do pensamento operatório concreto, para atingir depois o pensamento operatório-formal, entre os 12 e os 16 anos de idade. Ao alcançar a maturação neurofisiológica, o adolescente evolui do pensamento empírico-dedutivo para o hipotético-dedutivo. Este pressuposto é, a nível cognitivo, o aspecto mais importante na passagem de criança a adolescente. A nova estrutura de pensamento operatório formal vem consolidar as aquisições anteriormente feitas. A passagem do nível de raciocínio operatório-concreto, para o nível operatório formal, implica que o raciocínio opere com símbolos, conteúdos, ideias, conceitos, deduções, induções e hipóteses. O desenvolvimento intelectual é regido pelas normas do equilíbrio e por diferentes e sucessivas estruturas de conjunto, cuja génese e sucessão apresentam desfasamentos que obedecem também às leis do equilíbrio. Esses desfasamentos explicam a existência de invariantes intelectuais funcionais, bem como um processo de equilíbrio progressivo entre a assimilação e acomodação. O início do estádio das operações concretas formais de desenvolvimento intelectual começa com o aparecimento do pensamento formal e do raciocínio hipotético dedutivo do jovem. Inicia então a construção lógica das proposições e a formar uma série de esquemas operatórios novos, que acabam por se organizar entre os 14 e os 16 anos de idade. É por volta desta idade que o conhecimento do jovem passa a funcionar como um processo dialéctico de apropriação mútua e de acomodação recíproca.

O pensamento formal (inteligência abstracta) é o mais alto grau de adaptação mental, indispensável a todas as trocas entre indivíduos e o meio, que determina o desenvolvimento e a própria natureza da inteligência.

Desenvolvimento Psicofisiológico (Fernandes, 1990):

O aparecimento das alterações corporais que advêm da puberdade, juntamente com a falta de informação sexual, provoca nos jovens o desenvolvimento de angústias e traumas. Isto porque o desenvolvimento afectivo não acompanha o genital. Apenas na puberdade, as componentes genital e sentimental atingem o seu desenvolvimento real.

A entrada do adolescente na vida adulta ocorre por fases, sendo que a 1.ª fase se caracteriza por uma profunda e recíproca amizade. Apresenta-se como a fase do

desenvolvimento humano onde o nível biopsicológico, do desenvolvimento psico-sexual se exterioriza por afeições. A 2.ª fase, onde os sintomas de desenvolvimento psico-afectivo e sexual fazem da personalidade do adolescente um campo de conflitos. O seu narcisismo leva-o a preocupar-se consigo, com o seu aspecto, a analisar o seu comportamento e o seu mundo. Na fase da adolescência média (13-16 anos), o jovem desliga-se da família, procura essencialmente os amigos e entra na sua própria identidade testando, assim, as suas capacidades e limitações. Nesta fase, inicia o primeiro namoro (heterossexual). Entre os 13 e 17 para as raparigas, e 14 a 17 para os rapazes, verifica-se a fase mais difícil da adolescência, a qual desperta a necessidade de independência e auto afirmação. Por volta dos 16 anos, desenvolve-se a auto confiança em si próprio, assume responsabilidades, gosta de estar rodeado por jovens do mesmo sexo, demonstra uma mente mais organizada, equilibrada com grande poder de autocontrolo e menos mau humor. A 3.ª fase inicia-se por volta dos 17-18 anos e é difícil determinar a sua parte final, pois depende da maturidade pessoal.

Desenvolvimento Social (Fernandes, 1990):

O adolescente sente necessidade de pertencer a um grupo de amigos, reagindo depois ao conformismo do próprio grupo, conservando a sua liberdade e individualidade. A interacção entre o grupo e os mecanismos de crescimento neurofisiológico e de maturidade psico-afectiva e emocional, adquiridas através do processo de socialização e de integração, faz com que o adolescente descubra as suas ambições, aspirações e as oriente para um projecto próprio de identidade e realização pessoal. Passando assim da fase de rebeldia e instabilidade à da harmonia e estabilidade aumentando a convivência com os pais e professores. Esta estabilização afectiva leva os jovens a compreender o comportamento dos pais bem como a sua razão de ser, facto este que os leva a procurar o diálogo com eles. Daí que os jovens comecem a sentir-se tratados como adultos, e procurem a aprovação familiar e social. É nesta fase que o adolescente descobre a sua própria identidade, ou seja, é o processo de individualização e de diferenciação que o conduz à auto-realização.

Esta turma, como já foi referido anteriormente, apresenta um nível de idades adequado e ajustado para o ano de escolaridade a que pertencem. As idades dos alunos são homogéneas, havendo apenas quatro excepções de alunos com dezasseis anos de idade.

Dos alunos da turma, seis beneficiam de subsídio, quatro de escalão A e dois de escalão B.

Das ofertas, como segunda língua estrangeira, fornecida pela Escola, podemos verificar a seguinte situação:

Segunda língua estrangeira			
N.º alunos	Inglês	Francês	Espanhol
22	0	6	16

Tabela 2 – Opção individual por idioma estrangeiro

Integram a turma dois alunos que não transitaram de ano. Estes alunos possuem Planos de Acompanhamento elaborados no ano lectivo transacto e aos quais os docentes da turma deram continuidade.

No início do ano lectivo o Conselho de Turma efectuou uma análise global às dificuldades dos alunos, previamente compilada pelo Director de Turma. Segue-se a caracterização global e individual das dificuldades manifestadas por cada aluno.

N.º	Para 2009/2010	Para 2010/2011	Observações
1			- Deve sentar-se à frente. - Encarregado Educação desloca-se com frequência à escola. - É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade. - Aluna com dificuldades de visão.
2			- Aluna com dificuldades em expor as dúvidas perante os colegas - É uma aluna muito interessada e empenhada
3	Plano de Recuperação elaborado em 19/12/2009		- Aluno acompanhado no Hospital e por um médico - Aluno com problemas de saúde (asma) - Manifesta um grau ligeiro de hiperactividade - Enc. Ed. desloca-se com frequência à escola
4			- É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade
5			- Aluno que se distrai com frequência - Tem capacidades que não rentabiliza
6			- É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade - Gosta muito de escrever e de ler
7	Plano de Acompanhamento elaborado em Junho de 2010	Plano de Acompanhamento	- Aluno repetente no 9.º ano - Muitas dificuldades de aprendizagem - Pouco trabalhador, sem hábitos e métodos de trabalho - Bem comportado
8	Plano de Acompanhamento elaborado em Junho de 2010	Plano de Acompanhamento	- Aluno repetente no 9.º ano - Não trabalha e não estuda - É perturbador e tem atitudes incorrectas - Influencia negativamente os colegas
9			- É uma aluna muito interessada e empenhada, com espírito de iniciativa
10			- Aluno que se distrai com frequência - É um aluno conversador e com atitudes impróprias - Tem capacidades que não rentabiliza
11			- É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade
12			- É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade

Tabela 3 – Dificuldades Globais e Individuais manifestado por casa/aluno

N.º	Para 2009/2010	Para 2010/2011	Observações
13			- É um aluno interessado e empenhado, mas tem capacidades que não rentabiliza - Enc. Ed. desloca-se com frequência à escola
14	Plano de Recuperação elaborado em 19/12/2009		- É um aluno com algumas dificuldades - O reforço positivo e o elogio são importantes para motivar o aluno para a aprendizagem
15			- É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade
16			- É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade - Enc. Ed. desloca-se com bastante frequência à escola
17	Plano de Recuperação elaborado em 09/02/2010		- É uma aluna interessada e empenhada, mas com algumas dificuldades
18	Plano de Recuperação elaborado em 09/02/2010		- Aluno que se distrai com frequência - É um aluno com algumas dificuldades ao nível da disciplina de Matemática
19			- É uma aluna interessada e empenhada
20	Plano de Recuperação elaborado em 19/12/2009	Aluno que transitou de ano por decisão do C. Pedagógico	- Aluno com dificuldades e falta de pré-requisitos - É um aluno interessado - O reforço positivo e o elogio são importantes para motivar o aluno para a aprendizagem - Aluno repetente no 7.º ano
21	Acompanhamento do Psicólogo da escola - Plano de Acompanhamento elaborado em Junho de 2009		- Aluno com algumas dificuldades - É um aluno interessado - O reforço positivo e o elogio são importantes para motivar o aluno para a aprendizagem - Aluno repetente no 8.º ano
22	Plano de Recuperação elaborado em 19/12/2009	Aluno que transitou de ano com 5 níveis inferiores a três	- Aluno com algumas dificuldades - É um aluno pouco interessado - Aluno que se distrai com frequência

Tabela 3 – Dificuldades Globais e Individuais manifestado por casa/aluno (continuação)

Após a apreciação da tabela, bem como dos resultados globais da avaliação diagnóstica por disciplina e da avaliação geral da turma, no ano lectivo transacto, o conselho de turma concluiu que, de uma forma geral, os alunos apresentam um baixo sucesso a várias disciplinas.

O Conselho de Turma considerou que os fracos resultados, dos discentes prendem-se com o facto de os mesmos revelarem poucos hábitos e métodos de trabalho e estudo. Para além disso, demonstram dificuldades no raciocínio lógico e abstracto, bem como dificuldades ao nível da expressão oral e escrita.

Foi ainda referido que a maioria dos alunos tem capacidades para progredir no seu processo de ensino/aprendizagem, mas que, para tal aconteça, terão que empenhar-se mais, de forma a superarem as suas dificuldades.

Com o intuito de melhorar o rendimento da turma, os docentes propuseram algumas estratégias, a saber:

- Falta de atenção \ concentração - os docentes propuseram aumentar as interacções verbais, valorizar a participação em sala de aula;
- Dificuldades na expressão escrita – os docentes propuseram aumentar a frequência de registos escritos, valorizar mais a participação oral e motivar a leitura;

- Dificuldades de interpretação de enunciados – os docentes propuseram uma maior frequência de leitura;
- Dificuldades em distinguir o essencial do acessório – os docentes propuseram elaborar resumos e esquemas;
- Dificuldades no raciocínio lógico / abstracto – os docentes propuseram resolver exercícios mais adequados face às dificuldades reveladas pelos alunos;
- Falta de interesse pelo estudo – os docentes propuseram uma responsabilização sistemática para o estudo;
- Dificuldades na aplicação dos conhecimentos – os docentes propuseram a resolução de mais exercícios e tarefas, realização de fichas de trabalho com maior frequência, diferenciar com maior frequência os métodos de ensino.
- Falta de organização – os docentes propuseram valorizar a organização dos alunos de forma contínua.
- Ausência de pré-requisitos – os docentes propuseram uma maior responsabilização por parte do aluno para o estudo, e para a frequência às aulas de apoio.
- Falta de hábitos de trabalho e de estudo – os docentes propuseram incentivar e valorizar os métodos e hábitos de trabalho dos alunos.

No entanto, nenhuma destas estratégias surtirá efeito se os alunos não se empenharem de facto.

III.5.1. Aspectos socioculturais que condicionem a aquisição de competências na área das Artes Visuais

Como já foi referido no ponto 1 deste mesmo capítulo, a Escola encontra-se situada numa zona residencial da Cidade de Castelo Branco. A população circundante é, em termos económicos, de nível médio e médio-baixo.

No que concerne ao meio envolvente, a cidade proporciona aos alunos uma variada oferta de cultura artística. Note-se que junto à Escola situa-se o Instituto Português da Juventude (IPJ), onde os alunos podem de forma gratuita aceder à internet, inscreverem-se em acções de formação e ateliês no âmbito das artes visuais (teatro, fotografia, pintura, entre outros). Na cidade existem várias galerias de arte e um cineteatro, onde passam filmes e peças de teatro.

Desta forma, os alunos têm alguma oferta no âmbito das artes. No entanto, confere aos próprios procurarem, dentro dos seus interesses, o género artístico que mais apreciam, de forma a tentar aprofundar ou até mesmo ganhar novas competências ao nível das artes visuais, mais propriamente no âmbito da disciplina de Educação Visual.

No entanto, a cidade de Castelo Branco proporciona muito mais do que a diversidade artística, valorizando também outras modalidades. A maioria dos alunos do 9º 2 apresenta interesses ao nível da prática desportiva, pelo que frequentam e se envolvem neste tipo de actividades. Já o mesmo não se verifica ao nível das artes, dado que estes apenas frequentam os espaços promotores das artes, quando indicados ou acompanhados por docentes ou encarregados de educação. Em termos de experimentação só a concretizam no espaço escola.

Capítulo IV

IV.1 Actividades desenvolvidas

Durante o ano lectivo em curso, o departamento de expressões, no qual o grupo de Artes está integrado, desenvolveu diversas actividades previstas no Plano Anual de Actividades [Anexo IX], sempre com a constante preocupação de serem diversificadas e de que fossem ao encontro dos conteúdos programáticos das disciplinas em questão.

Refere-se que, devido a contratempos já referenciados anteriormente, neste relatório, e da chegada tardia do grupo de estágio à escola, foi decidido, pelos elementos de estágio e pela orientadora, que seria mais proveitoso trabalharmos em conjunto, no pouco tempo que nos restava do primeiro período. Por isso, as actividades do primeiro período foram desenvolvidas pelos estagiários nas três turmas seleccionadas.

Dentro do horário da Professora Orientadora, Drª Graça Gil, tivemos a oportunidade de seleccionar algumas das turmas com as quais desejaríamos trabalhar. Sendo assim, optámos por três turmas, duas do sétimo ano (7º 1 e 7º 3) e uma do nono ano (9º 2).

Todos os elementos do grupo de estágio assistiram mutuamente às aulas leccionadas pelos colegas, nessas turmas. Considerámos que o facto de assistirmos às aulas uns dos outros constituiria uma mais-valia, na medida em que nos permitiria acompanhar os conteúdos programáticos de diferentes níveis escolares e ter, desta forma, uma visão mais alargada do ensino no terceiro ciclo.

Apesar de não fazer parte das disciplinas de artes, foi feito o acompanhamento à disciplina de Formação Cívica, na turma do 7º 3, leccionada pela respectiva directora de turma, que, neste caso, era também orientadora do estágio. Entendeu-se que a assistência a esta disciplina seria profícua, porque constituiria uma oportunidade de aprofundar o conhecimento acerca dos alunos, das suas realidades, motivações, ideias…, num ambiente diferente, só possível em áreas curriculares não disciplinares, como efectivamente aconteceu.

A empatia dos alunos desta turma, com os professores estagiários, foi mútua, pelo que decidiu-se colaborar com uma actividade, levada a cabo pelo grupo. Nesse sentido promoveu-se um debate, em contexto de sala de aula, cuja temática foi - comportamento e atitudes adequadas a ter na sala de aula e no espaço / comunidade escolar. Este tema surgiu após se observar que os alunos assumiam um comportamento inadequado, dentro e fora da sala de aula. Sentiu-se, portanto, a necessidade de os alunos compreenderem a importância do saber-estar em qualquer situação do contexto escolar e extra-escolar.

Foram então criados dois grupos na sala de aula, em que um deles teria de levantar uma problemática, e o outro grupo teria de solucionar esse mesmo problema, tendo em conta as regras escolares. O debate durou aproximadamente quarenta e cinco minutos, no entanto, a motivação e o empenho dos alunos foi tal, que o tempo disponível foi insuficiente. Com este debate, os alunos compreenderam a importância do cumprimento de regras impostas pela

escola, e que os actos menos apropriados em meio escolar não seriam uma solução para os seus problemas, mas sim o início de um problema maior que iria envolver a comunidade escolar.

Na aula seguinte, foram retiradas as principais conclusões do debate. Dado que a turma era problemática.

O debate proposto pelos estagiários tornou-se, desta forma, num ponto de partida para que os alunos pudessem expor livremente, à turma, as dificuldades por que estariam a passar, no meio escolar. Por vezes os problemas não surgiam apenas na turma, mas resultavam de conflitos com outras turmas.

Assim sendo, semanalmente, os primeiros 10 a 15 minutos da aula de Formação Cívica eram dedicados à resolução dos problemas semanais, debatendo formas destes serem ultrapassados e de prevenir potenciais focos de conflito. Eram debatidos numa espécie de assembleia de turma, onde os alunos teriam de ser capazes de dar resposta aos problemas existentes, tendo sempre presente as regras da instituição escola e regras básicas de convivência em sociedade.

No decorrer do primeiro período, o grupo de estágio foi assistindo a todas as aulas de Educação Visual das turmas referidas anteriormente. Surgiu a ideia de lançar uma proposta de trabalho às turmas que se enquadrasse na matéria que estas estavam a desenvolver, durante o primeiro período, e na época festiva que então se aproximava.

Numa reunião entre os estagiários e a professora Graça Gil, foi decidido que o grupo de estágio iria trabalhar, com as três turmas, na decoração de Natal da escola. A temática escolhida foi o Eco-Natal, em que o principal objectivo era o de alertar os alunos para a necessidade do reaproveitamento e para a reciclagem de materiais.

Aproveitando a actividade, os estagiários decidiram adaptar os conteúdos programáticos planificados para este período, em cada uma das turmas, à temática anteriormente referida.

Partindo dos conteúdos programáticos Estrutura, Forma, Linguagem Visual e Elementos da Forma (geometria plana) iniciou-se a unidade de trabalho Eco-Natal, na turma 7º 1, que consistiu na elaboração de um Boneco de Neve. Com esta actividade pretendeu-se que os alunos compreendessem a importância da estrutura, não apenas como suporte de uma forma, mas também como princípio organizador dos elementos que a constituem. Pretendeu-se ainda que os alunos compreendessem a geometria plana como um ponto de partida para chegar ao volume.

Esta actividade foi desenvolvida ao longo de cinco aulas, de noventa minutos e uma aula de quarenta e cinco minutos, o que faz um total de onze aulas [Apêndice II].

Na turma do 7º 3, para o cumprimento dos conteúdos programáticos e competências a adquirir na unidade de trabalho Eco-Natal, foi proposto que esta procedesse à elaboração de uma árvore de natal. Para esta actividade, os alunos tiveram de realizar a planificação e a decoração de um cone, em pequeno formato. Depois de concluído, esse mesmo trabalho serviu de protótipo para a construção da árvore de natal como objecto final, que veio a ter aproximadamente quatro metros de altura. Pretendeu-se, com este trabalho, que os alunos

entendessem a geometria plana como um processo para chegar a geometria no espaço. Esta actividade desenvolveu-se durante um período de, quatro aulas de noventa minutos e uma aula de quarenta e cinco minutos, o que perfez um total de nove aulas [Apêndice III].

Tal como já foi referido para as turmas supra-citadas, na turma 9º 2 houve também uma preocupação de adaptar a temática escolhida aos conteúdos programáticos, previstos para o primeiro período.

Os alunos tinham de compreender a estrutura, as formas, a geometria plana e a geometria no espaço, tendo como principal intenção a aquisição de competências que lhes permitissem compreender, através da representação de formas, os processos subjacentes à percepção de volume.

Desta forma, os alunos trabalharam a geometria dos sólidos platónicos, que mais tarde viriam a servir de estrutura/forma para a elaboração da árvore de natal, utilizando os mesmos.

Para a realização desta actividade, foram necessárias quatro aulas de noventa minutos e cinco aulas de quarenta e cinco minutos, o que perfez um total de treze aulas [Apêndice IV].

Todas as turmas que trabalharam no projecto do Eco-Natal, foram motivadas e incentivadas a utilizar essencialmente materiais reciclados ou recicláveis, tal como se pode verificar nas planificações a médio prazo, referente a cada uma das turmas.

Numa reunião entre os estagiários e a orientadora de estágio, ficou decidido, que por uma questão de aproximação à realidade, seria uma mais-valia para os estagiários dedicarem-se a uma só turma. No entanto, tal decisão não implicaria que se deixasse de trabalhar com as outras turmas e que se deixasse de trabalhar em grupo. Assim sendo, decidiu-se dividir as turmas por cada um dos estagiários, cabendo a turma 7º 1 à estagiária, Drª Cristina Alves, a turma 7º 3 ao estagiário, Dr Vítor Reis e a turma do 9º 2 à estagiária, Drª Tânia Correia (autora deste relatório).

No final do 1º Período, foi decidido que os professores estagiários, no 2º Período, iriam desenvolver e leccionar uma actividade programática, nas turmas da responsabilidade de cada um, constante na Planificação Anual do 9ºano [Anexo XI].

De forma mais pessoal e individualizada, as actividades do 2º Período foram desenvolvidas de forma diferente, relativamente ao 1º Período, na medida em que cada estagiário trabalhou apenas numa turma.

A partir deste momento, serão apenas referenciadas as actividades que foram desenvolvidas na turma 9º 2, por ser a turma que a autora deste relatório acompanhou durante o 2º período.

Durante o segundo período, de acordo com os conteúdos programáticos para a disciplina de Educação Visual, na turma do nono ano, foi trabalhada a unidade Axonometrias (perspectivas axonométricas). Nesta unidade temática, os conteúdos abordados foram: representação no espaço (onde está inserida a representação da perspectiva cavaleira dimétrica e isométrica) e representação de seis vistas – Método Europeu. Esta unidade foi desenvolvida numa componente teórica e prática, tal como pode ser constatado nas planificações a médio prazo, relativas ao segundo período [Apêndice V].

Estes conteúdos têm como objectivo fazer com que os alunos compreendam a representação no espaço usando a axonometria e o Método Europeu; reconheçam diferentes perspectivas axonométricas; compreendam, através da representação de objectos diferentes, as diferentes axonometrias e as diferentes vistas.

O que foi feito nas Aulas?

No final do segundo período, começou-se a estruturar os conteúdos a serem leccionados durante o período seguinte, para que fosse mais fácil preparar as actividades que entendêssemos desenvolver.

Dando continuidade a todo o trabalho até então desenvolvido na turma, durante o terceiro período, leccionou-se a unidade temática - Design e produtos-, tendo sempre em consideração os factores que determinam a forma dos objectos e a representação técnica dos mesmos.

Depois de todo o desenvolvimento teórico intrínseco à temática, os alunos tiveram de conceber formas obedecendo a alguns princípios de representação normalizada; compreender a geometria plana e a geometria no espaço, como possíveis interpretações e princípios organizadores das formas; conceber projectos e organizar com funcionalidade e equilíbrio os espaços bidimensionais e tridimensionais.

Como forma de aplicarem os seus conhecimentos e a desenvolverem as competências adquiridas, os alunos desenvolveram uma metodologia projectual/ um projecto que lhes permitisse criar uma embalagem, para um produto escolhido por eles [Apêndice VI].

IV.1.1. Educação Visual. Programa do Ministério da Educação e Orientações educativo-curriculares da escola

A educação artística, no ensino, é um elemento essencial para o desenvolvimento dos alunos, na medida em que lhes permite desenvolver o pensamento artístico, ter uma percepção estética do mundo que os rodeia, proporciona-lhes a prática, a experimentação e o sentido de organização e respeito pelas actividades desenvolvidas, por cada indivíduo e pelos colegas. A arte permite que os alunos desenvolvam o seu sentido crítico, a sua sensibilidade e apela à imaginação aquando da realização das actividades artísticas que lhes são propostas, fazendo com que estas competências sejam depois aplicadas noutras disciplinas e no seu quotidiano.

A educação artística está presente na aprendizagem do aluno, em todo o ensino básico, acompanhando-o até ao Terceiro Ciclo de forma obrigatória. Tem vindo a evoluir no sentido de cativar e a motivar os alunos para a sua aprendizagem, levando-os a compreender a importância da componente artística, no dia-a-dia e na sociedade.

Contrariamente ao que se passa noutras disciplinas, o ensino artístico é essencialmente prático. É esta componente que motiva os alunos, de hoje em dia, à aprendizagem de novos conteúdos e conceitos, marcando, desta forma, uma assiduidade constante neste tipo de aulas.

É ao longo do ensino básico, mais concretamente no Primeiro e Segundo Ciclos, que os alunos desenvolvem e sistematizam as suas aprendizagens, mas é no Terceiro Ciclo que estas aprendizagens passam a ter um carácter mais especializado levando-os a aprofundarem os seus conhecimentos, métodos e competências que posteriormente vão ser aplicados nas suas vidas profissionais e sociais.

No Terceiro Ciclo, os alunos têm ao seu dispor uma variedade de áreas artísticas para que possam optar pela área que mais lhes agrade, orientando, desta forma, as suas capacidades, para um ramo mais específico. Estas áreas estão dependentes de cada escola que o aluno frequente, dado que algumas dessas áreas são opcionais.

Assim, quando os alunos chegam ao sétimo ano têm no seu horário várias disciplinas novas de carácter obrigatório, entre as quais a disciplina de Educação Visual. Para além desta disciplina de ensino artístico, o aluno terá de optar por uma outra disciplina desta área, tendo em conta a oferta que a escola onde está inserido lhe proporciona, como por exemplo, Educação Musical, Oficina de Artes, Teatro, Dança, entre outras.

No que respeita à disciplina de Educação Visual, o seu processo de individualização, ao longo dos vários ciclos, pode ser encarado da seguinte forma: no Primeiro Ciclo, os alunos têm Expressão Plástica e um primeiro contacto com a descoberta dos elementos ligados à tecnologia; no Segundo Ciclo, têm a disciplina de Educação Visual e Tecnológica; no Terceiro Ciclo, a disciplina anteriormente referida é desdobrada, passando os alunos a usufruírem, dentro da educação artística, da disciplina de Educação Visual e outra opcional e da disciplina de Educação Tecnológica.

A disciplina de Educação Visual, no Terceiro Ciclo, surge, desta forma, individualizada de qualquer outra componente. O seu principal objectivo é a apreensão dos elementos disponíveis no Universo Visual. É nesta disciplina que os alunos adquirem determinadas competências para as quais, até então, ainda não foram "educados", tais como, a educação para a percepção visual; expressão livre e design, como forma de abordar o mundo que os rodeia, e para a organização da sua realidade e de si mesmo.

Cada vez mais, os alunos são confrontados com a educação do olhar e do ver, dado que a capacidade de observar está a diluir-se devido à excessiva quantidade de informação visual a que os mesmos são sujeitos. Mas estes não gostam de "perder tempo" a olhar e a observar. Por isso existe a necessidade de os motivar a adquirirem determinadas competências, tais como: saber descriminar as formas e as cores; saber e ser capaz de criticar ao contemplar uma obra; saber representar plasticamente aquilo que lhes vai no pensamento, de forma estruturada, entre outras previstas constantes nas orientações curriculares da disciplina em questão. Estas competências prevêem uma dinâmica, por parte dos alunos, no que respeita à capacidade de descoberta, à utilização de linguagem adequada, quando é referida a interpretação estética e artística do Mundo e a capacidade crítica e participativa.

Para que os alunos tenham sucesso nestas competências de carácter específico têm de saber aplicar correctamente a aprendizagem que lhes é imposta a cada situação, ou seja, os alunos, para atingirem o sucesso, terão de fazer prova de algumas competências específicas no domínio da linguagem artística, tais como a Fruição-contemplação, Produção-criação e Reflexão-interpretação [Anexo VII].

Essas competências dividem-se essencialmente em duas partes, a comunicação visual, que está relacionada com os aspectos expressivos e fisionómicos dos objectos, e os elementos da forma, que está relacionado com a percepção dos aspectos formais.

No que respeita ao Terceiro Ciclo, a comunicação visual tem como propósito levar os alunos a saber ler e interpretar narrativas nas diferentes linguagens visuais; descrever acontecimentos aplicando metodologias do desenho de ilustração, da banda desenhada ou do guionismo visual; reconhecer, através da experimentação plástica, a arte como a expressão do sentimento e do conhecimento; compreender que as formas têm diferentes significados de acordo com os sistemas simbólicos a que pertencem; conceber organizações espaciais dominando regras elementares da composição; entender o desenho como meio para a representação expressiva e rigorosa das formas e a conceber formas, obedecendo a alguns princípios de representação normalizada.

Já os elementos da forma têm como propósito, levar os alunos a saber representar expressivamente a figura humana compreendendo relações básicas de estrutura e representação; compreender a geometria plana e a geometria no espaço como possíveis interpretações da natureza e princípios organizadores das formas; compreender as relações do Homem com o espaço: proporção, escala, movimento, ergonomia e antropometria; entender visualmente a perspectiva central ou cónica recorrendo à representação, através do desenho de observação; conceber projectos e organizar com funcionalidade e equilíbrio os espaços bidimensionais e tridimensionais; compreender através da representação de formas, os processos subjacentes à percepção do volume; compreender a estrutura das formas naturais e dos objectos artísticos, relacionando-os com os seus contextos; perceber os mecanismos perceptivos da luz/cor, síntese aditiva e subtractiva, contraste e harmonia e suas implicações funcionais; aplicar os valores cromáticos nas suas experimentações plásticas e criar composições a partir de observações directas e de realidades imaginárias utilizando os elementos e os meios da expressão visual [Anexo VII].

Apesar de existirem orientações curriculares para as várias disciplinas do ensino, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, cabe a cada escola e a cada docente organizar os conteúdos previstos tendo em conta a realidade dos seus alunos, de modo a que o ensino seja o mais eficaz. Desta forma, e no que respeita em concreto à disciplina de Educação Visual, os docentes podem abordar os conteúdos previstos para a sua disciplina de forma não sequencial, se o docente considerar que a nova sequência vai ao encontro do Projecto Educativo da sua escola e à realidade dos alunos. É essencial que os professores façam chegar os conteúdos aos alunos, de forma lúdica, utilizando métodos de ensino/aprendizagem, para

que estes despertem o interesse e a motivação pela aprendizagem do ensino artístico. No entanto, o desenvolvimento da disciplina de Educação Visual deve fazer-se, sempre que possível, em articulação com as outras disciplinas inseridas no currículo dos alunos, concretizando-se numa forma interdisciplinar, como já foi explicado em capítulos anteriores.

Quanto às diferentes explorações possíveis dos conteúdos da disciplina, como o desenho, a escultura, a pintura, entre outros, estes devem continuar intrínsecos apenas à disciplina, pois só a prática sistemática dessas diferentes áreas permitirão ao aluno fazer progredir o seu pensamento de forma positiva e estrutural / estruturada.

Com o Ajustamento do Programa da Disciplina de Educação Visual – 3º Ciclo, está previsto que um aluno que não consiga, por qualquer motivo, adquirir as competências necessárias de fim de Ciclo, possa realizar um Exame de Equivalência à Frequência no qual prestará prova dos seus conhecimentos, relativos a todo o Terceiro Ciclo, podendo, desta forma, concluí-lo, se estiver em condições para tal.

Já foi referido, em capítulos anteriores que o Projecto Educativo de Escola é um documento que estabelece a orientação educativa do agrupamento de escolas. Nele devem estar explicados os princípios, valores, metas e estratégias segundo os quais o agrupamento se propõe cumprir a sua função educativa.

É um documento que é elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão das escolas, devendo ser previsto para ter a duração de três anos.

Este documento deve ser composto pela caracterização do contexto de acção educativa (dados demográficos do concelho e uma visão global do concelho em que está inserida a escola); caracterização escolar (agrupamento, alunos, corpo docente e não docente); identificação dos problemas prioritários do agrupamento; desenvolvimento do projecto educativo, ou seja, quais são as suas potencialidades, constrangimentos, qual é o plano de acção; estruturas e metodologias que devem ser utilizadas para colocar o projecto em prática; instrumentos de execução do projecto (Projecto Curricular de Escola, Projecto Curricular de Turma, Plano Anual de Actividades, Plano de Melhoria, Plano de Formação, Parcerias, Protocolos e outros Projectos que possam existir e o Regulamento Interno da escola); dinamização, acompanhamento e avaliação e, finalmente, a divulgação.

Deste modo, quando um docente é colocado numa escola, deve ter em atenção o seu Projecto Educativo e todos os seus instrumentos para a execução desse projecto. Depois de compreender o meio em que a escola está inserida e ter consciência de todas as suas potencialidades e dos seus constrangimentos, o docente deve centrar-se:

- Nas prioridades educativas;
- Na estrutura curricular da escola, ou seja, inteirar-se das áreas curriculares e da carga horária semanal a ela associada, focando a sua atenção para a sua área, neste caso particular mais propriamente para a disciplina de Educação Visual, cuja carga horária no nono ano é de 1,5 horas;
- Na estrutura curricular de escola onde existem as áreas curriculares não disciplinares, onde qualquer docente está habilitado para a sua docência, tendo em conta algumas

referências dadas pelo Ministério da Educação, como por exemplo, o facto de Formação Cívica ser uma área que deverá ser dada pelo Director de Turma, ou Área de Projecto, no 8º ano, ser uma área que terá de ser leccionada pelo docente de Tecnologia da Informação e Comunicação;

- Modalidades e estratégias de apoio educativo;
- Actividades e estratégias de apoio educativo;
- Actividades de enriquecimento curricular;
- Avaliação das aprendizagens;
- Critérios de distribuição de serviço docente;
- Critérios de distribuição de turmas;
- Orientações e estratégias para a implementação do projecto curricular de escola, onde estão definidos os recursos/estratégias, o projecto curricular de turma (onde deve ser definida a sua estrutura e os mecanismos de avaliação da sua implementação) e finalmente a avaliação do próprio projecto curricular de escola, onde estão definidos os critérios de avaliação das áreas curriculares não disciplinares e de apoio ao estudo.

Depois de os docentes terem uma visão globalizante do funcionamento da escola, das suas prioridades educativas, dos seus constrangimentos e das potencialidades, o docente deve tomar consciência do seu grupo de trabalho. Tal como já foi referido num capítulo anterior, são nos Conselhos de Turma que se devem tomar as decisões referentes a um grupo de alunos em concreto. Para isso, é importante desenvolver um Projecto Curricular de Turma. Também já foi referido que este documento representa um instrumento imprescindível na gestão do currículo da turma e que tem como finalidade orientar e regular o processo de ensino/aprendizagem dos alunos da turma, visando a sua formação integral e promovendo a realização de aprendizagens significativas facilitadoras da sua integração na escola, na comunidade e no Mundo ["Projecto Curricular de Turma"].[1]

Este documento é um instrumento facilitador, quer do processo ensino/aprendizagem quer da gestão do trabalho da turma. O mesmo é delineado ao longo do ano lectivo tendo como referência a realidade da turma e a vontade e/ou possibilidade do Conselho de Turma o levar à prática.

É então, no decorrer do ano lectivo, que os docentes da turma se vão apercebendo dos interesses e motivação dos alunos, que a constituem, e que lhes vão sugerindo actividades que apreciem, adaptadas às orientações curriculares da sua disciplina. Essas actividades podem estar inseridas no Plano Anual de Actividades da Escola.

O Plano Anual de Actividades da Escola traduz-se num conjunto de ideias que a escola prevê realizar, no decorrer do ano lectivo. Também já foi referido em capítulos anteriores que, neste plano, devem constar os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades, bem como a identificação dos recursos envolvidos. Tem como objectivo a organização de todos os acontecimentos que irão fazer parte do ano corrente, bem como de todos aqueles que ainda poderão vir a fazer parte. Este plano pode e deve ser articulado ou até

mesmo alterado conforme o desenvolvimento do ano lectivo, e a capacidade de resposta por parte das disciplinas.

Segue-se em tabela as actividades/temas desenvolvidas pelas turmas do 7º e 9º ano do Ensino Básico[1].

Tema / Actividade	Turmas do 7º Ano	Turmas do 9º Ano
A Escola Nova • Visita às novas instalações	X	X
Ciência em movimento • Viagem 3 D ao Corpo Humano		X
"Passe, Cidadão" • Visita à Exposição dos 100 anos da República	X	X
"Um percurso ao Megalítico português" • Visita de Estudo a Évora	X	
"Comemoração Halloween" • Concurso "Vassouras de Bruxa" • Baile e Concurso de Máscaras	X	X
"Mês Internacional das BE" • Concurso "Mascote para a Biblioteca da Escola" • Exposição "100 anos de República"	X	X
Campeões da Matemática • Pré-Olimpíadas da Matemática • Olimpiadas da Matemática	X	X
Tradições da nossa terra • Os magustos	X	X
Campanha Solidária • Peditório Nacional da AMI • XV Peditório Nacional da Associação ABRAÇO	X	X
Integrar a diferença • Comemoração do Dia Internacional de Pessoa com Deficiência	X	X

Tabela 04 – Tema / Actividades desenvolvidas pelas turmas do 7º e 9º ano [Anexo IX]

[1] Por motivos de informação confidencial a Escola não facultou o documento.

Tema / Actividade	Turmas do 7º Ano	Turmas do 9º Ano
Flash Mob	X	X
O Natal na Escola • Projecto Porta Aberta • Feira do Livro • Livros com filhós • Canções de Natal • Cacau com filhós • Ceia de Natal • Cabaz de Natal	X	X
Desporto na Escola • Corta Mato Escolar	X	X
Tradições Natalícias • Janeiras • Dia de Reis	X	X
Família e Escola • Conta-me Como Se Faz...	X	X
O Desporto na Escola • Mega Sprinter • Mega Km • Mega Salto	X	X
Comemorar a República • Percurso Histórico: Castelo Branco e a República		X
Visita de Estudo à Escola de Saúde de Castelo Branco		X
Festas e Tradições • Comemorar o Carnaval	X	X
Feira de Jogos de Matemáti-ca – 21 a 25 de Março 2010	X	X
Comemoração do Dia do Inglês	X	X
Semana da Leitura (14-18 Março) • Encontro com escritora • Feira do Livro • Palestras, teatro, sessões de leitura... • Oficinas de Ilustração	X	X
Dia mundial da Árvore e da Poesia • Concurso *"Rimas e versos"* • Concurso de Poesia 1. Os mais lindos poemas 2. Poesia nas árvores 3. E-book poético	X	X
Comemorar a República • Visita de Estudo: 1. Um percurso na Arte portuguesa	X	
Visita de Estudo a Barcelona		X
Integrar a diferença • Comemoração do Dia Internacional do Autismo	X	X
O Dia da Arte	X	X
O Dia da Informática	X	X
Comemoração do Dia da Europa	X	
Dia Mundial do Livro • A gruta das Lendas	X	X

Tabela 04 – Tema / Actividades desenvolvidas pelas turmas do 7º e 9º ano [Anexo IX] (continuação)

Tema / Actividade	Turmas do 7º Ano	Turmas do 9º Ano
Festas e tradições • Comemorar a Páscoa	X	X
Avalon Theatre Company	X	X
Exposição de trabalhos de Matemática	X	X
À descoberta da cidade • Photo Paper (4 de Maio)	X	X
Feira dos Minerais e Fósseis	X	X
Palestra: "100 anos de Ciência - Perspectivas futuras		X
Récita: "CentaRepública"	X	X
A República Hoje • Visita de Estudo ao Palácio de Belém	X	X
"100 anos de República, 100 anos de Ciência" • Exposição de trabalhos	X	X
<<A Arte na República>>	X	X
A Intervenção Precoce • Sessão de esclarecimento	X	X
A Inclusão e as N.E. Especiais • Sessão de esclarecimento	X	X
Semana das Expressões	X	X
Exposição de Trabalhos	X	X
Actividades de encerramento do ano lectivo • Entrega de Prémios • Festa de Finalistas	X	X
Actividades de carácter permanente ao longo do ano lectivo		
A democracia em acção: • Parlamento Jovem	X	
Plano Nacional de Leitura • Concurso de Ditado Inter-Turmas e Interescolar	X	
SuperTmatik: • Língua Portuguesa • Ciêncuas naturais • Cálculo Mental • Inglês • Francês	X	X
Testes Intermédios	X	X
A República Hoje • Porta Aberta • A República em 100 desenhos	X	X
Quadros Competitivos do Desporto Escolar	X	X
Projecto "Equamat"	X	X
Quiosque escolar	X	X
Projecto "Literacias da Informação"		X
Concurso "Pilar Moreno"		X
Plano Nacional de Leitura • Concurso Nacional de Leitura • Camões um poeta Genial • Quem conta um conto ...	X	X
Coolabora - Igualdade do Género	X	X

Tabela 04 – Tema / Actividades desenvolvidas pelas turmas do 7º e 9º ano [Anexo IX] (continuação)

Para além do trabalho do docente conjuntamente com os outros docentes, da mesma área ou de áreas diferentes, existe o trabalho individual, ou seja, o trabalho que diz respeito apenas à disciplina que o mesmo lecciona. Assim sendo, no início do ano lectivo, o docente deve reunir documentos (tais como, programas, planificações de anos anteriores e livros; marcar as férias, feriados e momentos de reuniões intercalares); calcular o número de aulas disponíveis ao longo do ano; analisar cuidadosamente os textos do programa; analisar as características gerais da população escolar; organizar e ordenar os conteúdos em blocos - unidades de ensino - de modo que cada bloco constitua um todo coerente de aprendizagem a realizar, definindo os objectivos gerais que deverão ser alcançados; Identificar os conteúdos que, em princípio, se prestam a um tratamento interdisciplinar; delinear estratégias adequadas que possibilitem aos alunos alcançar os objectivos pretendidos para que os mesmos venham a obter sucesso na disciplina e distribuir, aproximadamente, o tempo disponível pelas diversas unidades temáticas. Este trabalho deve ser efectuado entre o grupo de professores que irá leccionar a mesma disciplina, independentemente do ano escolar, constituindo o Plano a Longo Prazo da disciplina.

No que concerne à disciplina de Educação Visual para a turma do 9º 2, segue em Anexo XI, a **Planificação a Longo Prazo** que foi efectuada, pelo grupo de trabalho de docentes de Educação Visual que está inserido no Departamento de Expressões, no início do ano lectivo em questão.

Salienta-se que este plano não é estanque cabendo portanto a cada docente da disciplina gerir da melhor forma o que foi aprovado, depois da planificação ter sido aprovada em departamento. Desta forma, apesar de existir um plano a ser seguido, é a cada docente, de acordo com a motivação e os interesses da turma, que cabe definir as estratégias a implementar com os seus alunos; definir o encadeamento das actividades, como por exemplo, área de projecto e visitas de estudo; definir os processos de avaliação que melhor se adequam aos seus alunos; calendarizar os conteúdos ao longo do ano, de acordo com o tempo disponível [Anexo XI].

O trabalho do docente, no que respeita a planificações, não se encontra ainda finalizado. Para que no decorrer das aulas tudo decorra de acordo com as intenções pretendidas e que os alunos apreendam os conteúdos leccionados, é necessário que os docentes planifiquem de forma mais pormenorizada os conteúdos aproximando-os à realidade das suas aulas, durante cada período lectivo. É desta forma que surge a planificação a médio prazo.

A **planificação a médio prazo** deve ser elaborada tendo em conta a planificação anual. Cada professor deve seleccionar os conteúdos, objectivos, recursos e estratégias a aplicar na matéria a leccionar. Para a realização de uma planificação a médio prazo, o professor deve ter em conta a: identificação e ordenação dos conteúdos; definição dos objectivos correspondentes aos conteúdos; identificação dos conteúdos, novos conceitos e pré-requisitos necessários à aprendizagem a desenvolver; definição das estratégias a implementar mais adequadas à situação pedagógica e aos objectivos a atingir; identificação dos materiais e dos recursos físicos

e humanos existentes; definição dos modos (técnicas) de avaliação e a distribuição das aulas pelos diferentes conteúdos [Apêndice V e Apêndice VI].

É a planificação a médio prazo que serve de guia para a elaboração do **plano de aula** do docente. No plano de aula o docente deve indicar o número da aula, a data, o tempo, os conteúdos que irão ser abordados, os objectivos que pretende que os alunos alcancem, os materiais necessários para aula, a metodologia, as estratégias, o sumário, e observações pessoais do docente após as finalização da aula [Apêndice V.1 e Apêndice VI.1]

IV.1.2. Estratégias e avaliação da intervenção. Justificação da sequenciação das aulas e restantes actividades

No desenvolver das aulas do primeiro período, os professores estagiários tiveram a oportunidade de conhecer melhor as turmas, com quem decidiram trabalhar. Foi também nesta fase em que se observava tudo o que se ia passando dentro da sala de aula, que fez com que conhecessem, de forma mais próxima, os interesses, motivações e aptidões dos alunos.

Com conhecimento da caracterização de cada turma, através do primeiro conselho de Turma, foi possível seguir de forma orientada as intervenções e estratégias que haviam sido desenvolvidas em anos anteriores e as que foram necessárias manter no ano lectivo que está a findar.

Foi no decorrer das aulas leccionadas, pela professora orientadora cooperante, Drª Graça Gil, que foi possível verificar algumas das estratégias utilizadas, para o desenvolvimento das aulas e a prática das actividades. Foi de forma interactiva que as aulas decorrem habitualmente. A utilização de recursos didácticos, tais como o retroprojector, o computador e o videoprojector, estimularam nos alunos o interesse e a capacidade de estarem mais concentrados. Apoiadas neste facto, as aulas desenvolvidas na turma do 9º 2, foram ao encontro daquilo que até aqui havia sido bem sucedido.

Dessa forma, as aulas correspondentes à unidade de trabalho que à autora deste relatório competia leccionar, foram implementadas da seguinte forma:

1º Período (Eco-Natal):

Para a turma do 7.º 1 foi proposto a realização de um Boneco de Neve onde se pretendia que os alunos desenvolvessem competências específicas, que se enumeram a seguir:

1. Compreender a estrutura não apenas como suporte de uma forma mas, também, como princípio organizador dos elementos que a constituem;
2. Compreender a geometria plana e a geometria no espaço – planificar;
3. Compreender através da representação de formas, os processos subjacentes à percepção do volume.

Ao longo da actividade desenvolvida os alunos foram adquirindo todas as competências específicas que foram propostas, para o desenvolvimento da mesma. Os alunos trabalharam com afinco e motivados, desenharam e decoraram bonecos de neve, com o intuito de se

escolher a decoração mais adequada para a realização do boneco de neve em tamanho real (1,6 metros de altura), o que se saldou numa actividade bem sucedida [Apêndice II].

Para a turma do 7.º 3 foi proposto a realização de uma Árvore de Natal, onde se pretendia que os alunos desenvolvessem as mesmas competências específicas, que na turma do 7º.1 (para o Boneco de Neve).

As competências específicas foram adquiridas e esta turma também de dedicou e mostrou-se interessada, realizando maquetas de estudo, nas quais se inspiraram para a realização da Árvore de Natal em tamanho real de 4 metros de altura [Apêndice III].

Para a turma do 9.º 2 foi também proposta a realização de uma Árvore de Natal só que agora com alguns sólidos platónicos (cubo, octaedro e dodecaedro), onde se pretendia que os alunos desenvolvessem competências específicas, enumeradas a seguir:

1. Compreender a estrutura não apenas como suporte de uma forma mas, também, como princípio organizador dos elementos que a constituem;
2. Compreender a geometria plana e a geometria no espaço – planificar;
3. Compreender através da representação de formas, os processos subjacentes à percepção do volume.

Os alunos foram adquirindo todas as competências específicas propostas. De um modo geral os alunos trabalharam com moderação e alguma motivação. A actividade acabou por ser bem sucedida, com empenho e colaboração por parte dos professores estagiários de da professora orientadora cooperante [Apêndice IV].

No 2º Período, as actividades desenvolvidas, pela autora deste relatório, foram então conduzidas exclusivamente à turma do 9º 2.

2º Período (AXONOMETRIAS):

A unidade de trabalho - Axonometrias - foi alvo de desenvolvimento para as aulas assistidas. Esta unidade de trabalho foi desenvolvida durante 3 aulas de 90 minutos e 3 aulas de 45 minutos. Para todas as aulas de 90 minutos, foi elaborado um plano de aula. Sendo que nas aulas de 90 minutos era implementada a matéria aos alunos através de instrumentos de auxílio, tais como, videoprojectores, computador (recorrendo ao Power-Point), o manual adoptado, utensílios de desenho – régua, esquadro e compasso.

Após terem estado atentos à apresentação da matéria, os alunos tiveram espaço para tirar dúvidas. Em cada aula de 90 minutos foi ainda lançada uma ficha de trabalho, para que os alunos pudessem desenvolver e praticar os conhecimentos adquiridos. As aulas de 45 minutos serviram de apoio à realização e conclusão das fichas de trabalho [Apêndice V, Apêndice V.1, Apêndice V.2, Apêndice V.3, Apêndice V.4]

3º Período (O QUE É O DESIGN?):

No âmbito da unidade de trabalho "O que é o design?", foi sugerido que se desenvolvesse a concepção de uma embalagem. Esta actividade teve uma duração de 6 aulas de 90 minutos e 5 aulas de 45 minutos. Pretendeu-se que o aluno desenvolvesse a

representação técnica de uma forma, que dominasse a metodologia projectual e que conseguisse transmitir à turma o trabalho que desenvolvera através de uma apresentação.

Desta forma, foi apresentado à turma um Power-Point e um vídeo que ilustrava, de forma simples, os passos necessários para a concepção de uma embalagem. Nessa mesma aula, e aproveitando o facto de um dos estagiários ser Licenciado em Design (DrªCristina Alves), foi pedido à mesma que apresentasse aos alunos a criação de uma embalagem feita pela própria. Após os alunos terem percebido a metodologia necessária para a concepção da embalagem, foi-lhes proposto que se colocassem no papel de designers e que criassem uma embalagem para um determinado produto, à escolha de cada um. Os alunos tiveram de organizar bem o tempo que lhes restava e desenvolverem o projecto, até à data prevista, para apresentarem as suas embalagens à turma [ver anexo da unidade de trabalho "o que é o design?" - Apêndice VI, Apêndice VI.1, Apêndice VI.2, Apêndice VI.3, Apêndice VI.4]

IV.2. Resultados obtidos

1º Período, actividades realizadas pelo núcleo de estágio em cada das seguintes turmas:

7º1 (Boneco de Neve) [Anexo XII]:

Esta actividade foi proposta à turma de forma a integrar-se no plano anual de actividades destinadas à comunidade escolar.

A proposta foi aceite positivamente pelos alunos o que nos proporcionou uma maior motivação para a sua execução.

O trabalho foi desenvolvido ao longo de 11 aulas, com componente teórica e parte prática que ajudaram à compreensão e aquisição das competências por parte dos alunos.

Esta actividade foi ao encontro dos conteúdos programáticos propostos na planificação anual da escola. Na parte teórica foi-lhes leccionada a planificação do cone e do cilindro, as quais tiveram que praticar para posteriormente elaborarem os chapéus do Boneco de Neve.

A turma foi dividida em 5 grupos de trabalho e cada um deles tinha tarefas a cumprir:

- Esfera 1, mais pequena (professor estagiário Vítor Reis);
- Esfera 2, maior (professor estagiário Vítor Reis);
- Chapéus e nariz (professora estagiária Tânia Correia);
- Olhos, boca e cachecol de tecidos (professora estagiária Cristina Alves);
- Placa com as letras em alto-relevo (professora orientadora cooperante, Dr.ª Graça Gil).

Os alunos chegaram ao fim da actividade com uma visão mais alargada da forma como se elabora uma estrutura em arame e rede de galinheiro, a qual foi posteriormente recoberta com papel de jornal embebido em cola branca diluída em água. A pintura do boneco de neve foi feita com tinta acrílica de cor branca.

A cartola foi conseguida e elaborada através da planificação do cilindro, onde foi posteriormente recoberta com papel de jornal embebido em cola branca diluída em água. A pintura da cartola foi feita em tinta acrílica de cor vermelha e decorada com estrelas, feitas pelos alunos, com cartolina de cor dourada e prateada.

O nariz foi conseguido e elaborada através da planificação do cone, sendo posteriormente pintado a tinta acrílica de cor de laranja.

Os olhos foram feitos com pompons realizados pelos alunos, utilizando desperdício de lãs, e colados sobre uma cartolina ondulada de cor branca.

Também foram colocados 3 pompons na barriga do Boneco de Neve.

A boca foi feita com rolhas de cortiça e pintadas com tinta acrílica de várias cores.

Para a elaboração do cachecol foram cortados rectângulos de tecidos de várias cores e cozidos com lã.

Por último a placa e as letras foram feitas com cartão duplo recortadas e pintadas com tinta acrílica de cor castanha e as letras de cor preta.

Na nossa opinião a actividade foi concluída com sucesso, tendo em conta os métodos de trabalho utilizados, distribuição de tarefas por grupos e assistência, por parte da professora e estagiários, à turma.



Figura 13 . Estrutura para o Boneco de Neve



Figura 14 - Construção do Chapéu para o Boneco de Neve



Figura 15 - Construção do Boneco de Neve



Figura 16 - Produto Final do Boneco de Neve

7º3 (Árvore de Natal-Cone) [Anexo XIII]:

A proposta também foi bem aceite pelos alunos motivando a sua execução.

O trabalho foi desenvolvido ao longo de 9 aulas, dentro das quais uma parte teórica e uma parte prática que contribuiu para a compreensão e aquisição das competências, por parte dos alunos.

Esta actividade foi ao encontro dos conteúdos programáticos propostos na planificação anual da escola.

Na parte teórica foi-lhes leccionada a planificação do cone e os alunos tiveram oportunidade de fazer a maquetização do cone de forma individual que serviu de modelo para posterior realização da Árvore de Natal com 4 metros de altura.

Para a realização desta actividade foram aproveitados os cartões que vinham nos tampos das mesas da escola.

As tarefas passavam por seleccionar os cartões em boas condições e retirar agrafos e abrir as abas, até ficaram espalmados, com um formato rectangular.

Posteriormente estas placas de cartão foram alinhadas e coladas com fita-cola, até ter um rectângulo gigante.

Foi traçado um semi-circulo para obter a base do cone, através de um fio de lã e um marcador (compasso).

Após recortar o excesso, iniciou-se o desenho das estrelas de 2 tamanhos distintos, através de moldes de cartão, tentando assim fazer um padrão.

A pintura do Árvore de Natal foi feita com tinta sintética de cor prateada.

Após a secagem, procedeu-se à montagem do cone utilizando fita-cola.

Depois de erguida e colocada no local definido inicialmente, foram aplicadas no interior holofotes para criar reflexos na envolvente.

Na opinião do núcleo de estágio a actividade foi concluída com sucesso, tendo em conta os métodos de trabalho utilizados.



Figura 17 - Maquetização individual e personalizada do cone



Figura 18 - Árvore de Natal exposta no Exterior da Escola Figura



19 - Árvore de Natal Exposta no Exterior da Escola (à noite)

9º2 (Árvore de Natal_sólidos platónicos)

O trabalho foi desenvolvido ao longo de 13 aulas, também com componente teórico-prática para garantir aos alunos, a compreensão e aquisição das competências.

Esta actividade foi ao encontro dos conteúdos programáticos propostos na planificação anual da escola.

Na parte teórica foi-lhes leccionada a planificação de alguns sólidos platónicos (cubo, octaedro e dodecaedro) e cada aluno teve de desenha-los rigorosamente nas cartolinas de 3 cores: vermelho, dourado e prateado.

Cada aluno teve de planificar, cortar, construir e colar 3 séries dos sólidos platónicos.

A Árvore de Natal foi construída sobrepondo os sólidos, uns em cima dos outros, até criar uma espécie de pirâmide.

Os alunos trabalharam de forma regular construindo tridimensionalmente o cubo, o dodecaedro e o octaedro para a construção da Árvore de Natal.

Esta actividade concluiu-se com sucesso, na opinião do núcleo de estágio, tendo em conta os métodos de trabalho utilizados.

Esta Árvore de Natal teve um bom impacto na comunidade escolar por ser diferente do habitual.



Figura 20 - Árvore de Natal - Sólidos Platónicos

2º Período

9º2 (Axonometrias)

Esta actividade foi desenvolvida por um período de 9 aulas, com uma componente teórico e uma componente prática para que os alunos apreendessem a componente lectiva e adquirissem as competências estipuladas.

Esta actividade, assim como as restantes actividades, foram ao encontro dos conteúdos programáticos que constam na planificação anual da escola.

Numa primeira fase teórica, foi-lhes feita uma apresentação em power-point, da matéria, passando da projecção Diédrica, que até aqui tinham abordado e passando para a Axonometria. Desta forma, foi enquadrada a Perspectiva, abordando a perspectiva cavaleira, dimétrica e isométrica, seguindo da explicação mais individualizada de cada uma. Depois da apresentação os alunos elaboraram fichas de trabalho sobre as várias perspectivas axonométricas que tinham aprendido.

Cada aluno teve a possibilidade de desenvolver a actividade individualmente para que esta depois fosse avaliada.

Inicialmente, os alunos reagiram de forma pouco agradável à matéria, no entanto com o desenvolver da mesma, foram ganhando prática e gosto pelos seus trabalhos, superando as expectativas de alguns deles. O trabalho acabou por ser bem sucedido e grande parte dos alunos adquiriram as competências desejadas.

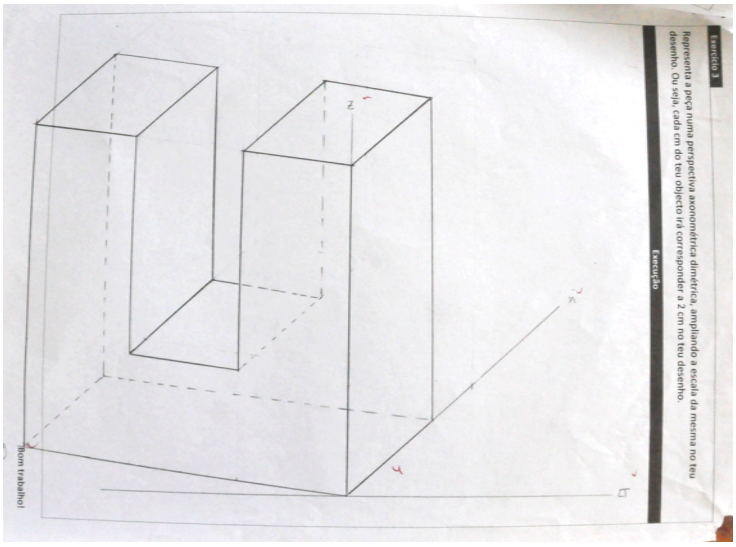


Figura 21 - Exemplo de Resolução de uma Ficha de Trabalho

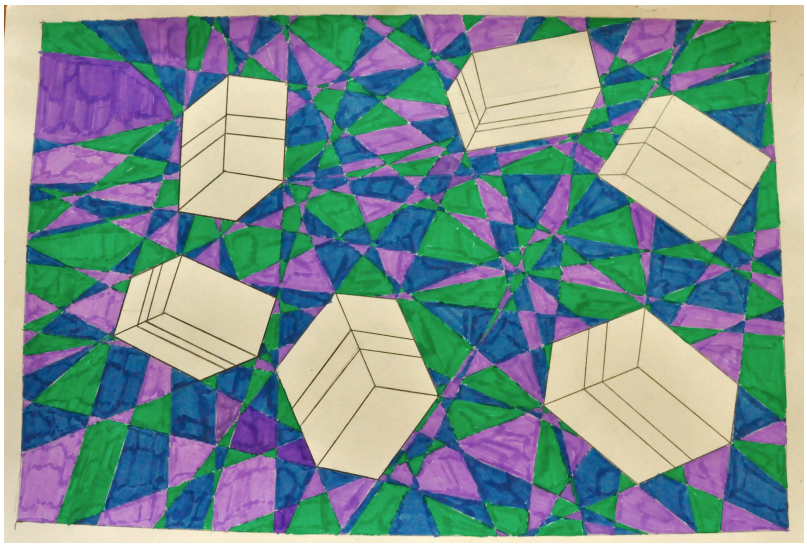


Figura 22 - Resultado Final do Trabalho – Axonometrias

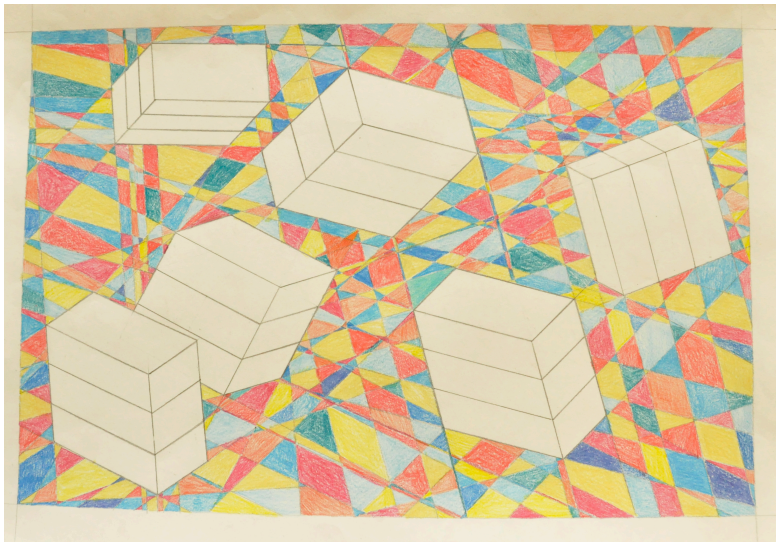


Figura 23 - Resultado Final do Trabalho - Axonometrias

3º Periodo

9º2 (“O que é o design?”)

O trabalho foi desenvolvido ao longo de 11 aulas, com a componente teórico-prática para permitir e garantir que os alunos compreendessem e adquirissem as competências desejadas.

Esta actividade, tal como as restantes actividades anteriores, foi ao encontro dos conteúdos programáticos propostos na planificação anual da escola.

Numa primeira fase teórica foi-lhes feita uma apresentação em power-point, fazendo o enquadramento de “o que é o design” e algumas diferenças entre a produção artesanal e a produção industrial. Existe ainda a visualização de algumas embalagens, para que os alunos tivessem como referência para a realização do trabalho lançado no final da apresentação.

Cada aluno teve de planificar, cortar, construir e colar uma embalagem para um produto à sua escolha, dando assim espaço à sua criatividade.

O trabalho acabou por ser bem sucedido e os alunos adquiriram as competências e a essência da criação de uma embalagem e os cuidados e preocupações que devem ter, se esta for comercializada.

Os alunos trabalharam de forma regular e aceitaram esta proposta como um desafio à sua criatividade.

Com a apresentação da embalagem à turma, depararam-se ainda com alguns defeitos que eventualmente não seriam apelativos ou funcionais no produto que escolheram, mas rapidamente se aperceberam disso e oralmente explicaram o motivo de cada passo dado até chegarem ao produto final, e tudo aquilo que ainda poderia ser feito.

Esta actividade concluiu-se com sucesso na opinião dos envolvidos, tendo em conta o desafio proposto e os métodos de trabalho utilizados.



Figura 24 - Apresentação da Actividade na Sala de Aula: "O que é o Design"



Figura 25 - Desenvolvimento da Actividade na Sala de Aula



Figura 26 - Desenvolvimento da Actividade/ Embalagem na Sala de Aula



Figura 27 - Alguns exemplos de embalagens desenvolvidas



Figura 28 - Exemplo de resultado obtido - embalagem para uma garrafa de água

IV.3. Reflexão crítica e propostas de melhoria

Após terem terminado as aulas de observação/avaliação é possível retirar conclusões sobre as actividades desenvolvidas para a Prática de Ensino Supervisionada. Ao longo do ano lectivo foi possível observar as aulas leccionadas pela Professora Orientadora Cooperante, retirando destas a essência e o profissionalismo que vão crescendo com a experiência.

É de referir o empenho dos professores estagiários para com as actividades que foram desenvolvendo. O trabalho, enquanto grupo, foi desenvolvido com êxito. Os alunos conseguiram organizar-se e orientar-se de forma a desenvolverem a actividade proposta.

De forma pessoal, as actividades desenvolvidas pelos estagiários foram directamente motivadoras para os alunos.

Conclusão

O modelo de estágio pedagógico é desenvolvido através da Prática de Ensino Supervisionada. Essa prática de ensino deve ser, no final do ano lectivo, explanada num relatório final cujo intuito é a avaliação global do estagiário, enquanto futuro docente enquadrado numa instituição.

A Prática de Ensino Supervisionada (PES) pretende desenvolver pessoal e profissionalmente o futuro docente. Assume-se como uma componente de formação integradora da formação educacional geral, das didácticas específicas, da formação cultural, social e ética, da formação em metodologias de investigação educacional e da formação na área da docência, que visa o desenvolvimento pessoal e profissional do futuro docente, através da iniciação à prática profissional, num determinado domínio de habilitação para a docência.

Os professores estagiários, da Escola Básica e Integrada Afonso de Paiva, organizaram-se para que existisse uma equipa de trabalho funcional, que promovesse o debate construtivo de ideias entre o grupo e a orientadora levando a que qualquer elemento aprofundasse e melhorasse a sua prestação enquanto docente. Foi num ambiente descontraído, mas responsável que todos levaram a cabo a sua missão.

O primeiro contacto entre os estagiários e a professora orientadora cooperante, Graça Gil, teve lugar no mês de Setembro. Foram calendarizadas sessões de componente lectiva para cada um dos estagiários. Desta forma, foi decidido que os estagiários teriam de observar as aulas da orientadora cooperante e de cada um dos colegas estagiários.

Nesta altura, os estagiários foram alertados para o facto da Escola ainda se encontrar em fase terminal de construção, o que impediu que o ano lectivo se tivesse iniciado na data prevista. Não obstante, os estagiários começaram-no a estruturar.

A escola foi inaugurada no dia 5 de Outubro de 2010. Após a inauguração da escola, os estagiários reuniram-se com a Professora Graça Gil, no dia 7 de Outubro de 2010, e nesse encontro se estabeleceu-se uma ordem de trabalho.

Numa fase inicial e de acordo com o horário da professora cooperante, os estagiários coordenaram os seus horários com os restantes encargos pessoais e profissionais, para que fosse possível conciliar os mesmos, com o estágio.

Seguidamente os estagiários escolheram - de entre as turmas disponíveis - três turmas, nas quais viriam intervir. Assim, foram seleccionadas as turmas 7º 1, 7º 3 e 9º 2.

Assim sendo, os estagiários passam a ter 7 horas semanais de observação e reflexão de sala de aula. Para além das horas de aula, os estagiários e a professora orientadora cooperante estabeleceram que todas as sextas-feiras se reuniriam, entre as 10:00 horas e as 12:00 horas, para reflectirem sobre tudo aquilo que teria sido alvo de trabalho semanal, sobre os documentos necessários para o contributo da leccionação das aulas e das actividades desenvolvidas nas mesmas, e ainda, eram apuradas as planificações para futuras unidades de trabalho.

Com o objectivo de alargarmos e desenvolvermos o nosso futuro enquanto docentes, o grupo de estágio decidiu assistir de forma informal e pontual às aulas de Formação Cívica, pertencente às Áreas Curriculares Não Disciplinares, da professora Graça Gil, a turma 7º 3.

Após se assistir a algumas aulas de Formação Cívica, o grupo de estágio decidiu intervir de forma contextualizada, implementando dentro da sala de aula uma actividade, que foi anteriormente explicada no subcapítulo IV.1.

Após o término do primeiro período, tudo o que foi dito manteve-se com excepção de todos os elementos do grupo de estagiário estarem no activo, com as três turmas em causa. Foi a partir do segundo período que cada um dos elementos passou a ter ao seu encargo apenas uma turma e a desenvolver as actividades e as aulas em função da turma que lhe coubera.

Para a preparação das aulas que iriam ser alvo de avaliação, foi tido em conta as aulas assistidas ao longo do ano, o manual adoptado pela escola, entre outros manuais, textos escritos sobre a observação das aulas dadas pela professora orientadora cooperante, entre outros.

Tendo em conta tudo o que foi anteriormente descrito afirma-se que a concretização deste estágio foi uma mais-valia para o aprofundamento de alguns conteúdos e conceitos. Serviu para discutir e esclarecer metodologias de trabalho e estratégias para aplicar no decorrer das aulas, bem como compreender que estratégias mais adequadas para ensinar determinados conceitos. As sugestões dadas pela orientadora foram críticas bastante construtivas aos trabalhos desenvolvidos pelos estagiários.

Trabalhar com os alunos tornou-se numa tarefa enriquecedora, na medida em que permitiu compreender as suas expectativas relativamente à disciplina de Educação Visual, levando a que se tivesse reflectido sobre as expectativas destes face à disciplina, permitindo definir estratégias de maior interesse e motivação para os discentes.

A proximidade aluno/professor também se promove na sala de aula. É no contexto de sala de aula que se inicia a relação entre o aluno e o professor e é a partir deste contexto que o docente começa a conhecer o aluno um pouco mais do que o historial que lhe é apresentado, no primeiro conselho de turma. Por vezes, um aluno considerado problemático pode deixar de o ser se for "ouvido". Esta capacidade só se vai adquirindo com a experiência em tentar compreender e "chegar" aos alunos. Também a faixa etária, como já foi referido em capítulos anteriores, é significativa no que concerne às motivações e expectativas dos adolescentes. Um docente deve compreender que, consoante a faixa etária que lecciona, deverá adequar a sua prática aos alunos, para que estes se sintam compreendidos e não sintam que as suas motivações e interesses são alheias para o professor.

Relativamente à instituição propriamente dita, julgo que as relações mantidas foram de cordialidade e respeito para com os administrativos e assistentes operacionais da Escola Afonso Paiva.

Pode-se referir que este estágio foi sem dúvida essencial na formação profissional e pessoal.

A integração numa equipa de trabalho a funcionar na sua plenitude foi uma mais-valia para a execução do trabalho. Foi muito importante o diálogo, coordenação e a gestão dos pequenos conflitos internos para que o trabalho de cada um decorresse da melhor forma e para que se alcançassem os objectivos pretendidos.

Aprende-se muito nas aulas durante um curso, mas a maioria dos aspectos focados neste relatório não se aprendem nas aulas e por isso acredito que a nossa integração depende principalmente da nossa predisposição e saber estar, seja nesta ou noutra escola, seja com esta ou outra equipa de trabalho.

Realizar este estágio deveras gratificante e estabeleceram-se laços afectivos, mesmo com aqueles alunos que à partida não existia grande proximidade.

Foi um ano de muito trabalho e pressão mas foi desenvolvido com gosto e foram feitas actividades gratificantes.

Para além das actividades padrão, houve a preocupação de ir mais além. Nesse sentido houve participação nas actividades propostas no plano anual de actividades, colaborando com outros departamentos.

A aprendizagem do aluno, cada vez mais, torna-se num desafio constante para o docente, é com essa realidade que vivemos, e que muitas das vezes nos deparamos com a falta de interesse por parte dos mesmos. Com o intuito de colmatar esse desinteresse, os docentes procuram estimular diariamente a criatividade e a capacidade dos alunos para que estes se sintam mais motivados. Quando necessário, ajustam o programa da disciplina, para que os alunos adquiram as competências desejadas.

A Prática de Ensino Supervisionada vai ao encontro da melhor qualidade de formação dos futuros docentes, quando expostos á prática lectiva de um determinado número de aulas, e submetidos a uma avaliação das competências adquiridas ao longo do processo de formação de um professor.

Em fase de avaliação, os professores estagiários têm de ser capazes de ser autónomos e essencialmente ter adquirido competências ao longo do ano lectivo, ao assistirem às aulas dadas pelo professor orientador.

A avaliação da Prática de Ensino Supervisionada é fundamental para o professor estagiário e para o seu futuro. Desse modo o estagiário deve mostrar-se totalmente empenhado e garantir um bom desempenho.

O estágio garante assim, uma maior capacidade de superar os desafios no âmbito da educação e permite dotar de competências adicionais referentes às actividades enquanto pedagogo e não simplesmente transmissor de conhecimento.

Foi um constrangimento para todo o grupo de estagiários, o facto do arranque do ano lectivo para a Escola Afonso de Paiva, ter sido adiado em consequência do atraso nas obras de construção e requalificação do novo estabelecimento de ensino.

Não obstante este facto, todo o grupo estagiário, foi capaz de alcançar as metas estabelecidas.

Derivado da situação já referida, foi proposto pela professora orientadora o desafio de ser realizado, numa primeira fase, trabalho de grupo (entre os estagiários). Foi assim decidido uma vez que não seria plausível o cumprimento do protocolo, apenas no 1º período, isto é: aulas assistidas ou regências individuais.

Entendeu-se retornar ao protocolado no início do segundo período, estendendo-se esta metodologia até ao terceiro período lectivo. Assim sendo, a cada estagiário, foi afecta uma turma, sendo responsável por uma unidade lectiva (acordada com a orientadora), desenvolvendo individualmente e de forma pessoal, a matéria a ser leccionada, tendo em consideração o programa da disciplina e as normas aprovadas pelo Departamento de Artes.

Durante todo o estágio, foi sempre incentivada e bem recebida a troca de informações, experiências e conteúdos entre o grupo de estagiários.

Entende-se, em jeito de conclusão que o presente ano lectivo, não só cumpriu como superou as adversidades que nos foram impostas por situações às quais somos totalmente alheios, bem como a nível pessoal creio ter sido grandemente enriquecida na qualidade de professora estagiária, no âmbito da docência, e enquanto Mulher.

Bibliografia

Dicionário da Imagem;(LEXIS;19); Fevereiro de 2011; Edições 70,LDA.

Manual de Educação Visual, Educação Visual, 7º e 8º anos / 3º Ciclo do Ensino Básico; António Modesto, Cláudia Alves, Maria Ferrand; Porto Editora; 1ª edição / 3ª reimpressão; 2004.

Ver, Desenhar e Criar, Educação Visual, 7º|8º|9º anos / 3º Ciclo do Ensino Básico; Cristina Carrilho da Graça, Rosário Forjaz, Sara Barriga, Sérgio Ferreira; Lisboa Editora; 1ª edição / 8ª reimpressão; 2010.

VisualMente7 Livro do Professor - A Linha, 7º ano / 3º Ciclo do Ensino Básico; 1ª edição / 1ª tiragem; 1995.

Documentos Oficiais

- **Ajustamento do Currículo Nacional do Ensino Básico.**
- **Currículo Nacional do Ensino Básico** (excerto sobre a Educação Artística – Educação Visual.
- **Plano Anual de Actividades da Escola.**
- **Projecto Educativo, 2007-2010**

Netgrafia

- http://www.dgidc.min-edu.pt/ensinobasico
- http://www.fenprof.pt/?aba=27&mid=115&cat=84&doc=1174 (lei de Bases)
- http://www.min-edu.pt/index.php?s=white&pid=565
- http://static.publico.clix.pt/docs/educacao/rankings2009.pdf
- http://static.publico.clix.pt/docs/educacao/rankings2010.pdf
- http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0392:FIN:PT:PDF

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Escola Básica Afonso de Paiva
Figura 02 - Entrada Principal da Escola
Figura 03 - Zona de Recreio
Figura 04 - Zona de Recreio
Figura 05 - Escola do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva
Figura 06 - Espaços Exteriores Desportivos
Figura 07 - Biblioteca da Escola
Figura 08 - Compartimento de Arrumos da Sala de Aula
Figura 09 - Lavatórios da Sala de Aula
Figura 10 - Sala de Aula
Figura 11 - Sala de Aula
Figura 12 - Sala de Aula
Figura 13 . Estrutura para o Boneco de Neve
Figura 14 - Construção do Chapéu para o Boneco de Neve
Figura 15 - Construção do Boneco de Neve
Figura 16 - Produto Final do Boneco de Neve
Figura 17 - Maquetização individual e personalizada do cone
Figura 18 - Árvore de Natal exposta no Exterior da Escola
Figura 19 - Árvore de Natal Exposta no Exterior da Escola (à noite)
Figura 20 - Árvore de Natal - Sólidos Platónicos
Figura 21 - Exemplo de Resolução de uma Ficha de Trabalho
Figura 22 - Resultado Final do Trabalho - Axonometrias
Figura 23 - Resultado Final do Trabalho - Axonometrias
Figura 24 - Apresentação da Actividade na Sala de Aula: "O que é o Design"
Figura 25 - Desenvolvimento da Actividade na Sala de Aula
Figura 26 - Desenvolvimento da Actividade / Embalagem na Sala de Aula
Figura 27 - Alguns exemplos de embalagens desenvolvidas
Figura 28 - Exemplo de resultado obtido - embalagem para uma garrafa de água

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número de Alunos e sua média de idades
Tabela 02 - Opção individual por idioma estrangeiro
Tabela 03 - Dificuldades Globais e Individuais manifestado por casa/aluno
Tabela 04 – Tema / Actividades desenvolvidas pelas turmas do 7º e 9º ano



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

ANEXOS

Covilhã, Junho de 2011

Índice de anexos

ANEXO I – Decreto – lei nº 75/2008 de 22 Abril..... 79

Anexo II – Decreto – lei nº 6/2001..... 95

Anexo III – Matriz curricular referente ao 3º ciclo..... 103

Anexo IV – Projecto Educativo, 2007-2010..... 105

Anexo V – Cartaz "Marcha do Coração"..... 249

Anexo VI – Caracterização da turma do 9º2..... 251

Anexo VII – Currículo Nacional do Ensino Básico (excerto sobre a Educação Artística – Educação Visual) e respectivo ajustamento 257

Anexo VIII – Articulação entre as diferentes áreas disciplinares e não disciplinares sobre a operacionalização das competências a desenvolver pelos alunos de modo a garantir o sucesso escolar..... 297

Anexo IX – Plano Anual de Actividades da escola..... 299

Anexo X – Plano anual 7ºano..... 313

Anexo XI – Plano anual 9ºano..... 319

Anexo XII – Critérios de Avaliação (critérios e nomenclatura para Avaliação _ Escola)..... 323

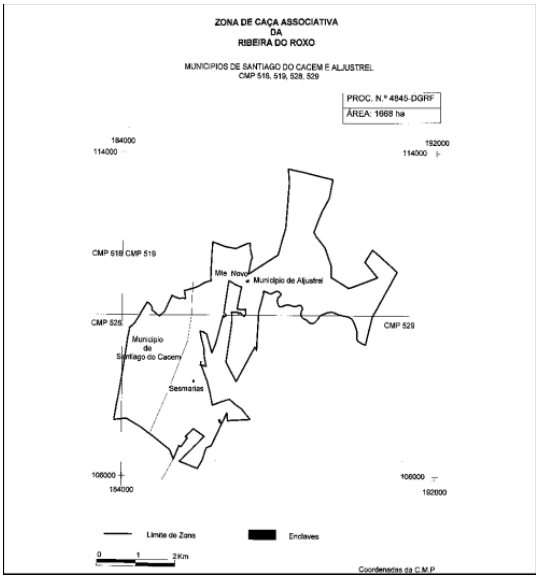
Anexo XIII – Critérios de Avaliação (critérios para Avaliação _ Educação Visual).....327

ANEXO I
Decreto – lei nº 75/2008 de 22 Abril

município de Santiago do Cacém, com a área de 408 ha, perfazendo a área total de 1668 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º A zona de caça concessionada pela presente portaria produz efeitos relativamente a terceiros com a instalação da respectiva sinalização.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Ascenso Luís Seixas Simões,* Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, em 14 de Abril de 2008.



Portaria n.º 309/2008

de 22 de Abril

Com fundamento no disposto na alínea *a*) do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro;

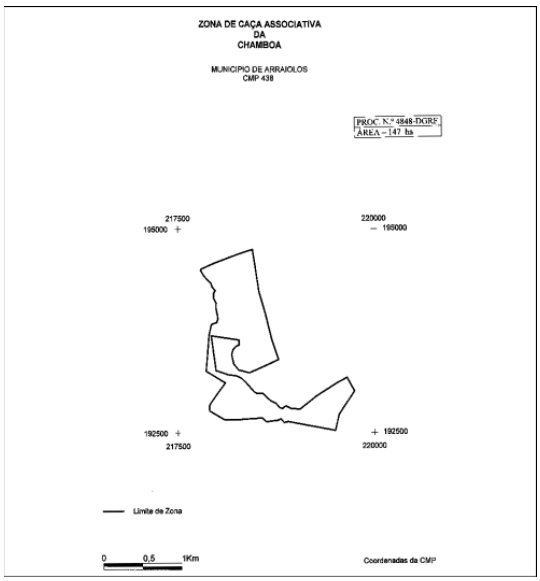
Ouvido o Conselho Cinegético Municipal de Arraiolos:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é concessionada, pelo período de seis anos renovável automaticamente por um único e igual período, à Associação de Caça e Pesca da Raimunda e anexas, com o número de identificação fiscal 508017319 e sede no Monte da Raimunda, Igrejinha, 7040-306 Arraiolos, a zona de caça associativa da Chamboa (processo n.º 4848-DGRF), englobando vários prédios rústicos, sitos na freguesia de Igrejinha, município de Arraiolos, com a área de 147 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º A zona de caça concessionada pela presente portaria produz efeitos relativamente a terceiros com a instalação da respectiva sinalização.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Ascenso Luís Seixas Simões,* Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, em 14 de Abril de 2008.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 75/2008

de 22 de Abril

As escolas são estabelecimentos aos quais está confiada uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se activamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País. É para responder a essa missão em condições de qualidade e equidade, da forma mais eficaz e eficiente possível, que deve organizar-se a governação das escolas.

O programa do XVII Governo Constitucional identificou a necessidade de revisão do regime jurídico da autonomia, administração e gestão das escolas no sentido do reforço da participação das famílias e comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino e no favorecimento da constituição de lideranças fortes.

Entendeu o Governo, no exercício das suas funções, que, antes mesmo de proceder a essa revisão, era possível, dentro do quadro legal existente, reforçar a autonomia e a capacidade de intervenção dos órgãos de direcção das escolas para reforçar a eficácia da execução das medidas de política educativa e da prestação do serviço público de educação. Nesse sentido, o Ministério da Educação estabeleceu a prática de reunir regularmente com os conselhos executivos, delegou neles competências da administração educativa, atribuiu-lhes funções na contratação e na avaliação de desempenho do pessoal docente. Do mesmo modo, promoveu a celebração de contratos de autonomia, na sequência de um procedimento de avaliação externa das escolas, e instituiu um órgão de carácter consultivo para assegurar a sua representação junto do Ministério da Educação, o Conselho das Escolas.

O Governo promoveu ainda a alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, no sentido de dotar cada es-

tabelecimento de ensino público de um corpo de docentes reconhecido, com mais experiência, mais autoridade e mais formação, que assegure em permanência funções de maior responsabilidade. A estruturação da carreira, com a criação da categoria de professor titular, à qual são reservadas as actividades de coordenação e supervisão, constituiu um importante contributo para a capacidade de organização das escolas em função da missão de serviço público que lhes está confiada.

O prosseguimento deste caminho exige, agora, a passagem a outro patamar, que implica a introdução de alterações ao regime jurídico de autonomia, administração e gestão escolar, de acordo com as necessidades identificadas e os objectivos definidos no programa do Governo.

Em primeiro lugar, trata-se de reforçar a participação das famílias e comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino. É indispensável promover a abertura das escolas ao exterior e a sua integração nas comunidades locais. Para tanto, torna-se necessário assegurar não apenas os direitos de participação dos agentes do processo educativo, designadamente do pessoal docente, mas também a efectiva capacidade de intervenção de todos os que mantêm um interesse legítimo na actividade e na vida de cada escola. Uma tal intervenção constitui também um primeiro nível, mais directo e imediato, de prestação de contas da escola relativamente àqueles que serve.

Este objectivo é concretizado, no presente decreto-lei, através da instituição de um órgão de direcção estratégica em que têm representação o pessoal docente e não docente, os pais e encarregados de educação (e também os alunos, no caso dos adultos e do ensino secundário), as autarquias e a comunidade local, nomeadamente representantes de instituições, organizações e actividades económicas, sociais, culturais e científicas.

A este órgão colegial de direcção — designado conselho geral — cabe a aprovação das regras fundamentais de funcionamento da escola (regulamento interno), as decisões estratégicas e de planeamento (projecto educativo, plano de actividades) e o acompanhamento da sua concretização (relatório anual de actividades).

Além disso, confia-se a este órgão a capacidade de eleger e destituir o director, que por conseguinte lhe tem de prestar contas.

Para garantir condições de participação a todos os interessados, nenhum dos corpos ou grupos representados tem, por si mesmo, a maioria dos lugares. Nos termos do presente decreto-lei, uma vez observadas algumas regras elementares (todos os interessados devem estar representados e os corpos representativos dos profissionais que exercem a sua actividade na escola não podem, em conjunto, deter a maioria dos lugares no conselho), os estabelecimentos de ensino determinam a composição deste órgão.

Em segundo lugar, com este decreto-lei, procura-se reforçar as lideranças das escolas, o que constitui reconhecidamente uma das mais necessárias medidas de reorganização do regime de administração escolar. Sob o regime até agora em vigor, emergiram boas lideranças e até lideranças fortes e existem até alguns casos assinaláveis de dinamismo e continuidade. Contudo, esse enquadramento legal em nada favorecia a emergência e muito menos a disseminação desses casos. Impunha-se, por isso, criar condições para que se afirmem boas lideranças e lideranças eficazes, para que em cada escola exista um rosto, um primeiro responsável, dotado da autoridade necessária para desenvolver o projecto educativo da escola e executar localmente as medidas de política educativa. A esse primeiro responsável poderão assim ser assacadas as responsabilidades pela prestação do serviço público de educação e pela gestão dos recursos públicos postos à sua disposição.

Este objectivo concretiza-se no presente decreto-lei pela criação do cargo de director, coadjuvado por um subdirector e um pequeno número de adjuntos, mas constituindo um órgão unipessoal e não um órgão colegial.

Ao director é confiada a gestão administrativa, financeira e pedagógica, assumindo, para o efeito, a presidência do conselho pedagógico. Exercendo também competências no domínio da gestão pedagógica, sem as quais estaria sempre diminuído nas suas funções, entende-se que o director deve ser recrutado de entre docentes do ensino público ou particular e cooperativo qualificados para o exercício das funções, seja pela formação ou pela experiência na administração e gestão escolar.

No sentido de reforçar a liderança da escola e de conferir maior eficácia, mas também mais responsabilidade ao director, é-lhe conferido o poder de designar os responsáveis pelos departamentos curriculares, principais estruturas de coordenação e supervisão pedagógica.

Finalmente, o presente decreto-lei corresponde a um terceiro objectivo: o reforço da autonomia das escolas. A necessidade de reforçar a autonomia das escolas tem sido reclamada por todos os sectores de opinião. A esta retórica, porém, não têm correspondido propostas substantivas, nomeadamente no que se refere à identificação das competências da administração educativa que devem ser transferidas para as escolas.

Convém considerar que a autonomia constitui não um princípio abstracto ou um valor absoluto, mas um valor instrumental, o que significa que do reforço da autonomia das escolas tem de resultar uma melhoria do serviço público de educação. É necessário, por conseguinte, criar as condições para que isso se possa verificar, conferindo maior capacidade de intervenção ao órgão de gestão e administração, o director, e instituindo um regime de avaliação e de prestação de contas. A maior autonomia tem de corresponder maior responsabilidade.

A prestação de contas organiza-se, por um lado, de forma mais imediata, pela participação determinante dos interessados e da comunidade no órgão de direcção estratégica e na escolha do director e, por outro lado, pelo desenvolvimento de um sistema de auto-avaliação e avaliação externa. Só com estas duas condições preenchidas é possível avançar de forma sustentada para o reforço da autonomia das escolas.

Essa autonomia exprime-se, em primeiro lugar, na faculdade de auto-organização da escola. Neste domínio, o presente decreto-lei estabelece um enquadramento legal mínimo, determinando apenas a criação de algumas estruturas de coordenação de 1.º nível (departamentos curriculares) com assento no conselho pedagógico e de acompanhamento dos alunos (conselhos e directores de turma). No mais, é dada às escolas a faculdade de se organizarem, de criar estruturas e de as fazer representar no conselho pedagógico, para o qual se estabelece, por razões de operacionalidade, um número limitado de membros.

Quanto à possibilidade de transferência de competências, o regime jurídico aprovado pelo presente decreto-lei mantém o princípio da contratualização da autonomia, estabelecendo os princípios fundamentais, mas flexibilizando e deixando para regulamentação posterior os procedimentos administrativos. A associação entre a transferência de com-

petências e a avaliação externa da capacidade da escola para o seu exercício constitui um princípio fundamental. É a garantia da própria sustentabilidade da autonomia e do princípio da responsabilidade e da prestação de contas pelos recursos utilizados no serviço público, bem como de que este é efectivamente satisfeito em condições de equidade e qualidade.

Foram ouvidos o Conselho Nacional de Educação, o Conselho de Escolas, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a Confederação Nacional das Associações de Pais, bem como as organizações sindicais representativas do pessoal docente.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pelo artigo 48.º e pela alínea *d*) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e alterada pelas Leis n.os 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto, e nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

SECÇÃO I

Objecto, âmbito e princípios

Artigo 1.º

Objecto

O presente decreto-lei aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 — O presente regime jurídico aplica-se aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, regular e especializado.

2 — Para os efeitos do presente decreto-lei, consideram-se estabelecimentos públicos os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas.

Artigo 3.º

Princípios gerais

1 — A autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas orientam-se pelos princípios da igualdade, da participação e da transparência.

2 — A autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas subordinam-se particularmente aos princípios e objectivos consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente:

a) Integrar as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais, culturais e científicas;

b) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos;

c) Assegurar a participação de todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias e de entidades representativas das actividades e instituições económicas, sociais, culturais e científicas, tendo em conta as características específicas dos vários níveis e tipologias de educação e de ensino;

d) Assegurar o pleno respeito pelas regras da democraticidade e representatividade dos órgãos de administração e gestão da escola, garantida pela eleição democrática de representantes da comunidade educativa.

3 — A autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas funcionam sob o princípio da responsabilidade e da prestação de contas do Estado assim como de todos os demais agentes ou intervenientes.

Artigo 4.º

Princípios orientadores e objectivos

1 — No quadro dos princípios e objectivos referidos no artigo anterior, a autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas organizam-se no sentido de:

a) Promover o sucesso e prevenir o abandono escolar dos alunos e desenvolver a qualidade do serviço público de educação, em geral, e das aprendizagens e dos resultados escolares, em particular;

b) Promover a equidade social, criando condições para a concretização da igualdade de oportunidades para todos;

c) Assegurar as melhores condições de estudo e de trabalho, de realização e de desenvolvimento pessoal e profissional;

d) Cumprir e fazer cumprir os direitos e os deveres constantes das leis, normas ou regulamentos e manter a disciplina;

e) Observar o primado dos critérios de natureza pedagógica sobre os critérios de natureza administrativa nos limites de uma gestão eficiente dos recursos disponíveis para o desenvolvimento da sua missão;

f) Assegurar a estabilidade e a transparência da gestão e administração escolar, designadamente através dos adequados meios de comunicação e informação;

g) Proporcionar condições para a participação dos membros da comunidade educativa e promover a sua iniciativa.

2 — No respeito pelos princípios e objectivos enunciados e das regras estabelecidas no presente decreto-lei, admite-se a diversidade de soluções organizativas a adoptar pelos agrupamentos de escolas e pelas escolas não agrupadas no exercício da sua autonomia organizacional, em particular no que concerne à organização pedagógica.

Artigo 5.º

Princípios gerais de ética

No exercício das suas funções, os titulares dos cargos previstos no presente decreto-lei estão exclusivamente ao serviço do interesse público, devendo observar no exercício das suas funções os valores fundamentais e princípios da actividade administrativa consagrados na Constituição e na lei, designadamente os da legalidade, justiça e imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa fé.

SECÇÃO II

Organização

Artigo 6.º

Agrupamento de escolas

1 — O agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de um ou mais níveis e ciclos de ensino, com vista à realização das finalidades seguintes:

a) Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino;
b) Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar;
c) Reforçar a capacidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram e realizar a gestão racional dos recursos;
d) Garantir o funcionamento de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente decreto-lei.

2 — A constituição de agrupamentos de escolas obedece, designadamente, aos seguintes critérios:

a) Construção de percursos escolares integrados;
b) Articulação curricular entre níveis e ciclos educativos;
c) Proximidade geográfica;
d) Necessidades de ordenamento da rede dos ensinos básico e secundário e da educação pré-escolar.

3 — Cada uma das escolas ou estabelecimentos de educação pré-escolar que integra o agrupamento mantém a sua identidade e denominação próprias, recebendo o agrupamento uma designação que o identifique, nos termos da legislação em vigor.
4 — O agrupamento integra escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar de um mesmo concelho, salvo em casos devidamente justificados e mediante parecer favorável das câmaras municipais envolvidas.
5 — No processo de constituição de um agrupamento de escolas deve garantir-se que nenhuma escola ou estabelecimento de educação pré-escolar fique em condições de isolamento que dificultem uma prática pedagógica de qualidade.
6 — Observados os princípios consagrados nos números anteriores, os requisitos necessários para a constituição de agrupamentos de escolas são os definidos em diploma próprio.

Artigo 7.º

Agregação de agrupamentos

Para fins específicos, designadamente para efeitos da organização da gestão do currículo e de programas, da avaliação da aprendizagem, da orientação e acompanhamento dos alunos, da avaliação, formação e desenvolvimento profissional do pessoal docente, pode a administração educativa, por sua iniciativa ou sob proposta dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, constituir unidades administrativas de maior dimensão por agregação de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

CAPÍTULO II

Regime de autonomia

Artigo 8.º

Autonomia

1 — A autonomia é a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas ou à escola não agrupada pela lei e pela administração educativa de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da acção social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos.
2 — A extensão da autonomia depende da dimensão e da capacidade do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e o seu exercício supõe a prestação de contas, designadamente através dos procedimentos de auto-avaliação e de avaliação externa.
3 — A transferência de competências da administração educativa para as escolas observa os princípios do gradualismo e da sustentabilidade.

Artigo 9.º

Instrumentos de autonomia

1 — O projecto educativo, o regulamento interno, os planos anual e plurianual de actividades e o orçamento constituem instrumentos do exercício da autonomia de todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, sendo entendidos para os efeitos do presente decreto-lei como:

a) «Projecto educativo» o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa;
b) «Regulamento interno» o documento que define o regime de funcionamento do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar;
c) «Planos anual e plurianual de actividades» os documentos de planeamento, que definem, em função do projecto educativo, os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades e que procedem à identificação dos recursos necessários à sua execução;
d) «Orçamento» o documento em que se prevêem, de forma discriminada, as receitas a obter e as despesas a realizar pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

2 — São ainda instrumentos de autonomia dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas, para efeitos da respectiva prestação de contas, o relatório anual de actividades, a conta de gerência e o relatório de auto-avaliação, sendo entendidos para os efeitos do presente decreto-lei como:

a) «Relatório anual de actividades» o documento que relaciona as actividades efectivamente realizadas pelo

agrupamento de escolas ou escola não agrupada e identifica os recursos utilizados nessa realização;

b) «Conta de gerência» o documento que relaciona as receitas obtidas e despesas realizadas pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada;

c) «Relatório de auto-avaliação» o documento que procede à identificação do grau de concretização dos objectivos fixados no projecto educativo, à avaliação das actividades realizadas pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada e da sua organização e gestão, designadamente no que diz respeito aos resultados escolares e à prestação do serviço educativo.

3 — O contrato de autonomia constitui o instrumento de desenvolvimento e aprofundamento da autonomia dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

4 — O contrato de autonomia é celebrado na sequência de procedimentos de auto-avaliação e avaliação externa, observados os termos do capítulo VII do presente decreto-lei.

CAPÍTULO III

Regime de administração e gestão

Artigo 10.º

Administração e gestão

1 — A administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas é assegurada por órgãos próprios, aos quais cabe cumprir e fazer cumprir os princípios e objectivos referidos nos artigos 3.º e 4.º do presente decreto-lei.

2 — São órgãos de direcção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas os seguintes:

a) O conselho geral;
b) O director;
c) O conselho pedagógico;
d) O conselho administrativo.

SECÇÃO I

Órgãos

SUBSECÇÃO I

Conselho geral

Artigo 11.º

Conselho geral

1 — O conselho geral é o órgão de direcção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a articulação com o município faz-se ainda através das câmaras municipais no respeito pelas competências dos conselhos municipais de educação, estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro.

Artigo 12.º

Composição

1 — O número de elementos que compõem o conselho geral é estabelecido por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos do respectivo regulamento interno, devendo ser um número ímpar não superior a 21.

2 — Na composição do conselho geral tem de estar salvaguardada a participação de representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local.

3 — O número de representantes do pessoal docente e não docente, no seu conjunto, não pode ser superior a 50 % da totalidade dos membros do conselho geral.

4 — A participação dos alunos circunscreve-se ao ensino secundário, sem prejuízo da possibilidade de participação dos estudantes que frequentem o ensino básico recorrente.

5 — Nos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas onde não haja lugar à representação dos alunos, nos termos do número anterior, o regulamento interno pode prever a participação de representantes dos alunos, sem direito a voto, nomeadamente através das respectivas associações de estudantes.

6 — Além de representantes dos municípios, o conselho geral integra representantes da comunidade local, designadamente de instituições, organizações e actividades de carácter económico, social, cultural e científico.

7 — O director participa nas reuniões do conselho geral, sem direito a voto.

Artigo 13.º

Competências

1 — Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou regulamento interno, ao conselho geral compete:

a) Eleger o respectivo presidente, de entre os seus membros, à excepção dos representantes dos alunos;
b) Eleger o director, nos termos dos artigos 21.º a 23.º do presente decreto-lei;
c) Aprovar o projecto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução;
d) Aprovar o regulamento interno do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
e) Aprovar os planos anual e plurianual de actividades;
f) Apreciar os relatórios periódicos e aprovar o relatório final de execução do plano anual de actividades;
g) Aprovar as propostas de contratos de autonomia;
h) Definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;
i) Definir as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo director, das actividades no domínio da acção social escolar;
j) Aprovar o relatório de contas de gerência;
l) Apreciar os resultados do processo de auto-avaliação;
m) Pronunciar-se sobre os critérios de organização dos horários;
n) Acompanhar a acção dos demais órgãos de administração e gestão;
o) Promover o relacionamento com a comunidade educativa;

p) Definir os critérios para a participação da escola em actividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas.

2 — O presidente é eleito por maioria absoluta dos votos dos membros do conselho geral em efectividade de funções.

3 — No desempenho das suas competências, o conselho geral tem a faculdade de requerer aos restantes órgãos as informações necessárias para realizar eficazmente o acompanhamento e a avaliação do funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e de lhes dirigir recomendações, com vista ao desenvolvimento do projecto educativo e ao cumprimento do plano anual de actividades.

4 — O conselho geral pode constituir no seu seio uma comissão permanente, na qual pode delegar as competências de acompanhamento da actividade do agrupamento de escolas ou escola não agrupada entre as suas reuniões ordinárias.

5 — A comissão permanente constitui-se como uma fracção do conselho geral, respeitada a proporcionalidade dos corpos que nele têm representação.

Artigo 14.º

Designação de representantes

1 — Os representantes dos alunos, do pessoal docente e do pessoal não docente no conselho geral são eleitos separadamente pelos respectivos corpos.

2 — Os representantes dos pais e encarregados de educação são eleitos em assembleia geral de pais e encarregados de educação do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, sob proposta das respectivas organizações representativas, e, na falta das mesmas, nos termos a definir no regulamento interno.

3 — Os representantes do município são designados pela câmara municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.

4 — Os representantes da comunidade local, quando se trate de individualidades ou representantes de actividades de carácter económico, social, cultural e científico, são cooptados pelos demais membros nos termos do regulamento interno.

5 — Os representantes da comunidade local, quando se trate de representantes de instituições ou organizações são indicados pelas mesmas nos termos do regulamento interno.

Artigo 15.º

Eleições

1 — Os representantes referidos no n.º 1 do artigo anterior candidatam-se à eleição, apresentando-se em listas separadas.

2 — As listas devem conter a indicação dos candidatos a membros efectivos, em número igual ao dos respectivos representantes no conselho geral, bem como dos candidatos a membros suplentes.

3 — As listas do pessoal docente devem assegurar, em termos a definir no regulamento interno, a representação adequada dos diferentes níveis e ciclos de ensino assim como da categoria dos professores titulares.

4 — A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

Artigo 16.º

Mandato

1 — O mandato dos membros do conselho geral tem a duração de quatro anos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — Salvo quando o regulamento interno fixar diversamente e dentro do limite referido no número anterior, o mandato dos representantes dos pais e encarregados de educação e dos alunos tem a duração de dois anos escolares.

3 — Os membros do conselho geral são substituídos no exercício do cargo se entretanto perderem a qualidade que determinou a respectiva eleição ou designação.

4 — As vagas resultantes da cessação do mandato dos membros eleitos são preenchidas pelo primeiro candidato não eleito, segundo a respectiva ordem de precedência, na lista a que pertencia o titular do mandato, com respeito pelo disposto no n.º 4 do artigo anterior.

Artigo 17.º

Reunião do conselho geral

1 — O conselho geral reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo respectivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efectividade de funções ou por solicitação do director.

2 — As reuniões do conselho geral devem ser marcadas em horário que permita a participação de todos os seus membros.

SUBSECÇÃO II

Director

Artigo 18.º

Director

O director é o órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.

Artigo 19.º

Subdirector e adjuntos do director

1 — O director é coadjuvado no exercício das suas funções por um subdirector e por um a três adjuntos.

2 — O número de adjuntos do director é fixado em função da dimensão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e da complexidade e diversidade da sua oferta educativa, nomeadamente dos níveis e ciclos de ensino e das tipologias de cursos que lecciona.

3 — Os critérios de fixação do número de adjuntos do director são estabelecidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

Artigo 20.º

Competências

1 — Compete ao director submeter à aprovação do conselho geral o projecto educativo elaborado pelo conselho pedagógico.

2 — Ouvido o conselho pedagógico, compete também ao director:

a) Elaborar e submeter à aprovação do conselho geral:

i) As alterações ao regulamento interno;
ii) Os planos anual e plurianual de actividades;
iii) O relatório anual de actividades;
iv) As propostas de celebração de contratos de autonomia;

b) Aprovar o plano de formação e de actualização do pessoal docente e não docente, ouvido também, no último caso, o município.

3 — No acto de apresentação ao conselho geral, o director faz acompanhar os documentos referidos na alínea *a*) do número anterior dos pareceres do conselho pedagógico.
4 — Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou regulamento interno, no plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao director, em especial:

a) Definir o regime de funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
b) Elaborar o projecto de orçamento, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo conselho geral;
c) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
d) Distribuir o serviço docente e não docente;
e) Designar os coordenadores de escola ou estabelecimento de educação pré-escolar;
f) Designar os coordenadores dos departamentos curriculares e os directores de turma;
g) Planear e assegurar a execução das actividades no domínio da acção social escolar, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo conselho geral;
h) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;
i) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias e colectividades, em conformidade com os critérios definidos pelo conselho geral nos termos da alínea *p*) do n.º 1 do artigo 13.º;
j) Proceder à selecção e recrutamento do pessoal docente, nos termos dos regimes legais aplicáveis;
l) Dirigir superiormente os serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos.

5 — Compete ainda ao director:

a) Representar a escola;
c) Exercer o poder hierárquico em relação ao pessoal docente e não docente;
d) Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;
e) Intervir nos termos da lei no processo de avaliação de desempenho do pessoal docente;
f) Proceder à avaliação de desempenho do pessoal não docente.

6 — O director exerce ainda as competências que lhe forem delegadas pela administração educativa e pela câmara municipal.
7 — O director pode delegar e subdelegar no subdirector e nos adjuntos as competências referidas nos números anteriores.
8 — Nas suas faltas e impedimentos, o director é substituído pelo subdirector.

Artigo 21.º

Recrutamento

1 — O director é eleito pelo conselho geral.
2 — Para recrutamento do director, desenvolve-se um procedimento concursal, prévio à eleição, nos termos do artigo seguinte.
3 — Podem ser opositores ao procedimento concursal referido no número anterior docentes dos quadros de nomeação definitiva do ensino público ou professores profissionalizados com contrato por tempo indeterminado do ensino particular e cooperativo, em ambos os casos com, pelo menos, cinco anos de serviço e qualificação para o exercício de funções de administração e gestão escolar, nos termos do número seguinte.
4 — Consideram-se qualificados para o exercício de funções de administração e gestão escolar os docentes que preencham uma das seguintes condições:

a) Sejam detentores de habilitação específica para o efeito, nos termos das alíneas *b*) e *c*) do n.º 1 do artigo 56.º do Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário;
b) Possuam experiência correspondente a, pelo menos, um mandato completo no exercício dos cargos de director ou adjunto do director, presidente ou vice-presidente do conselho executivo; director executivo ou adjunto do director executivo; ou membro do conselho directivo, nos termos dos regimes previstos respectivamente no presente decreto-lei ou no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado, por apreciação parlamentar, pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, no Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio, e no Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de Outubro;
c) Possuam experiência de, pelo menos, três anos como director ou director pedagógico de estabelecimento do ensino particular e cooperativo.

5 — O subdirector e os adjuntos são nomeados pelo director de entre docentes dos quadros de nomeação definitiva que contem pelo menos cinco anos de serviço e se encontrem em exercício de funções no agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

Artigo 22.º

Procedimento concursal

1 — O procedimento concursal referido no artigo anterior observa regras próprias a aprovar por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação, no respeito pelas disposições constantes dos números seguintes.
2 — O procedimento concursal é aberto em cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, por aviso publicitado do seguinte modo:

a) Em local apropriado das instalações de cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
b) Na página electrónica do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e na da direcção regional de educação respectiva;
c) Por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* e divulgado em órgão de imprensa de expansão nacional através de anúncio que contenha referência ao *Diário da República* em que o referido aviso se encontra publicado.

3 — No acto de apresentação da sua candidatura os candidatos fazem entrega do seu *curriculum vitae,* e de um projecto de intervenção na escola.

4 — Com o objectivo de proceder à apreciação das candidaturas, o conselho geral incumbe a sua comissão permanente ou uma comissão especialmente designada para o efeito de elaborar um relatório de avaliação.

5 — Para efeitos da avaliação das candidaturas, a comissão referida no número anterior considera obrigatoriamente:

a) A análise do *curriculum vitae* de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de director e do seu mérito;

b) A análise do projecto de intervenção na escola;

c) O resultado de entrevista individual realizada com o candidato.

Artigo 23.º

Eleição

1 — O conselho geral procede à discussão e apreciação do relatório referido no artigo anterior, podendo na sequência dessa apreciação decidir proceder à audição dos candidatos.

2 — Após a discussão e apreciação do relatório e a eventual audição dos candidatos, o conselho geral procede à eleição do director, considerando-se eleito o candidato que obtenha maioria absoluta dos votos dos membros do conselho geral em efectividade de funções.

3 — No caso de nenhum candidato sair vencedor, nos termos do número anterior, o conselho geral reúne novamente, no prazo máximo de cinco dias úteis, para proceder a novo escrutínio, ao qual são apenas admitidos os dois candidatos mais votados na primeira eleição e sendo considerado eleito aquele que obtiver maior número de votos, desde que respeitado o quórum legal e regulamentarmente exigido para que o conselho geral possa deliberar.

4 — O resultado da eleição do director é homologado pelo director regional de educação respectivo nos 10 dias úteis posteriores à sua comunicação pelo presidente do conselho geral, considerando-se após esse prazo tacitamente homologado.

5 — A recusa de homologação apenas pode fundamentar-se na violação da lei ou dos regulamentos, designadamente do procedimento eleitoral.

Artigo 24.º

Posse

1 — O director toma posse perante o conselho geral nos 30 dias subsequentes à homologação dos resultados eleitorais pelo director regional de educação.

2 — O director designa o subdirector e os seus adjuntos no prazo máximo de 30 dias após a sua tomada de posse.

3 — O subdirector e os adjuntos do director tomam posse nos 30 dias subsequentes à sua designação pelo director.

Artigo 25.º

Mandato

1 — O mandato do director tem a duração de quatro anos.

2 — Até 60 dias antes do termo do mandato do director, o conselho geral delibera sobre a recondução do director ou a abertura do procedimento concursal tendo em vista a realização de nova eleição.

3 — A decisão de recondução do director é tomada por maioria absoluta dos membros do conselho geral em efectividade de funções, não sendo permitida a sua recondução para um terceiro mandato consecutivo.

4 — Não é permitida a eleição para um quinto mandato consecutivo ou durante o quadriénio imediatamente subsequente ao termo do quarto mandato consecutivo.

5 — Não sendo ou não podendo ser aprovada a recondução do director de acordo com o disposto nos números anteriores, abre-se o procedimento concursal tendo em vista a eleição do director, nos termos do artigo 22.º

6 — O mandato do director pode cessar:

a) A requerimento do interessado, dirigido ao director regional de educação, com a antecedência mínima de 45 dias, fundamentado em motivos devidamente justificados;

b) No final do ano escolar, por deliberação do conselho geral aprovada por maioria de dois terços dos membros em efectividade de funções, em caso de manifesta desadequação da respectiva gestão, fundada em factos comprovados e informações, devidamente fundamentadas, apresentados por qualquer membro do conselho geral;

c) Na sequência de processo disciplinar que tenha concluído pela aplicação de sanção disciplinar de cessação da comissão de serviço, nos termos da lei.

7 — A cessação do mandato do director determina a abertura de um novo procedimento concursal.

8 — Os mandatos do subdirector e dos adjuntos têm a duração de quatro anos e cessam com o mandato do director.

9 — O subdirector e os adjuntos podem ser exonerados a todo o tempo por decisão fundamentada do director.

Artigo 26.º

Regime de exercício de funções

1 — O director exerce as funções em regime de comissão de serviço.

2 — O exercício das funções de director faz-se em regime de dedicação exclusiva.

3 — O regime de dedicação exclusiva implica a incompatibilidade do cargo dirigente com quaisquer outras funções, públicas ou privadas, remuneradas ou não.

4 — Exceptuam-se do disposto no número anterior:

a) A participação em órgãos ou entidades de representação das escolas ou do pessoal docente;

b) Comissões ou grupos de trabalho, quando criados por resolução ou deliberação do Conselho de Ministros ou por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação;

c) A actividade de criação artística e literária, bem como quaisquer outras de que resulte a percepção de remunerações provenientes de direitos de autor;

d) A realização de conferências, palestras, acções de formação de curta duração e outras actividades de idêntica natureza;

e) O voluntariado, bem como a actividade desenvolvida no quadro de associações ou organizações não governamentais.

5 — O director está isento de horário de trabalho, não lhe sendo, por isso, devida qualquer remuneração por trabalho prestado fora do período normal de trabalho.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o director está obrigado ao cumprimento do período normal de trabalho, assim como do dever geral de assiduidade.

7 — O director está dispensado da prestação de serviço lectivo, sem prejuízo de, por sua iniciativa, o poder prestar na disciplina ou área curricular para a qual possua qualificação profissional.

Artigo 27.º

Direitos do director

1 — O director goza, independentemente do seu vínculo de origem, dos direitos gerais reconhecidos aos docentes do agrupamento de escolas ou escola não agrupada em que exerça funções.

2 — O director conserva o direito ao lugar de origem e ao regime de segurança social por que está abrangido, não podendo ser prejudicado na sua carreira profissional por causa do exercício das suas funções, relevando para todos os efeitos no lugar de origem o tempo de serviço prestado naquele cargo.

Artigo 28.º

Direitos específicos

1 — O director, o subdirector e os adjuntos gozam do direito à formação específica para as suas funções em termos a regulamentar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

2 — O director, o subdirector e os adjuntos mantêm o direito à remuneração base correspondente à categoria de origem, sendo-lhes abonado um suplemento remuneratório pelo exercício de função, a estabelecer nos termos do artigo 54.º

Artigo 29.º

Deveres específicos

Para além dos deveres gerais dos funcionários e agentes da Administração Pública aplicáveis ao pessoal docente, o director e os adjuntos estão sujeitos aos seguintes deveres específicos:

a) Cumprir e fazer cumprir as orientações da administração educativa;

b) Manter permanentemente informada a administração educativa, através da via hierárquica competente, sobre todas as questões relevantes referentes aos serviços;

c) Assegurar a conformidade dos actos praticados pelo pessoal com o estatuído na lei e com os legítimos interesses da comunidade educativa.

Artigo 30.º

Assessoria da direcção

1 — Para apoio à actividade do director e mediante proposta deste, o conselho geral pode autorizar a constituição de assessorias técnico-pedagógicas, para as quais são designados docentes em exercício de funções no agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

2 — Os critérios para a constituição e dotação das assessorias referidas no número anterior são definidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, em função da população escolar e do tipo e regime de funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

SUBSECÇÃO III

Conselho pedagógico

Artigo 31.º

Conselho pedagógico

O conselho pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nomeadamente nos domínios pedagógico-didáctico, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

Artigo 32.º

Composição

1 — A composição do conselho pedagógico é estabelecida pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada nos termos do respectivo regulamento interno, não podendo ultrapassar o máximo de 15 membros e observando os seguintes princípios:

a) Participação dos coordenadores dos departamentos curriculares;

b) Participação das demais estruturas de coordenação e supervisão pedagógica e de orientação educativa, assegurando uma representação pluridisciplinar e das diferentes ofertas formativas;

c) Representação dos pais e encarregados de educação e dos alunos, estes últimos apenas no caso do ensino secundário, nos termos do n.º 2 do artigo 34.º

2 — Os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas podem ainda definir, nos termos do respectivo regulamento interno, as formas de participação dos serviços técnico-pedagógicos.

3 — O director é, por inerência, presidente do conselho pedagógico.

4 — Os representantes dos pais e encarregados de educação são designados pelas respectivas associações e, quando estas não existam, nos termos a fixar pelo regulamento interno.

5 — Os representantes dos alunos, nos termos da alínea *c*) do n.º 1, são eleitos anualmente pela assembleia de delegados de turma de entre os seus membros.

6 — Os representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação e dos alunos no conselho geral não podem ser membros do conselho pedagógico.

Artigo 33.º

Competências

Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou regulamento interno, ao conselho pedagógico compete:

a) Elaborar a proposta de projecto educativo a submeter pelo director ao conselho geral;

b) Apresentar propostas para a elaboração do regulamento interno e dos planos anual e plurianual de actividade e emitir parecer sobre os respectivos projectos;

c) Emitir parecer sobre as propostas de celebração de contratos de autonomia;

d) Apresentar propostas e emitir parecer sobre a elaboração do plano de formação e de actualização do pessoal docente e não docente;

e) Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;

f) Propor aos órgãos competentes a criação de áreas disciplinares ou disciplinas de conteúdo regional e local, bem como as respectivas estruturas programáticas;

g) Definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos e das modalidades especiais de educação escolar;

h) Adoptar os manuais escolares, ouvidos os departamentos curriculares;

i) Propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e em articulação com instituições ou estabelecimentos do ensino superior vocacionados para a formação e a investigação;

j) Promover e apoiar iniciativas de natureza formativa e cultural;

l) Definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários;

m) Definir os requisitos para a contratação de pessoal docente e não docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável;

n) Proceder ao acompanhamento e avaliação da execução das suas deliberações e recomendações.

Artigo 34.º

Funcionamento

1 — O conselho pedagógico reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respectivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efectividade de funções ou sempre que um pedido de parecer do conselho geral ou do director o justifique.

2 — A representação dos pais e encarregados de educação e dos alunos no conselho pedagógico faz-se no âmbito de uma comissão especializada que participa no exercício das competências previstas nas alíneas *a*), *b*), *e*), *f*), *j*) e *l*) do artigo anterior.

SUBSECÇÃO IV

Garantia do serviço público

Artigo 35.º

Dissolução dos órgãos

1 — A todo o momento, por despacho fundamentado do membro do Governo responsável pela área da educação, na sequência de processo de avaliação externa ou de acção inspectiva que comprovem prejuízo manifesto para o serviço público ou manifesta degradação ou perturbação da gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, podem ser dissolvidos os respectivos órgãos de direcção, administração e gestão.

2 — No caso previsto no número anterior, o despacho do membro do Governo responsável pela área da educação que determine a dissolução dos órgãos de direcção, administração e gestão designa uma comissão administrativa encarregada da gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

3 — A comissão administrativa referida no número anterior é ainda encarregada de organizar novo procedimento para a constituição do conselho geral, cessando o seu mandato com a eleição do director, a realizar no prazo máximo de 18 meses a contar da sua nomeação.

SECÇÃO II

Conselho administrativo

Artigo 36.º

Conselho administrativo

O conselho administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 37.º

Composição

O conselho administrativo tem a seguinte composição:

a) O director, que preside;

b) O subdirector ou um dos adjuntos do director, por ele designado para o efeito;

c) O chefe dos serviços de administração escolar, ou quem o substitua.

Artigo 38.º

Competências

Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou regulamento interno, compete ao conselho administrativo:

a) Aprovar o projecto de orçamento anual, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo conselho geral;

b) Elaborar o relatório de contas de gerência;

c) Autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira;

d) Zelar pela actualização do cadastro patrimonial.

Artigo 39.º

Funcionamento

O conselho administrativo reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o presidente o convoque, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer dos restantes membros.

SECÇÃO III

Coordenação de escola ou de estabelecimento de educação pré-escolar

Artigo 40.º

Coordenador

1 — A coordenação de cada estabelecimento de educação pré-escolar ou de escola integrada num agrupamento é assegurada por um coordenador.

2 — Nas escolas em que funcione a sede do agrupamento, bem como nos que tenham menos de três docentes em exercício efectivo de funções, não há lugar à designação de coordenador.

3 — O coordenador é designado pelo director, de entre os professores em exercício efectivo de funções na escola ou no estabelecimento de educação pré-escolar e, sempre que possível, entre professores titulares.

4 — O mandato do coordenador de estabelecimento tem a duração de quatro anos e cessa com o mandato do director.

5 — O coordenador de estabelecimento pode ser exonerado a todo o tempo por despacho fundamentado do director.

Artigo 41.º

Competências

Compete ao coordenador de escola ou estabelecimento de educação pré-escolar:

a) Coordenar as actividades educativas, em articulação com o director;

b) Cumprir e fazer cumprir as decisões do director e exercer as competências que por esta lhe forem delegadas;

c) Transmitir as informações relativas a pessoal docente e não docente e aos alunos;

d) Promover e incentivar a participação dos pais e encarregados de educação, dos interesses locais e da autarquia nas actividades educativas.

CAPÍTULO IV

Organização pedagógica

SECÇÃO I

Estruturas de coordenação e supervisão

Artigo 42.º

Estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica

1 — Com vista ao desenvolvimento do projecto educativo, são fixadas no regulamento interno as estruturas que colaboram com o conselho pedagógico e com o director, no sentido de assegurar a coordenação, supervisão e acompanhamento das actividades escolares, promover o trabalho colaborativo e realizar a avaliação de desempenho do pessoal docente.

2 — A constituição de estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica visa, nomeadamente:

a) A articulação e gestão curricular na aplicação do currículo nacional e dos programas e orientações curriculares e programáticas definidos a nível nacional, bem como o desenvolvimento de componentes curriculares por iniciativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;

b) A organização, o acompanhamento e a avaliação das actividades de turma ou grupo de alunos;

c) A coordenação pedagógica de cada ano, ciclo ou curso;

d) A avaliação de desempenho do pessoal docente.

Artigo 43.º

Articulação e gestão curricular

1 — A articulação e gestão curricular devem promover a cooperação entre os docentes do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, procurando adequar o currículo às necessidades específicas dos alunos.

2 — A articulação e gestão curricular são asseguradas por departamentos curriculares nos quais se encontram representados os grupos de recrutamento e áreas disciplinares, de acordo com os cursos leccionados e o número de docentes.

3 — O número de departamentos curriculares de cada agrupamento não pode exceder quatro nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, podendo atingir seis caso os agrupamentos integrem também a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico.

4 — Os departamentos curriculares são coordenados por professores titulares, designados pelo director.

5 — O mandato dos coordenadores dos departamentos curriculares tem a duração de quatro anos e cessa com o mandato do director.

6 — Os coordenadores dos departamentos curriculares podem ser exonerados a todo o tempo por despacho fundamentado do director.

Artigo 44.º

Organização das actividades de turma

1 — Em cada escola, a organização, o acompanhamento e a avaliação das actividades a desenvolver com os alunos e a articulação entre a escola e as famílias é assegurada:

a) Pelos educadores de infância, na educação pré-escolar;

b) Pelos professores titulares das turmas, no 1.º ciclo do ensino básico;

c) Pelo conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, com a seguinte constituição:

i) Os professores da turma;

ii) Dois representantes dos pais e encarregados de educação;

iii) Um representante dos alunos, no caso do 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário.

2 — Para coordenar o trabalho do conselho de turma, o director designa um director de turma de entre os professores da mesma, sempre que possível pertencente ao quadro do respectivo agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

3 — Nas reuniões do conselho de turma em que seja discutida a avaliação individual dos alunos apenas participam os membros docentes.

4 — No desenvolvimento da sua autonomia, o agrupamento de escolas ou escola não agrupada pode ainda designar professores tutores para acompanhamento em particular do processo educativo de um grupo de alunos.

Artigo 45.º

Outras estruturas de coordenação

1 — No âmbito da sua autonomia e nos termos dos seus regulamentos internos, os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas estabelecem as demais estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, bem como as formas da sua representação no conselho pedagógico.

2 — A coordenação das estruturas referidas no número anterior é assegurada, sempre que possível, por professores titulares a designar nos termos do regulamento interno.

3 — Os regulamentos internos estabelecem as formas de participação e representação do pessoal docente e dos

serviços técnico-pedagógicos nas estruturas de coordenação e supervisão pedagógica.

SECÇÃO II

Serviços

Artigo 46.º

Serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos

1 — Os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas dispõem de serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos que funcionam na dependência do director.

2 — Os serviços administrativos são chefiados por um chefe de serviços de administração escolar nos termos da legislação aplicável.

3 — Os serviços técnicos podem compreender as áreas de administração económica e financeira, gestão de edifícios, instalações e equipamentos e apoio jurídico.

4 — Os serviços técnico-pedagógicos podem compreender as áreas de apoio sócio-educativo, orientação vocacional e biblioteca.

5 — Os serviços técnicos e técnico-pedagógicos referidos nos números anteriores são assegurados por pessoal técnico especializado ou por pessoal docente, sendo a sua organização e funcionamento estabelecida no regulamento interno, no respeito das orientações a fixar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, as áreas que integram os serviços técnicos e técnico-pedagógicos e a respectiva implementação podem ser objecto dos contratos de autonomia previstos no capítulo VII do presente decreto-lei.

7 — Os serviços técnicos e técnico-pedagógicos podem ser objecto de partilha entre os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, devendo o seu funcionamento ser enquadrado por protocolos que estabeleçam as regras necessárias à actuação de cada uma das partes.

8 — Para a organização, acompanhamento e avaliação das actividades dos serviços técnico-pedagógicos, o agrupamento de escolas ou escola não agrupada pode fazer intervir outros parceiros ou especialistas em domínios que considere relevantes para o processo de desenvolvimento e de formação dos alunos, designadamente no âmbito da saúde, da segurança social, cultura, ciência e ensino superior.

CAPÍTULO V

Participação dos pais e alunos

Artigo 47.º

Princípio geral

Aos pais e encarregados de educação e aos alunos é reconhecido o direito de participação na vida do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

Artigo 48.º

Representação

1 — O direito de participação dos pais e encarregados de educação na vida do agrupamento de escolas ou escola não agrupada processa-se de acordo com o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e no Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 80/99, de 16 de Março, e pela Lei n.º 29/2006, de 4 de Julho.

2 — O direito à participação dos alunos na vida do agrupamento de escolas ou escola não agrupada processa-se de acordo com o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e concretiza-se, para além do disposto no presente decreto-lei e demais legislação aplicável, designadamente através dos delegados de turma, do conselho de delegados de turma e das assembleias de alunos, em termos a definir no regulamento interno.

CAPÍTULO VI

Disposições comuns

Artigo 49.º

Processo eleitoral

1 — Sem prejuízo do disposto no presente decreto-lei, as disposições referentes aos processos eleitorais a que haja lugar para os órgãos de administração e gestão constam do regulamento interno.

2 — Os processos eleitorais realizam-se por sufrágio secreto e presencial.

3 — Os resultados do processo eleitoral para o conselho geral produzem efeitos após comunicação ao director regional de educação respectivo.

Artigo 50.º

Inelegibilidade

1 — O pessoal docente e não docente a quem tenha sido aplicada pena disciplinar superior a multa não pode ser eleito ou designado para os órgãos e estruturas previstos no presente decreto-lei, durante o cumprimento da pena e nos quatro anos posteriores ao seu cumprimento.

2 — O disposto no número anterior não é aplicável ao pessoal docente e não docente e aos profissionais de educação reabilitados nos termos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.

3 — Os alunos a quem tenha sido aplicada sanção disciplinar igual ou superior à da exclusiva competência do director não podem ser eleitos ou designados para os órgãos e estruturas previstos no presente decreto-lei, nos dois anos seguintes ao termo do cumprimento da sanção.

Artigo 51.º

Responsabilidade

No exercício das respectivas funções, os titulares dos órgãos previstos no artigo 10.º do presente decreto-lei respondem, perante a administração educativa, nos termos gerais do direito.

Artigo 52.º

Direitos à informação e colaboração da administração educativa

No exercício das suas funções, os titulares dos cargos referidos no presente regime gozam do direito à informação, à colaboração e apoio dos serviços centrais e periféricos do Ministério da Educação.

Artigo 53.º

Redução da componente lectiva

As reduções da componente lectiva a que haja direito pelo exercício de cargos ou funções previstos no presente decreto-lei são fixadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, sem prejuízo do disposto no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Artigo 54.º

Suplementos remuneratórios

Os suplementos remuneratórios a que haja direito pelo exercício de cargos ou funções previstos no presente decreto-lei são fixados por decreto regulamentar.

Artigo 55.º

Regimento

1 — Os órgãos colegiais de administração e gestão e as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica previstos no presente decreto-lei elaboram os seus próprios regimentos, definindo as respectivas regras de organização e de funcionamento, nos termos fixados no presente decreto-lei e em conformidade com o regulamento interno.

2 — O regimento é elaborado ou revisto nos primeiros 30 dias do mandato do órgão ou estrutura a que respeita.

CAPÍTULO VII

Contratos de autonomia

Artigo 56.º

Desenvolvimento da autonomia

1 — A autonomia dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas desenvolve-se e aprofunda-se com base na sua iniciativa e segundo um processo ao longo do qual lhe podem ser reconhecidos diferentes níveis de competência e de responsabilidade, de acordo com a capacidade demonstrada para assegurar o respectivo exercício.

2 — Os níveis de competência e de responsabilidade a atribuir são objecto de negociação entre a escola, o Ministério da Educação e a câmara municipal, mediante a participação dos conselhos municipais de educação, podendo conduzir à celebração de um contrato de autonomia, nos termos dos artigos seguintes.

3 — A celebração de contratos de autonomia persegue objectivos de equidade, qualidade, eficácia e eficiência.

Artigo 57.º

Contratos de autonomia

1 — Por contrato de autonomia entende-se o acordo celebrado entre a escola, o Ministério da Educação, a câmara municipal e, eventualmente, outros parceiros da comunidade interessados, através do qual se definem objectivos e se fixam as condições que viabilizam o desenvolvimento do projecto educativo apresentado pelos órgãos de administração e gestão de uma escola ou de um agrupamento de escolas.

2 — Constituem princípios orientadores da celebração e desenvolvimento dos contratos de autonomia:

a) Subordinação da autonomia aos objectivos do serviço público de educação e à qualidade da aprendizagem das crianças, dos jovens e dos adultos;

b) Compromisso do Estado através da administração educativa e dos órgãos de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada na execução do projecto educativo e respectivos planos de actividades;

c) Responsabilização dos órgãos de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, designadamente através do desenvolvimento de instrumentos de avaliação e acompanhamento do desempenho que permitam aferir a qualidade do serviço público de educação;

d) Adequação dos recursos atribuídos às condições específicas do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e ao projecto que pretende desenvolver;

e) Garantia da equidade do serviço prestado e do respeito pela coerência do sistema educativo.

3 — Constituem requisitos para a apresentação de propostas de contratos de autonomia:

a) A constituição e o funcionamento dos órgãos de administração e gestão, de acordo com o regime definido no presente decreto-lei;

b) A conclusão do procedimento de avaliação externa nos termos da lei e demais normas regulamentares aplicáveis.

Artigo 58.º

Atribuição de competências

1 — O desenvolvimento da autonomia processa-se pela atribuição de competências nos seguintes domínios:

a) Gestão flexível do currículo, com possibilidade de inclusão de componentes regionais e locais, respeitando os núcleos essenciais definidos a nível nacional;

b) Gestão de um crédito global de horas de serviço docente, incluindo a componente lectiva, não lectiva, o exercício de cargos de administração, gestão e orientação educativa e ainda o desenvolvimento de projectos de acção e inovação;

c) Adopção de normas próprias sobre horários, tempos lectivos, constituição de turmas ou grupos de alunos e ocupação de espaços;

d) Recrutamento e selecção do pessoal docente e não docente, nos termos da legislação aplicável;

e) Extensão das áreas que integram os serviços técnicos e técnico-pedagógicos e suas formas de organização;

f) Gestão e execução do orçamento, através de uma afectação global de meios;

g) Possibilidade de autofinanciamento e gestão de receitas que lhe estão consignadas;

h) Aquisição de bens e serviços e execução de obras, dentro de limites a definir;

i) Associação com outras escolas ou agrupamentos de escolas e estabelecimento de parcerias com organizações e serviços locais.

2 — A extensão das competências a transferir depende do resultado da negociação referida no n.º 2 do artigo 56.º, tendo por base a proposta apresentada pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada e a avaliação realizada pela administração educativa sobre a capacidade do agrupamento de escolas ou escola não agrupada para o seu exercício.

3 — Na renovação dos contratos de autonomia, para além do previsto no número anterior, deve avaliar-se, em especial:

a) O grau de cumprimento dos objectivos constantes do projecto educativo;
b) O grau de cumprimento dos planos de actividades e dos objectivos do contrato.

4 — Na sequência de avaliação externa ou de acção inspectiva que comprovem o incumprimento do contrato de autonomia ou manifesto prejuízo para o serviço público, pode, por despacho fundamentado do membro do Governo responsável pela área da educação, determinar-se a suspensão, total ou parcial, desse contrato ou ainda a sua anulação, com a consequente reversão para a administração educativa de parte ou da totalidade das competências atribuídas.

Artigo 59.º

Procedimentos

Os demais procedimentos relativos à celebração, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de autonomia são estabelecidos por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação, ouvido o Conselho de Escolas.

CAPÍTULO VIII

Disposições transitórias e finais

SECÇÃO I

Disposições transitórias

Artigo 60.º

Conselho geral transitório

1 — Para efeitos de adaptação ao novo regime de autonomia, administração e gestão estabelecido pelo presente decreto-lei, constitui-se em cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada um conselho geral com carácter transitório.
2 — O conselho geral transitório tem a seguinte composição:

a) Sete representantes do pessoal docente;
b) Dois representantes do pessoal não docente;
c) Quatro representantes dos pais e encarregados de educação;
d) Dois representantes dos alunos, sendo um representante do ensino secundário e outro da educação de adultos;
e) Três representantes do município;
f) Três representantes da comunidade local.

3 — Quando o estabelecimento não leccione o ensino secundário ou a educação de adultos os lugares previstos na alínea *d*) do número anterior para representação dos alunos transitam para a representação dos pais e encarregados de educação.
4 — A forma de designação e eleição dos membros do conselho geral transitório é a prevista nos artigos 14.º e 15.º do presente decreto-lei, com a alteração prevista no número seguinte, utilizando-se, em termos processuais, o regime actualmente previsto nos regulamentos internos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

5 — As listas de representantes do pessoal docente que se candidatam à eleição devem integrar pelo menos um professor titular, desde que no agrupamento de escolas ou escola não agrupada exista um número de professores titulares que permita a apresentação de candidaturas alternativas.
6 — Nos agrupamentos de escolas em que funcione a educação pré-escolar ou o 1.º ciclo do ensino básico, as listas de representantes do pessoal docente que se candidatam à eleição devem integrar representantes dos educadores de infância e dos professores do 1.º ciclo.
7 — Para efeitos da designação dos representantes da comunidade local, os demais membros do conselho geral transitório, em reunião especialmente convocada pelo presidente da assembleia de escola cessante, cooptam as individualidades ou escolhem as instituições e organizações, as quais devem indicar os seus representantes no prazo de 10 dias.
8 — O conselho geral transitório só pode proceder à eleição do presidente e deliberar estando constituído na sua totalidade.
9 — O presidente do conselho geral transitório é eleito nos termos previstos na alínea *a*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 13.º do presente decreto-lei.
10 — Até à eleição do presidente, as reuniões do conselho geral transitório são presididas pelo presidente da assembleia de escola cessante, sem direito a voto.
11 — O presidente do conselho executivo ou director participa nas reuniões do conselho geral transitório sem direito a voto.
12 — O conselho geral transitório reúne ordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente e extraordinariamente a requerimento de um terço dos seus membros ou por solicitação do presidente do conselho executivo ou do director.
13 — O conselho geral transitório pode reunir em qualquer dia da semana.
14 — As reuniões do conselho geral transitório devem ser marcadas em horário que permita a participação de todos os seus membros.

Artigo 61.º

Competências do conselho geral transitório

1 — O conselho geral transitório assume todas as competências previstas no artigo 13.º do presente decreto-lei, cabendo-lhe ainda:

a) Elaborar e aprovar o regulamento interno, definindo nomeadamente a composição prevista nos artigos 12.º e 32.º do presente decreto-lei;
b) Preparar, assim que aprovado o regulamento interno, as eleições para o conselho geral;
c) Proceder à eleição do director, caso tenha já cessado o mandato dos anteriores órgãos de gestão e não esteja ainda eleito o conselho geral.

2 — Para efeitos da elaboração do regulamento interno previsto na alínea *a*) do número anterior, o conselho geral transitório pode constituir uma comissão.
3 — O regulamento interno previsto na alínea *a*) do n.º 1 é aprovado por maioria absoluta dos votos dos membros do conselho geral em efectividade de funções.

Artigo 62.º

Prazos

1 — No prazo máximo de 30 dias úteis após a entrada em vigor do presente decreto-lei, o presidente da assem-

bleia de escola desencadeia os procedimentos necessários à eleição e designação dos membros do conselho geral transitório.

2 — Esgotado esse prazo sem que tenham sido desencadeados esses procedimentos, compete ao presidente do conselho executivo ou ao director dar imediato cumprimento ao disposto no número anterior.

3 — O regulamento interno previsto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo anterior deve estar aprovado até 31 de Maio de 2009.

4 — O procedimento de recrutamento do director deve ser desencadeado até 31 de Março de 2009 e o director deve ser eleito até 31 de Maio de 2009.

5 — No caso de o conselho geral não estar constituído até 31 de Março de 2009, cabe ao conselho geral transitório desencadear o procedimento para recrutamento do director e proceder à sua eleição.

Artigo 63.º

Mandatos e cessação de funções

1 — A assembleia de escola exerce as competências previstas no artigo 10.º do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado, por apreciação parlamentar, pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, e só cessa as suas funções com a tomada de posse dos membros do conselho geral transitório.

2 — Os actuais membros dos conselhos executivos ou os directores e respectivos vice-presidentes, vogais ou adjuntos, assim como os membros das comissões provisórias e das comissões executivas instaladoras completam os respectivos mandatos, nos termos do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado, por apreciação parlamentar, pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

3 — Os mandatos das direcções executivas, das comissões provisórias e das comissões executivas instaladoras que terminem depois da entrada em vigor do presente diploma são prorrogados até à eleição do director.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior e por decisão das direcções executivas, das comissões provisórias ou das comissões executivas instaladoras, após o termo dos respectivos mandatos, podem desde logo ser desencadeados os procedimentos conducentes à eleição do director, nos termos e para os efeitos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 61.º

5 — Com a entrada em vigor do presente diploma, as direcções executivas eleitas ao abrigo do regime previsto no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado, por apreciação parlamentar, pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, assumem as competências previstas no artigo 20.º do presente diploma, assumindo o presidente do conselho executivo ou o director as competências previstas neste diploma para o director.

6 — Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 25.º, o número de mandatos começa a contar-se para os mandatos iniciados após a entrada em vigor do presente diploma.

7 — Os coordenadores dos departamentos curriculares completam os respectivos mandatos, nos termos do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado, por apreciação parlamentar, pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril.

Artigo 64.º

Contratos de autonomia

1 — Os contratos de autonomia celebrados ao abrigo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado, por apreciação parlamentar, pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, mantêm-se em vigor até ao seu termo.

2 — As cláusulas dos contratos de autonomia mencionados no número anterior que se refiram a aspectos da estrutura orgânica do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada mantêm-se igualmente em vigor até ao seu termo, sem prejuízo de, por decisão dos órgãos competentes do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, ser decidida a sua adaptação ao presente decreto-lei nos termos dos artigos anteriores.

SECÇÃO II

Disposições finais

Artigo 65.º

Revisão dos regulamentos internos

Os regulamentos internos dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas, aprovados nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 13.º, podem ser revistos ordinariamente quatro anos após a sua aprovação e extraordinariamente a todo tempo por deliberação do conselho geral, aprovada por maioria absoluta dos membros em efectividade de funções.

Artigo 66.º

Comissão administrativa provisória

1 — Nos casos em que não seja possível realizar as operações conducentes ao procedimento concursal para recrutamento do director, que o procedimento concursal tenha ficado deserto ou que todos os candidatos tenham sido excluídos, a sua função é assegurada por uma comissão administrativa provisória constituída por três docentes, nomeada pelo director regional de educação respectivo, pelo período máximo de um ano escolar.

2 — Compete ao órgão de gestão referido no número anterior desenvolver as acções necessárias à entrada em pleno funcionamento do regime previsto no presente decreto-lei, no início do ano escolar subsequente ao da cessação do respectivo mandato.

Artigo 67.º

Exercício de competências

1 — O director e o conselho administrativo exercem as suas competências no respeito pelos poderes próprios da administração educativa e da administração local.

2 — Compete às entidades da administração educativa ou da administração local, em conformidade com o grau de transferência efectiva verificado, assegurar o apoio técnico-jurídico legalmente previsto em matéria de gestão educativa.

Artigo 68.º

Regime subsidiário

Em matéria de procedimento, aplica-se subsidiariamente o disposto no Código do Procedimento Administrativo naquilo que não se encontre especialmente regulado no presente decreto-lei.

Artigo 69.º

Mandatos de substituição

Os titulares dos órgãos previstos no presente decreto-lei, eleitos ou designados em substituição de anteriores titulares, terminam os seus mandatos na data prevista para a conclusão do mandato dos membros substituídos.

Artigo 70.º

Regiões Autónomas

A aplicação do presente decreto-lei não prejudica os regimes de autonomia, administração e gestão escolares vigentes nas Regiões Autónomas, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Artigo 71.º

Norma revogatória

Sem prejuízo do disposto no artigo 63.º, são revogados:

a) O Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio;
b) O Decreto Regulamentar n.º 10/99, de 21 de Julho.

Artigo 72.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Fevereiro de 2008. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Maria de Lurdes Reis Rodrigues.*

Promulgado em 11 de Abril de 2008.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 11 de Abril de 2008.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 183/2008

Processo n.º 1155/2007

Acordam no Plenário do Tribunal Constitucional:

I — Relatório

1 — O requerimento do Ministério Público

O representante do Ministério Público junto deste Tribunal veio requerer, nos termos do artigo 82.º da Lei n.º 28/82, que o Tribunal Constitucional aprecie e declare, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma extraída das disposições conjugadas do artigo 119.º, n.º 1, alínea *a*), do Código Penal e do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, ambos na redacção originária, na interpretação segundo a qual a prescrição do procedimento criminal se suspende com a declaração de contumácia.

Diz-se, a fundamentar o pedido, que «tal dimensão normativa foi julgada inconstitucional, por violação do artigo 29.º, n.os 1 e 3, da Constituição da República Portuguesa através do Acórdão n.º 110/2007 e das decisões sumárias n.os 379/2007 e 576/2007». E acrescenta-se ainda que o facto de o pedido se reportar a uma norma já revogada não exclui o *interesse processual* da fiscalização abstracta sucessiva dado «o *elevado número de situações* em que vem sendo convocada a dita questão de constitucionalidade, bem ilustrada pelo número de processos que têm vindo a ser distribuídos neste Tribunal Constitucional» e ainda «o facto de se ter sedimentado uma divergência de entendimentos, expressa no Acórdão n.º 524/2007, que considerou desprovida de natureza normativa tal questão de constitucionalidade, abstendo-se, em consequência, de conhecer do mérito do recurso — e sendo inviável dirimir os diferentes entendimentos, expressos nos citados Acórdãos n.os 110/2007 e 524/2007, através da interposição do recurso para o plenário, previsto no artigo 79.º-D da Lei do Tribunal Constitucional —, o que poderá criar dificuldades para através da fiscalização concreta, os interessados terem plena possibilidade de, com eficácia, verem sempre acautelados os seus direitos e interesses, através da obtenção de uma decisão de mérito sobre a questão de constitucionalidade suscitada».

Termina o representante do Ministério Público pedindo «a apreciação e declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral da norma extraída das disposições do artigo 119.º, n.º 1, alínea *a*), do Código Penal e do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal».

2 — A resposta do órgão autor da norma

Notificado o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça para os efeitos do disposto nos artigos 54.º e 55.º, n.º 3, da Lei n.º 28/82, nenhuma resposta veio a ser por ele apresentada.

3 — O memorando

Elaborado pelo Presidente do Tribunal, o memorando a que se refere o artigo 63.º da Lei do Tribunal Constitucional, e tendo este sido submetido a debate nos termos do n.º 2 do referido preceito, cumpre agora decidir de acordo com a orientação que o Tribunal fixou.

II — Fundamentos

4 — A delimitação do objecto do processo

A questão que se coloca é a de saber se terá ou não havido uma violação do princípio da legalidade criminal a que alude a Constituição da República Portuguesa nos n.os 1 e 3 do artigo 29.º, violação essa geradora de inconstitucionalidade da norma extraída das disposições conjugadas do artigo 119.º, n.º 1, alínea *a*), do Código Penal e do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, ambos na redacção originária, na interpretação segundo a qual a

Anexo II

Decreto – lei nº 6/2001

Sociedade Europeia para o Financiamento de Material Ferroviário, adoptada em Berna, em 20 de Outubro de 1955.

A República Eslovaca tornou-se membro da Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes (CEMT) em 16 de Fevereiro de 1994 e a sua adesão à Convenção começou a produzir efeitos, de harmonia com o artigo 11.º da Convenção, em 21 de Novembro de 2000. De acordo com o parágrafo *c*) da mesma disposição, a adesão à Convenção implica a adesão ao Protocolo Adicional de 20 de Outubro de 1955.

Portugal ratificou esta Convenção e o Protocolo em 25 de Julho de 1955, nos termos do Decreto-Lei n.º 40 629, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo,* 1.ª série, n.º 218, de 10 de Outubro de 1956.

A Convenção e o Protocolo Adicional entraram em vigor relativamente a Portugal em 30 de Março de 1956.

Direcção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, 19 de Dezembro de 2000. — A Directora de Serviços, *Liliana Araújo.*

Aviso n.º 4/2001

Por ordem superior se torna público que, em 15 de Dezembro de 2000, em Lisboa, se procedeu à troca dos instrumentos de ratificação conforme previsto no artigo 30.º da Convenção entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal e respectivo Protocolo, assinados em Praia em 22 de Março de 1999.

A citada Convenção e o respectivo Protocolo foram aprovados pela Resolução da Assembleia da República n.º 63/2000, e ratificados pelo Decreto do Presidente da República n.º 33/2000, publicados no *Diário da República,* 1.ª série-A, n.º 159, de 12 de Julho de 2000.

Nos termos do artigo 30.º, n.º 2, da citada Convenção, esta entrou em vigor em 15 de Dezembro de 2000.

20 de Dezembro de 2000. — O Director-Geral, *José Caetano de Campos de Andrada da Costa Pereira.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 6/2001

de 18 de Janeiro

O Programa do Governo assume como objectivo estratégico a garantia de uma educação de base para todos, entendendo-a como início de um processo de educação e formação ao longo da vida, objectivo que implica conceder uma particular atenção às situações de exclusão e desenvolver um trabalho de clarificação de exigências quanto às aprendizagens cruciais e aos modos como as mesmas se processam.

De entre as medidas identificadas para a concretização do objectivo referido assume especial relevância a que se refere à necessidade de proceder a uma reorganização do currículo do ensino básico, no sentido de reforçar a articulação entre os três ciclos que o compõem, quer no plano curricular quer na organização de processos de acompanhamento e indução que assegurem, sem perda das respectivas identidades e objectivos, uma maior qualidade das aprendizagens. Nesta reorganização assume particular relevo a consagração no currículo de três novas áreas curriculares não disciplinares, bem como a obrigatoriedade do ensino experimental das ciências, o aprofundamento da aprendizagem das línguas modernas, o desenvolvimento da educação artística e da educação para a cidadania e o reforço do núcleo central do currículo nos domínios da língua materna e da matemática.

A preparação desta intervenção legislativa de política educativa foi objecto de um longo e continuado trabalho com as escolas e com as comunidades educativas, de que se destaca o lançamento, no ano lectivo de 1996-1997, do projecto de reflexão participada sobre os currículos do ensino básico.

Realizado o diagnóstico, foram de imediato lançadas medidas de combate à exclusão no âmbito do ensino básico, nomeadamente os currículos alternativos, a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária e os cursos de educação e formação profissional inicial.

Paralelamente, foram lançadas outras medidas com impacte directo na qualidade das aprendizagens e na vida das escolas, designadamente o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, concebido como primeira etapa da educação básica, e o novo regime de autonomia, administração e gestão das escolas, o qual, de forma inovatória, assumiu como condição estrutural a plena inclusão do 1.º ciclo.

De todo este processo foi emergindo a necessidade de ultrapassar uma visão de currículo como um conjunto de normas a cumprir de modo supostamente uniforme em todas as salas de aula e de ser apoiado, no contexto da crescente autonomia das escolas, o desenvolvimento de novas práticas de gestão curricular. Neste sentido, ensaiando as potencialidades de um novo desenho curricular, as escolas foram convidadas a apresentar projectos de gestão flexível do currículo.

As escolas envolvidas neste projecto têm vindo a construir processos de gestão curricular no quadro de uma flexibilidade que procura encontrar respostas adequadas aos alunos e aos contextos concretos em que os professores trabalham diariamente. Tais projectos têm considerado como pressuposto fundamental a assunção pelas escolas de uma maior capacidade de decisão relativamente ao desenvolvimento e gestão das diversas componentes do currículo e a uma maior articulação entre elas, bem como um acréscimo de responsabilidade na organização das ofertas educativas.

O *Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico,* publicado pelo Ministério da Educação em 1998, sintetizou os aspectos a considerar na reorganização curricular do ensino básico, sublinhando que a escola precisa de se assumir como um espaço privilegiado de educação para a cidadania e de integrar e articular, na sua oferta curricular, experiências de aprendizagem diversificadas, nomeadamente mais espaços de efectivo envolvimento dos alunos e actividades de apoio ao estudo.

Em consonância com estas perspectivas e como resultado da reflexão e dos debates realizados, assim como da experiência adquirida, importa reequacionar a organização curricular do ensino básico.

O presente decreto-lei estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional, entendido como o conjunto de aprendizagens e competências, integrando os conhecimentos, as capacidades,

as atitudes e os valores, a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino.

No quadro do desenvolvimento da autonomia das escolas estabelece-se que as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, deverão ser objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão, o qual deverá ser desenvolvido, em função do contexto de cada turma, num projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.

O diploma define os princípios orientadores a que deve obedecer a organização e gestão do currículo, nomeadamente a coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e a articulação destes com o ensino secundário, a integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem e a existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes, e estabelece os parâmetros a que deve obedecer a organização do ano escolar.

No âmbito da organização curricular do ensino básico, para além das áreas curriculares disciplinares, o diploma determina a criação de três áreas curriculares não disciplinares — área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica.

O diploma consagra a educação para a cidadania, o domínio da língua portuguesa e a valorização da dimensão humana do trabalho, bem como a utilização das tecnologias de informação e comunicação como formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico, abordando de forma integrada a diversificação das ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, definindo um quadro flexível para o desenvolvimento de actividades de enriquecimento do currículo.

Especial relevância assumem as disposições relativas à avaliação das aprendizagens, entendida como um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelos alunos ao longo do ensino básico, bem como à avaliação do desenvolvimento do currículo nacional.

Foi ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Objecto e âmbito

1 — O presente diploma estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.

2 — Os princípios orientadores definidos no presente diploma aplicam-se às demais ofertas formativas relativas ao ensino básico, no âmbito do sistema educativo.

Artigo 2.º

Currículo

1 — Para efeitos do disposto no presente diploma, entende-se por currículo nacional o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino, expresso em orientações aprovadas pelo Ministro da Educação, tomando por referência os desenhos curriculares anexos ao presente decreto-lei.

2 — As orientações a que se refere o número anterior definem ainda o conjunto de competências consideradas essenciais e estruturantes no âmbito do desenvolvimento do currículo nacional, para cada um dos ciclos do ensino básico, o perfil de competências terminais deste nível de ensino, bem como os tipos de experiências educativas que devem ser proporcionadas a todos os alunos.

3 — As estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, são objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão.

4 — As estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo nacional e do projecto curricular de escola, visando adequá-los ao contexto de cada turma, são objecto de um projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma, em articulação com o conselho de docentes, ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.

Artigo 3.º

Princípios orientadores

A organização e a gestão do currículo subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

a) Coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e articulação destes com o ensino secundário;
b) Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem;
c) Existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes;
d) Integração, com carácter transversal, da educação para a cidadania em todas as áreas curriculares;
e) Valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas, em particular, e com carácter obrigatório, no ensino das ciências, promovendo a integração das dimensões teórica e prática;
f) Racionalização da carga horária lectiva semanal dos alunos;
g) Reconhecimento da autonomia da escola no sentido da definição de um projecto de desenvolvimento do currículo adequado ao seu con-

texto e integrado no respectivo projecto educativo;

h) Valorização da diversidade de metodologias e estratégias de ensino e actividades de aprendizagem, em particular com recurso a tecnologias de informação e comunicação, visando favorecer o desenvolvimento de competências numa perspectiva de formação ao longo da vida;

i) Diversidade de ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, por forma a assegurar que todos possam desenvolver as competências essenciais e estruturantes definidas para cada um dos ciclos e concluir a escolaridade obrigatória.

Artigo 4.º

Organização do ano escolar

1 — O ano escolar é entendido como o período compreendido entre o dia 1 de Setembro de cada ano e o dia 31 de Agosto do ano seguinte.

2 — O ano lectivo corresponde a um mínimo de 180 dias efectivos de actividades escolares.

3 — O calendário escolar anual é definido por despacho do Ministro da Educação, ouvidos os parceiros educativos.

CAPÍTULO II

Organização e gestão do currículo nacional

Artigo 5.º

Organização

1 — São aprovados os desenhos curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico constantes dos anexos I, II e III ao presente diploma e do qual fazem parte integrante.

2 — Os desenhos curriculares dos três ciclos do ensino básico integram áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, bem como, nos 2.º e 3.º ciclos, a carga horária semanal de cada uma delas.

3 — Para efeito do número anterior, consideram-se as seguintes áreas curriculares não disciplinares:

a) Área de projecto, visando a concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares, em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenção, de acordo com as necessidades e os interesses dos alunos;

b) Estudo acompanhado, visando a aquisição de competências que permitam a apropriação pelos alunos de métodos de estudo e de trabalho e proporcionem o desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam uma cada vez maior autonomia na realização das aprendizagens;

c) Formação cívica, espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.

4 — O desenvolvimento das áreas curriculares não disciplinares assume especificidades próprias, de acordo com as características de cada ciclo, sendo da responsabilidade do professor titular de turma, no caso do 1.º ciclo, e do conselho de turma, no caso dos 2.º e 3.º ciclos.

5 — As escolas, no âmbito da sua autonomia, devem desenvolver outros projectos e actividades que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos, nas quais se inclui, nos termos da Constituição e da lei, a Educação Moral e Religiosa, de frequência facultativa.

6 — As orientações para as diversas áreas curriculares dos três ciclos do ensino básico, incluindo os conteúdos programáticos das áreas disciplinares, são homologadas por despacho do Ministro da Educação.

7 — No respeito pelos limites constantes dos desenhos curriculares a que se refere o n.º 1 do presente artigo, compete à escola, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu projecto curricular, definir as cargas horárias a atribuir às diversas componentes do currículo.

Artigo 6.º

Formações transdisciplinares

1 — A educação para a cidadania bem como a valorização da língua portuguesa e da dimensão humana do trabalho constituem formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico.

2 — Constitui ainda formação transdisciplinar de carácter instrumental a utilização das tecnologias de informação e comunicação, a qual deverá conduzir, no âmbito da escolaridade obrigatória, a uma certificação da aquisição das competências básicas neste domínio.

Artigo 7.º

Línguas estrangeiras

1 — As escolas do 1.º ciclo podem, de acordo com os recursos disponíveis, proporcionar a iniciação a uma língua estrangeira, com ênfase na sua expressão oral.

2 — A aprendizagem de uma língua estrangeira inicia-se obrigatoriamente no 2.º ciclo e prolonga-se no 3.º ciclo, de modo a proporcionar aos alunos o domínio da língua num crescendo de adequação e fluência.

3 — A aprendizagem de uma segunda língua estrangeira é obrigatória no 3.º ciclo.

Artigo 8.º

Língua portuguesa como segunda língua

As escolas devem proporcionar actividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português.

Artigo 9.º

Actividades de enriquecimento do currículo

As escolas, no desenvolvimento do seu projecto educativo, devem proporcionar aos alunos actividades de enriquecimento do currículo, de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.

Artigo 10.º

Educação especial

1 — Aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente é oferecida a modalidade de educação especial.

2 — Para efeitos do presente diploma, consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente os alunos que apresentem incapacidade ou incapacidades que se reflictam numa ou mais áreas de realização de aprendizagens, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves da personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde.

3 — O disposto nos números anteriores é objecto de regulamentação própria.

Artigo 11.º

Diversificação das ofertas curriculares

1 — Visando assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão, as escolas dispõem de dispositivos de organização e gestão do currículo, destinados especialmente a alunos que revelem insucesso escolar repetido ou problemas de integração na comunidade educativa, os quais, para além da formação escolar, podem conferir um certificado de qualificação profissional.

2 — Compete às escolas, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu projecto educativo, conceber, propor e gerir outras medidas específicas de diversificação da oferta curricular.

3 — As orientações relativas à diversificação das ofertas curriculares constam de despacho do Ministro da Educação ou de despacho conjunto dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade quando, para além da certificação escolar, confiram um certificado de qualificação profissional.

CAPÍTULO III

Avaliação

Artigo 12.º

Avaliação das aprendizagens

1 — A avaliação constitui um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelo aluno ao longo do ensino básico.

2 — Na avaliação das aprendizagens dos alunos intervêm todos os professores envolvidos, assumindo particular responsabilidade neste processo o professor titular de turma, no 1.º ciclo, e os professores que integram o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos.

3 — A escola deve assegurar a participação dos alunos e dos pais e encarregados de educação no processo de avaliação das aprendizagens, em condições a estabelecer no respectivo regulamento interno.

4 — Podem, ainda, ter intervenção no processo de avaliação das aprendizagens dos alunos os serviços especializados de apoio educativo, os órgãos de administração e gestão da escola ou do agrupamento de escolas, bem como outras entidades, nomeadamente serviços centrais e regionais da administração da educação, de acordo com o disposto na lei e no regulamento interno da escola.

5 — No âmbito da sua autonomia, compete à escola, em articulação com os serviços centrais e regionais da administração da educação, desenvolver e divulgar instrumentos de informação para os alunos, pais e encarregados de educação e demais elementos da comunidade educativa.

6 — As medidas de desenvolvimento do disposto no presente diploma em matéria de avaliação das aprendizagens dos alunos são aprovadas por despacho do Ministro da Educação.

Artigo 13.º

Modalidades

1 — A avaliação das aprendizagens compreende as modalidades de avaliação diagnóstica, de avaliação formativa e de avaliação sumativa.

2 — A avaliação diagnóstica realiza-se no início de cada ano de escolaridade, devendo articular-se com estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.

3 — A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorrem, tendo como uma das funções principais a regulação do ensino e da aprendizagem.

4 — A avaliação sumativa realiza-se no final de cada período lectivo, utiliza a informação recolhida no âmbito da avaliação formativa e traduz-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos.

5 — No 1.º ciclo do ensino básico, a avaliação sumativa exprime-se de forma descritiva, incidindo sobre as diferentes áreas curriculares.

6 — Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a avaliação sumativa exprime-se numa escala de 1 a 5 nas áreas curriculares disciplinares, assumindo formas de expressão qualitativa nas áreas curriculares não disciplinares.

Artigo 14.º

Efeitos da avaliação

1 — A evolução do processo educativo dos alunos no ensino básico assume uma lógica de ciclo, progredindo ao ciclo imediato o aluno que tenha desenvolvido as competências a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º do presente diploma.

2 — Em situações de não realização das aprendizagens definidas no projecto curricular de turma para um ano não terminal de ciclo que, fundamentadamente, comprometam o desenvolvimento das competências definidas para um ciclo de escolaridade, o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ouvidos os competentes conselhos de docentes, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, poderá determinar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade, excepto no caso do 1.º ano de escolaridade.

3 — Em situações de retenção, compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, identificar as aprendizagens não realizadas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em

consideração na elaboração do projecto curricular da turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente.

Artigo 15.º

Conclusão e certificação do ensino básico

1 — Aos alunos que concluam com aproveitamento o ensino básico é passado o diploma do ensino básico pelo órgão de direcção executiva da respectiva escola.

2 — A requerimento dos interessados, podem, ainda, ser emitidas, pelo órgão de direcção executiva da escola, em qualquer momento do percurso escolar do aluno, certidões das habilitações adquiridas, as quais podem discriminar as disciplinas e áreas curriculares não disciplinares concluídas e respectivos resultados de avaliação.

Artigo 16.º

Avaliação do desenvolvimento do currículo nacional

O desenvolvimento do currículo nacional, bem como a aquisição pelos alunos das competências essenciais e estruturantes nos diversos ciclos do ensino básico, é objecto de avaliação, recorrendo a uma diversidade de técnicas e de instrumentos.

Artigo 17.º

Provas nacionais de aferição

1 — As provas nacionais de aferição constituem um dos instrumentos de avaliação do desenvolvimento do currículo nacional e destinam-se a fornecer informação relevante aos professores, às escolas e à administração educativa, não produzindo efeitos na progressão escolar dos alunos.

2 — O enquadramento do processo de realização das provas nacionais de aferição é objecto de despacho do Ministro da Educação, sendo a sua realização da responsabilidade de serviços centrais do Ministério da Educação.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 18.º

Formação de professores

1 — Na organização dos cursos de formação inicial de professores do ensino básico são respeitados os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo do ensino básico constantes do presente diploma, de acordo com os perfis de qualificação para a docência decorrentes do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo.

2 — A organização de acções de formação contínua de professores deve tomar em consideração as necessidades reais de cada contexto escolar, nomeadamente através da utilização de modalidades de formação centradas na escola e nas práticas profissionais, e dar uma particular atenção às áreas curriculares não disciplinares.

3 — A organização de acções de formação especializada de professores deve dar uma particular atenção às áreas de desenvolvimento curricular, de supervisão pedagógica e de orientação educativa.

Artigo 19.º

Grupos de docência e distribuição de serviço

1 — Por portaria do Ministro da Educação são reorganizados os grupos de docência, por forma a corresponder aos princípios orientadores da organização e da gestão do currículo constantes do presente diploma.

2 — Até à publicação da portaria a que se refere o número anterior, a distribuição de serviço aos docentes em cada escola deve obedecer a uma lógica de gestão integrada de recursos humanos, no respeito pelos princípios orientadores da organização e da gestão do currículo constantes do presente diploma.

3 — A adequação da componente lectiva dos docentes à nova organização da carga horária dos alunos, de acordo com o previsto nos anexos II e III ao presente diploma, é definida por despacho do Ministro da Educação, no respeito pelo disposto no artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro.

Artigo 20.º

Produção de efeitos

1 — O presente diploma produz efeitos no ano lectivo de 2001-2002 no que respeita a todos os anos de escolaridade dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

2 — O presente diploma produz efeitos a partir do ano lectivo de:

a) 2002-2003 no que respeita ao 7.º ano de escolaridade;
b) 2003-2004 no que respeita ao 8.º ano de escolaridade;
c) 2004-2005 no que respeita ao 9.º ano de escolaridade.

3 — Os mecanismos de transição para os desenhos curriculares aprovados pelo presente diploma são definidos por despacho do Ministro da Educação.

Artigo 21.º

Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, em tudo o que se refere ao ensino básico, de acordo com a calendarização definida no artigo anterior.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de Novembro de 2000. — *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho — Guilherme d'Oliveira Martins — Joaquim Augusto Nunes Pina Moura — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — Augusto Ernesto Santos Silva — Alberto de Sousa Martins.*

Promulgado em 6 de Janeiro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 11 de Janeiro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

ANEXO

1.º ciclo

Componentes do currículo		
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares: Língua Portuguesa. Matemática. Estudo do Meio. Expressões: Artísticas; Físico-motoras.	
	Formação pessoal e social	Áreas curriculares não disciplinares (*a*): Área do projecto. Estudo acompanhado. Formação cívica.
		Total: 25 horas.
		Educação Moral e Religiosa (*b*).
		Actividades de enriquecimento (*c*).

(*a*) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma.
(*b*) Área curricular disciplinar de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º
(*c*) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º, incluindo uma possível iniciação a uma língua estrangeira, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas, nomeadamente no ensino das ciências.

ANEXO II

2.º ciclo

Componentes do currículo			Carga horária semanal (× 90 min.) (*a*)		
			5.º ano	6.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares: Línguas e Estudos Sociais		5	5,5	10,5
	Língua Portuguesa. Língua Estrangeira. História e Geografia de Portugal.				
	Matemática e Ciências		3,5	3,5	7
	Matemática. Ciências da Natureza.				
	Educação Artística e Tecnológica		3	3	6
	Educação Visual e Tecnológica (*b*). Educação Musical.				
	Educação Física		1,5	1,5	3
	Formação pessoal e social	Áreas curriculares não disciplinares (*c*) ..... Área de projecto. Estudo acompanhado. Formação cívica.	3	2,5	5,5
		Total	16	16	32
		A decidir pela escola	0,5	0,5	1
		Educação Moral e Religiosa (*d*)	0,5	0,5	1

Componentes do currículo			Carga horária semanal (× 90 min.) (*a*)		
			5.º ano	6.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Formação pessoal e social	Máximo global	17	17	34
		Actividades de enriquecimento (*e*).			

(*a*) A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização de carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.
(*b*) A leccionação de Educação Visual e Tecnológica estará a cargo de dois professores.
(*c*) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por equipas de dois professores de turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.
(*d*) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º
(*e*) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

ANEXO III

3.º ciclo

Componentes do currículo			Carga horária semanal (× 90 min.) (*a*)			
			7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares: Língua Portuguesa ..... Línguas Estrangeiras ..... LE1. LE2.		2 3	2 2,5	2 2,5	6 8
	Ciências Humanas e Sociais ..... História. Geografia.		2	2,5	2,5	7
	Matemática		2	2	2	6
	Ciências Físicas e Naturais ..... Ciências Naturais. Físico-Química.		2	2	2,5	6,5
	Educação Artística: Educação Visual ..... Outra disciplina (oferta da escola) (*b*)		(*c*) 1	(*c*) 1	(*d*) 1,5	5,5
	Educação Tecnológica		(*c*) 1	(*c*) 1		
	Educação Física		1,5	1,5	1,5	4,5
	Formação pessoal e social	Área curriculares não disciplinares (*e*) ..... Áreas de projecto. Estudo acompanhado. Formação cívica.	2,5	2,5	2,5	7,5
		Total	17	17	17	51
		A decidir pela escola	0,5	0,5	0,5	1,5
		Educação Moral e Religiosa (*f*)	0,5	0,5	0,5	1,5

Componentes do currículo			Carga horária semanal (× 90 min.) (*a*)			
			7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Formação pessoal e social	Máximo global	18	18	18	54
		Actividades de enriquecimento (*g*).				

(*a*) A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização de carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.
(*b*) A escola deve oferecer outras disciplinas da área da Educação Artística (Educação Musical, Teatro, Dança, etc.).
(*c*) Nos 7.º e 8.º anos os alunos têm *i*) Educação Visual ao longo do ano lectivo e *ii*), numa organização equitativa ao longo de cada ano, uma outra disciplina da área da Educação Artística e Educação Tecnológica.
(*d*) No 9.º ano os alunos escolhem livremente uma única disciplina, entre as ofertas da escola nos domínios artístico e tecnológico.
(*e*) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por uma equipa de dois professores da turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.
(*f*) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º
(*g*) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

Anexo III

Matriz curricular referente ao 3º ciclo (Decreto – lei nº 6/2001)

3.º ciclo

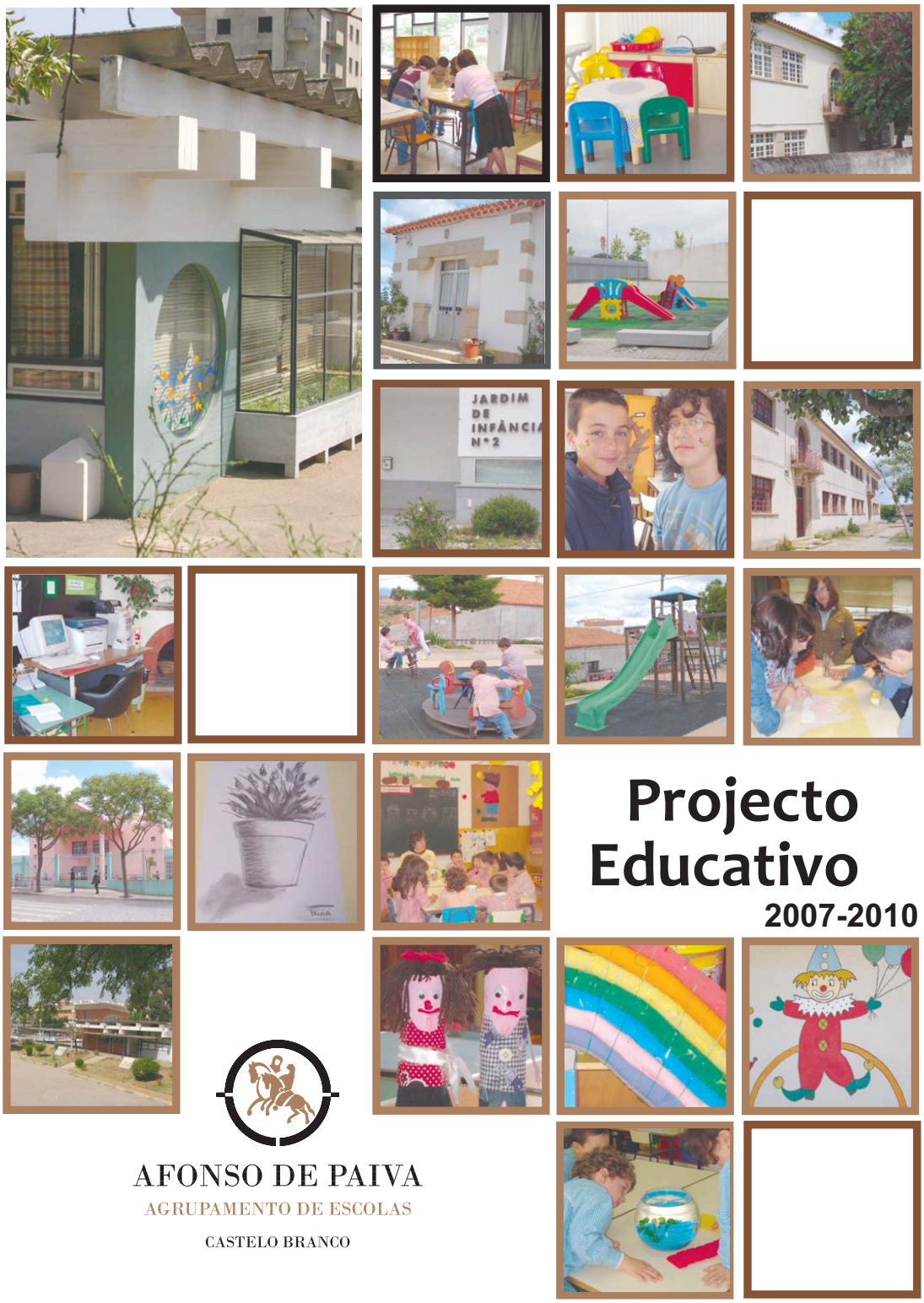
Componentes do currículo			Carga horária semanal (× 90 min.) (*a*)			
			7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares: Língua Portuguesa Línguas Estrangeiras LE1. LE2.		2 3	2 2,5	2 2,5	6 8
	Ciências Humanas e Sociais História. Geografia.		2	2,5	2,5	7
	Matemática		2	2	2	6
	Ciências Físicas e Naturais Ciências Naturais. Físico-Química.		2	2	2,5	6,5
	Educação Artística: Educação Visual Outra disciplina (oferta da escola) (*b*)		(*c*) 1	(*c*) 1	(*d*) 1,5	5,5
	Educação Tecnológica		(*c*) 1	(*c*) 1		
	Educação Física		1,5	1,5	1,5	4,5
	Formação pessoal e social	Área curriculares não disciplinares (*e*) Áreas de projecto. Estudo acompanhado. Formação cívica.	2,5	2,5	2,5	7,5
		Total	17	17	17	51
		A decidir pela escola	0,5	0,5	0,5	1,5
		Educação Moral e Religiosa (*f*)	0,5	0,5	0,5	1,5

Componentes do currículo			Carga horária semanal (× 90 min.) (*a*)			
			7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Formação pessoal e social	Máximo global	18	18	18	54
		Actividades de enriquecimento (*g*).				

(*a*) A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização de carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.
(*b*) A escola deve oferecer outras disciplinas da área da Educação Artística (Educação Musical, Teatro, Dança, etc.).
(*c*) Nos 7.º e 8.º anos os alunos têm *i*) Educação Visual ao longo do ano lectivo e *ii*), numa organização equitativa ao longo de cada ano, uma outra disciplina da área da Educação Artística e Educação Tecnológica.
(*d*) No 9.º ano os alunos escolhem livremente uma única disciplina, entre as ofertas da escola nos domínios artístico e tecnológico.
(*e*) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por uma equipa de dois professores da turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.
(*f*) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º
(*g*) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

Anexo IV
Projecto Educativo, 2007-2010



Projecto Educativo

2007-2010

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

ÍNDICE

.ÍNDICE.....pág.2

.INTRODUÇÃO.....pág.3

.CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO AGRUPAMENTO.....pág.4

Afonso de Paiva - Apontamento Histórico.....pág.5
Escola Básica Integrada Afonso de Paiva.....pág.6

Jardim-de-Infância Quinta das Violetas.....pág.7
Jardim-de-Infância do Salgueiro do Campo.....pág.8
Jardim-de-Infância das Sarzedas.....pág.9

Escola Básica do Castelo.....pág.10
Escola Básica de Freixial do Campo.....pág.11
Escola Básica da Mina.....pág.12
Escola Básica de São Tiago.....pág.13
Escola Básica de Sarzedas.....pág.14

.ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO AGRUPAMENTO.....pág.15

.RECURSOS HUMANOS.....pág.16

. INDICADORES RESULTANTES DA ANÁLISE DE INQUÉRITOS.....pág.18

.METAS E OBJECTIVOS DO PROJECTO EDUCATIVO.....pág.34

.COMPONENTES A PRIVILEGIAR
NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO.....pág.37

.PROJECTOS POTENCIADORES DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS.....pág.41

.OPERACIONALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO.....pág.42

.AVALIAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO.....pág.43

.ANEXOS.....pág.44
I .Inquéritos (Comunidade Educativa).....
II .Tratamento estatístico dos inquéritos - Apresentação gráfica.....

INTRODUÇÃO

A autonomia escolar concretiza-se na elaboração de um Projecto Educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro dos princípios da responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar, de adequação a características e recursos da Escola e às solicitações e apoios da Comunidade em que se insere.

(Decreto – Lei nº 43/89 de 3 de Fevereiro de 1989)

De acordo com o articulado legislativo, o Projecto Educativo surge como corolário da definição e da formulação dos objectivos e das estratégias que vão tornar a escola num espaço organizacional onde se decidem os desafios educativos, contribuindo para a construção da sua autonomia e para eficácia de todo o processo educativo. Este Projecto só poderá ser viabilizado através da responsabilização e empenhamento dos vários elementos da comunidade educativa, conseguindo conciliar vontades (desejos individuais e colectivos), congregar recursos e definir coerentemente o seu percurso, tendo em conta as características específicas do Agrupamento.

O Projecto Educativo do Agrupamento deverá ser um instrumento para conquistar, concretizar e gerir a autonomia. Deve ser concebido e desenvolvido aproveitando os contributos das diferentes perspectivas e posições manifestadas por professores, alunos, pais e outros agentes da comunidade, de modo a facilitar a existência de diálogo dentro da escola e desta com a comunidade, acrescendo dimensão social à cultura e aos saberes escolares.

Este Projecto Educativo foi elaborado como um documento que pretende orientar a acção e o funcionamento do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, fornecendo directrizes estratégicas para a concretização das metas e objectivos que vierem a ser definidos.

Na sequência das ideias formuladas, o Projecto Educativo do Agrupamento deverá desenvolver-se de acordo com um ideário consubstanciado no lema: **Integrar**, **Unir**, **Formar**.

Integrar identidades distintas.

Unir para finalidades comuns.

Formar para o desenvolvimento completo de cada um dos indivíduos, de acordo com as suas potencialidades e anseios.

CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO AGRUPAMENTO

4

AFONSO DE PAIVA - Apontamento Histórico

Afonso de Paiva, patrono do Agrupamento, "era natural de Castelo Branco, não se sabendo a data exacta do seu nascimento. Nesta cidade desempenhou o cargo de Escrivão do Serviço Real da Comuna dos Judeus.

No quadro maravilhoso das Descobertas e Conquistas Portuguesas integra-se na missão que o rei D. João II, Príncipe Perfeito, entregou em 1487 a Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã.

A 7 de Maio de 1487 partiram juntos Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã, da cidade de Santarém, onde se achava a Corte.

Esta viagem tinha como objectivo estabelecer a exacta localização da Índia, a cobiçada terra das especiarias; a determinação do mítico reino de Preste João; verificar até onde descia o Sul da África e se este continente poderia ser contornado por mar.

Partem rumo a Alexandria e ao Cairo, disfarçados de mercadores de mel, para assim se misturarem com tratantes de outras raças e religiões. Separam-se então, indo Afonso de Paiva para a Etiópia com o encargo de entregar uma carta régia ao Preste João. Em 1490 Afonso de Paiva não comparece ao encontro que tinha marcado com o seu companheiro de viagem, por ter entretanto falecido em condições desconhecidas"

(*in* Projecto Educativo 2004-2007)

5

Escola Básica Integrada Afonso de Paiva

Esta Escola é sede do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva que tomou o nome da escola original – Escola Preparatória Afonso de Paiva.

A Escola iniciou a sua actividade em 1 de Outubro de 1972. É uma das escolas criadas na sequência do alargamento da escolaridade obrigatória para 6 anos (1968). A partir de 1973 integrou a rede de escolas que iniciaram a experimentação do novo 3º ciclo – 7º, 8º e 9º Ano. De 1980 a 1995 funcionou apenas como Escola do 2º ciclo, tendo, a partir daquela data, passado a integrar também o 3º ciclo, passando a Escola E.B. 2, 3. No ano lectivo de 2006/07, tomou a designação de Escola Básica Integrada Afonso de Paiva com a atribuição de 2 salas ao 1º ciclo. Antes do início do presente ano lectivo as salas foram remodeladas, de forma a estarem mais adaptadas a alunos deste nível etário.

A estrutura do edifício obedece à tipologia definida, na altura da sua criação, para todas as escolas das sedes de distrito – 4 blocos independentes, com 7/8 salas de aulas, 1 bloco de Trabalhos Oficinais e um bloco para os Serviços Administrativos e Estruturas de Apoio – e que ficou designada por tipologia Paiva Brandão. Actualmente conta com 20 salas de aula normais, 10 salas específicas, um centro de recursos, uma biblioteca, um refeitório, uma sala de professores com bar, uma sala de alunos com bar e um pavilhão gimnodesportivo. Tem, ainda, três campos de jogos exteriores.

O tempo de funcionamento desta Escola situa-se entre as 8h00 e as 24h00, acolhendo actividades internas e do exterior.

Os serviços de apoio à comunidade escolar são os seguintes: Refeitório e bar; Biblioteca; Serviço de Psicologia e Orientação; Acção Social Escolar; Serviço Social e Núcleo de Ensino Especial. Deste último, destacam-se a Unidade de Intervenção Precoce e as Unidades de Autismo e de Surdos.

A Escola encontra-se situada numa zona residencial da cidade com elevada densidade populacional, cujos habitantes se inserem num nível social de classe média e média-baixa. Está rodeada de bairros sociais abrangendo um de habitação cooperativa e dois construídos pelo Fundo de Fomento à Habitação. Nestes dois últimos, vivem famílias de diversas etnias, prevalecendo a etnia cigana.

O meio envolvente da Escola está dotado de estruturas de apoio social importantes: o Hospital Amato Lusitano; o Centro de Saúde; o Instituto Português da Juventude; o quartel dos Bombeiros Voluntários; o Quartel da GNR, a APPACDM e o Pavilhão Municipal.

6

Jardim-de-Infância Quinta das Violetas

No ano lectivo de 1980/81 foi criado este estabelecimento educativo, com a designação de "Jardim-de-infância Oficial n.º 2", preparado para receber crianças dos 3 aos 6 anos de idade.

O aparecimento desta instituição deu às crianças de vários bairros envolventes a oportunidade de frequentarem a educação pré-escolar gratuita, de obterem condições de aprendizagem e desenvolverem competências, num local vocacionado exclusivamente para o efeito, já que na altura nesta zona existia apenas um Infantário do CRSS, em que a frequência do pré-escolar era paga pelas famílias. Acresce o facto de na cidade haver somente, um outro Jardim-de-infância Oficial "O Bloquinho", situado num bairro muito distante deste.

Após alguma mobilidade de residência no passado, a instituição funciona actualmente num edifício novo, construído de raiz para o efeito, a partir do ano lectivo de 2003/2004.

Em 2000, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, iniciou-se a componente social de apoio às famílias, que permitiu o serviço de almoços e o prolongamento de horário e o n.º de turmas passou de 3 para 6, actualmente com cinco. Funciona das 7h 50mn às 18 horas, oferecendo a componente de apoio às famílias, com serviço de almoços, prolongamento de horário e animação sócio-educativa. Proporciona 4 actividades extra-curriculares: educação física, música, inglês, “Pequenos Construtores Cientistas” (actividades educativas e lúdicas com Kit’s de Lego), levadas a cabo por professores especialistas nas respectivas áreas. A partir de 24 de Setembro de 2002, quando mudou para as actuais instalações deixou, por decisão do ME, de poder designar-se "Jardim de Infância Oficial n.º 2" e passou a designar-se "Jardim de Infância Quinta das Violetas", integrando o Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva em 2003/2004.

7

Jardim-de-Infância do Salgueiro do Campo

Em 1971 foi construída a escola primária do Salgueiro do Campo só com uma sala. Anos mais tarde, o número de crianças aumentou consideravelmente, a escola sofreu obras tendo-lhe sido acrescentada uma sala. Actualmente funciona o 1º Ciclo numa das salas e o Pré-escolar na outra. O jardim abriu como autárquico no ano lectivo 1993/1994 no edifício do Centro de Dia. No ano seguinte mudou para o edifício da escola, onde se mantém até aos dias de hoje.

O jardim está inserido no meio rural. Fica situado no extremo da povoação de Salgueiro do Campo, junto da padaria do Salgueiro e à beira de uma estrada rural que liga esta localidade, sede de freguesia, à sua anexa aldeia de Palvarinho.

As salas são amplas, arejadas e com boa luminosidade natural. Possuem, ambas as salas, uma pequena salinha anexa em que funcionam, do lado do 1º Ciclo, o refeitório e do lado do Jardim está a caldeira que faculta o aquecimento às duas salas. O exterior possui um parque infantil com piso antiderrapante e uma caixa de areia.

Como dista poucos quilómetros de Castelo Branco, a maior parte da população activa desloca-se para aí trabalhar. É um meio onde não há grande actividade cultural, com excepção das tradicionais festas de Verão. Não possui indústria, unicamente uma padaria, e o comércio existente são mercearias, cafés e farmácia.

O Jardim-de-infância funciona das 8h 30mn às 19h, tendo componente de apoio às famílias no prolongamento de horário e no serviço de almoço.

8

Jardim-de-Infância das Sarzedas

Desconhece-se o ano de início do Jardim-de-infância de Sarzedas. O Livro de Ponto mais antigo que ainda existe no estabelecimento reporta-se ao Ano de 1989.

O Jardim-de-infância chegou a funcionar com duas salas de actividades. No entanto, o número de crianças tem vindo a reduzir, com a peculiaridade de neste ano lectivo, não haver nenhuma criança residente na localidade de Sarzedas, a frequentá-lo.

O edifício onde funciona, faz parte do edifício da Junta de Freguesia. As crianças almoçam no salão do mesmo, sendo as refeições cozinhadas por uma funcionária da Junta de Freguesia. O aquecimento da sala de actividades é feito a lenha.

As crianças que frequentam o jardim residem todas nas anexas de Sarzedas, (Pé da Serra, Gatas, S. Domingos, Rapoula, Pousafoles e Lisga.

O meio é essencialmente rural, pois algumas das indústrias que teve no passado encerraram, devido à saída de muitos dos seus habitantes para a cidade, nomeadamente Castelo Branco, onde muitas famílias trabalham.

O jardim-de-infância tem o horário normal da componente lectiva, mas fornece o serviço de almoço.

9

Escola Básica do Castelo

Na Escola Básica do Castelo funcionam o 1º Ciclo e o Pré-Escolar. Esta escola é composta por dois edifícios. Um designado por "escola velha", na Rua do Arco do Bispo e o outro designado por "escola nova", na Rua Nova. Este edifício é do tipo Plano Centenário datado de 1963. Ambos se situam na zona medieval, próximo do centro da cidade, com difíceis acessos humanos e materiais. Têm entradas diferentes e a ligação entre os dois edifícios faz-se através de um pátio exterior. A designada por "escola nova" beneficiou de obras de melhoramentos no início da década de noventa. Foram remodeladas as instalações sanitárias e os soalhos das salas foram substituídos por cimento coberto com alcatifa plástica.

A escola é composta por oito salas de aula. Actualmente funcionam três salas com 1º Ciclo, duas salas com Pré-escolar, uma sala de apoio, uma sala como ginásio e outra como sala de audiovisuais e biblioteca. O edifício está bastante degradado, quer interior, quer exteriormente. O mobiliário é pouco adequado e está degradado. O aquecimento do edifício é feito a lenha.

O Jardim-de-infância funciona há cerca de catorze anos. A Escola já funcionava, tendo disponibilizado na altura, uma sala para o Jardim-de-infância. Posteriormente e devido ao número de crianças existentes em lista de espera, procedeu-se à abertura de uma segunda sala que funciona há cerca de dez anos. O Jardim-de-infância funciona das 8h 45mn às 17h 30mn, funciona com a componente social de apoio às famílias com o serviço de almoço e prolongamento de horário.

O 1º Ciclo e o Pré-Escolar são frequentados por um número significativo de alunos oriundos de agregados familiares de nível sócio/económico/cultural, baixo e por alunos de etnia cigana, cuja assiduidade é baixa, originando dificuldades de integração e aproveitamento escolar. Uma grande parte das crianças é considerada carenciada.

Situando-se na zona medieval da cidade, tem um parque habitacional envelhecido e degradado, o que provocou um decréscimo da frequência escolar, nos últimos anos.

A população desta zona é essencialmente idosa e economicamente desfavorecida.

10

Escola Básica de Freixial do Campo

Na Escola Básica do Freixial do Campo funcionam o 1º Ciclo e o Pré-Escolar. O edifício situa-se no centro da localidade, que dista 18 km de Castelo Branco É um edifício do tipo Plano Centenário, antigo mas com boas condições de funcionalidade, no espaço interior e exterior. Possui boas condições ao nível de organização, funcionamento e instalações.

Tem duas salas de aula, sendo uma delas ocupada pelo 1º Ciclo e a outra pelo Pré-escolar; um hall que funciona como refeitório onde almoçam as crianças do Jardim-de-infância e 1º Ciclo; um alpendre onde funcionam actividades de tempos livres; duas casas de banho.

As salas de aula são amplas, bem iluminadas com luz natural e arejadas. Possuem aquecimento de lareira e caldeira. Dispõe de um pátio coberto onde ficam localizadas as instalações sanitárias que estão em bom estado de funcionamento No exterior existe um espaço amplo à volta do edifício com diversas árvores, tanque de areia e jardim. As traseiras e partes laterais estão vedadas por um muro e a parte da frente por uma vedação de rede.

Inicialmente o Jardim-de-infância funcionava no edifício da Junta de Freguesia, tendo passado em Novembro de 2000 para o edifício da escola do 1º Ciclo. Funciona das 9h às 17h 30mn, com a componente social de apoio às famílias com serviço de almoço e prolongamento de horário.

A maioria das crianças que frequentam este estabelecimento, reside na localidade sede de freguesia.

A partir do ano lectivo 2006/2007, o 1º Ciclo passou a receber os alunos da Freguesia de Juncal do Campo, por ter encerrado a escola na localidade.

É um meio rural onde vivem cerca de 500 pessoas, que na sua maioria trabalham na cidade de Castelo Branco. A comunidade envolvente é constituída por um meio social média-baixa. Pratica-se a agricultura de subsistência e a criação de gado. O meio sócio-económico é na sua maioria carenciado.

Escola Básica da Mina

A Escola Básica da Mina é um edifício do tipo Plano Centenário, que foi reconstruído há nove anos. Está equipado com quatro salas de aula, cada uma com sua turma, funcionando em regime normal. Dispõe ainda de duas salas para reuniões, funcionando numa delas a biblioteca e possui um ginásio.

No exterior existe um pátio coberto onde se encontram as instalações sanitárias e uma despensa. Existe ainda um pátio descoberto. As condições oferecidas pelo edifício tanto no interior, como no exterior, são razoáveis.

A escola está inserida no meio urbano, na entrada norte da cidade.

O meio sócio afectivo é caracterizado por algumas famílias desmembradas e o meio cultural e económico é razoável, no que se refere à maioria dos alunos.

Este estabelecimento inclui o pólo do **Salgueiro do Campo**. O edifício foi construído em 1968 em substituição da escola antiga. Fica situada num dos extremos da localidade, que dista cerca de 10 km de Castelo Branco.

É um edifício do tipo Plano Centenário que se encontra num razoável estado de conservação. Possui duas salas de aula, funcionando numa, o 1º Ciclo em regime normal e na outra o Pré-escolar.

A sala de aula é ampla e tem boa luminosidade. As instalações sanitárias são compostas por duas casas de banho, em bom estado de conservação. O aquecimento do edifício é feito através de uma caldeira. O mobiliário encontra-se em razoável estado de conversação. O material didáctico é em número reduzido, se atendermos às exigências do currículo.

O pátio exterior está dotado de um parque infantil com piso sintético e uma parte cimentada.

A população trabalha essencialmente na agricultura, construção civil e fábricas, havendo também muitas famílias emigradas. Grande parte da população residente tem os seus empregos na cidade, deslocando-se diariamente. Em termos socio-económicos, não há indícios de grandes carências.

12

Escola Básica de São Tiago

A Escola Básica de São Tiago começou por ser conhecida como Escola do Celeiro, por ter funcionado num edifício onde foi um celeiro. Posteriormente designou-se Escola Nº 6 de Castelo Branco e actualmente chama-se Escola Básica de São Tiago.

A Escola funciona, desde o ano escolar 2001/2002, num edifício de dois pisos, com aspecto exterior atractivo, resultante da arquitectura e das cores com que está pintado. Exteriormente não oferece qualquer espaço coberto, o que inviabiliza a sua utilização em dias de chuva, limitando as naturais brincadeiras nos intervalos das aulas. Situa-se numa zona urbana, designada por São Tiago.

As nove salas de aula de que a escola dispõe, situam-se no rés-do-chão. Neste piso existe ainda o bar, com cozinha anexa e uma despensa para produtos alimentares, uma sala para as auxiliares de acção educativa, dois espaços de arrecadação de materiais diversos, dois espaços destinados à guarda de material didáctico e audiovisual e o de desgaste e de apoio a prática pedagógica, uma sala de professores, um gabinete para a coordenação da escola, um espaço para a reprografia, um ginásio para a prática da aula de educação física e de psicomotricidade, duas casas de banho para adultos, duas casas de banho para crianças e um pequeno espaço para acondicionamento dos materiais de limpeza.

No primeiro andar existem dois gabinetes para o apoio e complemento educativo e para atendimento aos pais/encarregados de educação, a biblioteca, um corredor aproveitado com dois espaços – sendo um utilizado pela terapeuta de fala e um outro, dividido por uma cortina, destinado a aulas de apoio e de actividades de enriquecimento curricular e um pequeno espaço também utilizado para aulas de apoio.

Em cinco salas funcionam cinco turmas em regime normal, em três salas funcionam seis turmas em horário duplo e noutra ainda, funciona a Unidade de Autismo - sala “Teacch”. Em tempo parcial funciona ainda nesta escola a Unidade de surdos.

A comunidade educativa é bastante diversificada. Os pais/encarregados de educação apresentam os mais variados níveis socioprofissionais, desde desempregados a técnicos superiores; as formações académicas são igualmente variadas.

13

Escola Básica de Sarzedas

A Escola Básica de Sarzedas funciona num edifício que foi construído em 1960. Fica situada num dos extremos da povoação, junto a uma via rodoviária. A localidade dista cerca de 20 km de Castelo Branco.

É um edifício do tipo Plano Centenário que se encontra degradado, especialmente no interior. Possui duas salas de aula, funcionando uma turma em cada uma delas, em regime normal. As salas são amplas e têm boa luminosidade. O aquecimento do edifício é feito através de uma caldeira a lenha. O mobiliário encontra-se em razoável estado de conversação, mas o material didáctico é insuficiente. Dispõe de um pátio exterior, com uma pequena parte coberta, onde se localizam as instalações sanitárias.

A partir do ano lectivo 2006/2007, esta escola passou a receber também os alunos da Freguesia de Santo André das Tojeiras, por ter encerrado a escola na localidade. Os alunos são na sua maioria oriundos de localidades anexas, necessitando assim de serem transportados diariamente.

A população trabalha essencialmente na agricultura, na silvicultura, nos serviços existentes e ainda nas fábricas, na cidade. Não há indícios de grandes carências económicas.

Em todos os estabelecimentos de ensino do 1ºCiclo (excepto as turmas que funcionam em regime duplo), os alunos podem usufruir de actividades de enriquecimento curricular que estão ao seu dispor:

·Actividade Física e Desportiva - todos os anos de escolaridade

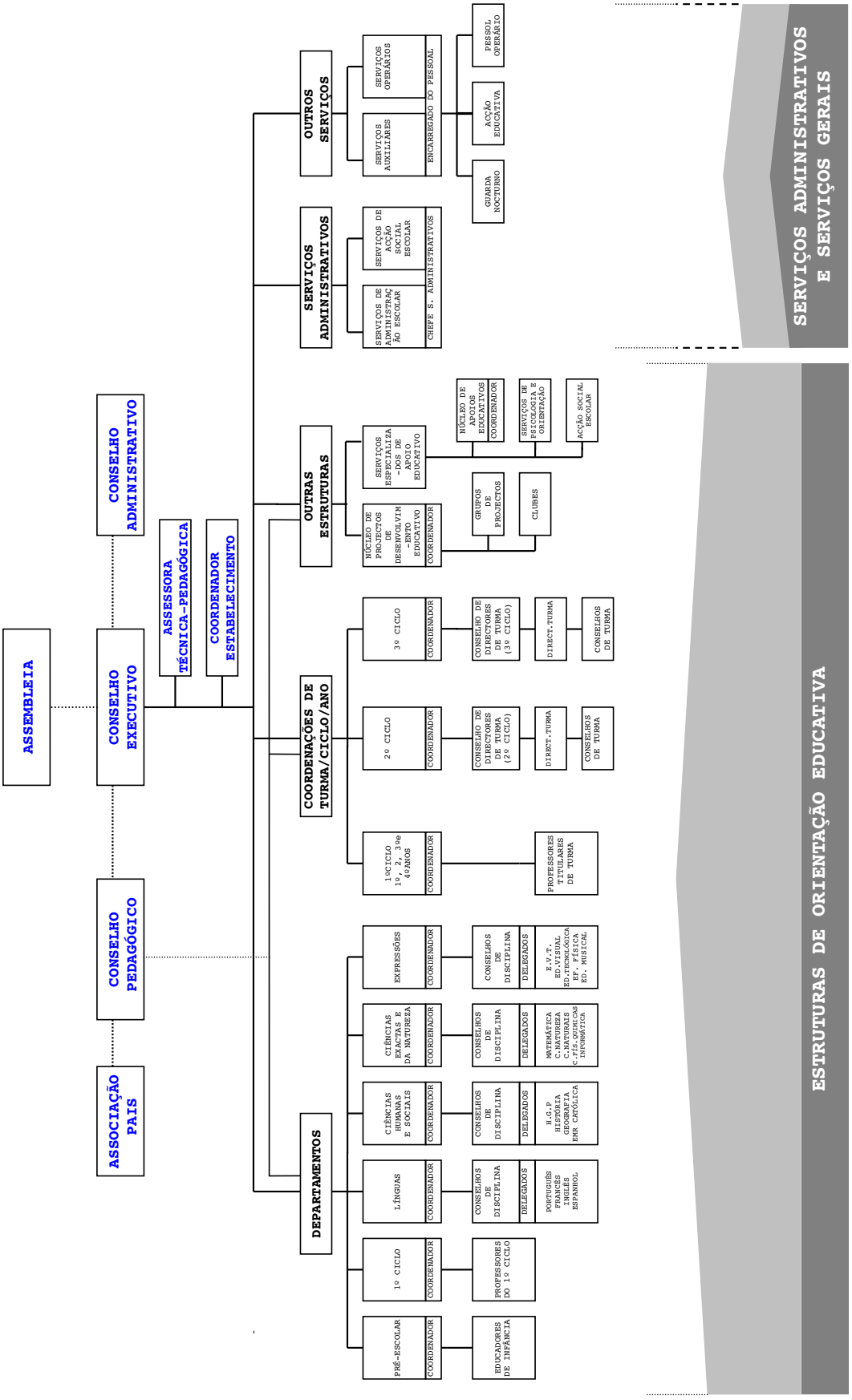
·Música/ Actividade Artística e Musical - todos os anos de escolaridade

·Inglês – 3º e 4º Anos

·Educação Visual e Tecnológica – 1º e 2º Anos

14

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO AGRUPAMENTO



RECURSOS HUMANOS

Quadro I

Alunos do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva - 2007/2008

Sector de Ensino	Grupos/Turmas	N.º de Alunos
Pré-Escolar	10	169
1.º Ciclo	26	426
2.º Ciclo	11	247
3.º Ciclo	15	271
	Total	1113

Quadro II - A

Escalões de Subsídio - 2007/2008

Sector de Ensino	N.º de Alunos Subsidiados		Total
	Escalão A	Escalão B	
1.º Ciclo	61	———	61
2.º Ciclo	53	7	60
3.º Ciclo	61	8	69
Total	175	15	190

Quadro II - B

Escalões de Subsídio - 2007/2008

Sector de Ensino	N.º de Alunos Subsidiados										Total
	1.º Escalão	2.º Escalão		3.º Escalão		4.º Escalão		5.º Escalão		Outro	
		A	B	A	B	A	B	A	B		
Pré-Escolar	33	10	4	5	5	11	16	16	9	32	141

Quadro III

Professores/Educadores do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva - 2007/2008

Sector de Ensino	N.º de Professores/Educadores
Pré-Escolar	13
1.º Ciclo	27
2.º Ciclo	57
3.º Ciclo	28
Ensino Especial	21
Total	146

RECURSOS HUMANOS

Quadro IV

Pessoal Não-Docente do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva - 2007/2008

Categoria	N.º de Funcionários	%
Pessoal Administrativo	10	13%
Pessoal Técnico da Acção Social	6	8%
Pessoal Auxiliar da Acção Educativa	42	56%
Tarefeiras	13	17%
Guarda-Noturno	3	4%
Encarregado de Pessoal da Acção Educativa	1	1%
Total	75	

Quadro V - A

Alunos com Necessidades Educativas Especiais - 2007/2008

Sector de Ensino	N.º Alunos	%
Pré-Escolar	3	4%
1.º Ciclo	27	39%
2.º Ciclo	20	29%
3.º Ciclo	20	29%
Total	70	

Quadro V - B

Alunos com Necessidades Educativas Especiais - 2007/2008

Sector de Ensino	N.º Alunos
Domicílios, Amas e Creches	28
Pré-Escolar Particular	22
Total	50

18 INDICADORES RESULTANTES DA ANÁLISE DE INQUÉRITOS

Toda a comunidade escolar, Professores, Alunos, Encarregados de Educação e Funcionários, foi convidada a responder a um questionário sobre as condições das escolas que compõem o Agrupamento.

Os **PROFESSORES E EDUCADORES** consideram que o **princípio** fundamental a ser desenvolvido pelas Instituições do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva é o seguinte:

"…proporcionar uma formação integrada e harmoniosa a cada aluno, que transmita uma herança cultural, socialize para uma ordem participativa, criadora e crítica, e desenvolva as suas capacidades individuais com vista à aquisição de competências que o habilitem, de forma consciente, a poder construir o seu projecto de vida."

Dos questionários respondidos pelos vários intervenientes da comunidade escolar, podemos concluir que as opiniões manifestadas convergem em vários parâmetros, nomeadamente no *"Sucesso Escolar"* e nos *"Espaços / Equipamentos"*, o primeiro pela positiva e o segundo com opiniões menos favoráveis.

Relativamente ao primeiro grande item analisado, **Sucesso Escolar**, é de salientar as opiniões manifestadas pelos Encarregados de Educação que valorizam consideravelmente os *"trabalhos de casa"*, além de considerarem que as aulas decorrem, de uma maneira geral, de forma organizada e disciplinada. Têm igualmente uma opinião muito positiva do desempenho dos professores/educadores. Também os alunos reconhecem a falta de hábitos de trabalho como factor limitativo das suas aprendizagens em algumas disciplinas.

No **Ambiente de Trabalho**, é de referir o bom relacionamento manifestado pelos alunos entre estes e os professores, no entanto consideram como factor condicionante à aprendizagem, a falta de material quer didáctico quer informático dentro da sala de aula, bem como a falta de conforto neste espaço.

Também os funcionários, neste item, manifestam algum constrangimento relativamente à circulação da informação entre os vários sectores e à necessidade de estabelecerem um melhor ambiente de trabalho com os alunos e os órgãos de gestão, já que, com os professores o consideram bom.

É no item **Espaços / Equipamentos** que todos os elementos da comunidade escolar reúnem consensos, quanto à necessidade de melhorar.

Algumas escolas do ensino pré-primário e 1º ciclo, referem a necessidade de, nas suas escolas, se instalarem aparelhos de ar condicionado nas salas de aula.

Quanto à escola sede, todos os intervenientes referem a necessidade de melhorar os espaços e equipamentos em geral, em toda a escola, com particular incidência nas salas de aula, instalações sanitárias e refeitório. Também a limpeza desses espaços, bem como a falta de conforto sentida na escola e a carência de meios informáticos nas salas de aula são apontados de forma negativa, principalmente pelos professores e encarregados de educação.

Relativamente às **Relações Entre Comunidades,** enquanto os professores e funcionários consideram importante a necessidade de transmitir uma imagem positiva do agrupamento e reforçar a sua identidade, os encarregados de educação dão prioridade à necessidade de fomentar actividades conjuntas entre pais e filhos. Por sua vez, os alunos não têm qualquer aspecto negativo a referir, classificando-as mesmo de "boas" ou "muito boas".

Quanto ao **Funcionamento dos Serviços**, é de salientar a opinião dos alunos que consideram ser "bem" ou "muito bem" atendidos nos vários serviços disponíveis nas várias escolas do agrupamento. Todavia, dos restantes intervenientes, alguns consideram que este parâmetro poderia ser melhorado, nomeadamente no refeitório e na secretaria. Nesta última, referindo a circulação atempada da informação.

No item **Segurança**, é de salientar a confiança que os encarregados de educação depositam nas várias escolas do agrupamento, já que consideram que as escolas oferecem boas condições de segurança sendo, por isso, locais seguros para os seus educandos, onde existe resposta eficaz para situações de insubordinação/indisciplina.

Também os alunos depositam confiança na escola no que respeita à segurança, no entanto consideram que alguns aspectos poderiam ser melhorados, nomeadamente: aumentando o número de funcionários no recinto escolar e aperfeiçoando algumas condições de segurança no equipamento, edifícios, espaços exteriores e salas de aula.

No último item analisado, **Relacionamento Com os Diversos Órgãos**, os encarregados de educação, únicos intervenientes questionados neste parâmetro, consideraram existir um bom relacionamento com as pessoas envolvidas nos vários órgãos da escola, nomeadamente com o Conselho Executivo, Director de Turma e Professores em geral.

Porém os encarregados de educação do 2º e 3º ciclos, consideram que esse relacionamento poderá ainda melhorar se, os professores da turma dos seus educandos, tal como o Conselho Executivo, estabeleceram um contacto com os encarregados através de reuniões, entre as partes, no início do ano lectivo.

No seguimento desta análise sumária feita aos resultados dos questionários recebidos e elaborados pelos elementos da comunidade escolar, segue-se a apresentação mais pormenorizada dos mesmos.

RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS EFECTUADOS À POPULAÇÃO ESCOLAR

Pré-Escolar

	Educadoras	Encarregados de Educação
Sucesso Escolar	**Prioritário:** - Articular aprendizagens entre ciclos - Promover práticas diversificadas e inovadoras de ensino - Diversificar estratégias para os apoios educativos - Consciencializar o Conselho de Docentes para a importância do seu trabalho como equipa pedagógica na definição e operacionalização dos diferentes projectos - Apostar em projectos inovadores de ensino	**Consideram que:** - As aulas decorrem de forma organizada e disciplinada - Os alunos participam de forma activa nas actividades - Os pais são informados sobre o progresso dos alunos - O nível de assiduidade das educadoras é bom - As educadoras desenvolvem estratégias de recuperação para os alunos com maiores dificuldades - Existe uma gama suficiente de actividades extra-lectivas que os alunos apreciam e praticam - As educadoras desempenham as suas funções com competência - Relativamente a sugestões para outras actividades os Encarregados de Educação propõem a natação

	Educadoras	Encarregados de Educação	Funcionários
Ambiente de Trabalho	**Prioritário**: - Promover uma cultura de trabalho em equipa pedagógica em oposição ao trabalho individual - Criar mecanismos mais eficientes de circulação de informação entre os vários sectores - Trabalhar as relações interpessoais no sentido de proporcionar uma maior dinâmica escolar - Partilhar experiências adquiridas em contexto de formação	**Consideram que:** - As salas de aula têm as condições necessárias, mas propõem a colocação de aparelhos de ar condicionado	**Prioritário:** - Promover uma cultura de trabalho em equipa em oposição ao trabalho individual - Criar mecanismos mais eficientes de circulação de informação entre os vários sectores - Promover e incentivar a formação contínua centrada na Escola/Agrupamento
Espaços Equipamentos	**Educadoras**	**Encarregados de Educação**	**Funcionários**
	Prioritário: - Renovar e melhorar instalações tais como: - piso do recreio - Melhorar equipamentos e mobiliário em alguns locais: - salas de aula	**É necessário:** - Reapetrechar equipamentos no sentido de melhorar o bem-estar dos alunos, nomeadamente a colocação de aparelhos de ar condicionado - Melhorar a limpeza nos diversos espaços escolares	**Prioritário:** - Efectuar melhorias nos espaços já existentes e colocar aparelhos de ar condicionado
Relações Entre Comunidades	**Educadoras**	**Encarregados de Educação**	**Funcionários**
	Prioritário: - Dinamizar a relação Escola/Família, promovendo mais actividades para os pais - Transmitir uma imagem positiva do Agrupamento - Reforçar a identidade do Agrupamento - Criar parcerias com outras instituições	**É necessário:** - Dinamizar a relação Escola/Família, fomentando actividades conjuntas entre pais e filhos	**Consideram que não é prioritário:** - Transmitir uma imagem positiva do agrupamento - Reforçar a identidade do Agrupamento

	Educadoras	Encarregados de Educação	Funcionários
Funcionamento dos Serviços	**Consideram que:** - O funcionamento da secretaria deve melhorar relativamente à circulação atempada de informação	**Consideram que:** - O funcionamento dos serviços é bom	**A grande maioria dos funcionários não expressa opinião acerca do funcionamento dos serviços**

	Educadoras	Encarregados de Educação	Funcionários
Segurança	**Importante:** - Renovar e melhorar instalações tendo em vista a segurança - Prevenir situações de vandalismo	**Consideram que:** - A escola oferece boas condições de vigilância e segurança aos seus educandos	**Prioritário:** - Renovar e melhorar instalações tendo em vista a segurança, nomeadamente a colocação de um videoporteiro e a instalação de um sistema de alarmes - Prevenir situações de vandalismo

	Encarregados de Educação
Relacionamento com os diversos Órgãos	**Consideram que:** - Estabelecem um bom relacionamento com as pessoas envolvidas nos vários órgãos da escola

1.º Ciclo

	Professores	Alunos	Encarregados de Educação
Sucesso Escolar	**Prioritário:** - Articular aprendizagens entre ciclos - Promover práticas diversificadas e inovadoras de ensino - Diversificar estratégias para os apoios educativos - Consciencializar o Conselho de Docentes para a importância do seu trabalho como equipa pedagógica na definição e operacionalização dos diferentes projectos - Apostar em projectos inovadores de ensino	**Actividades que mais contribuem para compreender melhor as matérias:** - Fichas de Trabalho - Pesquisa na Biblioteca/Internet - Trabalhos de Casa - Visitas de Estudo - Trabalhos de Grupo **Factores mais responsáveis pelas dificuldades em algumas disciplinas:** - Falta de hábitos de estudo - Falta de atenção/concentração **As aulas de Estudo Acompanhado:** - Ajudam a aprender a estudar **As aulas de Área de Projecto:** - Contribuem para o aluno ser mais autónomo e responsável **As aulas de Formação Cívica:** - Ajudam os alunos a conhecer os seus direitos e deveres	**Consideram que:** - As aulas decorrem de forma organizada e disciplinada - Os trabalhos de casa são estabelecidos de forma a consolidar as aprendizagens efectuadas nas aulas - Os alunos participam de forma activa nas actividades - Os pais são informados sobre o progresso dos alunos - O nível de assiduidade dos professores é bom - Os professores desenvolvem estratégias de recuperação para os alunos com maiores dificuldades - Existe uma gama suficiente de actividades extra-lectivas que os alunos apreciam e praticam - Os professores desempenham as suas funções com competência - Relativamente a sugestões para outras actividades os Encarregados de Educação propõem a natação

	Professores	Alunos	Encarregados de Educação	Funcionários
Ambiente de Trabalho	**Prioritário**: - Promover uma cultura de trabalho em equipa pedagógica em oposição ao trabalho individual - Criar mecanismos mais eficientes de circulação de informação entre os vários sectores - Partilhar experiências adquiridas em contexto de formação	**Prioritário na Sala de Aula:** - O uso do computador - O conforto - Uma temperatura adequada - O material didáctico **Relativamente ao espaço do recreio, consideraram:** - Estar mais cuidado e embelezado - Ter mais espaços de lazer - Estar mais limpo **Ambiente da própria turma:** - Boa relação entre alunos - Boa relação entre alunos e professores - Ambiente nas aulas "pouco calmo" para alguns alunos	**Consideram que:** - As salas de aula têm as condições necessárias	**Prioritário:** - Promover uma cultura de trabalho em equipa em oposição ao trabalho individual - Criar mecanismos mais eficientes de circulação de informação entre os vários sectores - Promover e incentivar a formação contínua centrada na Escola/Agrupamento

	Educadoras	Encarregados de Educação	Funcionários
Ambiente de Trabalho	**Prioritário**: - Promover uma cultura de trabalho em equipa pedagógica em oposição ao trabalho individual - Criar mecanismos mais eficientes de circulação de informação entre os vários sectores - Trabalhar as relações interpessoais no sentido de proporcionar uma maior dinâmica escolar - Partilhar experiências adquiridas em contexto de formação	**Consideram que:** - As salas de aula têm as condições necessárias, mas propõem a colocação de aparelhos de ar condicionado	**Prioritário:** - Promover uma cultura de trabalho em equipa em oposição ao trabalho individual - Criar mecanismos mais eficientes de circulação de informação entre os vários sectores - Promover e incentivar a formação contínua centrada na Escola/Agrupamento

	Educadoras	Encarregados de Educação	Funcionários
Espaços Equipamentos	**Prioritário:** - Renovar e melhorar instalações tais como: - piso do recreio - Melhorar equipamentos e mobiliário em alguns locais: - salas de aula	**É necessário:** - Reapetrechar equipamentos no sentido de melhorar o bem-estar dos alunos, nomeadamente a colocação de aparelhos de ar condicionado - Melhorar a limpeza nos diversos espaços escolares	**Prioritário:** - Efectuar melhorias nos espaços já existentes e colocar aparelhos de ar condicionado

	Professores	Alunos	Encarregados de Educação	Funcionários
Espaços/Equipamentos	**Prioritário:** - Reapetrechar espaços no sentido de melhorar o bem-estar: - equipamento informático - Renovar e melhorar instalações tais como: - biblioteca/centro de recursos - bar - refeitório - instalações Sanitárias - Melhorar equipamentos e mobiliário em alguns locais: - salas de aula - sala de docentes	**Melhorar todos os espaços escolares com prioridade:** - Refeitório - Campos de jogos - Pátio coberto da escola **Urgente melhorar limpeza:** - Casas de banho **Sugestões para melhorar:** - Criar salas de informática - Criar uma sala de música - Criar uma biblioteca	**É necessário:** - Reapetrechar equipamentos no sentido de melhorar o bem-estar dos alunos, nomeadamente: - mesas e cadeiras - computadores - Renovar e melhorar instalações, nomeadamente: - na sala de aula - espaços de recreio - Criar novos espaços para a prática de actividades específicas, nomeadamente educação física	**Prioritário:** - Renovar e alargar o refeitório da escola

	Professores	Encarregados de Educação
Relações Entre Comunidades	**Prioritário:** - Dinamizar a relação Escola/Família - Transmitir uma imagem positiva do Agrupamento - Reforçar a identidade do Agrupamento - Criar parcerias com outras instituições	**É necessário:** - Fomentar actividades conjuntas entre pais e filhos - Transmitir uma imagem positiva do Agrupamento

	Alunos
Relação Escola/Família	**Consideram que:** - A família deve colaborar em projectos ou actividades da escola - A família deve dar sugestões aos professores/director de turma

	Professores	Alunos	Encarregados de Educação	Funcionários
Funcionamento dos Serviços	**Consideram que:** - Existe um bom funcionamento dos serviços	**Consideram que:** - São "bem" ou "muito bem" atendidos nos vários serviços da escola	**Consideram que:** - Existe um bom funcionamento dos serviços	**Consideram que:** - Existe um bom funcionamento dos serviços

	Professores	Alunos	Encarregados de Educação	Funcionários
Segurança	**Importante:** - Renovar e melhorar instalações tendo em vista a segurança - Prevenir situações de vandalismo	**Melhorar a segurança de:** - Espaços exteriores **O que lhes oferecia mais segurança na escola**: - A vigilância no recinto escolar - A existência de um gradeamento - Controlo de entradas	**Consideram que:** - A escola oferece boas condições de segurança	**Prioritário:** - Renovar e melhorar instalações tendo em vista a segurança, nomeadamente vedações e muros - Prevenir situações de vandalismo

	Encarregados de Educação
Relacionamento com os diversos Órgãos	**Consideram que:** - Estabelecem um bom relacionamento com as pessoas envolvidas nos vários órgãos da escola

2.º e 3.º Ciclos

	Professores	Alunos	Encarregados de Educação
Sucesso Escolar	**Prioritário:** - Articular aprendizagens entre ciclos - Promover práticas diversificadas e inovadoras de ensino - Consciencializar o Conselho de Turma para a importância do seu trabalho como equipa pedagógica na definição e operacionalização do Projecto Curricular de Turma - Estimular a autonomia e a responsabilidade - Apostar em projectos inovadores de ensino	**Actividades que mais contribuem para compreender melhor as matérias:** - Fichas de Trabalho - Pesquisa na Biblioteca/Internet - Trabalhos de Casa - Visitas de Estudo - Trabalhos de Grupo **Factores mais responsáveis pelas dificuldades em algumas disciplinas:** - Professores demasiado exigentes - Falta de hábitos de estudo - Falta de atenção/concentração - Esquecimento rápido do que foi aprendido **As aulas de Estudo Acompanhado:** - Ajudam a aprender a estudar - Deviam ser mais motivantes, não fazendo sempre o mesmo, estudar para os testes e realizar jogos educativos **As aulas de Área de Projecto:** - Contribuem para o aluno ser mais autónomo e responsável **As aulas de Formação Cívica:** - Ajudam os alunos a conhecer os seus direitos e deveres	**Consideram que:** - Os trabalhos de casa são estabelecidos de forma a consolidar as aprendizagens efectuadas nas aulas - Os trabalhos de casa são marcados de acordo com os conhecimentos dos alunos - Os pais são informados sobre o progresso dos alunos - O nível de assiduidade dos professores é bom - Os professores desenvolvem estratégias de recuperação para os alunos com maiores dificuldades - A maioria dos professores desempenha as suas funções com competência

	Professores	Alunos	Encarregados de Educação	Funcionários
Ambiente de Trabalho	**Prioritário**: - Promover uma cultura de trabalho em equipa pedagógica em oposição ao trabalho individual - Criar mecanismos mais eficientes de circulação de informação entre os vários sectores - Promover e incentivar a formação contínua centrada na Escola/Agrupamento - Trabalhar as relações interpessoais no sentido de proporcionar uma maior dinâmica escolar - Partilhar experiências adquiridas em contexto de formação	**Prioritário na Sala de Aula:** - O uso do computador - O conforto - Uma temperatura adequada - O material didáctico **Relativamente ao espaço do recreio, consideraram:** - Mais cuidado e embelezado - Ter mais espaços de lazer - Haver responsabilização dos alunos pela manutenção e higiene **Ambiente da própria turma:** - Boa relação entre alunos - Boa relação entre alunos e professores - Ambiente nas aulas "pouco calmo" para alguns alunos.	**Deve melhorar:** - As condições de iluminação e de visibilidade para o quadro	**Prioritário:** - Promover uma cultura de trabalho em equipa em oposição ao trabalho individual - Criar mecanismos mais eficientes de circulação de informação entre os vários sectores - Promover e incentivar a formação contínua centrada na Escola/Agrupamento - Trabalhar as relações interpessoais no sentido de proporcionar um melhor ambiente de trabalho com os alunos e com os órgãos de gestão - Partilhar experiências adquiridas em acções de formação

	Professores	Alunos	Encarregados de Educação	Funcionários
Espaços/Equipamentos	**Prioritário:** - Reapetrechar equipamentos no sentido de melhorar o bem-estar - Criar novos espaços para a prática de actividades específicas - Renovar e melhorar instalações tais como: - refeitório - instalações Sanitárias - pavilhão Gimnodesportivo - Melhorar equipamentos e mobiliário em alguns locais: - salas de aula - gabinetes - sala de docentes - Melhorar a limpeza nos diversos espaços escolares	**Melhorar todos os espaços escolares com prioridade:** - Salas de aula - Refeitório - Casa de banho - Campos de jogos **Urgente melhorar limpeza:** - Casas de banho - Salas de aula e escola no geral - Refeitório **Sugestões para melhorar:** - Pintura das salas de aula e telheiros	**É necessário:** - Reapetrechar equipamentos no sentido de melhorar o bem-estar dos alunos - Renovar e melhorar instalações, nomeadamente: - na sala de aula - no refeitório - nas casas de banho - espaços de recreio - Melhorar a limpeza nos diversos espaços escolares **Aspectos negativos a referir:** - Pouco conforto na escola - Falta de computadores - Falta de meios informáticos na sala de aula - Iluminação deficiente - Falta de limpeza nos balneários - Ausência de abrigo junto das salas de aula - Falta de nas salas de aula - Melhorar os estores, secretárias e quadros - Biblioteca sem acesso a deficientes	**Prioritário:** - Renovar e melhorar instalações tendo em vista o bem-estar no refeitório e sala de funcionários - Melhorar a limpeza nos diversos espaços escolares

	Professores	Alunos	Encarregados de Educação	Funcionários
Relações Entre Comunidades	**Prioritário:** - Transmitir uma imagem positiva do Agrupamento - Reforçar a identidade do Agrupamento	**Relação Escola/Família:** - Todos os aspectos foram classificados de "bons" ou "muito bons"	**É necessário:** - Fomentar actividades conjuntas entre pais e filhos - Responsabilizar os pais/Encarregados de Educação pelos casos de indisciplina - Recriar e dinamizar o site da escola - Controlar os alunos mais velhos; - Melhorar a divulgação das actividades do Agrupamento	**É necessário:** - Transmitir uma imagem positiva do Agrupamento - Reforçar a identidade do Agrupamento

	Professores	Alunos	Encarregados de Educação	Funcionários
Funcionamento dos Serviços	**Consideram importante:** - Aumentar a eficácia nos vários serviços prestados em especial no Refeitório	**Consideram que:** - São "bem" ou "muito bem" atendidos nos vários serviços da escola	**Consideram importante:** - Aumentar a eficácia nos vários serviços prestados pela escola - Melhorar o serviço de refeições tanto em qualidade como em diversidade - Aumentar o número de funcionários a atender no bar dos alunos durante os intervalos - Aumentar o número de livros e Internet na Biblioteca	**Consideram importante:** - Aumentar a eficácia nos vários serviços prestados pela Secretaria e pelo Refeitório

Professores	Alunos	Encarregados de Educação	Funcionários
Segurança			
Importante: - Renovar e melhorar equipamentos e instalações tendo em vista a segurança - Prevenir situações de vandalismo - Aumentar a vigilância no recinto escolar	**Melhorar a segurança de:** - Equipamento - Edifícios - Espaços exteriores - Salas de aula **O que mais receiam na escola:** - Falta de vigilância no recinto escolar (cerca de metade dos alunos) - Roubos, vandalismo - Agressões físicas e verbais **O que lhes oferecia mais segurança na escola:** - A vigilância no recinto escolar - Controlo de entradas	**Aspectos positivos:** - O aluno sente-se seguro no interior da escola - O espaço escolar é vigiado de forma a prevenir a entrada de intrusos - Existe resposta eficaz para situações de insubordinação/indisciplina - São raros ou inexistentes os roubos aos alunos ou situações de vandalismo no interior da escola **Aspectos a melhorar:** - Aumentar o número de funcionários a vigiar os pátios nos intervalos	**Prioritário:** - Renovar e melhorar equipamentos tendo em vista a segurança - Renovar e melhorar instalações tendo em vista a segurança - Prevenir situações de vandalismo - Aumentar a vigilância no recinto escolar

Encarregados de Educação
Relacionamento com os diversos Órgãos
Considerado "bom" com: - Conselho Executivo - Director de Turma - Professores **Aspectos a melhorar:** - Conhecer todos os professores da turma do aluno no início do ano - Reuniões do Conselho Executivo com os Encarregados de Educação no início do ano

METAS E OBJECTIVOS DO PROJECTO EDUCATIVO

A necessidade de concertar princípios e conceitos, planificar acções e concretizar planos contribuiu para a identificação das metas e definição de objectivos gerais para os próximos três anos.

"**Integrar**, **Unir** e **Formar**" enformam as metas e os objectivos gerais que se pretendem abrangentes.

As metas e os objectivos gerais são o ponto de partida para o estabelecimento de estratégias e actividades que os vários intervenientes integram nos seus planos de trabalho, fornecendo linhas orientadoras para o Plano Anual de Actividades bem como para a Avaliação de Desempenho dos docentes.

Para a definição das metas e dos objectivos gerais, concorreram, para além de princípios que lhes subjazem, os indicadores resultantes da análise de inquéritos previamente realizados junto dos vários intervenientes no processo educativo: alunos, professores, encarregados de educação e funcionários do Agrupamento.

Procura-se assim que o trabalho desenvolvido na escola, a todos os níveis, constitua um todo coerente e coeso e não apenas o somatório de actividades de cada órgão ou serviço.

Neste sentido, foram definidas as seguintes **METAS** e respectivos **OBJECTIVOS** para os próximos três anos:

34

Incrementar condições facilitadoras da formação integral do aluno e do seu sucesso

- Desenvolver estratégias que impliquem o aluno na sua própria aprendizagem, motivando-o para o sucesso.
- Melhorar o nível geral de sucesso escolar e diminuir o insucesso nos casos identificados.

❖ O Sucesso, entendido como o nº de transições/aprovações obtidas no conjunto das escolas do Agrupamento, fixou-se, nos últimos 3 anos e em termos globais, na meta dos 85%. Assim, embora considerando que uma subida de 5% implica um esforço significativo de toda a comunidade educativa, decidiu o Conselho Pedagógico fixar a meta dos **90% de sucesso** para o ano lectivo **2007/2008**, com um aumento anual de 1% até ao fim do triénio em causa, isto é, terminar o ano lectivo **2009/2010** com uma taxa de sucesso de **92%**, salvaguardando os casos específicos de algumas turmas e disciplinas que, justificadamente possam não atingir os valores fixados.

- Apostar no reforço pedagógico nos anos iniciais de ciclo.
- Valorizar a educação para a cidadania.
- Promover uma cultura para a educação de valores éticos, humanos e ecológicos.
- Consciencializar a comunidade escolar para os diferentes valores que caracterizam as diferentes culturas.
- Manter e reforçar um bom relacionamento pedagógico, proporcionando a ausência de problemas disciplinares graves.
- Promover a articulação entre os conteúdos leccionados nos vários ciclos do agrupamento.
- Desenvolver mecanismos no sentido de reduzir o abandono escolar.

❖ O abandono escolar, entendido como a ausência continuada, sistemática e injustificada dos alunos da frequência da Escola, situa-se actualmente numa taxa de 0.6%. Embora o valor alcançado seja praticamente residual, considerando que o mesmo respeita a um extracto populacional que, pelas suas características específicas, torna muito difícil o papel mobilizador do Agrupamento, decidiu o Conselho Pedagógico fixar a taxa de abandono escolar para o ano lectivo **2007/2008** nos **0.3%**, de forma a atingir o valor **0,0%** no **final do triénio 2007/2010.**

Melhorar significativamente as condições de trabalho de todos os elementos da comunidade escolar

- Promover condições de espaço e tempo para o trabalho em equipa a nível do desenvolvimento curricular
- Revitalizar os espaços físicos da escola (interiores e exteriores)
- Motivar os elementos da comunidade para uma participação activa e cooperante no processo educativo
- Equipar gradualmente a escola com infra-estruturas em domínios diversificados
- Optimizar os serviços e outras estruturas no sentido de um melhor serviço à comunidade escolar
- Promover a formação de pessoal docente e não docente tendo em vista a melhoria das suas competências profissionais decorrentes do Projecto Educativo, bem como a sua satisfação pessoal
- Preservar o bom ambiente de trabalho conseguido pelo relacionamento dos órgãos de direcção da escola com os restantes elementos da comunidade escolar e destes entre si
- Fomentar uma cultura de avaliação e de auto-avaliação da escola

Promover condições para reforçar a identidade própria da Escola tornando-a mais interveniente e aceite de pleno direito junto da comunidade social

- Fomentar a participação de todos os elementos da comunidade escolar na vida da Escola, promovendo o trabalho colectivo
- Motivar os elementos da comunidade para uma participação activa e cooperante no processo educativo
- Projectar para o exterior a imagem da Escola

Componentes a Privilegiar na Formação Integral do Aluno

Tendo em atenção as características estruturais e humanas da Escola, não perdendo de vista a heterogeneidade dos alunos, dos respectivos agregados familiares, bem como as metas a atingir nestes níveis etários em conformidade com os princípios orientadores do Projecto Educativo de Escola, o perfil do aluno deve definir-se tendo em conta as dimensões educativas (social e pessoal, aquisição de saberes básicos e intelectuais fundamentais e a habilitação para o exercício da cidadania(1)responsável) definidas na Lei de Bases do Sistema Educativo.

É neste contexto que a Escola deve proporcionar situações de aprendizagem que permitam o desenvolvimento de competências que todos os alunos devem ter oportunidade de desenvolver ao longo do ensino básico – competências gerais, transversais e essenciais em cada disciplina.

(1) *A educação para a cidadania é consagrada como formação transdisciplinar, no Decreto – Lei nº 6/2001, a par do domínio da Língua Portuguesa, da valorização da dimensão humana do trabalho e da utilização das tecnologias de informação e comunicação.*

DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL

Cidadania - Desenvolver a compreensão, as atitudes e os valores, as capacidades e o conhecimento que auxiliem os alunos na sua formação e no desenvolvimento integral, fomentando a promoção de aprendizagens realmente significativas.

Solidariedade – Eleger a " Cultura dos Afectos" como ponto fulcral na relação dos vários elementos da comunidade educativa. Na Escola é imprescindível levar em conta, a necessidade da manifestação dos sentimentos e emoções, e, portanto, a afectividade contida nas relações entre as pessoas, umas com as outras e consigo mesmas.

Torna-se imperativo no quotidiano escolar a discussão de propostas pedagógicas que levem em conta a formação de um ambiente sócio – moral cooperativo, onde os alunos se possam auto – conhecer e construir um poder de auto – controle e auto – estima que os tornem mais solidários, e ainda mais, que possam ser felizes.

Integração/Inclusão – Encontrar formas de responder efectivamente às necessidades educativas de uma população cada vez mais heterogénea, de construir efectivamente uma escola inclusiva, uma escola que a todos aceite e trate de forma adequada às suas necessidades, criando igualdade de oportunidades e sucesso educativo para todos os alunos.

Desenvolvimento Sustentável – Integrar valores inerentes à preservação da natureza encorajando mudanças no comportamento, contribuindo para a formação de uma sociedade mais ecológica e mais justa com o meio ambiente.

Educação Intercultural – Interacção-diálogo entre culturas, num clima democrático que defenda o direito à diversidade no marco da igualdade de oportunidades, flexibilizando os modelos culturais que se transmitem na Escola. Proporcionar aos alunos maior riqueza de conhecimentos e valores culturais, enriquecendo crítica e reflexivamente não só o seu desenvolvimento integral, enquanto pessoas, mas também propiciando a sua concretização e acção social solidária.

Educação para a Saúde – Prevenir em Meio - Escolar o consumo de substâncias Psico-Activas; a Educação Sexual para todos os alunos, consoante o ciclo de escolaridade; incutir boas práticas de Higiene e Segurança alimentar, fornecer pistas de reflexão a professores e alunos para o desenvolvimento de acções em Meio - Escolar, assim como a apresentação de projectos nesta área. Diagnosticar comportamentos de risco, anti-sociais (violência, indisciplina, "bullying", absentismo e insucesso escolar).

DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Plano da Matemática - Promover o sucesso da disciplina.

Plano Nacional de Leitura – Criar hábitos de leitura nos alunos e desenvolver competências nos domínios da leitura e da escrita

TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) – Proporcionar um enriquecimento contínuo dos saberes, aproveitando aquilo que o desenvolvimento destas tecnologias possibilita, no sentido da formação para uma sociedade do conhecimento. Importa, por isso, que a escola faculte a todos a possibilidade real de igualdade de acesso aos diversos meios no sentido de que os jovens possam ser formados para a recolha, a selecção, a organização, a gestão e a utilização de informação actual.

Formação em Ciência e Tecnologia – Adquirir conhecimentos científicos e técnicos numa sociedade onde a ciência e a tecnologia são parte integrante do quotidiano do indivíduo. A escola desempenha um papel preponderante no desenvolvimento de atitudes susceptíveis de assegurar aos cidadãos do futuro, a aplicação e a avaliação desses conhecimentos. Neste sentido, a ciência e a tecnologia prestam um contributo importante, à formação dos jovens, garantindo-lhes uma educação útil num mundo em constante mudança.

Desporto Escolar - promover a saúde e a condição física, adquirir hábitos e condutas motoras. Promover actividades no interior da comunidade educativa e a interactividade com o meio envolvente.

Expressão Artística – Integrar a diversidade da oferta educativa onde a Escola desempenha um papel fundamental para a formação integral dos alunos pondo em acção capacidades afectivas e cognitivas, provocando a interacção de múltiplas inteligências.

Actividades de Desenvolvimento Curricular – Desenvolver respostas diversificadas em função das realidades locais, garantindo a complementaridade das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas.

Estas actividades podem incidir nos domínios: sócio-afectivo, desportivo, artístico, científico, tecnológico, nas tecnologias de informação e comunicação e de actividades de apoio ao estudo.

BIBLIOTECA ESCOLAR/CRE

A **Biblioteca Escolar** é parte integrante do processo educativo, constituindo-se como um recurso indispensável na formação integral do aluno. Não pode ser vista como um espaço autónomo de aprendizagem ou de mera ocupação de tempos livres, mas como um instrumento essencial ao desenvolvimento do currículo escolar. Assim, como estrutura pedagógica essencial da política educativa e curricular do Agrupamento Afonso de Paiva e de acordo com a sua missão, cumpre **quatro grandes finalidades**:

Informativa – ao fornecer informação fiável, rápido acesso, transferência e partilha da informação e do conhecimento e integrando redes de informação regionais e nacionais.

Educativa – assegurando a educação ao longo da vida; facultando meios, equipamentos e ambiente favorável à aprendizagem; orientando os alunos na selecção e uso de materiais formativos; desenvolvendo competências de gestão da informação, em articulação com as actividades curriculares e não curriculares; promovendo a liberdade e curiosidade intelectuais.

Cultural – ao melhorar a qualidade de vida através da apresentação e apoio a experiências de natureza estética e artística e encorajar a criatividade e o desenvolvimento de relações humanas positivas.

Recreativa – favorecendo uma vida equilibrada e enriquecida; estimulando a ocupação útil dos tempos livres mediante o fornecimento de informação, materiais e programas de valor recreativo; orientando a utilização dos tempos livres.

RESPOSTAS ESPECÍFICAS DIFERENCIADAS
(Apoio a alunos com NEE)

. Aplicação do disposto no **DL nº 3/2008**

. O estabelecimento de Parcerias com instituições e empresas da Comunidade para favorecerem a transição para a vida de trabalho dos jovens com NEE, no âmbito do Plano Individual de Transição (PIT).

. Equipa de Trabalho - A disponibilização de uma equipa de trabalho (SEAE) que integra o NEE e o SPO, tendo em vista a sinalização, avaliação diagnóstica rigorosa e acompanhamento adequado em relação a cada criança com NEE.

. A utilização de instrumentos de trabalho adequados à avaliação que permitam realizar o diagnóstico rigoroso e actualizado das crianças com NEE.

. Articulação com Instituições da comunidade, no âmbito da realização do Relatório Técnico-Pedagógico e ou na concretização de programas que melhor respondam às necessidades das crianças com NEE.

. Criar condições para aplicação do disposto nos **Despachos Normativos nº 50/2005 e nº 1/2006.**

40

PROJECTOS POTENCIADORES DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS

PROJECTOS DE ÂMBITO NACIONAL

- PROSEP
- Saúde Escolar
- FITNESS GRAM
- Desporto Escolar
- Plano de Leitura
- Plano de Acção da Matemática
- PROIP – Projecto de Intervenção Precoce
- Programa Nacional do Ensino do Português
- PETI – Projecto de Eliminação do Trabalho Infantil
- Desenvolvendo a Qualidade em Parcerias (Avaliação Externa)

PROJECTOS DE ESCOLA

- Protecção Civil
- Portal da Escola
- Clube da Floresta
- Clube da Reciclagem
- Educação para os "Media"
- Projecto Promoção e Educação Para a Saúde
- Projecto Escola de Pais (Mediação Escola/Família)

PARCERIAS / PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO

- Segurança Social
- Universidade Atlântica
- Hospital Amato Lusitano
- Associação Amato Lusitano
- ESA – Escola Superior Agrária
- Escola Superior de Enfermagem
- Centro de Saúde de Castelo Branco
- UBI – Universidade da Beira Interior
- ESE – Escola Superior de Educação
- Junta de Freguesia de Castelo Branco
- IPJ – Instituto Português da Juventude
- Estabelecimento Prisional de Castelo Branco
- DGIDC – Dir. Geral Inovação e Desenvolvimento Curricular
- APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO

A Operacionalização do Projecto Educativo é feita preferencialmente através do Projecto Curricular do Agrupamento, bem como do Plano Anual de Actividades do Agrupamento, do qual faz parte integrante e, na sua forma mais directa, através do Projecto Curricular de Turma. Deverá também servir de referência na revisão do Regulamento Interno, no Programa de Gestão e nas planificações de ensino /aprendizagem.

Divulgação do PROJECTO

A importância atribuída ao Projecto Educativo, o empenho e a participação evidenciados durante a sua construção são directamente proporcionais ao sucesso de todos os elementos da comunidade educativa.Torna-se fundamental a sua divulgação a toda a comunidade educativa, de modo a permitir uma identificação ainda maior entre ela e os grandes objectivos do Agrupamento de Escolas.

Deverão ser enviadas cópias, (preferencialmente em formato digital) para todas as escolas, do Agrupamento e colocadas cópias para consulta nos locais para o efeito. Para uma mais ampla divulgação sugere-se a elaboração de uma síntese das suas partes mais significativas que será entregue a todos os docentes .

42

AVALIAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO

A avaliação final permitirá fazer um balanço relativo à consecução dos objectivos e estratégias inicialmente propostas e orientará para as mudanças que o próximo Projecto Educativo deverá apresentar.

As avaliações intermédias feitas anualmente e a final serão da competência do Conselho Geral do Agrupamento. O Conselho Pedagógico formará uma equipa para acompanhamento das várias fases de desenvolvimento do Projecto Educativo e elaborará relatórios.

A primeira fase de avaliação faz-se ao longo da execução do projecto, porque vital para a sua consolidação. É uma avaliação obrigatória, continuada e sistemática. É, pelo nível de aceitação e exequibilidade que se vai poder avaliar o sucesso/insucesso do projecto.

Um outro critério é fornecido pelo grau de cumprimento do Plano Anual de Actividades. Analisar as causas dos desvios e a sua frequência é uma boa forma de avaliar não só a actividade de uma instituição mas, também, o planeamento feito.

Uma última fase terá lugar no final do triénio e implicará a análise dinâmica do caminho percorrido ao longo da vigência do projecto, sob a forma de relatório anual.

O presente PROJECTO EDUCATIVO entra em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho Geral do Agrupamento.

ANEXOS

I .Inquéritos (Comunidade Educativa)

II .Tratamento estatístico dos inquéritos
(Apresentação gráfica)



I .Inquéritos (Comunidade Educativa)

PROJECTO EDUCATIVO DE AGRUPAMENTO

Questionário aos Alunos

Com vista à elaboração do Projecto Educativo de Agrupamento, pretende-se recolher dados que permitam compreender os problemas existentes nas escolas do Agrupamento.

Pede-se assim a colaboração de todos, nomeadamente através do preenchimento deste questionário.

CARACTERIZAÇÃO

☐ Masculino ☐ Feminino	☐ 1.º ciclo (4.º ano de escolaridade) ☐ 2.º ciclo ☐ 3.º ciclo Idade _____

JANEIRO DE 2008

PRIORIDADES

Coloca uma cruz nos locais apropriados e de acordo com a escala seguinte:

Prioridade	0 – Nenhum/Nada
	1 – Pouco
	2 – Muito
	3 – Muitíssimo

SUCESSO ESCOLAR

	0	1	2	3
1. As actividades seguintes permitem compreender melhor as matérias.				
1.1. Trabalhos de grupo	☐	☐	☐	☐
1.2. Aulas onde só intervém o professor	☐	☐	☐	☐
1.3. Fichas de trabalho	☐	☐	☐	☐
1.4. Pesquisa na biblioteca/internet	☐	☐	☐	☐
1.5. Trabalhos de casa	☐	☐	☐	☐
1.6. Visitas de estudo	☐	☐	☐	☐
1.7. Outras.				
Quais? _____				
2. Os seguintes factores são responsáveis pelas minhas dificuldades em algumas disciplinas.				
2.1. Professores demasiado exigentes	☐	☐	☐	☐
2.2. Falta de compreensão na linguagem do professor	☐	☐	☐	☐
2.3. Falta de hábitos de estudo	☐	☐	☐	☐
2.4. Falta de oportunidade para esclarecer dúvidas	☐	☐	☐	☐
2.5. Rapidez do professor no tratamento dos assuntos	☐	☐	☐	☐
2.6. Indisciplina na sala de aula	☐	☐	☐	☐
2.7. Falta de atenção/concentração	☐	☐	☐	☐
2.8. Esquecimento rápido do que foi aprendido	☐	☐	☐	☐
2.9. Antipatia ou incompreensão do professor	☐	☐	☐	☐
2.10. Mudança de professores	☐	☐	☐	☐
2.11. Outras.				
Quais? _____				
3. Nos trabalhos de grupo,				
3.1. o professor orienta-nos na pesquisa	☐	☐	☐	☐
3.2. o professor indica-nos onde podemos obter informação	☐	☐	☐	☐
3.3. encontramos facilmente a informação na Biblioteca/Centro de Recursos	☐	☐	☐	☐
3.4. consigo aprender melhor as matérias	☐	☐	☐	☐
4. As aulas de Estudo Acompanhado				
4.1. ajudam-me a aprender a estudar	☐	☐	☐	☐
4.2. deviam ser mais motivantes.	☐	☐	☐	☐
Como? _____				

	0	1	2	3
5. As aulas de Área de Projecto				
5.1. ajudam-me a ser autónomo e responsável	☐	☐	☐	☐
5.2. deviam ser mais motivantes.	☐	☐	☐	☐
Como? _____				
6. As aulas de Formação Cívica				
6.1. ajudam-me a conhecer os meus direitos e deveres	☐	☐	☐	☐
6.2. deviam ser mais motivantes.	☐	☐	☐	☐
Como? _____				
7. Conheço o meu Projecto Curricular de Turma	☐	☐	☐	☐
8. Conheço os critérios de avaliação da maioria das disciplinas	☐	☐	☐	☐

AMBIENTE DE TRABALHO

	0	1	2	3
9. Considero que na sala de aula é importante				
9.1. o uso do computador	☐	☐	☐	☐
9.2. o conforto	☐	☐	☐	☐
9.3. uma temperatura adequada	☐	☐	☐	☐
9.4. o material didáctico	☐	☐	☐	☐
10. Estou informado sobre				
10.1. o calendário escolar	☐	☐	☐	☐
10.2. os horários dos serviços				
10.2.1. Secretaria	☐	☐	☐	☐
10.2.2. Biblioteca/Centro de recursos educativos	☐	☐	☐	☐
10.2.3. Reprografia	☐	☐	☐	☐
10.2.4. SASE	☐	☐	☐	☐
10.2.5. Papelaria	☐	☐	☐	☐
10.2.6. Bar	☐	☐	☐	☐
10.2.7. Refeitório	☐	☐	☐	☐
10.3. os clubes existentes na escola	☐	☐	☐	☐
10.4. o Regulamento Interno	☐	☐	☐	☐
10.5. os diferentes apoios que posso beneficiar	☐	☐	☐	☐
10.6. as visitas de estudo previstas	☐	☐	☐	☐
10.7. os direitos e deveres dos alunos	☐	☐	☐	☐
11. Considero que o espaço de recreio deveria				
11.1. ser mais cuidado e embelezado	☐	☐	☐	☐
11.2. ter mais espaços de lazer	☐	☐	☐	☐
11.3. ter mais acompanhamento de adultos	☐	☐	☐	☐
11.4. haver responsabilização dos alunos pela manutenção e higiene	☐	☐	☐	☐

	0	1	2	3
12. Considero que a biblioteca				
12.1. tem um horário acessível	☐	☐	☐	☐
12.2. possui um espaço adequado e cuidado	☐	☐	☐	☐
12.3. tem um sistema de requisição fácil	☐	☐	☐	☐
12.4. corresponde às minhas necessidades	☐	☐	☐	☐
12.5. tem a informação adequada e necessária aos meus trabalhos	☐	☐	☐	☐
13. Considero que na minha turma há				
13.1. uma boa relação entre os alunos	☐	☐	☐	☐
13.2. uma boa relação entre os alunos e os professores	☐	☐	☐	☐
13.3. um ambiente calmo nas aulas	☐	☐	☐	☐

ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS

	0	1	2	3
14. Os espaços escolares que precisam ser melhorados são				
14.1. Salas de aula	☐	☐	☐	☐
14.2. Campo de jogos	☐	☐	☐	☐
14.3. Secretaria	☐	☐	☐	☐
14.4. Biblioteca/Centro de recursos educativos	☐	☐	☐	☐
14.5. Reprografia	☐	☐	☐	☐
14.6. SASE	☐	☐	☐	☐
14.7. Portaria	☐	☐	☐	☐
14.8. Papelaria	☐	☐	☐	☐
14.9. Bar	☐	☐	☐	☐
14.10. Refeitório	☐	☐	☐	☐
14.11. Outros.				
Quais? _____				
15. Considero urgente criar novos locais para ocupar os meus tempos livres.	☐	☐	☐	☐
Quais são os locais? _____				
16. Considero urgente criar novos locais para realizar algumas tarefas escolares.	☐	☐	☐	☐
Quais são os locais? _____				
17. Considero urgente melhorar a limpeza em alguns locais da escola.	☐	☐	☐	☐
Quais são os locais? _____				
18. Outras sugestões para melhorar os espaços e equipamentos da escola.				
_____				

RELAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA

	0	1	2	3
19. Considero importante que a minha família				
19.1. colabore em projectos ou actividades da escola	☐	☐	☐	☐
19.2. dê sugestões aos professores/director de turma	☐	☐	☐	☐
19.3. colabore de outra forma.	☐	☐	☐	☐
Qual? _____				

FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

	0	1	2	3
20. Nos seguintes serviços da escola, sou bem informado ou atendido:				
20.1. Secretaria	☐	☐	☐	☐
20.2. Biblioteca/Centro de Recursos	☐	☐	☐	☐
20.3. Reprografia	☐	☐	☐	☐
20.4. SASE	☐	☐	☐	☐
20.5. Portaria	☐	☐	☐	☐
20.6. Portão Sul	☐	☐	☐	☐
20.7. Papelaria	☐	☐	☐	☐
20.8. Bar	☐	☐	☐	☐
20.9. Refeitório	☐	☐	☐	☐

SEGURANÇA

	0	1	2	3
21. Gostava de ver melhorado na escola a segurança				
21.1. dos equipamentos	☐	☐	☐	☐
21.2. dos edifícios	☐	☐	☐	☐
21.3. do espaço exterior	☐	☐	☐	☐
21.4. das salas de aula	☐	☐	☐	☐
21.5. de outros locais.	☐	☐	☐	☐
Quais? _____				
22. O que eu mais receio na escola:				
22.1. falta de vigilância no recinto escolar	☐	☐	☐	☐
22.2. roubos	☐	☐	☐	☐
22.3. incêndio	☐	☐	☐	☐
22.4. vandalismo	☐	☐	☐	☐
22.5. agressões físicas	☐	☐	☐	☐
22.6. agressões verbais	☐	☐	☐	☐
22.7. drogas	☐	☐	☐	☐
22.8. outros.				
Quais? _____				
23. O que me oferece mais segurança na escola:				
23.1. vigilância no recinto escolar	☐	☐	☐	☐
23.2. gradeamento	☐	☐	☐	☐
23.3. controlo de entradas	☐	☐	☐	☐
23.4. outros.				
Quais? _____				

Obrigado pela sua colaboração

PROJECTO EDUCATIVO DE AGRUPAMENTO

Questionário aos Funcionários

Com vista à elaboração do Projecto Educativo de Agrupamento, pretende-se recolher dados que permitam compreender os problemas existentes nas escolas do Agrupamento.

Pede-se assim a colaboração de todos, nomeadamente através do preenchimento deste questionário.

CARACTERIZAÇÃO

Quais são os níveis de ensino com que trabalha?	☐ Jardim de Infância ☐ 1.º ciclo ☐ 2.º ciclo ☐ 3.º ciclo

JANEIRO DE 2008

PRIORIDADES

Assinale com uma cruz a prioridade que considera adequada em cada item, utilizando a escala seguinte:

Prioridade
- 0 – Não sei/Sem opinião
- 1 – Não prioritário
- 2 – Pouco urgente
- 3 – Muito urgente

Utilize o quadro "proposta de melhoria" para dar as suas sugestões, caso classifique algum item de muito urgente.

AMBIENTE DE TRABALHO

	0	1	2	3	Proposta de melhoria
1. Promover uma cultura de trabalho em equipa em oposição ao trabalho individual	☐	☐	☐	☐	
2. Criar mecanismos mais eficientes de circulação de informação entre os vários sectores	☐	☐	☐	☐	
3. Promover e incentivar a formação continua centrada na Escola/Agrupamento	☐	☐	☐	☐	
4. Trabalhar as relações interpessoais no sentido de proporcionar um melhor ambiente de trabalho					
4.1. com os alunos	☐	☐	☐	☐	
4.2. com os professores	☐	☐	☐	☐	
4.3. com os órgãos de gestão	☐	☐	☐	☐	
5. Partilhar experiências adquiridas em acções de formação	☐	☐	☐	☐	
6. Outras. Quais? _____ _____					

ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS

	0	1	2	3	Proposta de melhoria
7. Reapetrechar equipamentos no sentido de melhorar o bem-estar. Quais? _____	☐	☐	☐	☐	
8. Renovar e melhorar instalações tendo em vista o bem-estar nos locais seguintes					
8.1. Secretaria	☐	☐	☐	☐	
8.2. Biblioteca/Centro de recursos educativos	☐	☐	☐	☐	
8.3. Reprografia	☐	☐	☐	☐	
8.4. Sase	☐	☐	☐	☐	
8.5. Portaria	☐	☐	☐	☐	
8.6. Portão Sul	☐	☐	☐	☐	
8.7. Papelaria	☐	☐	☐	☐	
8.8. Bar	☐	☐	☐	☐	
8.9. Refeitório	☐	☐	☐	☐	
8.10. Sala dos funcionários	☐	☐	☐	☐	
9. Melhorar a limpeza nos diversos espaços escolares	☐	☐	☐	☐	
10. Outras. Quais? _____ _____					

RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADES

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
11. Transmitir uma imagem positiva do agrupamento	☐☐☐☐	
12. Reforçar a identidade do Agrupamento	☐☐☐☐	
13. Outras.		
Quais? _____		
_____		

FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
14. Aumentar a eficácia nos vários serviços prestados pela (por)		
14.1. Secretaria	☐☐☐☐	
14.2. Biblioteca/Centro de Recursos	☐☐☐☐	
14.3. Reprografia	☐☐☐☐	
14.4. Portaria	☐☐☐☐	
14.5. Portão Sul	☐☐☐☐	
14.6. Papelaria	☐☐☐☐	
14.7. Bar	☐☐☐☐	
14.8. Refeitório	☐☐☐☐	
15. Outras.		
Quais? _____		
_____		

SEGURANÇA

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
16. Renovar e melhorar equipamentos tendo em vista a segurança.	☐☐☐☐	
Quais? _____		
17. Renovar e melhorar instalações tendo em vista a segurança.	☐☐☐☐	
Quais? _____		
18. Prevenir situações de vandalismo	☐☐☐☐	
19. Aumentar a vigilância no recinto escolar	☐☐☐☐	
20. Outras.		
Quais? _____		
_____		

Obrigado pela sua colaboração

PROJECTO EDUCATIVO DE AGRUPAMENTO

Questionário aos Professores e Educadores

Com vista à elaboração do Projecto Educativo de Agrupamento, pretende-se recolher dados que permitam compreender os problemas existentes nas escolas do Agrupamento.

Pede-se assim, a colaboração de todos, nomeadamente através do preenchimento deste questionário.

JANEIRO DE 2008

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Assinale com uma cruz apenas **um princípio** que considera de maior importância, e por isso deva constar obrigatoriamente no Projecto Educativo.

Considera que as Instituições do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva deverão …

… proporcionar uma formação integrada e harmoniosa a cada aluno, que transmita uma herança cultural, socialize para uma ordem participativa, criadora e crítica, e desenvolva as suas capacidades individuais com vista à aquisição de competências que o habilitem, de forma consciente, a poder construir o seu projecto de vida. ☐

… promover igualdade de oportunidades no sentido de valorizar o saber e o saber fazer, actuando com mais exigência de forma a atingir-se uma cada vez melhor qualidade de ensino. ☐

… fomentar o bem estar da comunidade escolar através da clarificação dos papéis e humanização das relações entre os diferentes agentes no processo educativo e de uma maior consciencialização da sua identidade como um colectivo. ☐

… promover um envolvimento eficaz da família na vida escolar dos seus educandos. ☐

… estabelecer uma relação dinâmica e articulada com os diferentes parceiros sociais, capaz de responder às necessidades e ensejos da comunidade. ☐

… proporcionar qualidade nos serviços prestados respeitando critérios ambientais, de segurança e combatendo o desperdício. ☐

Outro.
Qual ? _____
_____
_____
_____

PRIORIDADES

Assinale com uma cruz a prioridade que considera adequada em cada item, utilizando a escala seguinte:

Prioridade	0 – Não sei/sem opinião 1 – Não prioritário 2 – Pouco urgente 3 – Muito urgente

Utilize o quadro "proposta de melhoria" para dar as suas sugestões, caso classifique algum item de muito urgente.

SUCESSO ESCOLAR

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
1. Apostar em projectos inovadores de ensino	☐☐☐☐	
2. Articular aprendizagens entre ciclos	☐☐☐☐	
3. Diversificar estratégias para os apoios educativos	☐☐☐☐	
4. Promover práticas diversificadas e inovadoras de ensino	☐☐☐☐	
5. Consciencializar o Conselho de Turma para a importância do seu trabalho como equipa pedagógica na definição e operacionalização do Projecto Curricular de Turma (2.º e 3.º ciclos)	☐☐☐☐	
6. Consciencializar o Conselho de Docentes para a importância do seu trabalho como equipa pedagógica na definição e operacionalização dos diferentes projectos (Jardim de Infância e 1.º ciclo)	☐☐☐☐	
7. Estimular a autonomia e responsabilidade	☐☐☐☐	
8. Outras. Quais? _____ _____		

AMBIENTE DE TRABALHO

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
9. Promover uma cultura de trabalho em equipa pedagógica em oposição ao trabalho individual	☐☐☐☐	
10. Criar mecanismos mais eficientes de circulação de informação entre os vários sectores	☐☐☐☐	
11. Promover e incentivar a formação continua centrada na Escola/Agrupamento	☐☐☐☐	
12. Rentabilizar o trabalho nos vários órgãos da escola	☐☐☐☐	
12.1. Departamentos / Conselhos de docentes	☐☐☐☐	
12.2. Conselho Pedagógico	☐☐☐☐	
12.3. Assembleia de Agrupamento	☐☐☐☐	
12.4. Conselho de Directores de Turma	☐☐☐☐	
13. Trabalhar as relações interpessoais no sentido de proporcionar uma maior dinâmica escolar	☐☐☐☐	
14. Partilhar experiências adquiridas em contexto de formação	☐☐☐☐	
15. Outras. Quais? _____ _____		

ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
16. Reapetrechar equipamentos no sentido de melhorar o bem-estar.	☐☐☐☐	
Quais? _____		
17. Renovar e melhorar instalações tendo em vista o bem-estar nos locais seguintes		
17.1. Secretaria	☐☐☐☐	
17.2. Biblioteca/Centro de recursos educativos	☐☐☐☐	
17.3. Reprografia	☐☐☐☐	
17.4. SASE	☐☐☐☐	
17.5. Portaria	☐☐☐☐	
17.6. Papelaria	☐☐☐☐	
17.7. Bar	☐☐☐☐	
17.8. Refeitório	☐☐☐☐	
17.9. Instalações sanitárias	☐☐☐☐	
17.10. Pavilhão Gimnodesportivo	☐☐☐☐	
17.11. Outros.		
Quais? _____		
18. Adequar equipamentos e mobiliário em alguns locais		
18.1. Salas de aula	☐☐☐☐	
18.2. Gabinetes	☐☐☐☐	
18.3. Sala de docentes	☐☐☐☐	
18.4. Outros.		
Quais? _____		
19. Criar novos espaços para a prática de actividades específicas.	☐☐☐☐	
Quais? _____		
20. Melhorar a limpeza nos diversos espaços escolares	☐☐☐☐	
21. Outras.		
Quais? _____		
_____		

RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADES

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
22. Dinamizar a relação Escola/Família	☐☐☐☐	
23. Transmitir uma imagem positiva do agrupamento	☐☐☐☐	
24. Reforçar a identidade do Agrupamento	☐☐☐☐	
25. Criar parcerias com outras instituições	☐☐☐☐	
26. Outras.		
Quais? _____		
_____		

FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
27. Aumentar a eficácia nos vários serviços prestados pela (por)		
27.1. Secretaria	☐☐☐☐	
27.2. Biblioteca/Centro de Recursos	☐☐☐☐	
27.3. Reprografia	☐☐☐☐	
27.4. SASE	☐☐☐☐	
27.5. Portaria	☐☐☐☐	
27.6. Papelaria	☐☐☐☐	
27.7. Bar	☐☐☐☐	
27.8. Refeitório	☐☐☐☐	
28. Outras.		
Quais? _____		
_____		

SEGURANÇA

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
29. Renovar e melhorar equipamentos tendo em vista a segurança.	☐☐☐☐	
Quais ? _____		
30. Renovar e melhorar instalações tendo em vista a segurança.	☐☐☐☐	
Quais ? _____		
31. Prevenir situações de vandalismo	☐☐☐☐	
32. Aumentar a vigilância no recinto escolar	☐☐☐☐	
33. Outras.		
Quais? _____		
_____		

Obrigado pela sua colaboração

PROJECTO EDUCATIVO DE AGRUPAMENTO

Questionário aos Encarregados de Educação

Com vista à elaboração do Projecto Educativo de Agrupamento, pretende-se recolher dados que permitam compreender os problemas existentes nas escolas do Agrupamento.

Pede-se assim, a colaboração de todos, nomeadamente através do preenchimento deste questionário.

CARACTERIZAÇÃO

Número de filhos?	☐ 1.º ciclo (4.º Ano) ☐ 2.º ciclo ☐ 3.º ciclo

Participação em estruturas da escola no presente ano lectivo. (Assinale com uma cruz)	☐ Associação de Pais ☐ Representante dos Encarregados de Educação da turma ☐ Assembleia de Agrupamento ☐ Conselho Pedagógico

JANEIRO DE 2008

PRIORIDADES

Assinale com uma cruz a prioridade que considera adequada em cada item, utilizando a escala seguinte:

Opção	0 – Não sei/sem opinião 1 – Não concordo 2 – Concordo 3 – Concordo plenamente

Utilize o quadro "proposta de melhoria" para dar as suas sugestões, caso o entenda.

SUCESSO ESCOLAR

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
1. As aulas decorrem de forma organizada e disciplinada	☐☐☐☐	
2. Os trabalhos de casa são estabelecidos de forma a consolidar as aprendizagens efectuadas nas aulas	☐☐☐☐	
3. Os trabalhos de casa são marcados de acordo com os conhecimentos dos alunos	☐☐☐☐	
4. Os alunos participam de forma activa nas aulas	☐☐☐☐	
5. Os pais são informados sobre os progressos dos alunos	☐☐☐☐	
6. Existe uma gama suficiente de actividades extra-lectivas que os alunos apreciam e praticam	☐☐☐☐	
7. Sugestões para outras actividades _____ _____		
8. Os métodos seguidos para ajudar os novos alunos a adaptar-se à escola são satisfatórios	☐☐☐☐	
9. O nível de assiduidade dos professores é bom	☐☐☐☐	
10. Os professores desenvolvem estratégias de recuperação para os alunos com maiores dificuldades	☐☐☐☐	
11. Quando os professores pedem materiais, especificam-nos com clareza e a devida antecedência	☐☐☐☐	
12. A maioria dos professores desempenha as suas funções com competência	☐☐☐☐	

AMBIENTE DE TRABALHO

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
13. As salas de aula têm as condições necessárias no que respeita a:		
13.1. Temperatura	☐☐☐☐	
13.2. Iluminação	☐☐☐☐	
13.3. Visibilidade para o quadro	☐☐☐☐	
13.4. Ruído exterior	☐☐☐☐	
13.5. Conforto em geral	☐☐☐☐	

ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
14. É necessário reapetrechar equipamentos no sentido de melhorar o bem-estar dos alunos. Quais? _____	☐☐☐☐	
15. É necessário renovar e melhorar instalações tendo em vista o bem-estar nos locais seguintes		
15.1. Sala de aula	☐☐☐☐	
15.2. Secretaria	☐☐☐☐	
15.3. Biblioteca/Centro de recursos educativos	☐☐☐☐	
15.4. Reprografia	☐☐☐☐	
15.5. S.A.S.E.	☐☐☐☐	
15.6. Portaria	☐☐☐☐	
15.7. Papelaria	☐☐☐☐	
15.8. Bar dos alunos	☐☐☐☐	
15.9. Refeitório	☐☐☐☐	
15.10. Casas de banho	☐☐☐☐	
15.11. Espaços de recreio	☐☐☐☐	
15.12. Outros _____		
16. É necessário criar novos espaços para a prática de actividades específicas. Quais? _____	☐☐☐☐	
17. É necessário melhorar a limpeza nos diversos espaços escolares Quais? _____	☐☐☐☐	

RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADES

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
18. É necessário dinamizar a relação Escola/Família Como? _____	☐☐☐☐	
19. É necessário transmitir uma imagem mais positiva do Agrupamento Dê sugestões de iniciativas que concorram para isso _____	☐☐☐☐	

FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
20. Aumentar a eficácia nos vários serviços prestados pela (por)		
20.1. Secretaria	☐☐☐☐	
20.2. Biblioteca/Centro de Recursos	☐☐☐☐	
20.3. Reprografia	☐☐☐☐	
20.4. SASE	☐☐☐☐	
20.5. Portaria	☐☐☐☐	
20.6. Papelaria	☐☐☐☐	
20.7. Bar dos alunos	☐☐☐☐	
20.8. Refeitório	☐☐☐☐	
Outras.	☐☐☐☐	
Quais? _____		
_____		

SEGURANÇA

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
21. O seu filho sente-se seguro no interior da escola	☐☐☐☐	
22. O espaço escolar é vigiado de forma a prevenir a entrada de intrusos	☐☐☐☐	
23. Existe resposta eficaz para situações de insubordinação ou indisciplina	☐☐☐☐	
24. São raros ou inexistentes os roubos aos alunos no interior da escola	☐☐☐☐	
25. São raras ou inexistentes as situações de vandalismo no interior da escola	☐☐☐☐	

RELACIONAMENTO COM OS DIVERSOS ORGÃOS

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
26. Enquanto encarregado de educação, estabelece um bom relacionamento com:		
26.1. Conselho Executivo	☐☐☐☐	
26.2. Director de turma	☐☐☐☐	
26.3. Professores	☐☐☐☐	
26.4. Funcionários	☐☐☐☐	
26.5. Associação de Pais	☐☐☐☐	

Obrigado pela sua colaboração

PROJECTO EDUCATIVO DE AGRUPAMENTO

Questionário aos Encarregados de Educação
Jardim de Infância

Com vista à elaboração do Projecto Educativo de Agrupamento, pretende-se recolher dados que permitam compreender os problemas existentes nas escolas do Agrupamento.

Pede-se assim, a colaboração de todos, nomeadamente através do preenchimento deste questionário.

CARACTERIZAÇÃO

Número de filhos?	☐ Jardim de Infância

Participação em estruturas da escola no presente ano lectivo. (Assinale com uma cruz)	☐ Associação de pais ☐ Representante dos Encarregados de Educação da turma ☐ Assembleia de Escola ☐ Conselho Pedagógico

JANEIRO DE 2008

PRIORIDADES

Assinale com uma cruz a prioridade que considera adequada em cada item, utilizando a escala seguinte:

Opção	0 – Não sei/sem opinião 1 – Não concordo 2 – Concordo 3 – Concordo plenamente

Utilize o quadro "proposta de melhoria" para dar as suas sugestões, caso o entenda.

SUCESSO ESCOLAR

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
1. As actividades decorrem de forma organizada e disciplinada	☐☐☐☐	
2. Os alunos participam de forma activa nas actividades	☐☐☐☐	
3. Os pais são mantidos bem informados sobre os progressos dos educandos	☐☐☐☐	
4. Existe uma gama suficiente de actividades que os alunos apreciam e praticam	☐☐☐☐	
5. Sugestões para outras actividades _____		
6. Os métodos seguidos para ajudar os novos alunos a adaptar-se à escola são satisfatórios	☐☐☐☐	
7. O nível de assiduidade dos educadores é bom	☐☐☐☐	
8. Os professores desenvolvem estratégias de recuperação para os alunos com maiores dificuldades	☐☐☐☐	
9. Quando os educadores pedem materiais, especificam-nos com clareza e a devida antecedência	☐☐☐☐	
10. Os educadores desempenham as suas funções com competência	☐☐☐☐	

AMBIENTE DE TRABALHO

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
11. As salas de aula têm as condições necessárias no que respeita a:		
11.1. Temperatura	☐☐☐☐	
11.2. Iluminação	☐☐☐☐	
11.3. Ruído exterior	☐☐☐☐	
11.4. Conforto em geral	☐☐☐☐	

ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
12. É necessário reapetrechar equipamentos no sentido de melhorar o bem-estar dos alunos Quais? _____	☐☐☐☐	
13. É necessário renovar e melhorar instalações tendo em vista o bem-estar nos locais seguintes		
13.1. Sala	☐☐☐☐	
13.2. Casas de banho	☐☐☐☐	
13.3. Espaços de recreio	☐☐☐☐	
13.4. Outros _____		
14. É necessário criar novos espaços para a prática de actividades específicas. Quais? _____	☐☐☐☐	
15. É necessário melhorar a limpeza nos diversos espaços escolares Quais? _____	☐☐☐☐	

RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADES

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
16. É necessário dinamizar a relação Escola/Família Como? _____	☐☐☐☐	
17. É necessário transmitir uma imagem mais positiva do Agrupamento Dê sugestões de iniciativas que concorram para isso _____	☐☐☐☐	

FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
18. É necessário aumentar a eficácia nos vários serviços prestados pelo Jardim de Infância Quais? _____ _____	☐☐☐☐	

SEGURANÇA

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
19. O seu filho sente-se seguro no interior da escola	☐☐☐☐	
20. O espaço escolar é vigiado de forma a prevenir a entrada de intrusos	☐☐☐☐	
21. Existe resposta eficaz para situações de insubordinação ou indisciplina	☐☐☐☐	
22. São raros ou inexistentes os roubos aos alunos no interior da escola	☐☐☐☐	
23. São raras ou inexistentes as situações de vandalismo no interior da escola	☐☐☐☐	

RELACIONAMENTO COM OS DIVERSOS ORGÃOS

	0 1 2 3	Proposta de melhoria
24. Enquanto encarregado de educação, estabelece um bom relacionamento com:		
24.1. Conselho Executivo	☐☐☐☐	
24.2. Professores	☐☐☐☐	
24.3. Funcionários	☐☐☐☐	
24.4. Associação de Pais	☐☐☐☐	

Obrigado pela sua colaboração

PROJECTO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO

RECOLHA DE DADOS RELATIVOS AOS JARDINS DE INFÂNCIA

JARDIM DE INFÂNCIA:_____ SALA_____

Nível de escolaridade dos Pais

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	PAIS		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
1) Não sabe ler nem escrever				
2) Sabe ler e escrever sem ter completado a 4ª classe				
3) 4º ano de escolaridade (antiga classe)				
4) 6º ano de escolaridade (antigo 2º ano)				
5) Curso Unificado/9º ano (antigo 5º ano)				
6) Ensino Secundário (curso complementar) ou 12º ano				
7) Ensino Médio				
8) Ensino Superior				
TOTAL				

nota: não preencher a coluna das %

Categorização sócio-profissional dos Pais

	PAIS		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
1) Agricultores e pescadores independentes				
2) Empresários da indústria e comércio				
3) Quadros Superiores e Técnicos				
4) Empregados de Comércio e Serviços				
5) Trabalhadores da Produção				
6) Trabalhadores Agrícolas e da Pesca				
7) Pessoal dos Serviços Pessoais e Domésticos				
8) Professores				
9) Militares				
10) Domésticas				
11) Serviços Temporários				
12) Desempregados				
13) Reformados				
14) Outros				
TOTAL				

nota: não preencher a coluna das %

Questionário aos Jardins de Infância

PROJECTO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO

RECOLHA DE DADOS RELATIVOS ÀS ESCOLAS DO AGRUPAMENTO

ESCOLA:_____ ANO:_____ TURMA:_____

Nível de escolaridade dos Pais

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	PAI		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
1) Não sabe ler nem escrever				
2) Sabe ler e escrever sem ter completado a 4ª classe				
3) 4º ano de escolaridade (antiga classe)				
4) 6º ano de escolaridade (antigo 2º ano)				
5) Curso Unificado/9º ano (antigo 5º ano)				
6) Ensino Secundário (curso complementar) ou 12º ano				
7) Ensino Médio				
8) Ensino Superior				
TOTAL				

nota: não preencher a coluna das %

Categorização sócio-profissional dos Pais

	PAI		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
1) Agricultores e pescadores independentes				
2) Empresários da indústria e comércio				
3) Quadros Superiores e Técnicos				
4) Empregados de Comércio e Serviços				
5) Trabalhadores da Produção				
6) Trabalhadores Agrícolas e da Pesca				
7) Pessoal dos Serviços Pessoais e Domésticos				
8) Professores				
9) Militares				
10) Domésticas				
11) Serviços Temporários				
12) Desempregados				
13) Reformados				
14) Outros				
TOTAL				

nota: não preencher a coluna das %

Participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos.

Questionário às Escolas

PROJECTO EDUCATIVO DO AGRUPAMENTO

RECOLHA DE DADOS RELATIVOS ÀS ESCOLAS DO AGRUPAMENTO

ESCOLA:_____ ANO:_____ TURMA:_____

Nível de escolaridade dos Pais

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	PAI		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
1) Não sabe ler nem escrever				
2) Sabe ler e escrever sem ter completado a 4ª classe				
3) 4º ano de escolaridade (antiga classe)				
4) 6º ano de escolaridade (antigo 2º ano)				
5) Curso Unificado/9º ano (antigo 5º ano)				
6) Ensino Secundário (curso complementar) ou 12º ano				
7) Ensino Médio				
8) Ensino Superior				
TOTAL				

nota: não preencher a coluna das %

Categorização sócio-profissional dos Pais

	PAI		MÃE	
	Nº	%	Nº	%
1) Agricultores e pescadores independentes				
2) Empresários da indústria e comércio				
3) Quadros Superiores e Técnicos				
4) Empregados de Comércio e Serviços				
5) Trabalhadores da Produção				
6) Trabalhadores Agrícolas e da Pesca				
7) Pessoal dos Serviços Pessoais e Domésticos				
8) Professores				
9) Militares				
10) Domésticas				
11) Serviços Temporários				
12) Desempregados				
13) Reformados				
14) Outros				
TOTAL				

nota: não preencher a coluna das %

Participação dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos.

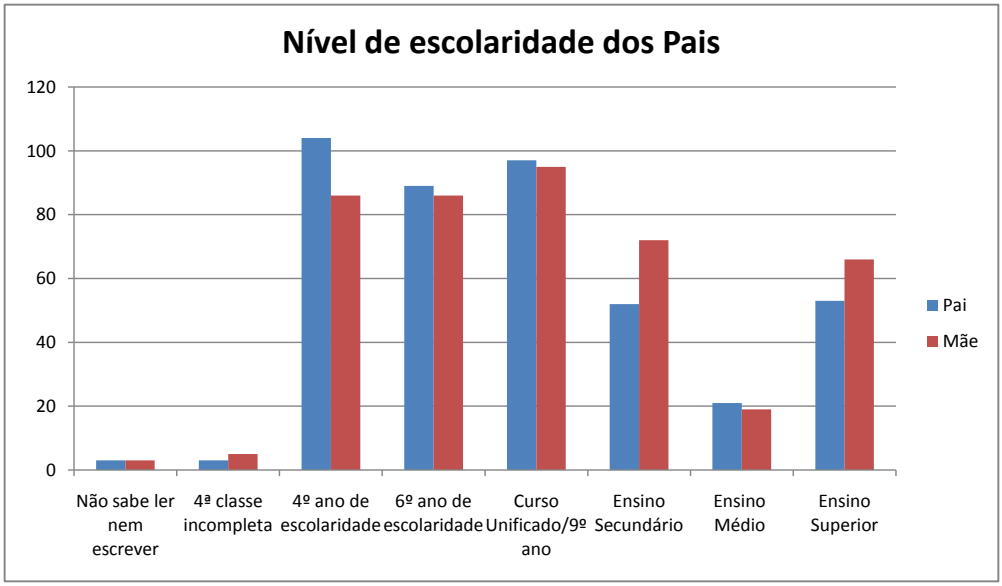
Questionário às Escolas



II.Tratamento estatístico dos inquéritos
(Apresentação gráfica)

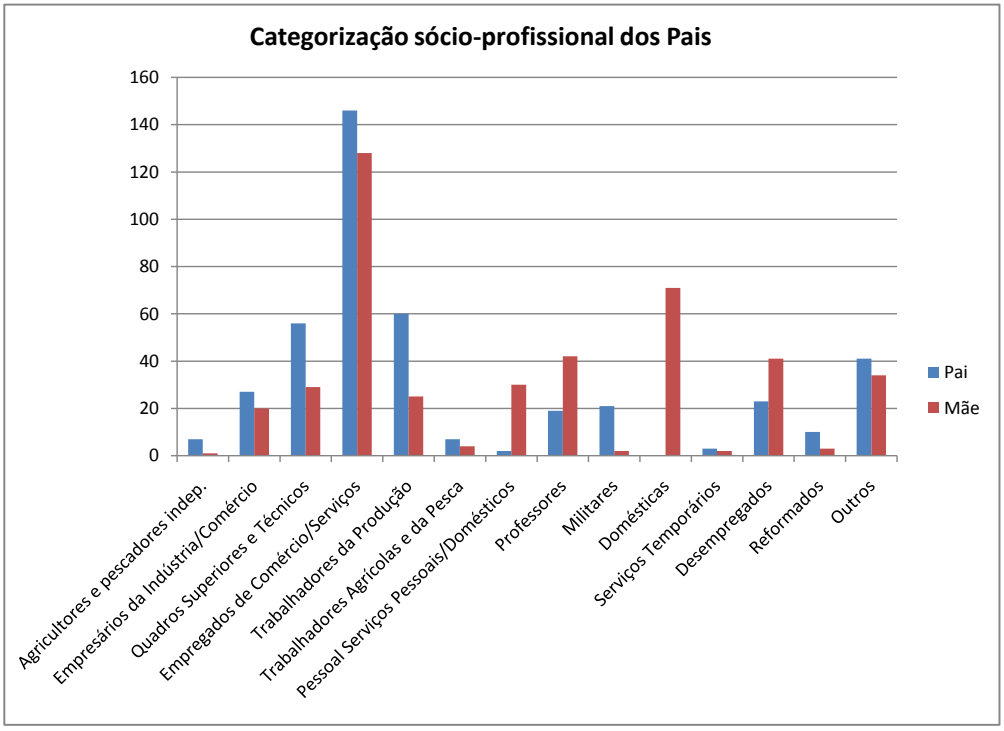
Nível de Escolaridade dos Pais - 2º e 3º Ciclos

Habilitações Académicas	Pai	Mãe
Não sabe ler nem escrever	3	3
4ª classe incompleta	3	5
4º ano de escolaridade	104	86
6º ano de escolaridade	89	86
Curso Unificado/9º ano	97	95
Ensino Secundário	52	72
Ensino Médio	21	19
Ensino Superior	53	66
Total	422	432



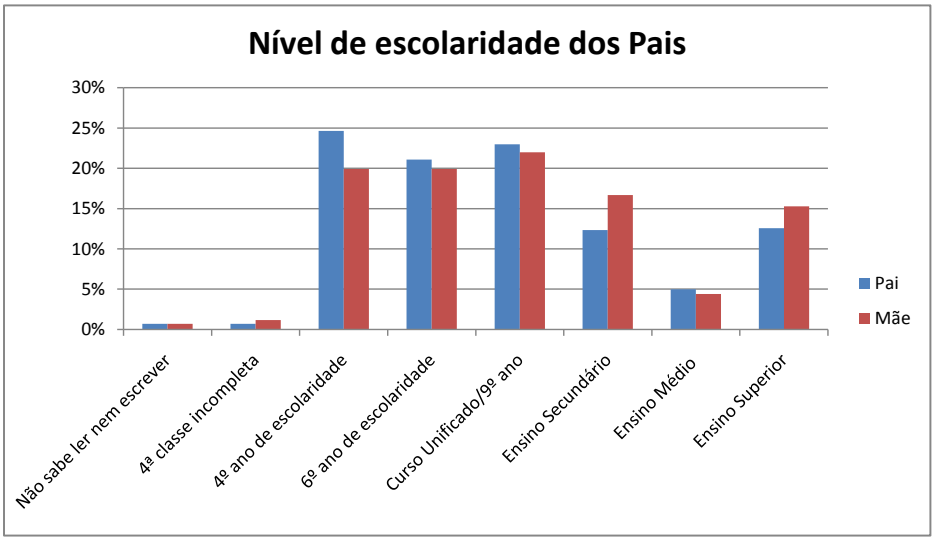
Categorização sócio-profissional dos Pais - 2º e 3º Ciclos

Categorização Sócio-profissional	Pai	Mãe
Agricultores e pescadores indep.	7	1
Empresários da Indústria/Comércio	27	20
Quadros Superiores e Técnicos	56	29
Empregados de Comércio/Serviços	146	128
Trabalhadores da Produção	60	25
Trabalhadores Agrícolas e da Pesca	7	4
Pessoal Serviços Pessoais/Domésticos	2	30
Professores	19	42
Militares	21	2
Domésticas	0	71
Serviços Temporários	3	2
Desempregados	23	41
Reformados	10	3
Outros	41	34
Total	422	432



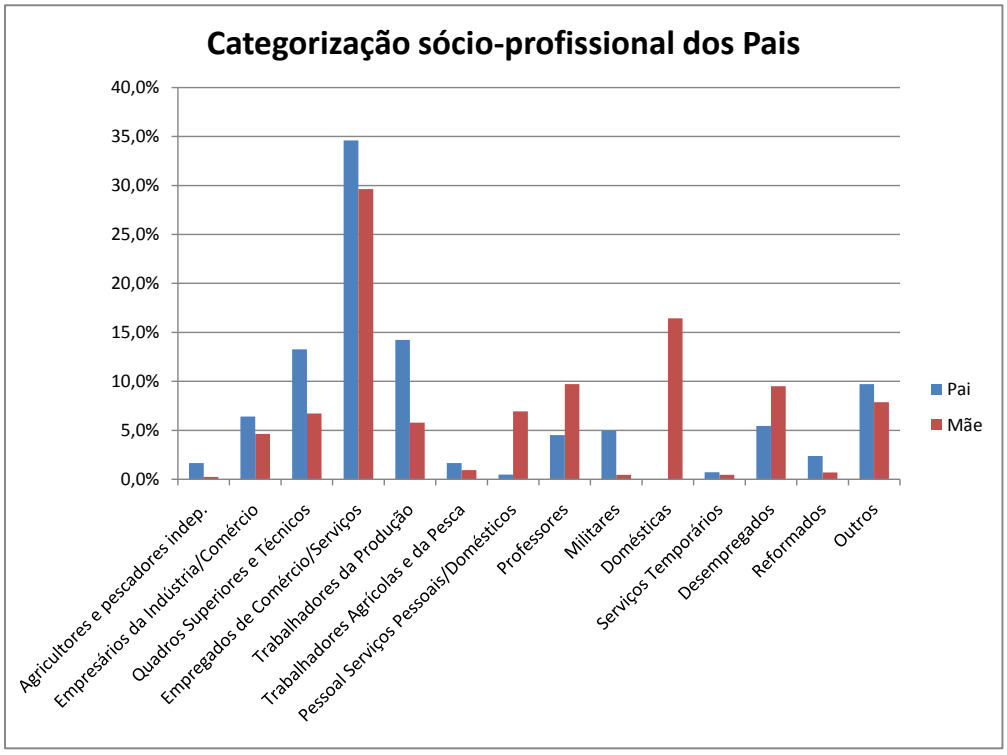
Nível de Escolaridade dos Pais - 2º e 3º Ciclos

Habilitações Académicas	Pai	%	Mãe	%
Não sabe ler nem escrever	3	1%	3	1%
4ª classe incompleta	3	1%	5	1%
4º ano de escolaridade	104	25%	86	20%
6º ano de escolaridade	89	21%	86	20%
Curso Unificado/9º ano	97	23%	95	22%
Ensino Secundário	52	12%	72	17%
Ensino Médio	21	5%	19	4%
Ensino Superior	53	13%	66	15%
Total	422	100%	432	100%



Categorização sócio-profissional dos Pais - 2º e 3º Ciclos

Categorização Sócio-profissional	Pai	%	Mãe	%
Agricultores e pescadores indep.	7	1,7%	1	0,2%
Empresários da Indústria/Comércio	27	6,4%	20	4,6%
Quadros Superiores e Técnicos	56	13,3%	29	6,7%
Empregados de Comércio/Serviços	146	34,6%	128	29,6%
Trabalhadores da Produção	60	14,2%	25	5,8%
Trabalhadores Agrícolas e da Pesca	7	1,7%	4	0,9%
Pessoal Serviços Pessoais/Domésticos	2	0,5%	30	6,9%
Professores	19	4,5%	42	9,7%
Militares	21	5,0%	2	0,5%
Domésticas	0	0,0%	71	16,4%
Serviços Temporários	3	0,7%	2	0,5%
Desempregados	23	5,5%	41	9,5%
Reformados	10	2,4%	3	0,7%
Outros	41	9,7%	34	7,9%
Total	422	100%	432	100%



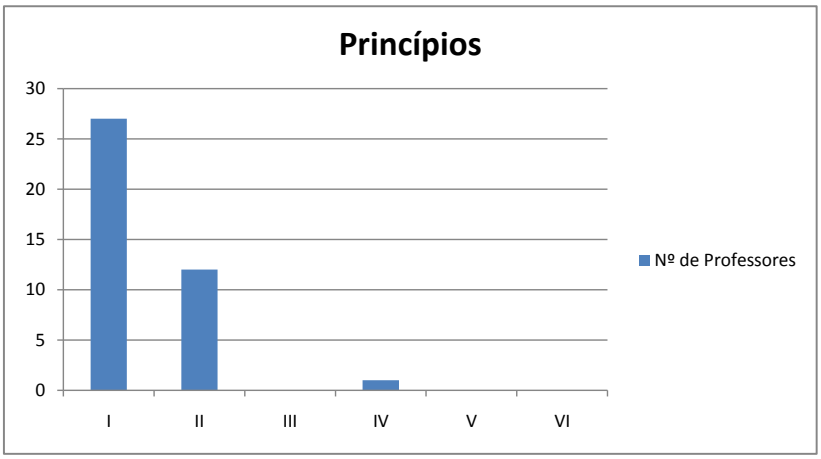
Resultados dos Questionário aos Professores - 2º e 3º Ciclos

Total de Professores

40 em 75
53%

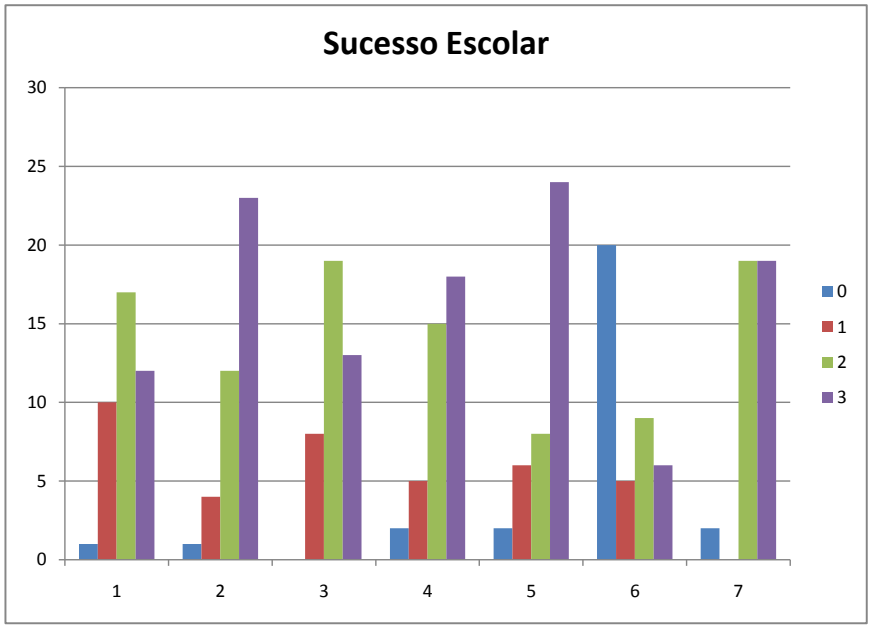
Princípios Orientadores

Questão/Princípio	#
I	27
II	12
III	0
IV	1
V	0
VI	0
Total	40



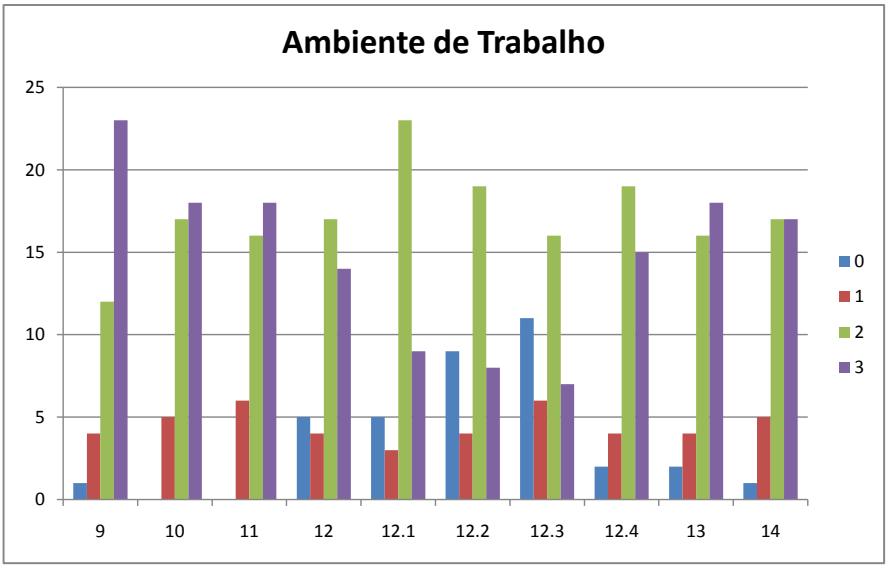
Sucesso Escolar

Questão	0	1	2	3	Total
1	1	10	17	12	40
2	1	4	12	23	40
3	0	8	19	13	40
4	2	5	15	18	40
5	2	6	8	24	40
6	20	5	9	6	40
7	2	0	19	19	40
Total	28	38	99	115	



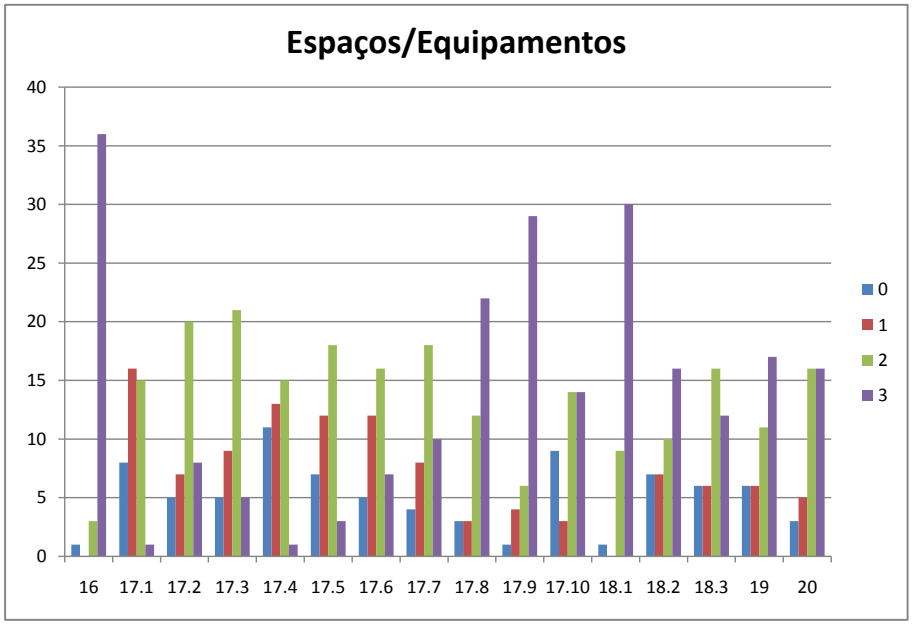
Ambiente de Trabalho

Questão	0	1	2	3	Total
9	1	4	12	23	40
10	0	5	17	18	40
11	0	6	16	18	40
12	5	4	17	14	40
12.1	5	3	23	9	40
12.2	9	4	19	8	40
12.3	11	6	16	7	40
12.4	2	4	19	15	40
13	2	4	16	18	40
14	1	5	17	17	40
Total	36	45	172	147	



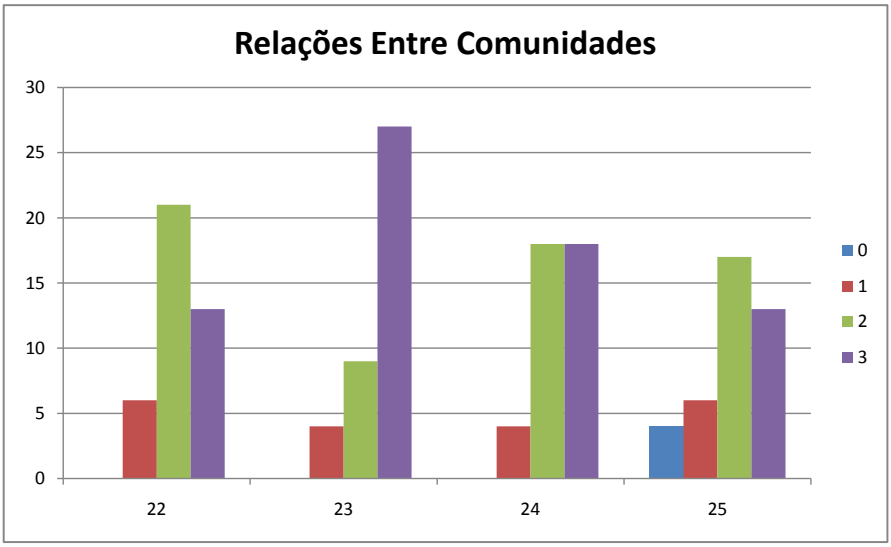
Espaços/Equipamentos

Questão	0	1	2	3	Total
16	1	0	3	36	40
17.1	8	16	15	1	40
17.2	5	7	20	8	40
17.3	5	9	21	5	40
17.4	11	13	15	1	40
17.5	7	12	18	3	40
17.6	5	12	16	7	40
17.7	4	8	18	10	40
17.8	3	3	12	22	40
17.9	1	4	6	29	40
17.10	9	3	14	14	40
18.1	1	0	9	30	40
18.2	7	7	10	16	40
18.3	6	6	16	12	40
19	6	6	11	17	40
20	3	5	16	16	40
Total	82	111	220	227	



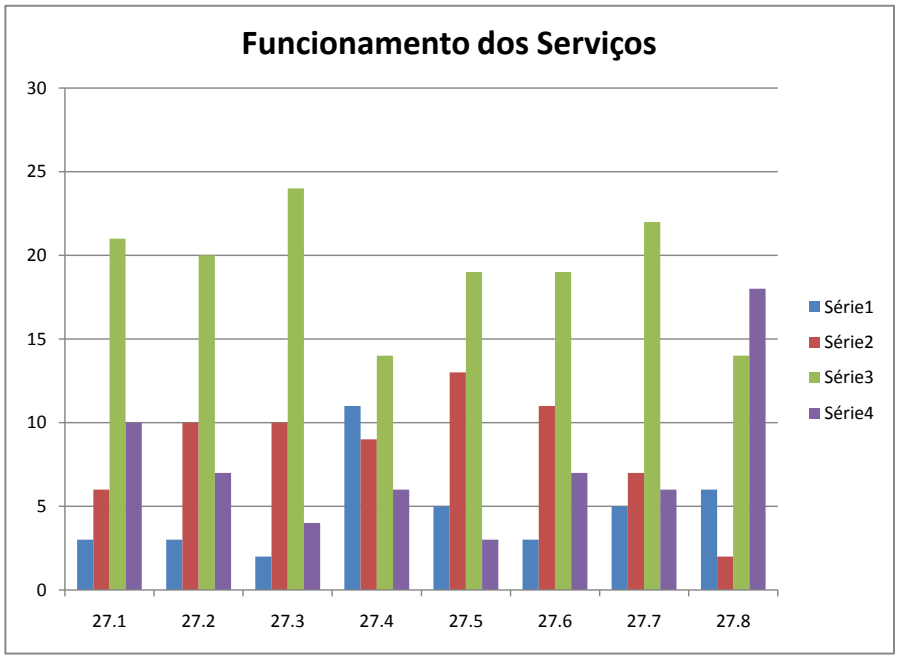
Relações entre Comunidades

Questão	0	1	2	3	Total
22	0	6	21	13	40
23	0	4	9	27	40
24	0	4	18	18	40
25	4	6	17	13	40
Total	4	20	65	71	



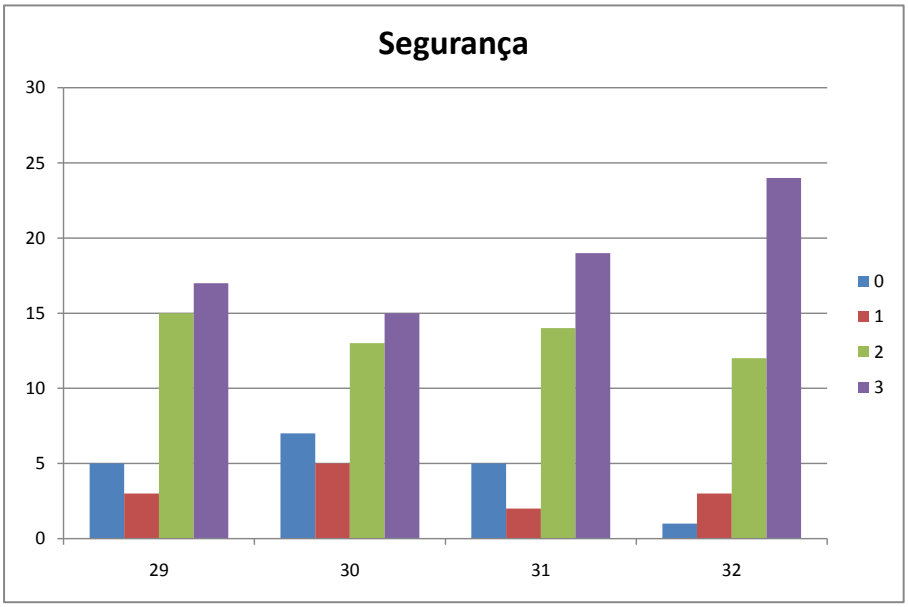
Funcionamento dos Serviços

Questão	0	1	2	3	Total
27.1	3	6	21	10	40
27.2	3	10	20	7	40
27.3	2	10	24	4	40
27.4	11	9	14	6	40
27.5	5	13	19	3	40
27.6	3	11	19	7	40
27.7	5	7	22	6	40
27.8	6	2	14	18	40
Total	38	68	153	61	



Segurança

Questão	0	1	2	3	Total
29	5	3	15	17	40
30	7	5	13	15	40
31	5	2	14	19	40
32	1	3	12	24	40
Total	18	13	54	75	



Resultados dos Questionários aos Alunos do 2.º e 3.º Ciclos

N.º de alunos			Total
Masc.	Fem.	N. R.	
179	232	1	412

N.º de alunos			Total
2.º C	3.º C	N. R.	
193	215	4	412

Total de alunos 412 em 518

80%

Idades	#
9	1
10	62
11	99
12	67
13	40
14	75
15	35
16	19
17	9
18	2
N. R.	3
Total	412

SUCESSO ESCOLAR

1						
	0	1	2	3	N. R.	Total
1.1.	10	91	219	91	1	412
1.2.	75	159	129	47	2	412
1.3.	9	59	228	115	1	412
1.4.	27	94	186	99	6	412
1.5.	23	68	182	135	4	412
1.6.	26	65	159	150	12	412

2.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
2.1.	80	165	111	47	9	412
2.2.	107	167	100	36	2	412
2.3.	87	148	118	52	7	412
2.4.	144	132	90	39	7	412
2.5.	67	153	139	51	2	412
2.6.	91	132	116	66	7	412
2.7.	60	155	138	55	4	412
2.8.	78	163	109	62	0	412
2.9.	136	141	92	40	3	412
2.10.	141	109	83	66	13	412

3.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
3.1.	39	96	172	104	1	412
3.2.	14	63	214	118	3	412
3.3.	17	130	174	89	2	412
3.4.	16	101	212	81	2	412

4.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
4.1.	37	103	175	86	11	412
4.2.	59	64	138	127	24	412

5.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
5.1.	18	97	176	108	13	412
5.2.	100	102	110	76	24	412

6.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
6.1.	19	36	195	157	5	412
6.2.	104	105	126	51	26	412

7.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
	135	124	87	57	9	412

8.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
	29	87	177	110	9	412

AMBIENTE DE TRABALHO

9.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
9.1.	26	130	126	123	7	412
9.2.	21	67	130	192	2	412
9.3.	15	49	132	211	5	412
9.4.	15	36	153	202	6	412

10.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
10.1.	24	80	147	156	5	412
10.2.1.	46	121	135	102	8	412
10.2.2.	35	106	154	112	5	412
10.2.3.	42	99	166	99	6	412
10.2.4.	90	123	122	69	8	412
10.2.5.	40	78	161	133	0	412
10.2.6.	23	61	165	158	5	412
10.2.7.	39	83	146	137	7	412
10.3.	78	134	121	71	8	412
10.4.	64	136	134	73	5	412
10.5.	28	117	149	87	5	386
10.6.	68	107	126	104	7	412
10.7.	21	66	181	135	9	412

11.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
11.1.	18	80	145	165	4	412
11.2.	24	73	143	168	4	412
11.3.	92	135	104	74	7	412
11.4.	20	50	161	174	7	412

12.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
12.1.	24	84	174	120	10	412
12.2.	15	42	193	148	14	412
12.3.	17	61	188	139	7	412
12.4.	27	92	181	99	13	412
12.5.	19	97	186	106	4	412

13.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
13.1.	30	92	151	133	6	412
13.2.	17	81	186	121	7	412
13.3.	71	181	106	44	10	412

ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS

14.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
14.1.	24	66	113	202	7	412
14.2.	26	96	123	158	9	412
14.3.	56	169	103	76	8	412
14.4.	61	160	110	72	9	412
14.5.	54	162	113	74	9	412
14.6.	77	154	78	74	29	412
14.7.	57	142	106	99	8	412
14.8.	53	131	116	101	11	412
14.9.	48	104	118	132	10	412
14.10.	42	85	118	142	25	412

15.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
	125	98	92	78	19	412

16.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
	131	87	91	70	33	412

17.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
	41	59	131	158	23	412

RELAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA

19.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
19.1.	55	111	140	99	7	412
19.2.	46	123	151	82	10	412
19.3.	133	99	69	49	62	412

20.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
20.1.	15	56	193	141	7	412
20.2.	15	55	189	148	5	412
20.3.	20	54	170	157	11	412
20.4.	58	72	126	96	60	412
20.5.	27	74	168	128	15	412
20.6.	27	78	167	130	10	412
20.7.	16	51	178	161	6	412
20.8.	11	54	174	169	4	412
20.9.	22	82	154	138	16	412

SEGURANÇA

21.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
21.1.	23	66	158	153	12	412
21.2.	27	63	148	165	9	412
21.3.	19	72	151	160	10	412
21.4.	26	33	161	182	10	412
21.5.	113	52	71	96	80	412

22.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
22.1.	74	113	121	96	8	412
22.2.	54	81	154	117	6	412
22.3.	108	122	102	71	9	412
22.4.	73	93	144	96	6	412
22.5.	56	92	136	112	16	412
22.6.	67	97	136	105	7	412
22.7.	104	81	103	102	22	412

23.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
23.1.	53	131	125	95	8	412
23.2.	41	106	158	96	11	412
23.3.	52	97	118	126	19	412

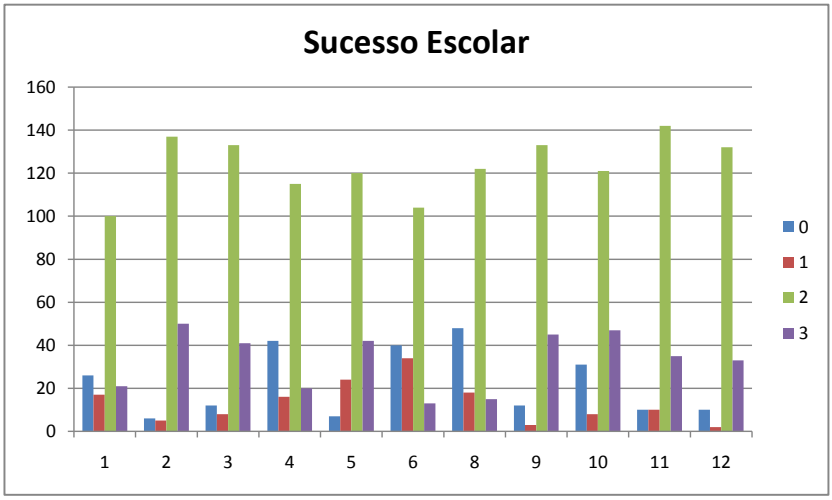
Resultados dos Questionários aos Enc. Educação 2.º Ciclo

Tipo	Nº de Filhos
1	42
2	137
3	28

Tipo	Participação Estruturas Escola
AP	17
R	20
AA	2
CP	6

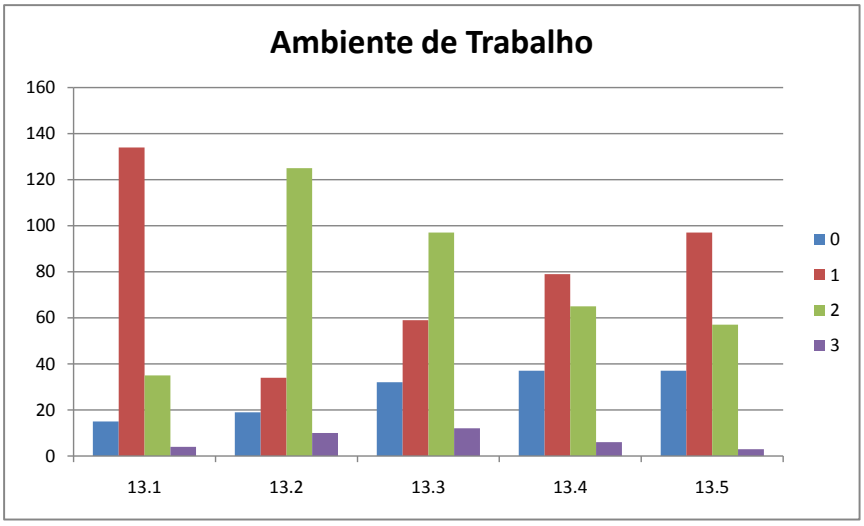
Sucesso Escolar

Questão	0	1	2	3	Total
1	26	17	100	21	164
2	6	5	137	50	198
3	12	8	133	41	194
4	42	16	115	20	193
5	7	24	120	42	193
6	40	34	104	13	191
8	48	18	122	15	203
9	12	3	133	45	193
10	31	8	121	47	207
11	10	10	142	35	197
12	10	2	132	33	177
Total	244	145	1359	362	



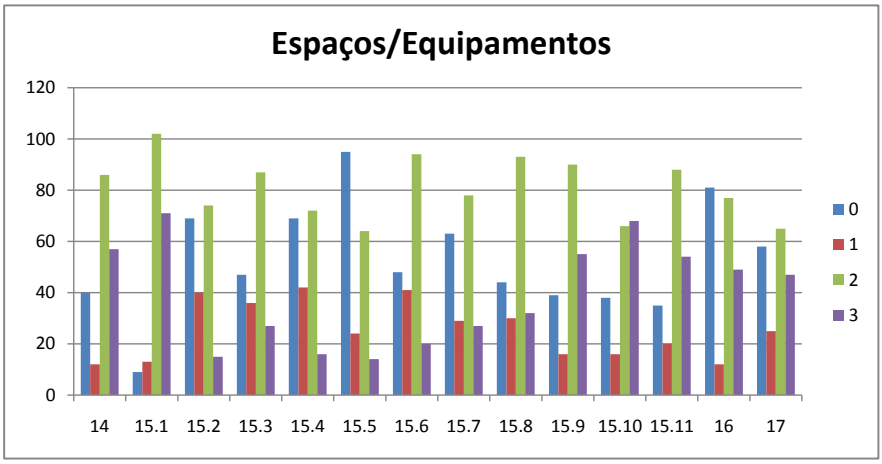
Ambiente de Trabalho

Questão	0	1	2	3	Total
13.1	15	134	35	4	188
13.2	19	34	125	10	188
13.3	32	59	97	12	200
13.4	37	79	65	6	187
13.5	37	97	57	3	194
Total	140	403	379	35	



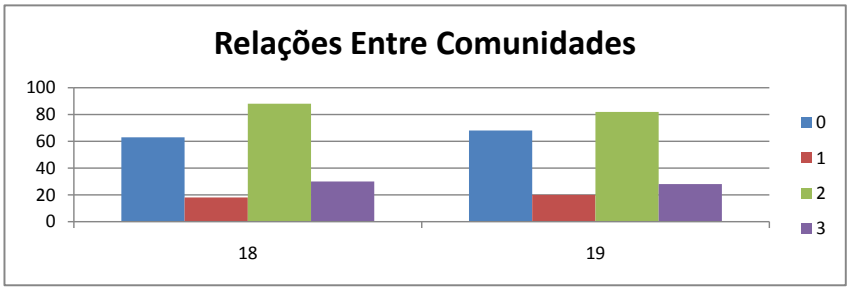
Espaços/Equipamentos

Questão	0	1	2	3	Total
14	40	12	86	57	195
15.1	9	13	102	71	195
15.2	69	40	74	15	198
15.3	47	36	87	27	197
15.4	69	42	72	16	199
15.5	95	24	64	14	197
15.6	48	41	94	20	203
15.7	63	29	78	27	197
15.8	44	30	93	32	199
15.9	39	16	90	55	200
15.10	38	16	66	68	188
15.11	35	20	88	54	197
16	81	12	77	49	219
17	58	25	65	47	195
Total	735	356	1136	552	



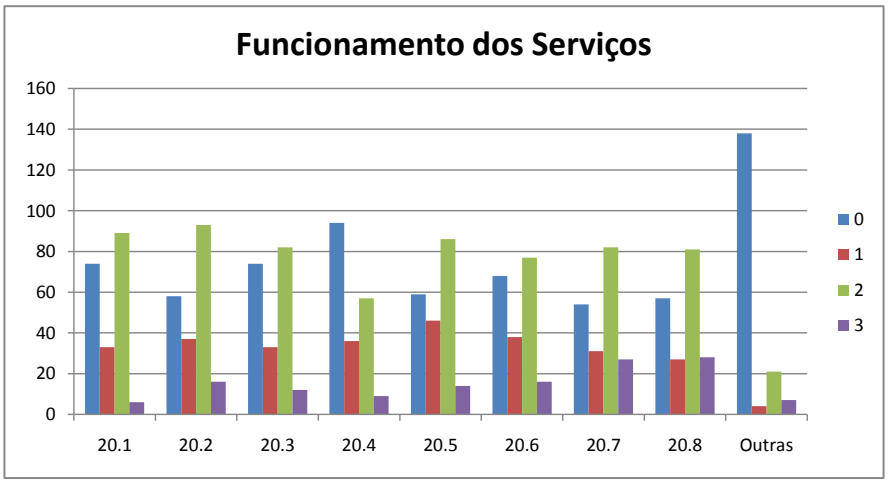
Relações Entre Comunidades

Questão	0	1	2	3	Total
18	63	18	88	30	199
19	68	20	82	28	198
Total	131	38	170	58	



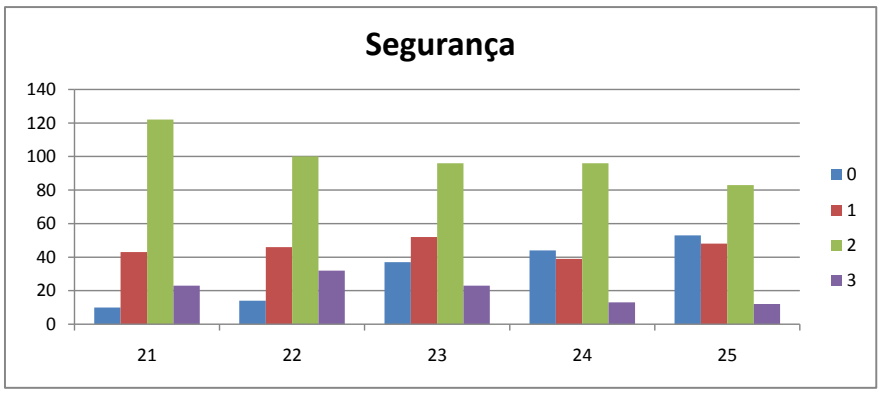
Funcionamento dos Serviços

Questão	0	1	2	3	Total
20.1	74	33	89	6	202
20.2	58	37	93	16	204
20.3	74	33	82	12	201
20.4	94	36	57	9	196
20.5	59	46	86	14	205
20.6	68	38	77	16	199
20.7	54	31	82	27	194
20.8	57	27	81	28	193
Outras	138	4	21	7	170
Total	676	285	668	135	



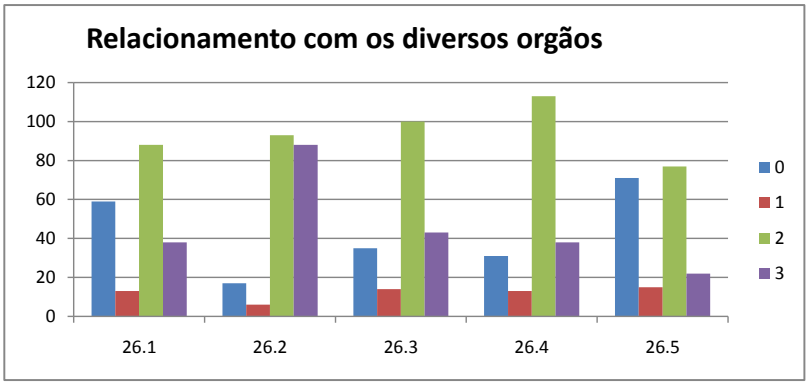
Segurança

Questão	0	1	2	3	Total
21	10	43	122	23	198
22	14	46	100	32	192
23	37	52	96	23	208
24	44	39	96	13	192
25	53	48	83	12	196
Total	158	228	497	103	



Relacionamento com os diversos orgãos

Questão	0	1	2	3	Total
26.1	59	13	88	38	198
26.2	17	6	93	88	204
26.3	35	14	100	43	192
26.4	31	13	113	38	195
26.5	71	15	77	22	185
Total	213	61	471	229	



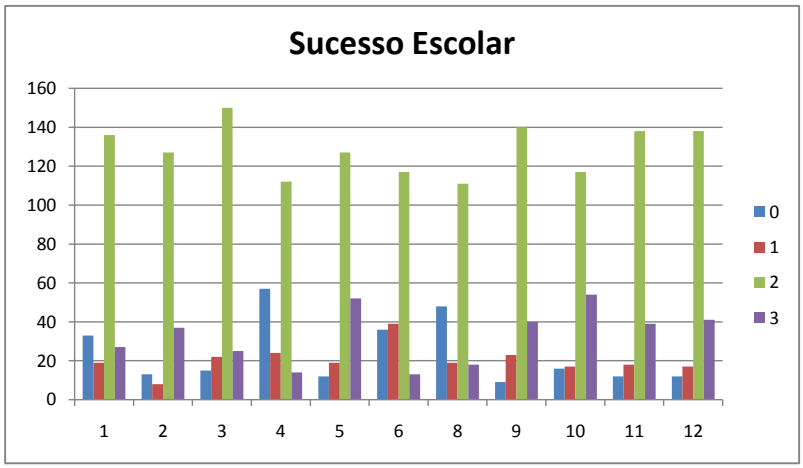
Resultados dos Questionários aos Enc. Educação 3.º Ciclo

Tipo	Nº de Filhos
1	29
2	26
3	250

Tipo	Participação Estruturas Escola
AP	19
R	20
AA	5
CP	2

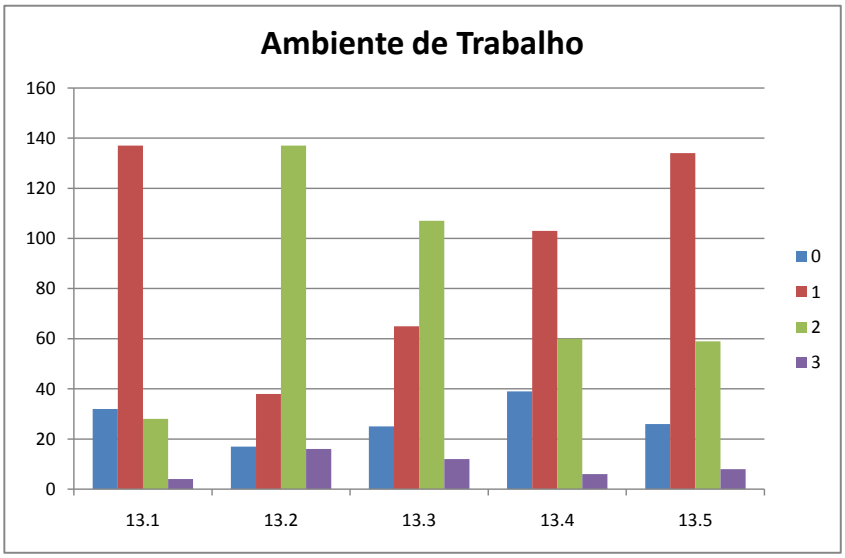
Sucesso Escolar

Questão	0	1	2	3	Total
1	33	19	136	27	215
2	13	8	127	37	185
3	15	22	150	25	212
4	57	24	112	14	207
5	12	19	127	52	210
6	36	39	117	13	205
8	48	19	111	18	196
9	9	23	140	40	212
10	16	17	117	54	204
11	12	18	138	39	207
12	12	17	138	41	208
Total	263	225	1413	360	



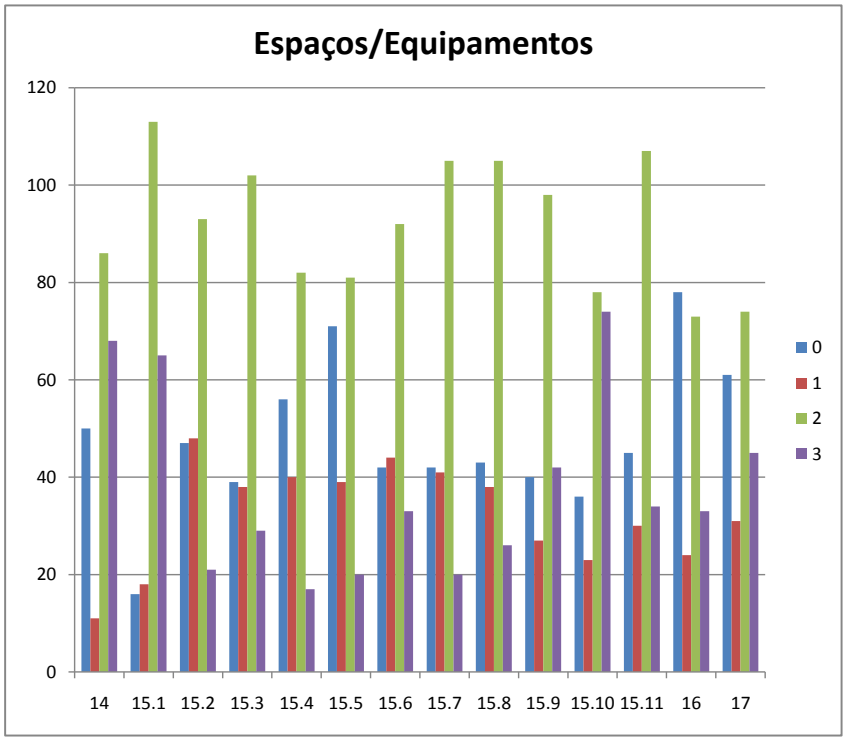
Ambiente de Trabalho

Questão	0	1	2	3	Total
13.1	32	137	28	4	201
13.2	17	38	137	16	208
13.3	25	65	107	12	209
13.4	39	103	60	6	208
13.5	26	134	59	8	227
Total	139	477	391	46	



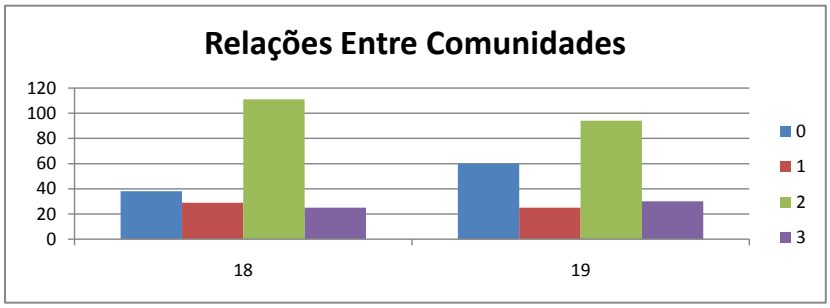
Espaços/Equipamentos

Questão	0	1	2	3	Total
14	50	11	86	68	215
15.1	16	18	113	65	212
15.2	47	48	93	21	209
15.3	39	38	102	29	208
15.4	56	40	82	17	195
15.5	71	39	81	20	211
15.6	42	44	92	33	211
15.7	42	41	105	20	208
15.8	43	38	105	26	212
15.9	40	27	98	42	207
15.10	36	23	78	74	211
15.11	45	30	107	34	216
16	78	24	73	33	208
17	61	31	74	45	211
Total	666	452	1289	527	



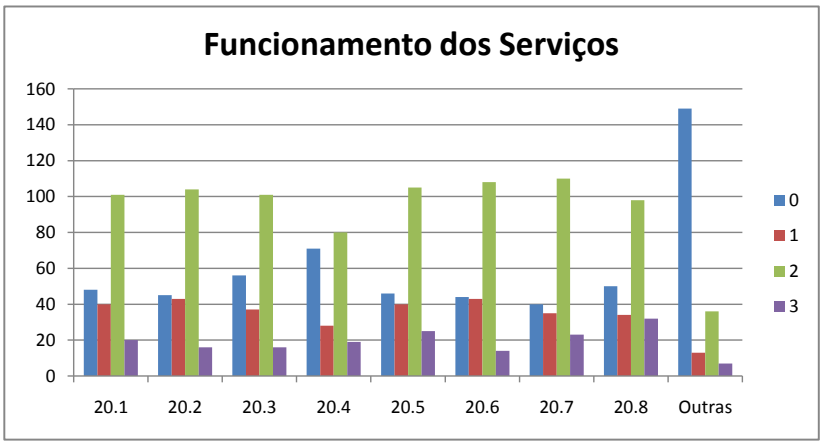
Relações Entre Comunidades

Questão	0	1	2	3	Total
18	38	29	111	25	203
19	60	25	94	30	209
Total	98	54	205	55	



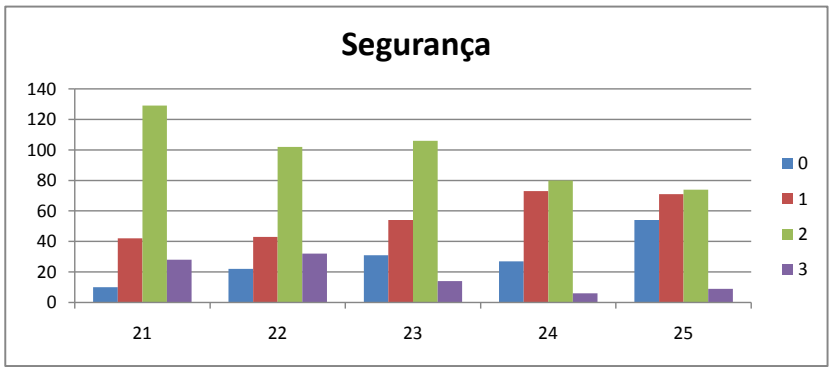
Funcionamento dos Serviços

Questão	0	1	2	3	Total
20.1	48	40	101	20	209
20.2	45	43	104	16	208
20.3	56	37	101	16	210
20.4	71	28	80	19	198
20.5	46	40	105	25	216
20.6	44	43	108	14	209
20.7	40	35	110	23	208
20.8	50	34	98	32	214
Outras	149	13	36	7	205
Total	549	313	843	172	



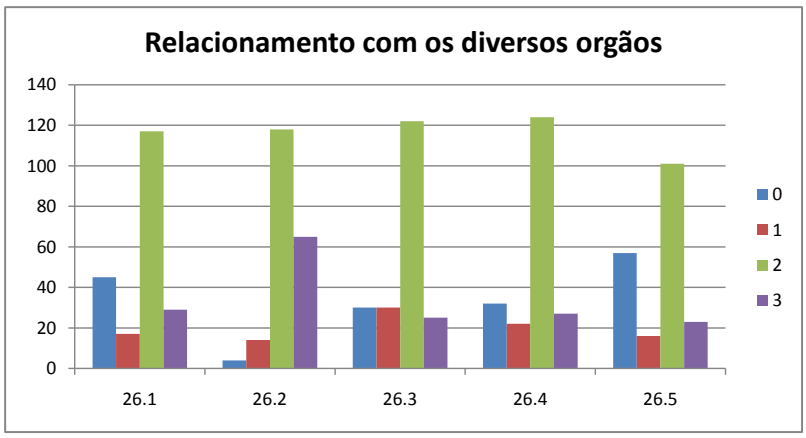
Segurança

Questão	0	1	2	3	Total
21	10	42	129	28	209
22	22	43	102	32	199
23	31	54	106	14	205
24	27	73	80	6	186
25	54	71	74	9	208
Total	144	283	491	89	



Relacionamento com os diversos orgãos

Questão	0	1	2	3	Total
26.1	45	17	117	29	208
26.2	4	14	118	65	201
26.3	30	30	122	25	207
26.4	32	22	124	27	205
26.5	57	16	101	23	197
Total	168	99	582	169	



Resultados dos Questionários aos Funcionários 2º e 3º Ciclos

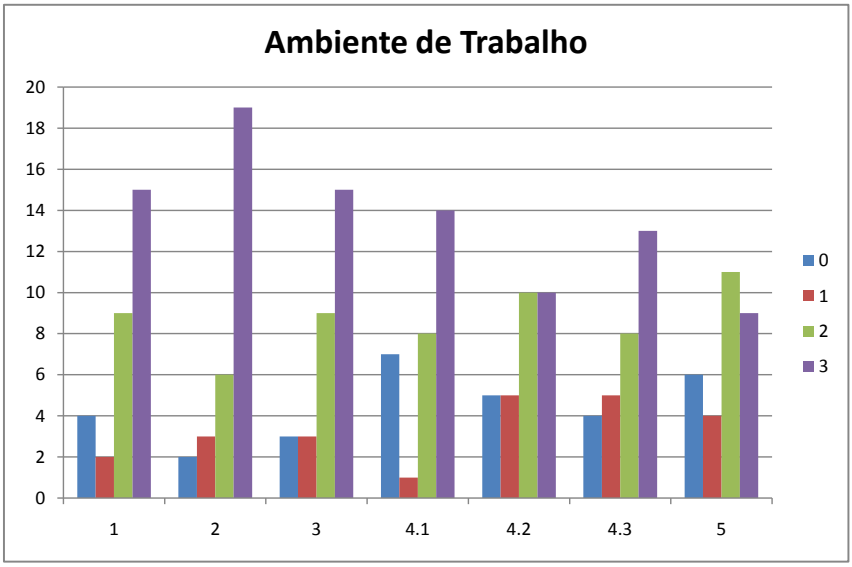
Total de Funcionários	30 em 40
	75%

Níveis de ensino com que trabalha

Tipo	#
J I	7
1º C	15
2º C	28
3º C	27

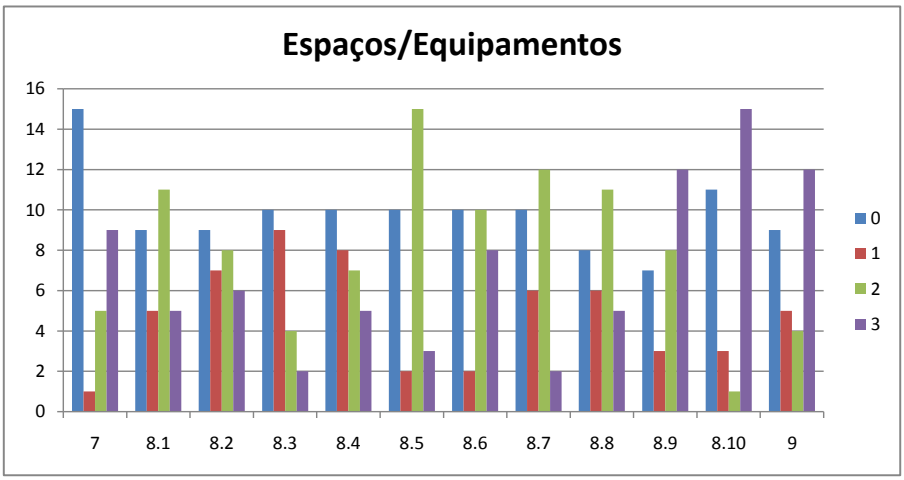
Ambiente de Trabalho

Questão	0	1	2	3	Total
1	4	2	9	15	30
2	2	3	6	19	30
3	3	3	9	15	30
4.1	7	1	8	14	30
4.2	5	5	10	10	30
4.3	4	5	8	13	30
5	6	4	11	9	30
Total	31	23	61	95	



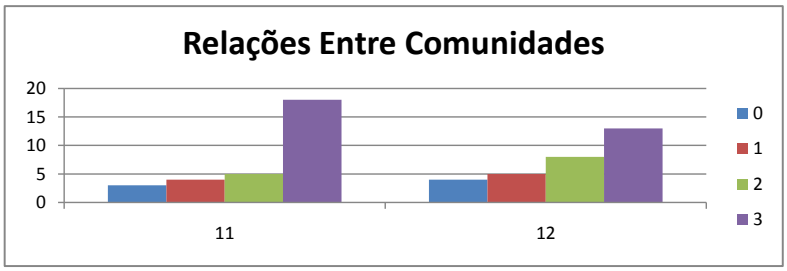
Espaços/Equipamentos

Questão	0	1	2	3	Total
7	15	1	5	9	30
8.1	9	5	11	5	30
8.2	9	7	8	6	30
8.3	10	9	4	2	25
8.4	10	8	7	5	30
8.5	10	2	15	3	30
8.6	10	2	10	8	30
8.7	10	6	12	2	30
8.8	8	6	11	5	30
8.9	7	3	8	12	30
8.10	11	3	1	15	30
9	9	5	4	12	30
Total	118	57	96	84	



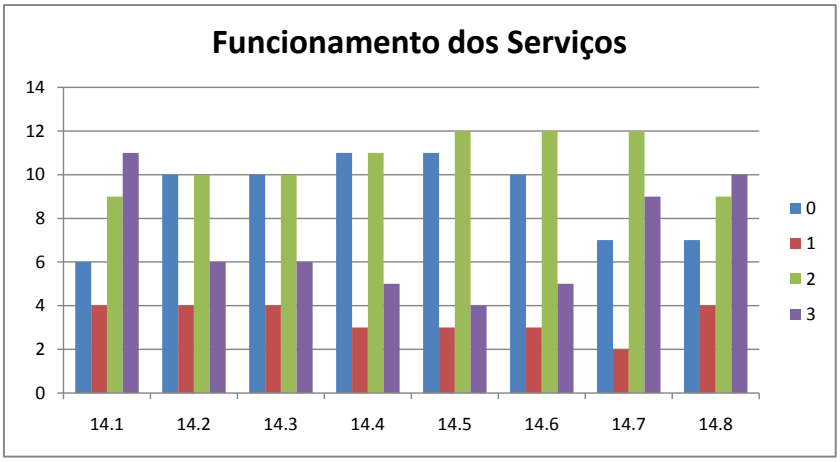
Relações Entre Comunidades

Questão	0	1	2	3	Total
11	3	4	5	18	30
12	4	5	8	13	30
Total	7	9	13	31	



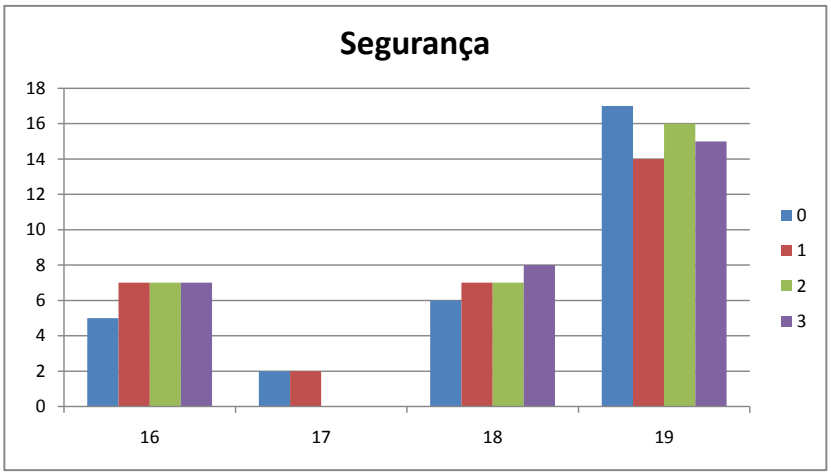
Funcionamento dos Serviços

Questão	0	1	2	3	Total
14.1	6	4	9	11	30
14.2	10	4	10	6	30
14.3	10	4	10	6	30
14.4	11	3	11	5	30
14.5	11	3	12	4	30
14.6	10	3	12	5	30
14.7	7	2	12	9	30
14.8	7	4	9	10	30
Total	72	27	85	56	



Segurança

Questão	0	1	2	3	Total
16	5	2	6	17	30
17	7	2	7	14	30
18	7	0	7	16	30
19	7	0	8	15	30
Total	26	4	28	62	



Quadro I

Alunos do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva - 2007/2008

Sector de Ensino	Grupos/Turmas	N.º de Alunos	%
Pré-Escolar	10	169	15%
1.º Ciclo	26	426	38%
2.º Ciclo	11	247	22%
3.º Ciclo	15	271	24%
	Total	1113	

Quadro II - A

Escalões de Subsídio - 2007/2008

Sector de Ensino	N.º de Alunos Subsidiados		Total
	Escalão A	Escalão B	
1.º Ciclo	61	———	61
2.º Ciclo	53	7	60
3.º Ciclo	61	8	69
Total	175	15	190

Quadro III

Professores/Educadores do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva - 2007/2008

Sector de Ensino	N.º de Professores/Educadores	%
Pré-Escolar	13	9%
1.º Ciclo	27	18%
2.º Ciclo	57	39%
3.º Ciclo	28	19%
Ensino Especial	21	14%
Total	146	

Quadro IV

Pessoal Não-Docente do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva - 2007/2008

Categoria	N.º de Funcionários	%
Pessoal Administrativo	10	13%
Pessoal Técnico da Acção Social	6	8%
Pessoal Auxiliar da Acção Educativa	42	56%
Tarefeiras	13	17%
Guarda-Noturno	3	4%
Encarregado de Pessoal da Acção Educativa	1	1%
Total	75	

Quadro V - A

Alunos com Necessidades Educativas Especiais - 2007/2008

Sector de Ensino	N.º Alunos	%
Pré-Escolar	3	4%
1.º Ciclo	27	39%
2.º Ciclo	20	29%
3.º Ciclo	20	29%
Total	70	

Faltam 22

Quadro V - B

Alunos com Necessidades Educativas Especiais - 2007/2008

Sector de Ensino	N.º Alunos
Domicílios, Amas e Creches	28
Pré-Escolar Particular	22
Total	50

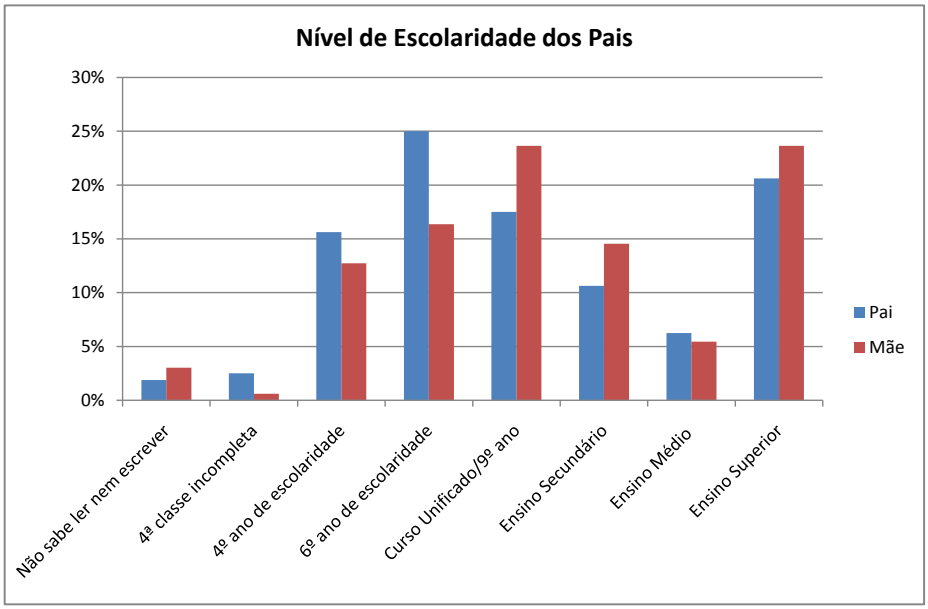
Quadro II - B

Escalões de Subsídio - 2007/2008

Sector de Ensino	N.º de Alunos Subsidiados										Total
	1.º Escalão	2.º Escalão		3.º Escalão		4.º Escalão		5.º Escalão		Outro	
		A	B	A	B	A	B	A	B		
Pré-Escolar	33	10	4	5	5	11	16	16	9	32	141

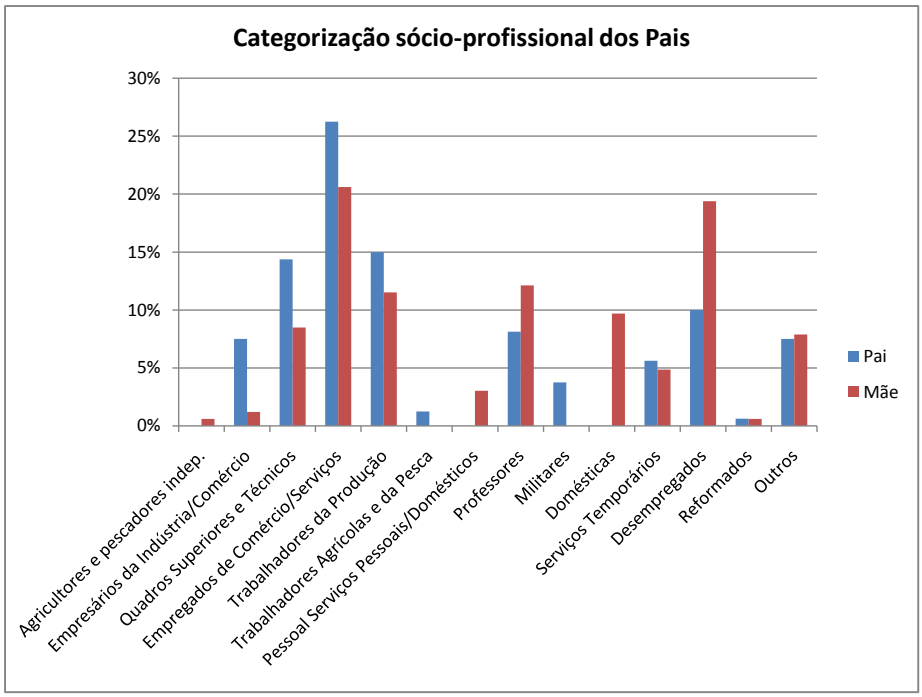
Nível de Escolaridade dos Pais - Pré-Escolar

Habilitações Académicas	Pai	%	Mãe	%
Não sabe ler nem escrever	3	2%	5	3%
4ª classe incompleta	4	3%	1	1%
4º ano de escolaridade	25	16%	21	13%
6º ano de escolaridade	40	25%	27	16%
Curso Unificado/9º ano	28	18%	39	24%
Ensino Secundário	17	11%	24	15%
Ensino Médio	10	6%	9	5%
Ensino Superior	33	21%	39	24%
Total	160	100%	165	100%



Categorização sócio-profissional dos Pais - Pré-Escolar

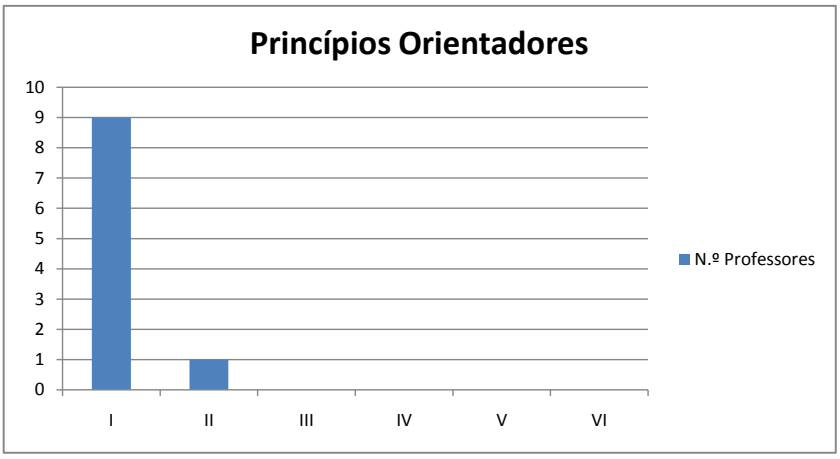
Categorização Sócio-profissional	Pai	%	Mãe	%
Agricultores e pescadores indep.	0	0%	1	1%
Empresários da Indústria/Comércio	12	8%	2	1%
Quadros Superiores e Técnicos	23	14%	14	8%
Empregados de Comércio/Serviços	42	26%	34	21%
Trabalhadores da Produção	24	15%	19	12%
Trabalhadores Agrícolas e da Pesca	2	1%	0	0%
Pessoal Serviços Pessoais/Domésticos	0	0%	5	3%
Professores	13	8%	20	12%
Militares	6	4%	0	0%
Domésticas	0	0%	16	10%
Serviços Temporários	9	6%	8	5%
Desempregados	16	10%	32	19%
Reformados	1	1%	1	1%
Outros	12	8%	13	8%
Total	160	100%	165	100%



Resultados dos Questionário às Educadoras

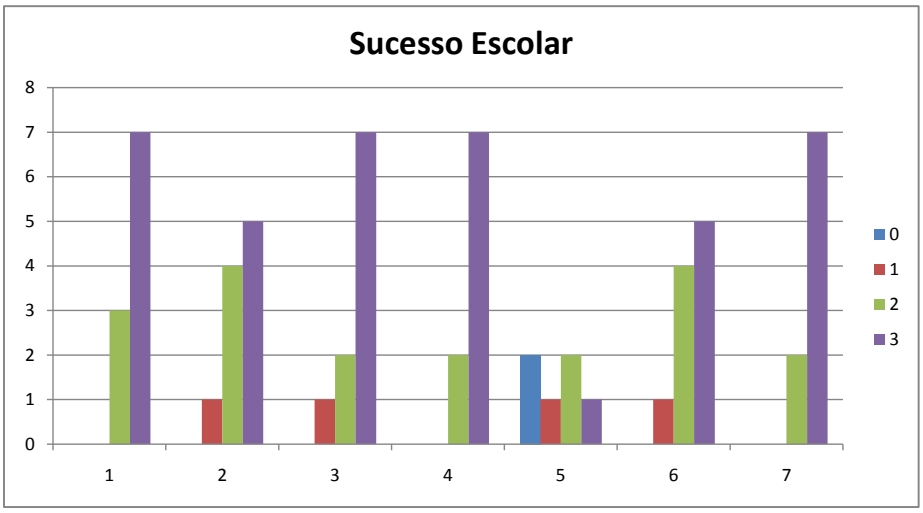
Princípios Orientadores

Questão/Princípio	#
I	9
II	1
III	0
IV	0
V	0
VI	0
Total	10



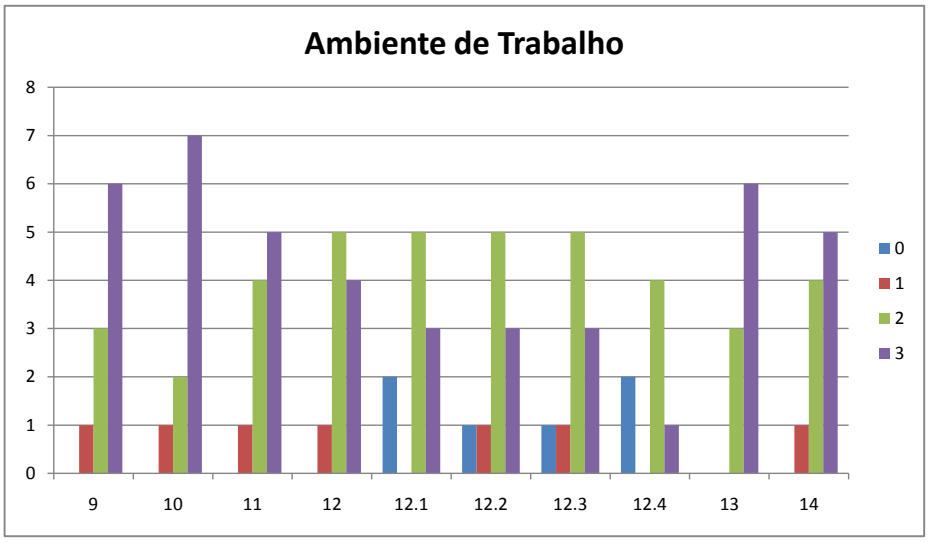
Sucesso Escolar

Questão	0	1	2	3	Total
1	0	0	3	7	10
2	0	1	4	5	10
3	0	1	2	7	10
4	0	0	2	7	9
5	2	1	2	1	6
6	0	1	4	5	10
7	0	0	2	7	9
Total	2	4	19	39	



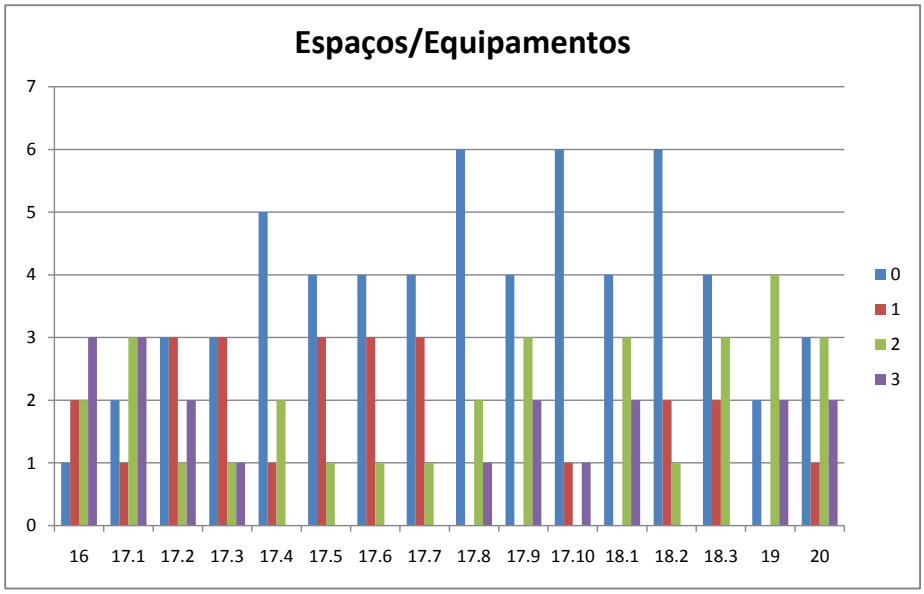
Ambiente de Trabalho

Questão	0	1	2	3	Total
9	0	1	3	6	10
10	0	1	2	7	10
11	0	1	4	5	10
12	0	1	5	4	10
12.1	2	0	5	3	10
12.2	1	1	5	3	10
12.3	1	1	5	3	10
12.4	2	0	4	1	7
13	0	0	3	6	9
14	0	1	4	5	10
Total	6	7	40	43	



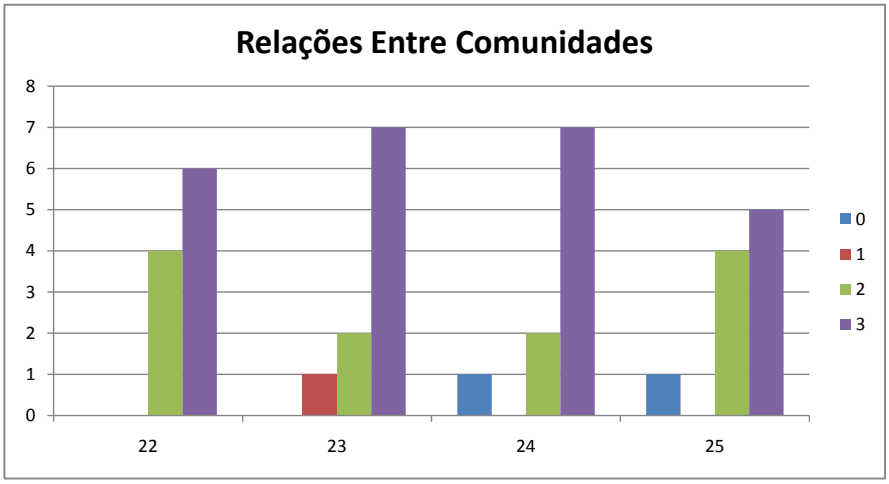
Espaços/Equipamentos

Questão	0	1	2	3	Total
16	1	2	2	3	8
17.1	2	1	3	3	9
17.2	3	3	1	2	9
17.3	3	3	1	1	8
17.4	5	1	2	0	8
17.5	4	3	1	0	8
17.6	4	3	1	0	8
17.7	4	3	1	0	8
17.8	6	0	2	1	9
17.9	4	0	3	2	9
17.10	6	1	0	1	8
18.1	4	0	3	2	9
18.2	6	2	1	0	9
18.3	4	2	3	0	9
19	2	0	4	2	8
20	3	1	3	2	9
Total	61	25	31	19	



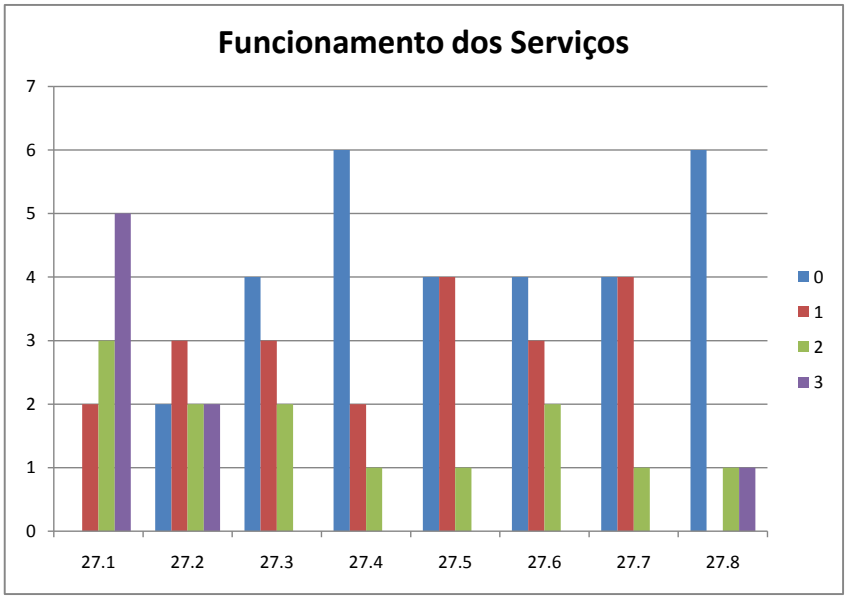
Relações entre Comunidades

Questão	0	1	2	3	Total
22	0	0	4	6	10
23	0	1	2	7	10
24	1	0	2	7	10
25	1	0	4	5	10
Total	2	1	12	25	



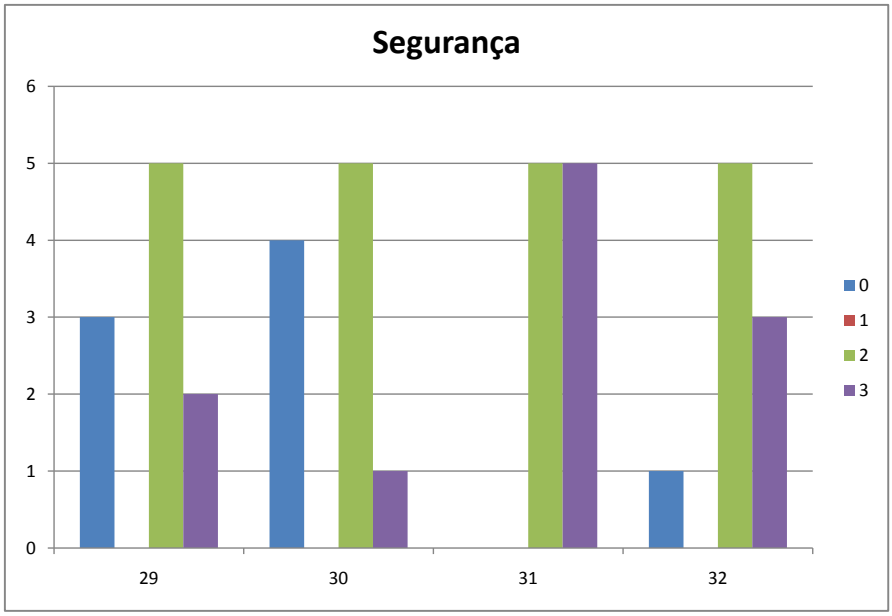
Funcionamento dos Serviços

Questão	0	1	2	3	Total
27.1	0	2	3	5	10
27.2	2	3	2	2	9
27.3	4	3	2	0	9
27.4	6	2	1	0	9
27.5	4	4	1	0	9
27.6	4	3	2	0	9
27.7	4	4	1	0	9
27.8	6	0	1	1	8
Total	30	21	13	8	



Segurança

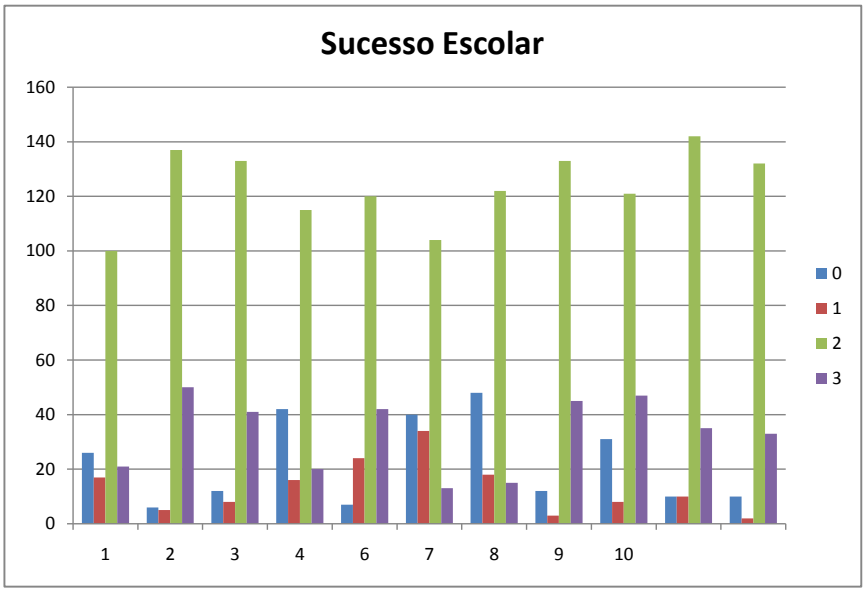
Questão	0	1	2	3	Total
29	3	0	5	2	10
30	4	0	5	1	10
31	0	0	5	5	10
32	1	0	5	3	9
Total	8	0	20	11	



Resultados dos Questionários aos Enc. Educação Pré-Escolar

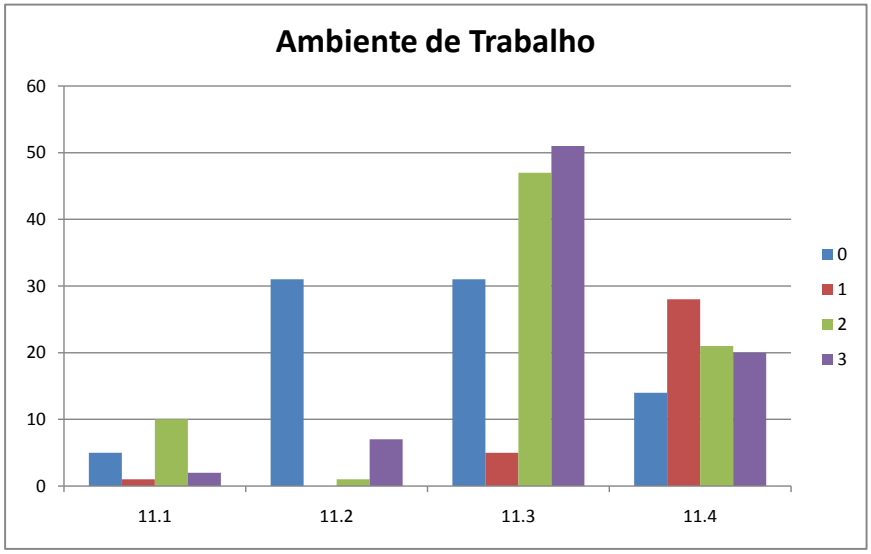
Sucesso Escolar

Questão	0	1	2	3	Total
1	1	3	50	25	79
2	5	1	49	23	78
3	1	3	37	39	80
4	7	6	42	16	71
6	11	1	45	21	78
7	23	2	34	39	98
8	27	0	34	16	77
9	7	6	37	30	80
10	0	3	30	46	79
Total	82	25	358	255	



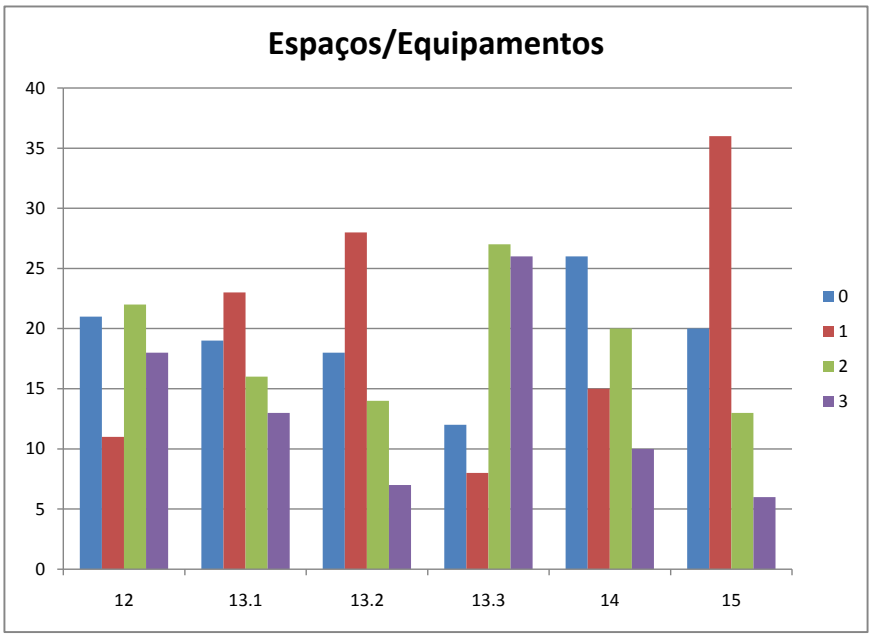
Ambiente de Trabalho

Questão	0	1	2	3	Total
11.1	5	31	31	14	81
11.2	1	0	5	28	34
11.3	10	1	47	21	79
11.4	2	7	51	20	80
Total	18	39	134	83	



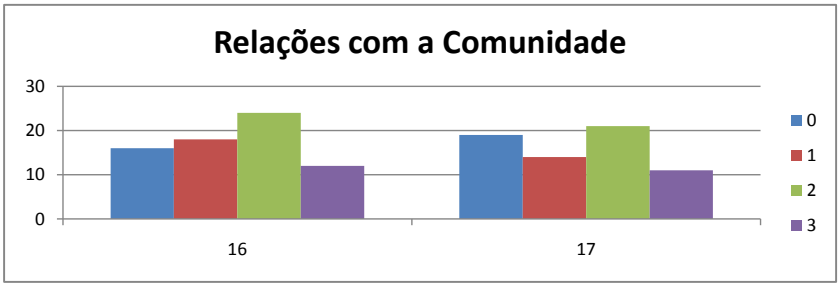
Espaços/Equipamentos

Questão	0	1	2	3	Total
12	21	11	22	18	72
13.1	19	23	16	13	71
13.2	18	28	14	7	67
13.3	12	8	27	26	73
14	26	15	20	10	71
15	20	36	13	6	75
Total	116	121	112	80	



Relações com a Comunidade

Questão	0	1	2	3	Total
16	16	18	24	12	70
17	19	14	21	11	65
Total	35	32	45	23	

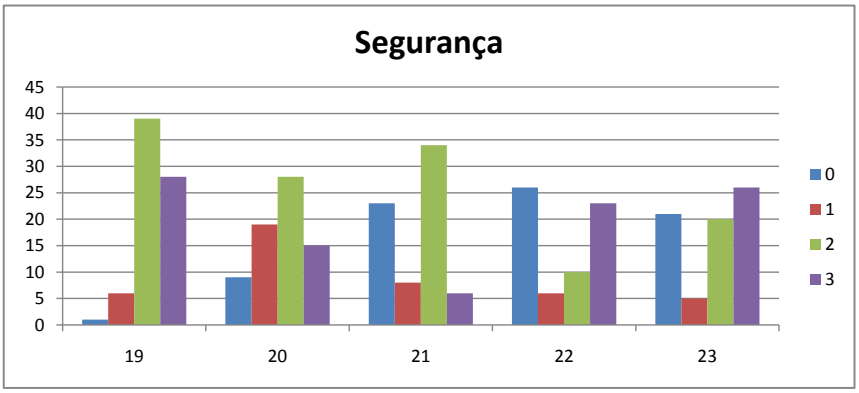


Funcionamento dos Serviços

Questão	0	1	2	3	Total
18	29	19	20	2	70
Total	29	19	20	2	

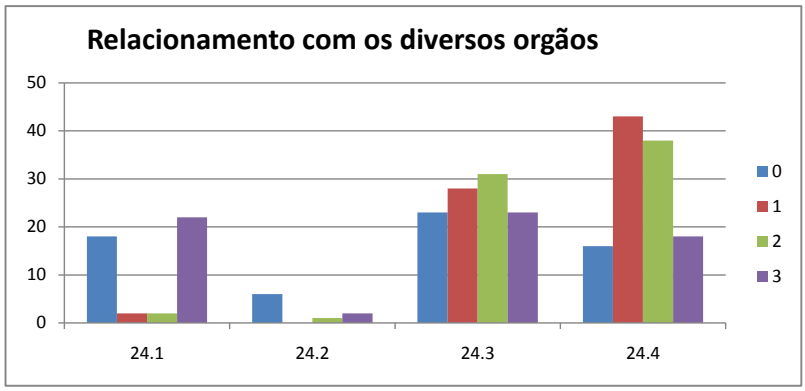
Segurança

Questão	0	1	2	3	Total
19	1	6	39	28	74
20	9	19	28	15	71
21	23	8	34	6	71
22	26	6	10	23	65
23	21	5	20	26	72
Total	80	44	131	98	



Relacionamento com os diversos orgãos

Questão	0	1	2	3	Total
24.1	18	6	23	16	63
24.2	2	0	28	43	73
24.3	2	1	31	38	72
24.4	22	2	23	18	65
Total	44	9	105	115	



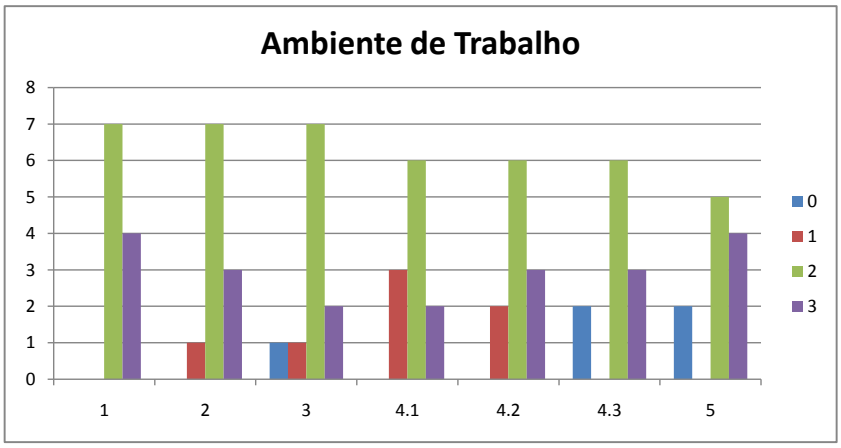
Resultados dos Questionários aos Funcionários - Pré-Escolar

Níveis de ensino com que trabalha

Tipo	#
J I	11
1º C	2
2º C	0
3º C	0

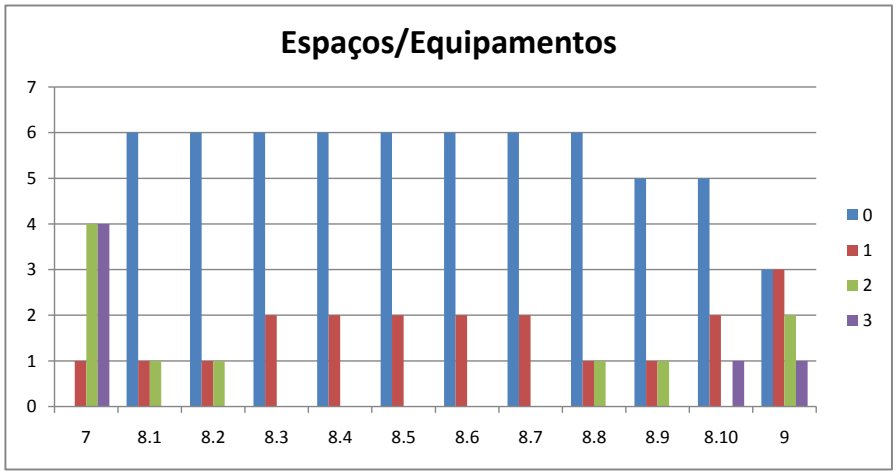
Ambiente de Trabalho

Questão	0	1	2	3	Total
1	0	0	7	4	11
2	0	1	7	3	11
3	1	1	7	2	11
4.1	0	3	6	2	11
4.2	0	2	6	3	11
4.3	2	0	6	3	11
5	2	0	5	4	11
Total	5	7	44	21	



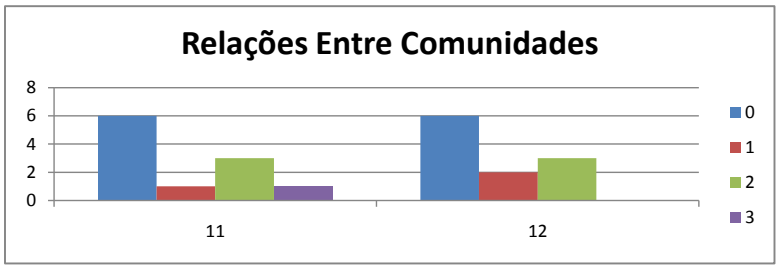
Espaços/Equipamentos

Questão	0	1	2	3	Total
7	0	1	4	4	9
8.1	6	1	1	0	8
8.2	6	1	1	0	8
8.3	6	2	0	0	8
8.4	6	2	0	0	8
8.5	6	2	0	0	8
8.6	6	2	0	0	8
8.7	6	2	0	0	8
8.8	6	1	1	0	8
8.9	5	1	1	0	7
8.10	5	2	0	1	8
9	3	3	2	1	9
Total	61	20	10	6	



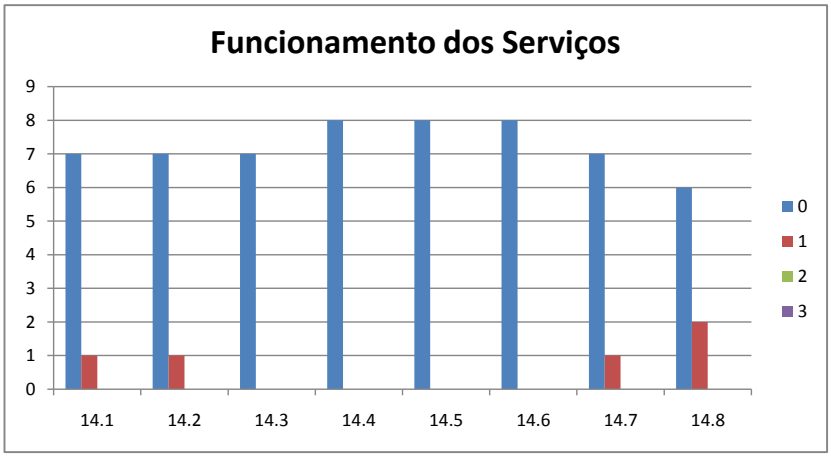
Relações Entre Comunidades

Questão	0	1	2	3	Total
11	6	1	3	1	11
12	6	2	3	0	11
Total	12	3	6	1	



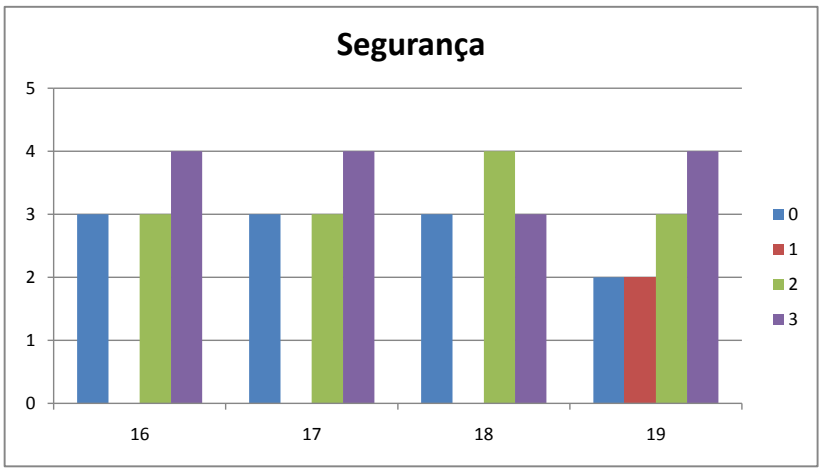
Funcionamento dos Serviços

Questão	0	1	2	3	Total
14.1	7	1	0	0	8
14.2	7	1	0	0	8
14.3	7	0	0	0	7
14.4	8	0	0	0	8
14.5	8	0	0	0	8
14.6	8	0	0	0	8
14.7	7	1	0	0	8
14.8	6	2	0	0	8
Total	58	5	0	0	



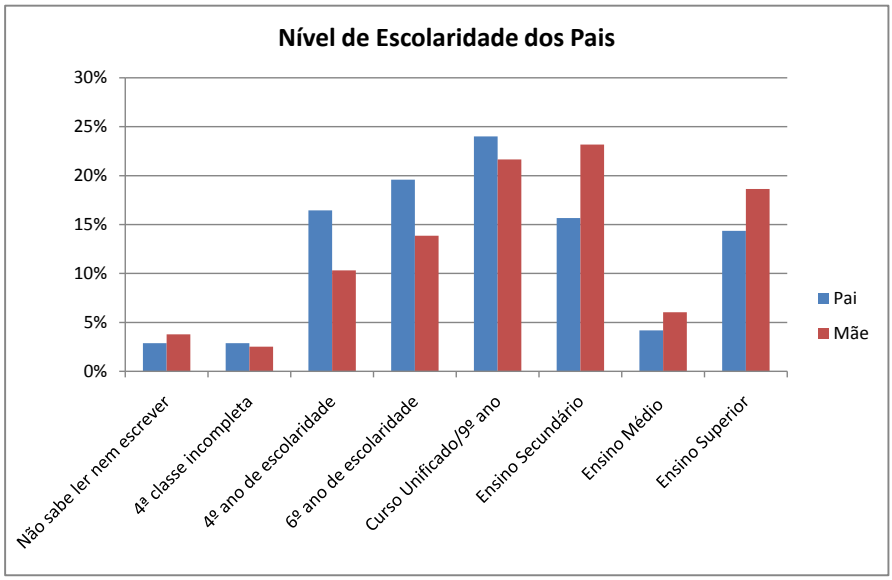
Segurança

Questão	0	1	2	3	Total
16	3	0	3	4	10
17	3	0	3	4	10
18	3	0	4	3	10
19	2	2	3	4	11
Total	11	2	13	15	



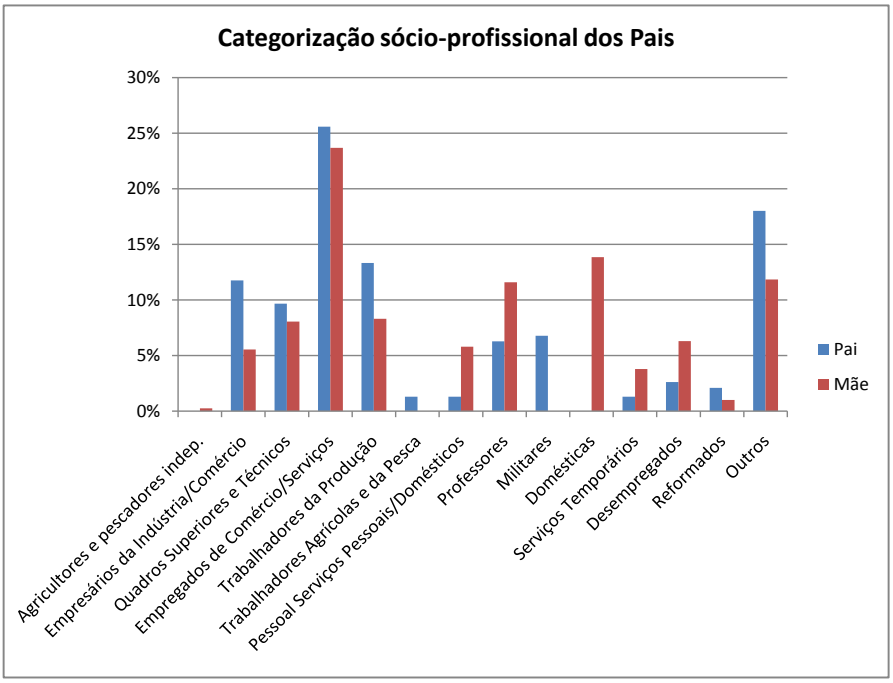
Nível de Escolaridade dos Pais - 1º Ciclo

Habilitações Académicas	Pai	%	Mãe	%
Não sabe ler nem escrever	11	3%	15	4%
4ª classe incompleta	11	3%	10	3%
4º ano de escolaridade	63	16%	41	10%
6º ano de escolaridade	75	20%	55	14%
Curso Unificado/9º ano	92	24%	86	22%
Ensino Secundário	60	16%	92	23%
Ensino Médio	16	4%	24	6%
Ensino Superior	55	14%	74	19%
Total	383	100%	397	100%



Categorização sócio-profissional dos Pais - 1º Ciclo

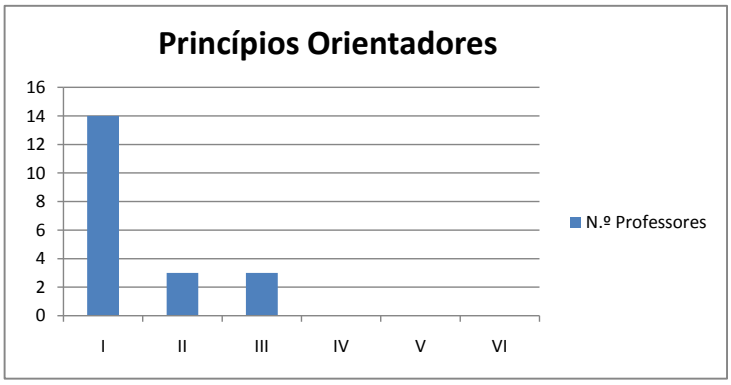
Categorização Sócio-profissional	Pai	%	Mãe	%
Agricultores e pescadores indep.	0	0%	1	0,3%
Empresários da Indústria/Comércio	45	12%	22	5,5%
Quadros Superiores e Técnicos	37	10%	32	8,1%
Empregados de Comércio/Serviços	98	26%	94	23,7%
Trabalhadores da Produção	51	13%	33	8,3%
Trabalhadores Agrícolas e da Pesca	5	1%	0	0,0%
Pessoal Serviços Pessoais/Domésticos	5	1%	23	5,8%
Professores	24	6%	46	11,6%
Militares	26	7%	0	0,0%
Domésticas	0	0%	55	13,9%
Serviços Temporários	5	1%	15	3,8%
Desempregados	10	3%	25	6,3%
Reformados	8	2%	4	1,0%
Outros	69	18%	47	11,8%
Total	383	100%	397	100%



Resultados dos Questionário aos Professores - 1º Ciclo

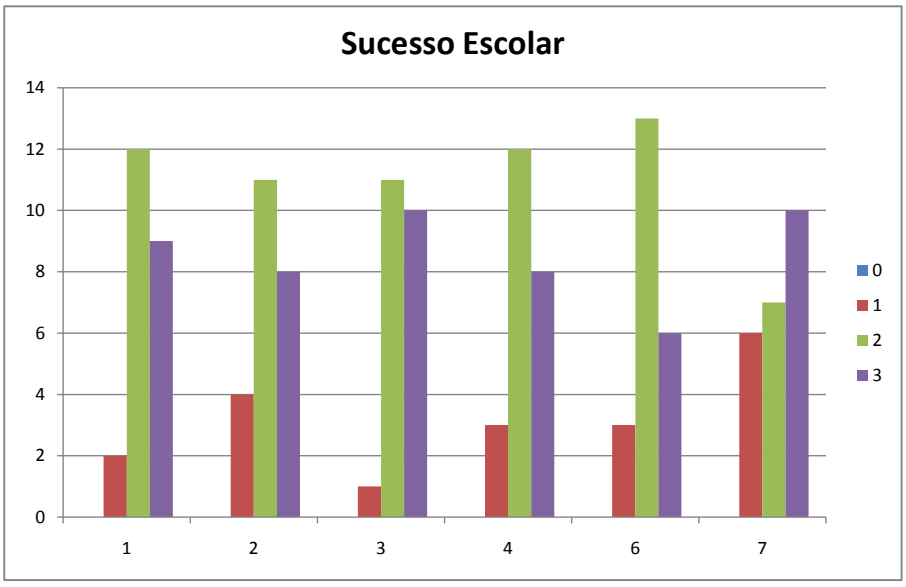
Princípios Orientadores

Questão/Princípio	#
I	14
II	3
III	3
IV	0
V	0
VI	0
Total	20



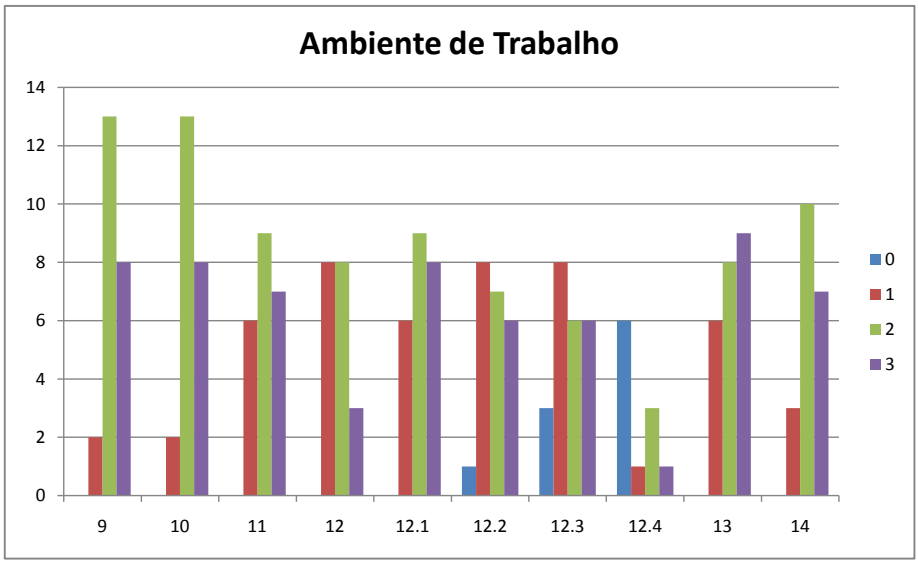
Sucesso Escolar

Questão	0	1	2	3	Total
1	0	2	12	9	23
2	0	4	11	8	23
3	0	1	11	10	22
4	0	3	12	8	23
6	0	3	13	6	22
7	0	6	7	10	23
Total	0	19	66	51	



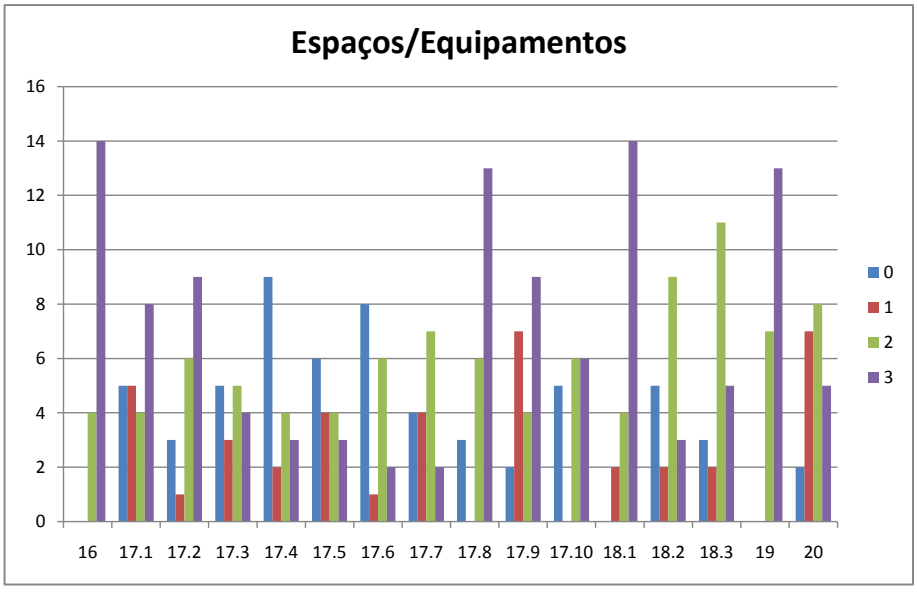
Ambiente de Trabalho

Questão	0	1	2	3	Total
9	0	2	13	8	23
10	0	2	13	8	23
11	0	6	9	7	22
12	0	8	8	3	19
12.1	0	6	9	8	23
12.2	1	8	7	6	22
12.3	3	8	6	6	23
12.4	6	1	3	1	11
13	0	6	8	9	23
14	0	3	10	7	20
Total	10	50	86	63	



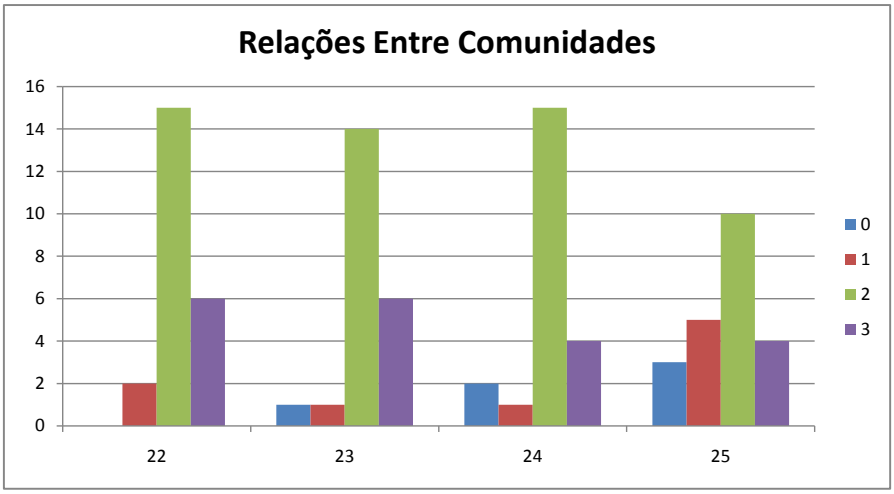
Espaços/Equipamentos

Questão	0	1	2	3	Total
16	0	0	4	14	18
17.1	5	5	4	8	22
17.2	3	1	6	9	19
17.3	5	3	5	4	17
17.4	9	2	4	3	18
17.5	6	4	4	3	17
17.6	8	1	6	2	17
17.7	4	4	7	2	17
17.8	3	0	6	13	22
17.9	2	7	4	9	22
17.10	5	0	6	6	17
18.1	0	2	4	14	20
18.2	5	2	9	3	19
18.3	3	2	11	5	21
19	0	0	7	13	20
20	2	7	8	5	22
Total	60	40	95	113	



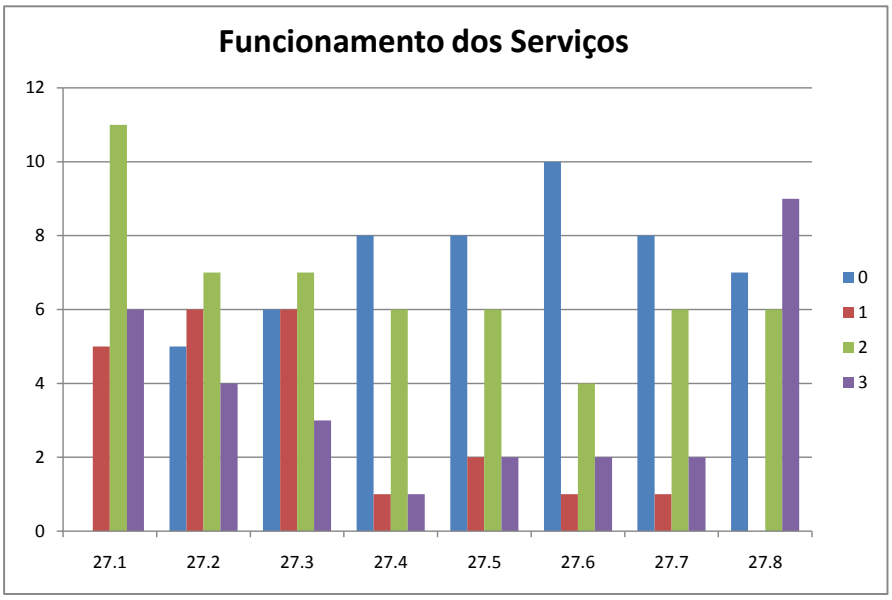
Relações entre Comunidades

Questão	0	1	2	3	Total
22	0	2	15	6	23
23	1	1	14	6	22
24	2	1	15	4	22
25	3	5	10	4	22
Total	6	9	54	20	



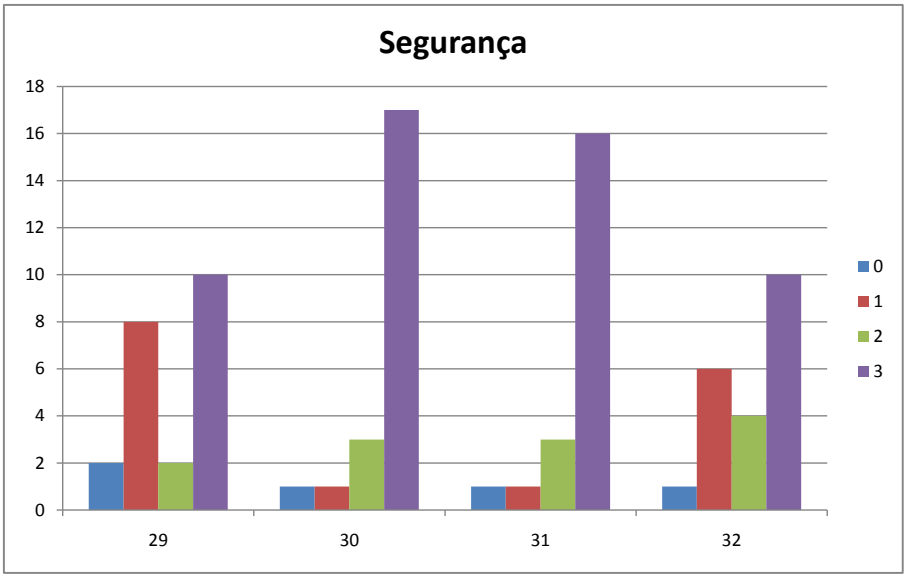
Funcionamento dos Serviços

Questão	0	1	2	3	Total
27.1	0	5	11	6	22
27.2	5	6	7	4	22
27.3	6	6	7	3	22
27.4	8	1	6	1	16
27.5	8	2	6	2	18
27.6	10	1	4	2	17
27.7	8	1	6	2	17
27.8	7	0	6	9	22
Total	52	22	53	29	



Segurança

Questão	0	1	2	3	Total
29	2	8	2	10	22
30	1	1	3	17	22
31	1	1	3	16	21
32	1	6	4	10	21
Total	5	16	12	53	



Resultados dos Questionários aos Alunos do 1.º Ciclo

N.º de alunos		
Masc.	Fem.	Total
35	48	83

Idades	#
9	1
10	62
11	99
12	67
13	40
14	75
15	35
16	19
17	9
18	2
N. R.	3
Total	412

SUCESSO ESCOLAR

1						
	0	1	2	3	N. R.	Total
1.1.	4	22	42	15	0	83
1.2.	15	18	20	30	0	83
1.3.	0	1	36	44	2	83
1.4.	1	20	36	25	1	83
1.5.	0	7	34	42	0	83
1.6.	6	5	35	28	9	83

2.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
2.1.	45	17	7	4	10	83
2.2.	55	19	3	6	0	83
2.3.	12	24	33	14	0	83
2.4.	45	11	5	13	9	83
2.5.	48	10	3	12	10	83
2.6.	42	15	13	13	0	83
2.7.	10	27	27	17	2	83
2.8.	19	30	17	17	0	83
2.9.	53	8	5	6	11	83
2.10.	59	6	5	12	1	83

3.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
3.1.	0	5	27	51	0	83
3.2.	0	1	28	43	11	83
3.3.	6	20	36	10	11	83
3.4.	1	15	47	20	0	83

4.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
4.1.	2	6	41	34	0	83
4.2.	32	18	21	12	0	83

5.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
5.1.	4	4	23	46	6	83
5.2.	42	27	7	1	6	83

6.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
6.1.	3	5	17	53	5	83
6.2.	48	23	4	1	7	83

7.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
	4	14	43	16	6	83

8.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
	2	10	23	41	7	83

AMBIENTE DE TRABALHO

9.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
9.1.	3	33	27	19	1	83
9.2.	1	5	24	53	0	83
9.3.	0	4	31	48	0	83
9.4.	0	4	23	54	2	83

10.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
10.1.	2	1	30	48	2	83
10.2.1.	25	22	11	19	6	83
10.2.2.	27	19	19	13	5	83
10.2.3.	31	22	11	9	10	83
10.2.4.	39	19	6	6	13	83
10.2.5.	36	22	7	7	11	83
10.2.6.	23	15	16	21	8	83
10.2.7.	16	17	19	27	4	83
10.3.	28	12	16	9	18	83
10.4.	21	10	20	22	10	83
10.5.	16	13	26	21	7	83
10.6.	19	14	25	20	5	83
10.7.	4	6	29	37	7	83

11.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
11.1.	8	22	30	23	0	83
11.2.	5	7	45	25	1	83
11.3.	25	27	14	16	1	83
11.4.	4	7	24	47	1	83

12.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
12.1.	13	4	36	27	3	83
12.2.	15	8	23	24	13	83
12.3.	25	7	30	21	0	83
12.4.	14	9	29	27	4	83
12.5.	25	8	31	15	4	83

13.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
13.1.	2	12	34	33	2	83
13.2.	2	1	24	53	3	83
13.3.	9	13	20	39	2	83

ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS

14.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
14.1.	45	14	8	14	2	83
14.2.	8	13	23	33	6	83
14.3.	44	22	5	4	8	83
14.4.	46	4	6	19	8	83
14.5.	41	22	5	4	11	83
14.6.	41	14	5	2	21	83
14.7.	48	13	7	4	11	83
14.8.	45	17	3	3	15	83
14.9.	46	9	8	9	11	83
14.10.	16	8	13	32	14	83

15.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
	32	7	20	20	4	83

16.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
	38	10	17	13	5	83

17.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
	30	20	12	18	3	83

RELAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA

19.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
19.1.	6	21	37	18	1	83
19.2.	12	26	29	11	5	83
19.3.	35	19	12	13	4	83

20.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
20.1.	15	6	32	18	12	83
20.2.	20	5	20	29	9	83
20.3.	30	4	18	17	14	83
20.4.	32	7	11	12	21	83
20.5.	25	4	20	20	14	83
20.6.	33	5	18	11	16	83
20.7.	36	2	15	11	19	83
20.8.	27	4	14	24	14	83
20.9.	13	10	24	32	4	83

SEGURANÇA

21.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
21.1.	29	21	15	15	3	83
21.2.	27	23	11	18	4	83
21.3.	21	12	23	25	2	83
21.4.	46	13	9	13	2	83
21.5.	40	4	11	14	14	83

22.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
22.1.	45	19	11	7	1	83
22.2.	37	22	9	13	2	83
22.3.	40	15	10	17	1	83
22.4.	41	15	8	17	2	83
22.5.	39	17	11	16	0	83
22.6.	44	15	9	12	3	83
22.7.	49	12	2	13	7	83

23.						
	0	1	2	3	N. R.	Total
23.1.	5	14	25	37	2	83
23.2.	21	7	23	29	3	83
23.3.	8	15	22	32	6	83

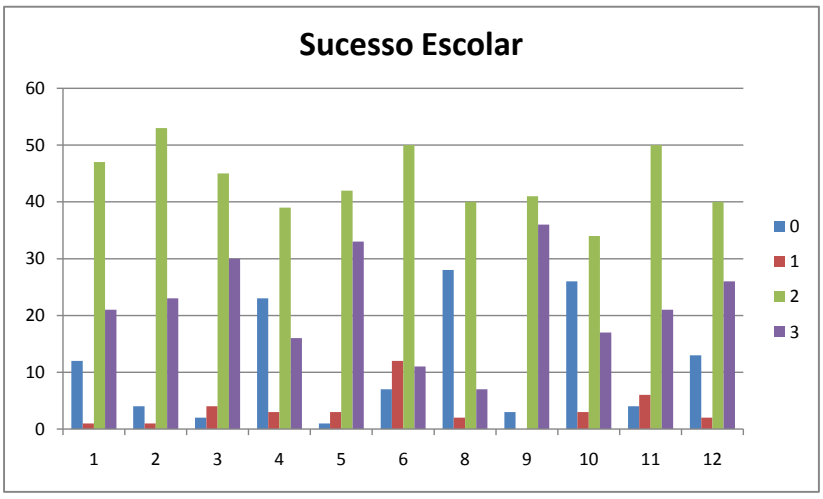
Resultados dos Questionários aos Enc. Educação 1.º Ciclo

Tipo	Nº de Filhos
1	88
2	12
3	9

Tipo	Participação Estruturas Escola
AP	4
R	6
AA	1
CP	1

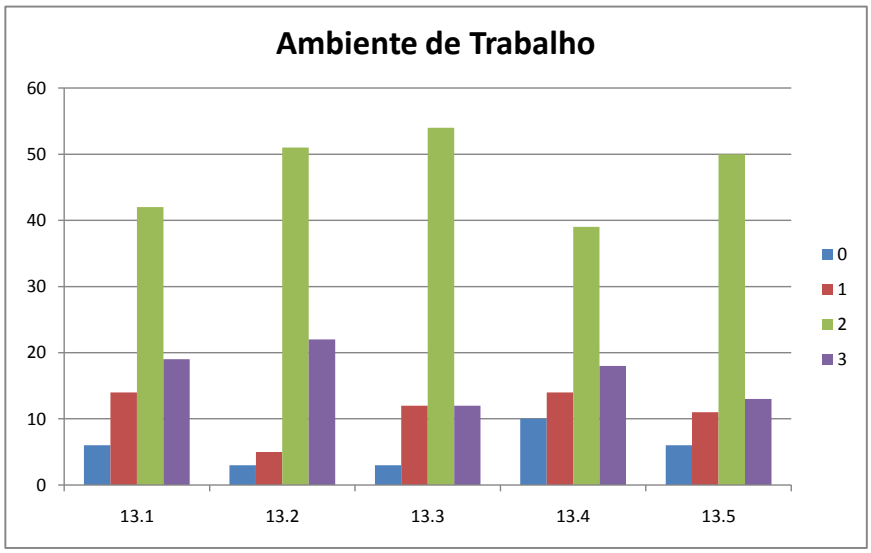
Sucesso Escolar

Questão	0	1	2	3	Total
1	12	1	47	21	81
2	4	1	53	23	81
3	2	4	45	30	81
4	23	3	39	16	81
5	1	3	42	33	79
6	7	12	50	11	80
8	28	2	40	7	77
9	3	0	41	36	80
10	26	3	34	17	80
11	4	6	50	21	81
12	13	2	40	26	81
Total	123	37	481	241	



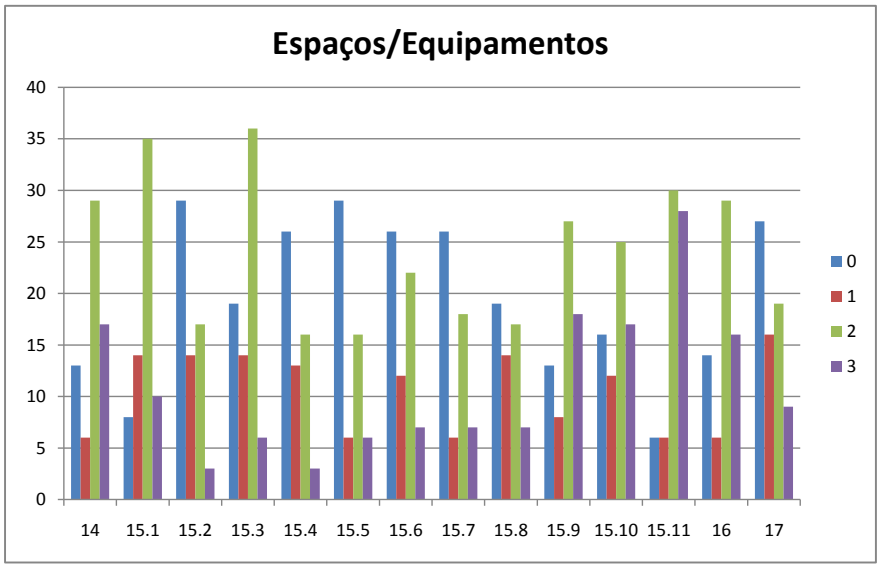
Ambiente de Trabalho

Questão	0	1	2	3	Total
13.1	6	14	42	19	81
13.2	3	5	51	22	81
13.3	3	12	54	12	81
13.4	10	14	39	18	81
13.5	6	11	50	13	80
Total	28	56	236	84	



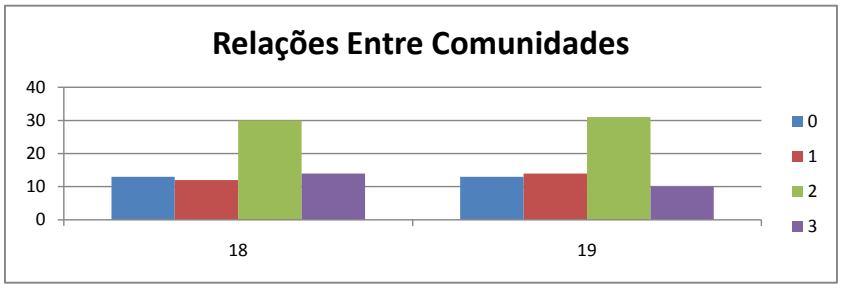
Espaços/Equipamentos

Questão	0	1	2	3	Total
14	13	6	29	17	65
15.1	8	14	35	10	67
15.2	29	14	17	3	63
15.3	19	14	36	6	75
15.4	26	13	16	3	58
15.5	29	6	16	6	57
15.6	26	12	22	7	67
15.7	26	6	18	7	57
15.8	19	14	17	7	57
15.9	13	8	27	18	66
15.10	16	12	25	17	70
15.11	6	6	30	28	70
16	14	6	29	16	65
17	27	16	19	9	71
Total	271	147	336	154	



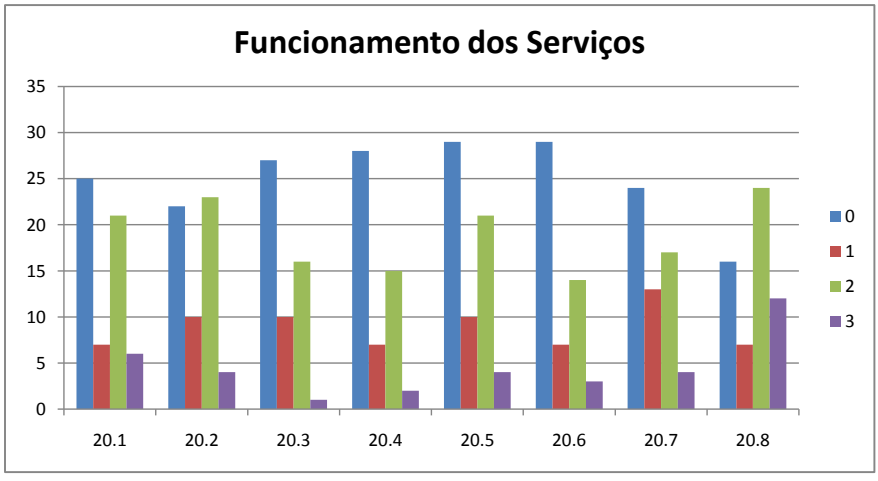
Relações Entre Comunidades

Questão	0	1	2	3	Total
18	13	12	30	14	69
19	13	14	31	10	68
Total	26	26	61	24	



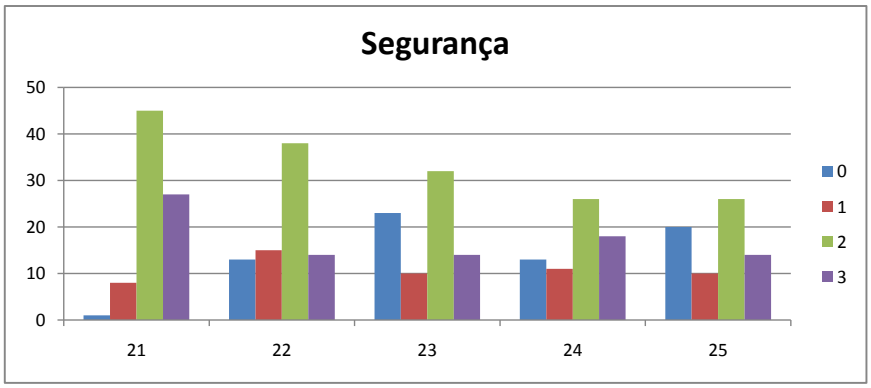
Funcionamento dos Serviços

Questão	0	1	2	3	Total
20.1	25	7	21	6	59
20.2	22	10	23	4	59
20.3	27	10	16	1	54
20.4	28	7	15	2	52
20.5	29	10	21	4	64
20.6	29	7	14	3	53
20.7	24	13	17	4	58
20.8	16	7	24	12	59
Total	200	71	151	36	



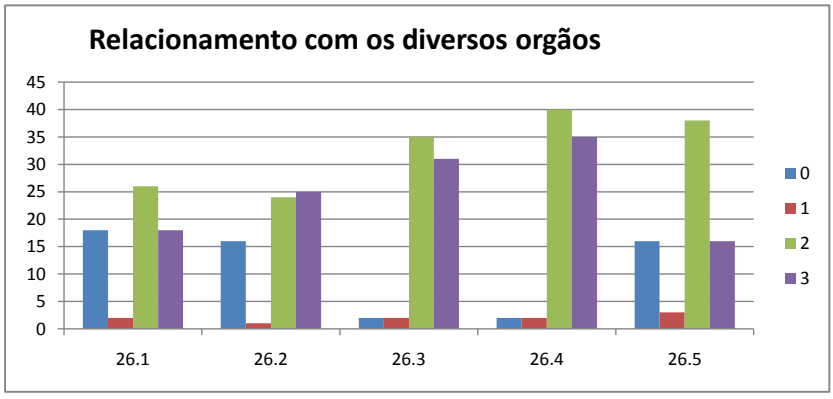
Segurança

Questão	0	1	2	3	Total
21	1	8	45	27	81
22	13	15	38	14	80
23	23	10	32	14	79
24	13	11	26	18	68
25	20	10	26	14	70
Total	70	54	167	87	



Relacionamento com os diversos orgãos

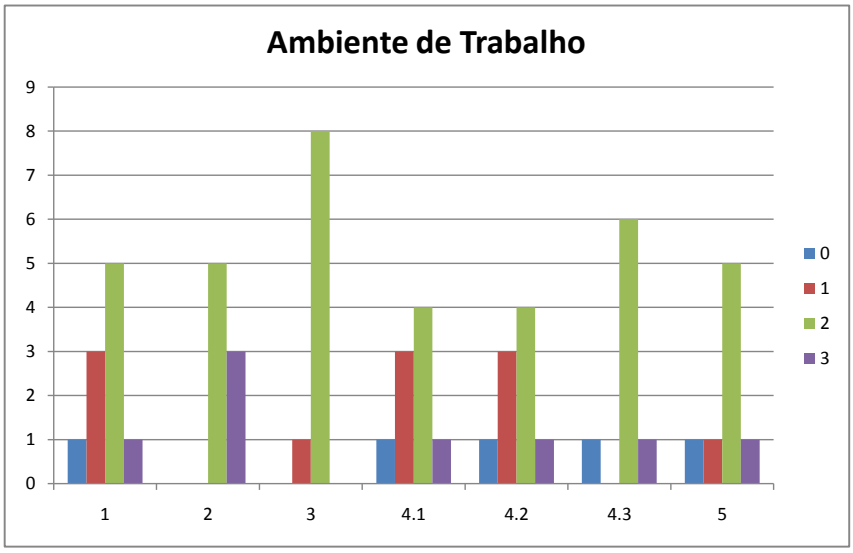
Questão	0	1	2	3	Total
26.1	18	2	26	18	64
26.2	16	1	24	25	66
26.3	2	2	35	31	70
26.4	2	2	40	35	79
26.5	16	3	38	16	73
Total	54	10	163	125	



Resultados dos Questionários aos Funcionários - 1.º Ciclo

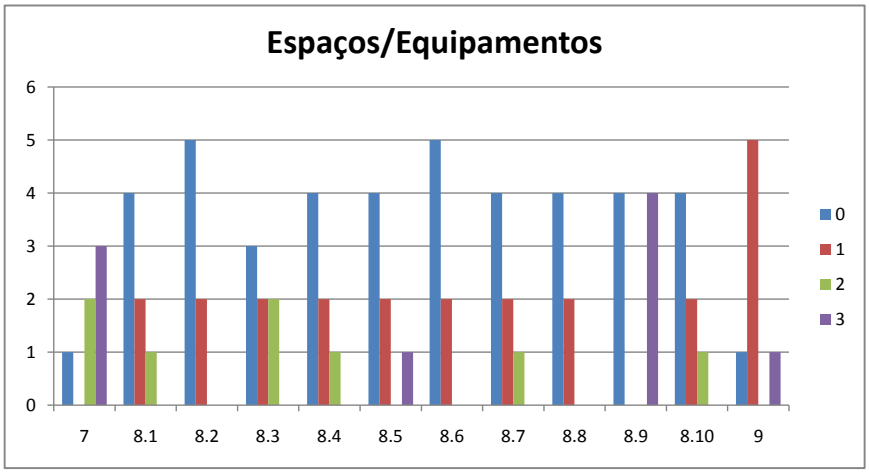
Ambiente de Trabalho

Questão	0	1	2	3	Total
1	1	3	5	1	10
2	0	0	5	3	8
3	0	1	8	0	9
4.1	1	3	4	1	9
4.2	1	3	4	1	9
4.3	1	0	6	1	8
5	1	1	5	1	8
Total	5	11	37	8	



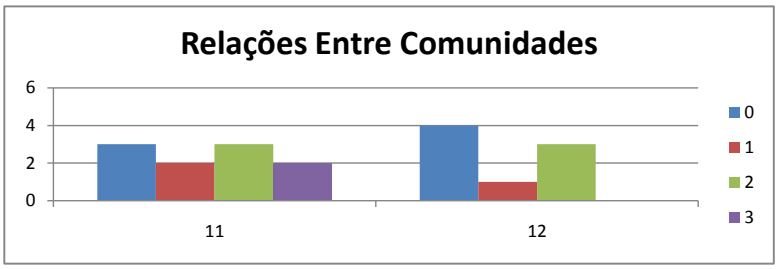
Espaços/Equipamentos

Questão	0	1	2	3	Total
7	1	0	2	3	6
8.1	4	2	1	0	7
8.2	5	2	0	0	7
8.3	3	2	2	0	7
8.4	4	2	1	0	7
8.5	4	2	0	1	7
8.6	5	2	0	0	7
8.7	4	2	1	0	7
8.8	4	2	0	0	6
8.9	4	0	0	4	8
8.10	4	2	1	0	7
9	1	5	0	1	7
Total	43	23	8	9	



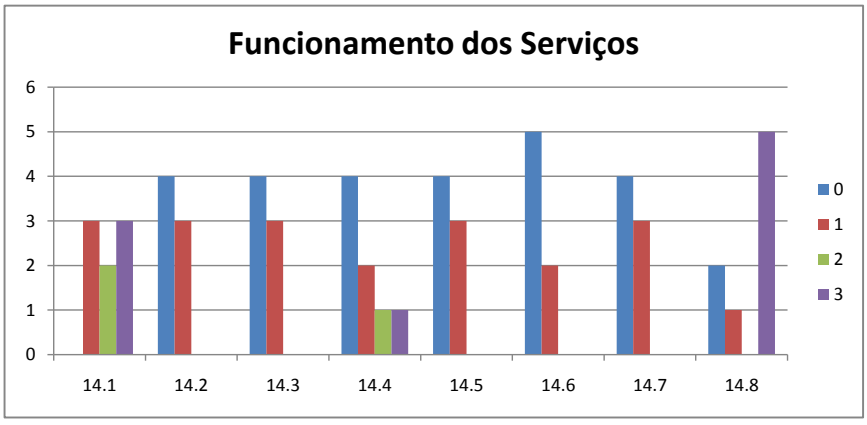
Relações Entre Comunidades

Questão	0	1	2	3	Total
11	3	2	3	2	10
12	4	1	3	0	8
Total	7	3	6	2	



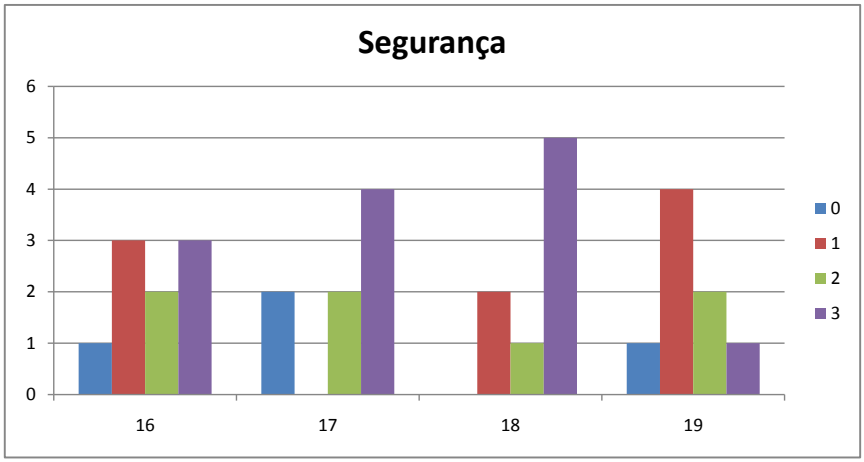
Funcionamento dos Serviços

Questão	0	1	2	3	Total
14.1	0	3	2	3	8
14.2	4	3	0	0	7
14.3	4	3	0	0	7
14.4	4	2	1	1	8
14.5	4	3	0	0	7
14.6	5	2	0	0	7
14.7	4	3	0	0	7
14.8	2	1	0	5	8
Total	27	20	3	9	



Segurança

Questão	0	1	2	3	Total
16	1	3	2	3	9
17	2	0	2	4	8
18	0	2	1	5	8
19	1	4	2	1	8
Total	4	9	7	13	



Anexo V
Cartaz "Marcha do Coração"



Anexo VI
Caracterização da turma do 9º2

CARACTERIZAÇÃO DA TURMA

A caracterização da turma e levantamento das situações problemáticas processou-se, tendo por base a consulta dos Processos Individuais dos Alunos da turma do ano lectivo anterior e a recolha de informações através dos inquéritos biográficos preenchidos pelos alunos no início do ano lectivo.

Todos os dados obtidos foram organizados nos documentos próprios – grelhas para caracterização da turma – que se encontram em anexo e nas quais estão registados os elementos relativos ao perfil dos alunos, caracterização do contexto socioeconómico e sociocultural, alunos com planos de acompanhamento, tempo dedicado ao estudo, tipo de aulas que mais agradam aos alunos, relações interpessoais, expectativas dos alunos, actividades de enriquecimento curricular e outros.

Também se anexam documentos com as listagens dos alunos e dados pessoais.

Breve caracterização da turma

A turma tem vinte e dois alunos, sendo 11 do sexo feminino e 11 do sexo masculino.

Dezasseis alunos com 13 anos, quatro alunos com 14 anos e dois alunos com dezasseis anos. A média das idades é 13,5 aproximadamente.

Dos alunos da turma seis beneficiam de subsídio, quatro de escalão A e dois de escalão B.

Dos alunos da turma, seis têm Francês como segunda língua estrangeira e dezasseis têm Espanhol.

Integram a turma dois alunos repetentes, o aluno número sete, Daniel Santos e o aluno número oito, Daniel Nunes. Estes alunos possuem Planos de Acompanhamento elaborados no ano lectivo anterior e aos quais será dado continuidade.

Identificação/Caracterização de alguns alunos da turma

N.º	Aluno	Para 2009/2010	Para 2010/2011	Observações
1				- Deve sentar-se à frente - Enc. Ed. desloca-se com frequência à escola - É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade - Aluna com dificuldades de visão

2				- Aluna com dificuldades em expor as dúvidas perante os colegas - É uma aluna muito interessada e empenhada
3		Plano de Recuperação elaborado em 19/12/2009		- Aluno acompanhado no Hospital e por um médico - Aluno com problemas de saúde (asma) - Manifesta um grau ligeiro de hiperactividade - Enc. Ed. desloca-se com frequência à escola
4				- É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade
5				- Aluno que se distrai com frequência - Tem capacidades que não rentabiliza
6				- É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade - Gosta muito de escrever e de ler
7		Plano de Acompanhamento elaborado em Junho de 2010	Plano de Acompanhamento	- Aluno repetente no 9.º ano - Muitas dificuldades de aprendizagem - Pouco trabalhador, sem hábitos e métodos de trabalho - Bem comportado
8		Plano de Acompanhamento elaborado em Junho de 2010	Plano de Acompanhamento	- Aluno repetente no 9.º ano - Não trabalha e não estuda - É perturbador e tem atitudes incorrectas - Influencia negativamente os colegas
9				- É uma aluna muito interessada e empenhada, com espírito de iniciativa
10				- Aluno que se distrai com frequência - É um aluno conversador e com atitudes impróprias - Tem capacidades que não rentabiliza
11				- É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade

12				- É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade
13				- É um aluno interessado e empenhado, mas tem capacidades que não rentabiliza - Enc. Ed. desloca-se com frequência à escola
14		Plano de Recuperação elaborado em 19/12/2009		- É um aluno com algumas dificuldades - O reforço positivo e o elogio são importantes para motivar o aluno para a aprendizagem
15				- É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade
16				- É uma aluna muito interessada e empenhada, com muita força de vontade - Enc. Ed. desloca-se com bastante frequência à escola
17		Plano de Recuperação elaborado em 09/02/2010		- É uma aluna interessada e empenhada, mas com algumas dificuldades
18		Plano de Recuperação elaborado em 09/02/2010		- Aluno que se distrai com frequência - É um aluno com algumas dificuldades ao nível da disciplina de Matemática
19				- É uma aluna interessada e empenhada
20		Plano de Recuperação elaborado em 19/12/2009	Aluno que transitou de ano por decisão do C. Pedagógico	- Aluno com dificuldades e falta de pré-requisitos - É um aluno interessado - O reforço positivo e o elogio são importantes para motivar o aluno para a aprendizagem - Aluno repetente no 7.º ano

21		Acompanhamento do Psicólogo da escola - Plano de Acompanhamento elaborado em Junho de 2009		- Aluno com algumas dificuldades - É um aluno interessado - O reforço positivo e o elogio são importantes para motivar o aluno para a aprendizagem - Aluno repetente no 8.º ano
22		Plano de Recuperação elaborado em 19/12/2009	Aluno que transitou de ano com 5 níveis inferiores a três	- Aluno com algumas dificuldades - É um aluno pouco interessado - Aluno que se distrai com frequência

IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS GLOBAIS DO GRUPO TURMA

O Conselho de Turma começou por fazer o diagnóstico das dificuldades dos alunos e adequar estratégias para o sucesso das suas aprendizagens. Nesse sentido, procedeu à apreciação dos resultados globais da avaliação diagnóstica por disciplina bem como à avaliação geral da turma. Após esta análise dos resultados obtidos, concluiu-se que de uma forma geral, estes são pouco satisfatórios, pois verifica-se um baixo sucesso a várias disciplinas. O Conselho de Turma também considerou que a turma revela falta de empenho e de hábitos e métodos de estudo e principalmente falta de atenção/concentração, o que por si acarreta dificuldades na compreensão oral e escrita, na interpretação dos enunciados e consequentemente dificuldades a nível da expressão escrita. Alguns docentes ainda referiram que a maioria dos alunos tem capacidades para progredir no seu processo de ensino/aprendizagem, mas que para tal terão que empenhar-se mais, de forma a superarem as suas dificuldades.

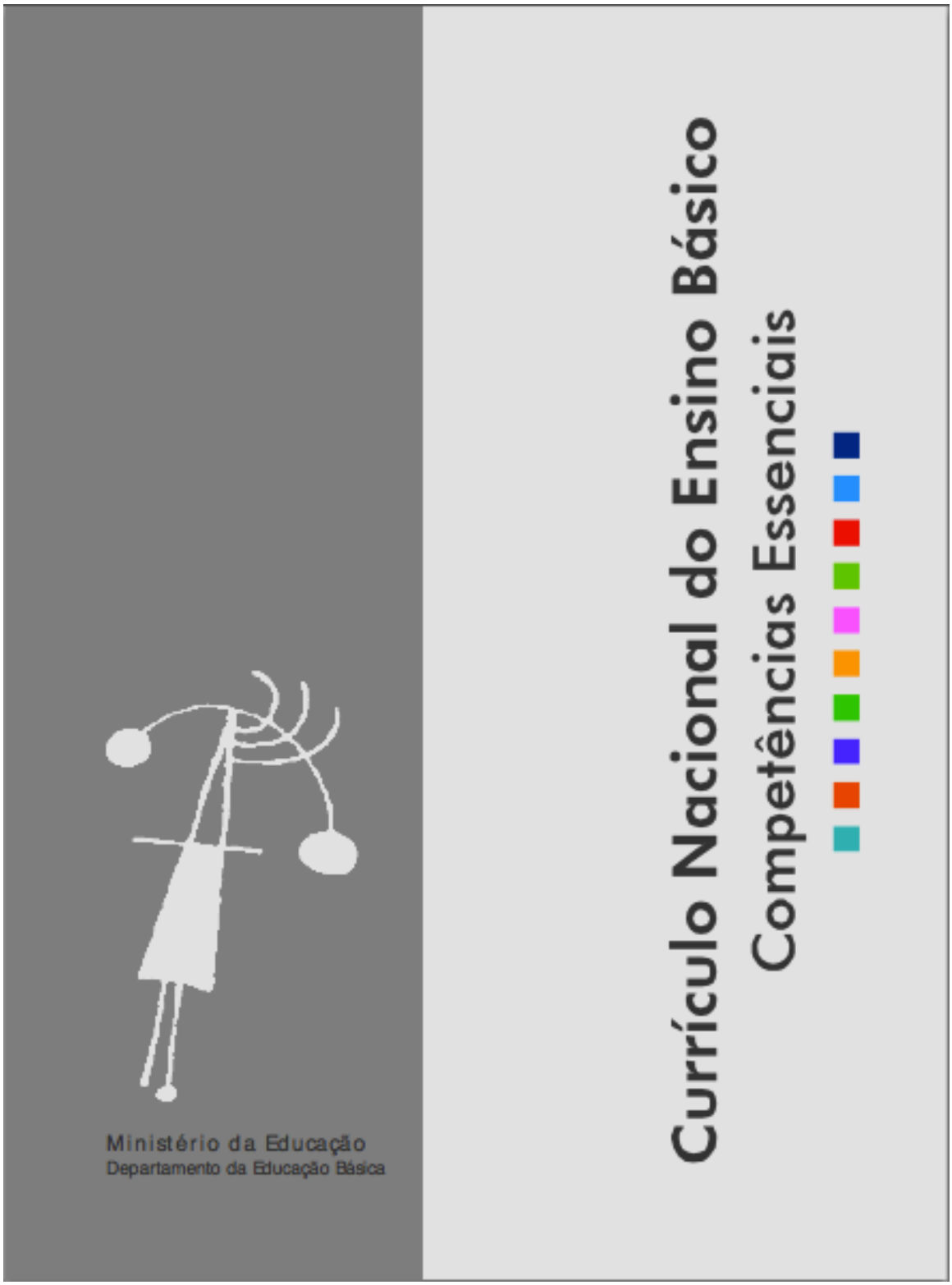
Definição de estratégias comuns de trabalho com vista à articulação de saberes, atitudes e comportamentos

Definição do Problema	**Estratégia Comum**
Falta de atenção/concentração	Aumentar as interacções verbais Valorizar a participação em sala de aula
Dificuldades na expressão escrita	Maior frequência de registos escritos Maior valorização à participação oral Motivar para a leitura
Dificuldades de interpretação de enunciados	Maior frequência de leitura
Dificuldades em distinguir o essencial do acessório	Elaborar resumos ou esquemas
Dificuldades no raciocínio lógico/abstracto	Resolução de exercícios adequados

Falta de interesse pelo estudo	Responsabilização para o estudo sistemático
Dificuldades na aplicação dos conhecimentos	Resolução de mais exercícios e tarefas Realização de fichas de trabalho com mais frequência Diferenciar com mais frequência os métodos de ensino
Falta de organização	Valorizar a organização
Ausência de pré-requisitos	Responsabilização para o estudo sistemático Frequência das aulas de apoio/esclarecimento de dúvidas
Falta de hábitos de trabalho e de estudo	Incentivar e valorizar os métodos e hábitos de trabalho Responsabilização para o estudo sistemático

Anexo VII

Currículo Nacional do Ensino Básico (excerto sobre a Educação Artística – Educação Visual) e respectivo ajustamento



Competências gerais

Princípios e valores orientadores do currículo

A clarificação das competências a alcançar no final da educação básica toma como referentes os pressupostos da lei de bases do sistema educativo, sustentando-se num conjunto de valores e de princípios que a seguir se enunciam:

- A construção e a tomada de consciência da identidade pessoal e social;
- A participação na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica;
- O respeito e a valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções;
- A valorização de diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão;
- O desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo;
- O desenvolvimento da curiosidade intelectual, do gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo;
- A construção de uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural;
- A valorização das dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com o saber e com os outros.

Equacionaram-se à luz destes princípios as competências, concebidas como saberes em uso, necessárias à qualidade da vida pessoal e social de todos os cidadãos, a promover gradualmente ao longo da educação básica.

Competências gerais

À saída da educação básica, o aluno deverá ser capaz de:

(1) Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano;
(2) Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar;
(3) Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio;
(4) Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informação;
(5) Adoptar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objectivos visados;
(6) Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável;
(7) Adoptar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões;
(8) Realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa;
(9) Cooperar com outros em tarefas e projectos comuns;
(10) Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida.

Competências Gerais

O desenvolvimento destas competências pressupõe que todas as áreas curriculares actuem em convergência.

Assim, clarifica-se, para cada uma destas competências gerais, a sua operacionalização. Esta deverá ter um carácter transversal. Compete às diferentes áreas curriculares e seus docentes explicitar de que modo essa operacionalização transversal se concretiza e se desenvolve em cada campo específico do saber e para cada contexto de aprendizagem do aluno.

Explicita-se ainda, para cada competência geral, um conjunto de acções relativas à prática docente que se reconhecem essenciais para o adequado desenvolvimento dessa competência nas diferentes áreas e dimensões do currículo da educação básica.

16

(1) Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
• Prestar atenção a situações e problemas manifestando envolvimento e curiosidade • Questionar a realidade observada • Identificar e articular saberes e conhecimentos para compreender uma situação ou problema • Pôr em acção procedimentos necessários para a compreensão da realidade e para a resolução de problemas • Avaliar a adequação dos saberes e procedimentos mobilizados e proceder a ajustamentos necessários	*A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências*

Acções a desenvolver por cada professor
• Abordar os conteúdos da área do saber com base em situações e problemas • Rentabilizar as questões emergentes do quotidiano e da vida do aluno • Organizar o ensino com base em materiais e recursos diversificados, dando atenção a situações do quotidiano • Organizar o ensino prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados • Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas à observação e ao questionamento da realidade e à integração de saberes • Organizar actividades cooperativas de aprendizagem, orientadas para a integração e troca de saberes • Desenvolver actividades integradoras de diferentes saberes, nomeadamente a realização de projectos

Competências Gerais

(2) Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
• Reconhecer, confrontar e harmonizar diversas linguagens para a comunicação de uma informação, de uma ideia, de uma intenção • Utilizar formas de comunicação diversificadas, adequando linguagens e técnicas aos contextos e às necessidades • Comunicar, discutir e defender ideias próprias mobilizando adequadamente diferentes linguagens • Traduzir ideias e informações expressas numa linguagem para outras linguagens • Valorizar as diferentes formas de linguagem	*A operacionalização específica será feita na perspetiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências*

Acções a desenvolver por cada professor
• Organizar o ensino prevendo a utilização de linguagens de comunicação diversificadas • Organizar o ensino com base em materiais e recursos em que são utilizadas linguagens específicas • Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades diferenciadas de comunicação e de expressão • Rentabilizar os meios de comunicação social e o meio envolvente • Rentabilizar as potencialidades das tecnologias de informação e de comunicação no uso adequado de diferentes linguagens • Apoiar o aluno na escolha de linguagens que melhor se adequem aos objectivos visados, em articulação com os seus interesses • Desenvolver a realização de projectos que impliquem o uso de diferentes linguagens

18

(3) Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio -

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
• Valorizar e apreciar a língua portuguesa, quer como língua materna quer como língua de acolhimento • Usar a língua portuguesa de forma adequada às situações de comunicação criadas nas diversas áreas do saber, numa perspectiva de construção pessoal do conhecimento • Usar a língua portuguesa no respeito de regras do seu funcionamento • Promover o gosto pelo uso correcto e adequado da língua portuguesa • Auto-avaliar a correcção e a adequação dos desempenhos linguísticos, na perspectiva do seu aperfeiçoamento	*A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências*

Acções a desenvolver por cada professor
• Organizar o ensino prevendo situações de reflexão e de uso da língua portuguesa, considerando a heterogeneidade linguística dos alunos • Promover a identificação e a articulação dos contributos de cada área do saber com vista ao uso correctamente estruturado da língua portuguesa • Organizar o ensino valorizando situações de interacção e de expressão oral e escrita que permitam ao aluno intervenções personalizadas, autónomas e críticas • Rentabilizar os meios de comunicação social e o meio envolvente na aprendizagem da língua portuguesa • Rentabilizar as potencialidades das tecnologias de informação e de comunicação no uso adequado da língua portuguesa

Competências Gerais

(4) Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informação

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
• Compreender textos orais e escritos em línguas estrangeiras para diversificação das fontes dos saberes culturais, científicos e tecnológicos • Interagir, oralmente e por escrito, em línguas estrangeiras, para alargar e consolidar relacionamentos com interlocutores/parceiros estrangeiros • Usar a informação sobre culturas estrangeiras disponibilizada pelo meio envolvente e, particularmente, pelos media, com vista à realização de trocas interculturais • Auto-avaliar os desempenhos linguísticos em línguas estrangeiras quanto à adequação e eficácia	*A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências*

Acções a desenvolver por cada professor
• Organizar o ensino prevendo o recurso a materiais pedagógicos em língua estrangeira • Rentabilizar o recurso a informação em língua estrangeira acessível na internet e outros recursos informáticos • Organizar actividades cooperativas de aprendizagem em situações de interacção entre diversas línguas e culturas • Promover actividades de intercâmbio presencial ou virtual, com utilização, cada vez mais intensa, das tecnologias de informação e comunicação • Promover a realização de projectos em que seja necessário utilizar línguas estrangeiras

20

(5) Adoptar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objectivos visados

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
• Exprimir dúvidas e dificuldades • Planear e organizar as suas actividades de aprendizagem • Identificar, seleccionar e aplicar métodos de trabalho • Confrontar diferentes métodos de trabalho para a realização da mesma tarefa • Auto-avaliar e ajustar os métodos de trabalho à sua forma de aprender e aos objectivos visados	*A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências*

Acções a desenvolver por cada professor
• Organizar o ensino prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados • Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas à expressão e ao esclarecimento de dúvidas e de dificuldades • Organizar actividades cooperativas de aprendizagem • Organizar o ensino com base em materiais e recursos diversificados, adequados às diferentes formas de aprendizagem • Apoiar o aluno na descoberta das diversas formas de organização da sua aprendizagem

Competências Gerais

(6) Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
• Pesquisar, seleccionar, organizar e interpretar informação de forma crítica em função de questões, necessidades ou problemas a resolver e respectivos contextos • Rentabilizar as tecnologias da informação e comunicação nas tarefas de construção de conhecimento • Comunicar, utilizando formas diversificadas, o conhecimento resultante da interpretação da informação • Auto-avaliar as aprendizagens, confrontando o conhecimento produzido com os objectivos visados e com a perspectiva de outros	*A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências*

Acções a desenvolver por cada professor
• Organizar o ensino prevendo a pesquisa, selecção e tratamento de informação • Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas a pesquisa, selecção, organização e interpretação de informação • Organizar o ensino prevendo a utilização de fontes de informação diversas e das tecnologias da informação e comunicação • Promover actividades integradoras dos conhecimentos, nomeadamente a realização de projectos

22

(7) Adoptar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
• Identificar situações problemáticas em termos de levantamento de questões • Seleccionar informação e organizar estratégias criativas face às questões colocadas por um problema • Debater a pertinência das estratégias adoptadas em função de um problema • Confrontar diferentes perspectivas face a um problema, de modo a tomar decisões adequadas • Propor situações de intervenção, individual e, ou colectiva, que constituam tomadas de decisão face a um problema, em contexto	*A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências*

Acções a desenvolver por cada professor
• Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista e resolver problemas • Organizar o ensino prevendo a utilização de fontes de informação diversas e das tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas • Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades de simulação e jogos de papéis que permitam a percepção de diferentes pontos de vista • Promover a realização de projectos que envolvam a resolução de problemas e a tomada de decisões

Competências Gerais

(8) Realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
• Realizar tarefas por iniciativa própria • Identificar, seleccionar e aplicar métodos de trabalho, numa perspectiva crítica e criativa • Responsabilizar-se por realizar integralmente uma tarefa • Valorizar a realização de actividades intelectuais, artísticas e motoras que envolvam esforço, persistência, iniciativa e criatividade • Avaliar e controlar o desenvolvimento das tarefas que se propõe realizar	*A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências*

Acções a desenvolver por cada professor
• Organizar o ensino prevendo a realização de actividades por iniciativa do aluno • Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas à experimentação de situações pelo aluno e à expressão da sua criatividade • Organizar actividades cooperativas de aprendizagem rentabilizadoras da autonomia, responsabilização e criatividade de cada aluno • Organizar o ensino com base em materiais e recursos diversificados que favoreçam a autonomia e a criatividade do aluno • Apoiar o aluno na descoberta das diversas formas de organização da sua aprendizagem e na construção da sua autonomia para aprender • Criar na escola espaços e tempos para intervenção livre do aluno • Valorizar, na avaliação da aprendizagem do aluno, a produção de trabalhos livres e concebidos pelo próprio

(9) Cooperar com outros em tarefas e projectos comuns

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
• Participar em actividades interpessoais e de grupo, respeitando normas, regras e critérios de actuação, de convivência e de trabalho em vários contextos • Manifestar sentido de responsabilidade, de flexibilidade e de respeito pelo seu trabalho e pelo dos outros • Comunicar, discutir e defender descobertas e ideias próprias, dando espaços de intervenção aos seus parceiros • Avaliar e ajustar os métodos de trabalho à sua forma de aprender, às necessidades do grupo e aos objectivos visados	*A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências*

Acções a desenvolver por cada professor
• Organizar o ensino prevendo e orientando a execução de actividades individuais, a pares, em grupos e colectivas • Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas para o trabalho cooperativo, desde a sua concepção à sua avaliação e comunicação aos outros • Propiciar situações de aprendizagem conducentes à promoção da auto-estima e da autoconfiança • Fomentar actividades cooperativas de aprendizagem com explicitação de papéis e responsabilidades • Organizar o ensino com base em materiais e recursos diversificados adequados a formas de trabalho cooperativo • Apoiar o aluno na descoberta das diversas formas de organização da sua aprendizagem em interacção com outros • Desenvolver a realização cooperativa de projectos

Competências Gerais

(10) Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpes - soal promotora da saúde e da qualidade de vida

Operacionalização transversal	Operacionalização específica
• Mobilizar e coordenar os aspectos psicomotores necessários ao desempenho de tarefas • Estabelecer e respeitar regras para o uso colectivo de espaços • Realizar diferentes tipos de actividades físicas, promotoras de saúde, do bem-estar e da qualidade de vida • Manifestar respeito por normas de segurança pessoal e colectiva	*A operacionalização específica será feita na perspectiva de cada disciplina ou área curricular tendo em conta os saberes, procedimentos, instrumentos e técnicas essenciais de cada área do saber e visando o desenvolvimento pelo aluno destas competências*

Acções a desenvolver por cada professor

- Organizar o ensino prevendo a realização de actividades em que é necessário estabelecer regras e critérios de actuação
- Organizar o ensino prevendo a realização de jogos diversificados de modo a promover o desenvolvimento harmonioso do corpo em relação ao espaço e ao tempo
- Promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas à apropriação de hábitos de vida saudáveis e à responsabilização face à sua própria segurança e à dos outros
- Organizar actividades diversificadas que promovam o desenvolvimento psicomotor implicado no desempenho de diferentes tarefas
- Organizar actividades cooperativas de aprendizagem e projectos conducentes à tomada de consciência de si, dos outros e do meio
- Organizar o ensino com base em materiais e recursos diversificados

26


Educação
Artística
Educação Visual · Música · Expressão Dramática/Teatro · Dança

Educação Artística

As artes no currículo do ensino básico

As artes são elementos indispensáveis no desenvolvimento da expressão pessoal, social e cultural do aluno. São formas de saber que articulam imaginação, razão e emoção. Elas perpassam as vidas das pessoas, trazendo novas perspectivas, formas e densidades ao ambiente e à sociedade em que se vive.

A vivência artística influencia o modo como se aprende, como se comunica e como se interpretam os significados do quotidiano. Desta forma, contribui para o desenvolvimento de diferentes competências e reflecte-se no modo como se pensa, no que se pensa e no que se produz com o pensamento.

As artes permitem participar em desafios colectivos e pessoais que contribuem para a construção da identidade pessoal e social, exprimem e enformam a identidade nacional, permitem o entendimento das tradições de outras culturas e são uma área de eleição no âmbito da aprendizagem ao longo da vida.

A educação artística no ensino básico desenvolve-se, maioritariamente, através de quatro grandes áreas artísticas, presentes ao longo dos três ciclos:

- Expressão Plástica e Educação Visual;
- Expressão e Educação Musical;
- Expressão Dramática/Teatro;
- Expressão Físico-Motora/Dança.

No 1.º ciclo as quatro áreas são trabalhadas, de forma integrada, pelo professor da classe, podendo este ser coadjuvado por professores especialistas.

No 2.º ciclo verifica-se um aprofundamento nas áreas da Educação Musical e da Educação Visual. Esta última associa-se à área Tecnológica, dando origem à disciplina de Educação Visual e Tecnológica.

No 3.º ciclo o leque de escolhas à disposição do aluno é alargado. Permanece a Educação Visual como disciplina obrigatória e é introduzida outra área artística opcional, de carácter obrigatório, de acordo com a oferta da escola (Educação Musical, Oficina de Teatro, Dança ou outra.)

Neste documento parte-se do princípio de que as disciplinas enunciadas são independentes, tendo linguagens, sinais e símbolos próprios (visuais, sonoros, cinéticos) e compreendendo um corpo de saberes, conceitos, formas, géneros, técnicas, processos e significados específicos. Aqui, procura-se o que é comum e transmissível a toda a actividade artística.

A definição de competências específicas, comuns a todas as artes presentes na escola, pretende contribuir, nomeadamente, para a estruturação das ofertas de escola que excedam o âmbito das áreas disciplinares atrás apresentadas, para a realização de projectos de integração artística e, ainda, para a organização de actividades artísticas em espaços de enriquecimento curricular.

Todas as actividades artísticas desenvolvidas na escola, ou aí programadas, para serem vividas pelo aluno, quando fundadas nos princípios aqui enunciados, são consideradas parte integrante do currículo do ensino básico.

Relação com as competências gerais

As competências artísticas contribuem para o desenvolvimento dos princípios e valores do currículo e das competências gerais, consideradas essenciais e estruturantes, porque:

- Constituem parte significativa do património cultural da humanidade;
- Promovem o desenvolvimento integral do indivíduo, pondo em acção capacidades afectivas, cognitivas, cinestésicas e provocando a interacção de múltiplas inteligências;
- Mobilizam, através da prática, todos os saberes que o indivíduo detém num determinado momento, ajudam-no a desenvolver novos saberes e conferem novos significados aos seus conhecimentos;
- Permitem afirmar a singularidade de cada um, promovendo e facilitando a sua expressão, podendo tornar-se uma "mais-valia" para a sociedade;
- Facilitam a comunicação entre culturas diferentes e promovem a aproximação entre as pessoas e os povos;
- Usam como recurso elementos da vivência natural do ser humano (imagens, sons e movimentos) que ele organiza de forma criativa;
- Proporcionam ao indivíduo, através do processo criativo, a oportunidade para desenvolver a sua personalidade de forma autónoma e crítica, numa permanente interacção com o mundo;
- São um território de prazer, um espaço de liberdade, de vivência lúdica, capazes de proporcionar a afirmação do indivíduo reforçando a sua auto-estima e a sua coerência interna, fundamentalmente pela capacidade de realização e consequente reconhecimento pelos seus pares e restante comunidade;
- Constituem um terreno de partilha de sentimentos, emoções e conhecimentos;
- Facilitam as interacções sociais e culturais constituindo-se como um recurso incontornável para enfrentar as situações de tensão social, nomeadamente as decorrentes da integração de indivíduos provenientes de culturas diversas;
- Desempenham um papel facilitador no desenvolvimento/integração de pessoas com necessidades educativas especiais;
- Implicam uma constante procura de actualização, gerando nos indivíduos a necessidade permanente de formação ao longo da vida.

Experiências de aprendizagem

Ao longo da educação básica, o aluno deve ter oportunidade de vivenciar aprendizagens diversificadas, conducentes ao desenvolvimento das competências artísticas e, simultaneamente, ao fortalecimento da sua identidade pessoal e social.

- **Práticas de investigação**
  Promover projectos de pesquisa em artes. Explorar um determinado tema/situação/problema com significado para o aluno, baseando a recolha e tratamento da informação num processo que vise a protecção do património artístico, num quadro de rigor ético.

- **Produção e realização de espectáculos, oficinas, mostras, exposições, instalações e outr os**
  Participar em realizações artísticas que propiciem o desenvolvimento de actividades individuais e em grupo e de trabalho interdisciplinar.

- **Utilização das tecnologias da informação e comunicação**
  Criar oportunidades de trabalho com diferentes programas e materiais informáticos, assim como recursos da Internet.

- **Assistência a diferentes espectáculos/exposições/instalações e outros eventos artísticos**
  Assistir a espectáculos de naturezas e orientações estéticas diversificadas.

- **Práticas interdisciplinares**
  Desenvolver projectos com outras disciplinas e áreas disciplinares, permitindo a transferência de saberes.

- **Contacto com diferentes tipos de culturas artísticas**
  Contactar com diferentes culturas artísticas de diferentes povos e em diferentes épocas, ampliando as referências culturais e estéticas e contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência multicultural.

- **Conhecimento do património artístico nacional**
  Promover a valorização do património artístico e cultural nacional, regional e local de uma forma activa e interventiva. Contemplar trabalhos de investigação que pressuponham recolha, registo, exploração e avaliação de dados e, sempre que possível, visitas de estudo.

- **Intercâmbios entre escolas e outras instituições**
  Desenvolver intercâmbios com estudantes de outras escolas de forma a possibilitar o conhecimento recíproco, a troca de experiências, a valorização das diferenças (culturais, religiosas, étnicas...) e dos respectivos patrimónios artístico-culturais.
  Criar parcerias com instituições sociais, culturais e de recreio, estabelecendo, assim, laços importantes para a dinamização cultural da escola.

- **Exploração de diferentes formas e técnicas de criação e de processos comunicacionais**
  Compreender as formas como os diferentes elementos artísticos interagem e desenvolver a capacidade de selecção e aplicação de técnicas no processo de criação artística. Incentivar formas personalizadas de expressão e comunicação.

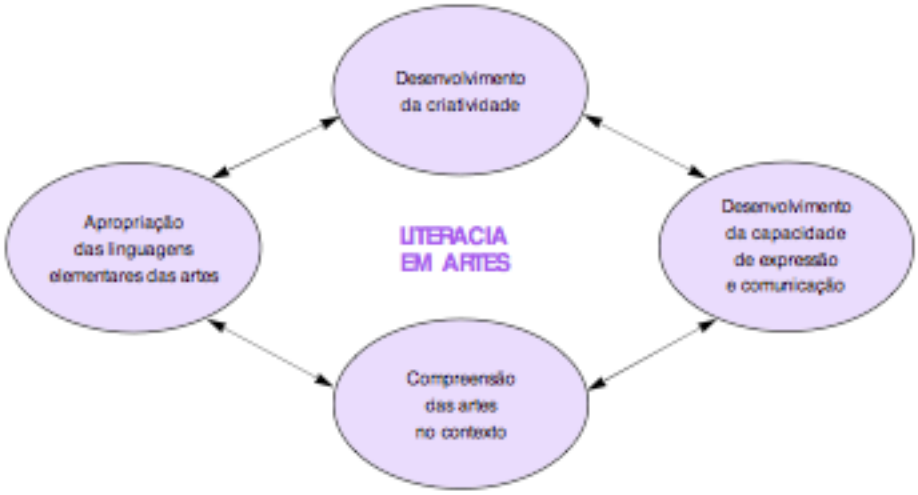
Literacia em artes

Literacia em artes pressupõe a capacidade de comunicar e interpretar significados usando as linguagens das disciplinas artísticas. Implica a aquisição de competências e o uso de sinais e símbolos particulares, distintos em cada arte, para percepcionar e converter mensagens e significados. Requer ainda o entendimento de uma obra de arte no contexto social e cultural que a envolve e o reconhecimento das suas funções nele.

Desenvolver a literacia artística é um processo sempre inacabado de aprendizagem e participação que contribui para o desenvolvimento das nossas comunidades e culturas, num mundo onde o domínio de literacias múltiplas é cada vez mais importante.

A literacia em artes implica as competências consideradas comuns a todas as disciplinas artísticas, aqui sintetizadas em quatro eixos interdependentes:

- Apropriação das linguagens elementares das artes;
- Desenvolvimento da capacidade de expressão e comunicação;
- Desenvolvimento da criatividade;
- Compreensão das artes no contexto.



Competências específicas

As competências artísticas que o aluno deve desenvolver ao longo do ensino básico organizam-se, assim, em quatro grandes eixos estruturantes e inter-relacionados, constituindo algo que se poderá designar como literacia artística.

A apropriação das competências é realizada de forma progressiva num aprofundamento constante dos conceitos e conteúdos próprios de cada área artística, dando origem a diferentes percursos, de acordo com a especificidade de cada arte.

Apropriação das linguagens elementares das artes

- Adquirir conceitos.
- Identificar conceitos em obras artísticas.
- Aplicar os conhecimentos em novas situações.
- Descodificar diferentes linguagens e códigos das artes.
- Identificar técnicas e instrumentos e ser capaz de os aplicar com correcção e oportunidade.
- Compreender o fenómeno artístico numa perspectiva científica.
- Mobilizar todos os sentidos na percepção do mundo envolvente.
- Aplicar adequadamente vocabulário específico.

Desenvolvimento da capacidade de expressão e comunicação

- Aplicar as linguagens e código de comunicação de ontem e de hoje.
- Ser capaz de interagir com os outros sem perder a individualidade e a autenticidade.
- Ser capaz de se pronunciar criticamente em relação à sua produção e à dos outros.
- Relacionar-se emotivamente com a obra de arte, manifestando preferências para além dos aspectos técnicos e conceptuais.
- Desenvolver a motricidade na utilização de diferentes técnicas artísticas.
- Utilizar as tecnologias de informação e comunicação na prática artística.
- Intervir em iniciativas para a defesa do ambiente, do património cultural e do consumidor no sentido da melhoria da qualidade de vida.
- Participar activamente no processo de produção artística.
- Compreender os estereótipos como elementos facilitadores, mas também empobrecedores da comunicação.
- Ter em conta a opinião dos outros, quando justificada, numa atitude de construção de consensos como forma de aprendizagem em comum.
- Cumprir normas democraticamente estabelecidas para o trabalho de grupo, gerir materiais e equipamentos colectivos, partilhar espaços de trabalho e ser capaz de avaliar esses procedimentos.

Desenvolvimento da criatividade

- Valorizar a expressão espontânea.
- Procurar soluções originais, diversificadas, alternativas para os problemas.
- Seleccionar a informação em função do problema.
- Escolher técnicas e instrumentos com intenção expressiva.
- Inventar símbolos/códigos para representar o material artístico.
- Participar em momentos de improvisação no processo de criação artística.

Compreensão das artes no contexto

- Identificar características da arte portuguesa.
- Identificar características da arte de diferentes povos, culturas e épocas.
- Comparar diferentes formas de expressão artística.
- Valorizar o património artístico.
- Desenvolver projectos de pesquisa em artes.
- Perceber a evolução das artes em consequência do avanço tecnológico.
- Perceber o valor das artes nas várias culturas e sociedades e no dia-a-dia das pessoas.
- Vivenciar acontecimentos artísticos em contacto directo (espectáculos, exposições...).
- Conhecer ambientes de trabalho relacionados com actividades artísticas (oficinas de artistas, artesãos, estúdios de gravação, oficinas de construção de instrumentos, salas de ensaio...) e suas problemáticas/especificidades (valores, atitudes, vocabulário específico).

Educação Visual

Arte, Educação e Cultura

Arte assume-se como uma componente integrante da Lei de Bases do Sistema Educativo. Nos três ciclos da educação básica os alunos têm a oportunidade de contactar, de forma sistemática, com a Educação Artística como área curricular. A abordagem às Artes Visuais faz-se através da Expressão Plástica, da Educação Visual e Tecnológica e da Educação Visual, que desempenham um papel essencial na consecução dos objectivos da Lei de Bases.

A Arte como forma de apreender o Mundo permite desenvolver o pensamento crítico e criativo e a sensibilidade, explorar e transmitir novos valores, entender as diferenças culturais e constituir-se como expressão de cada cultura. A relevância das Artes no sistema educativo centra-se no desenvolvimento de diversas dimensões do sujeito através da *fruição-contemplação, produção-criação e reflexão-interpretação*.

A escola, nas suas múltiplas experiências educativas, deve proporcionar o acesso ao património cultural e artístico, abrindo perspectivas para a intervenção crítica. Neste contexto, as Artes Visuais, através da *experiência estética e artística*, propiciam a criação e a expressão, pela vivência e fruição deste património, contribuindo para o apuramento da sensibilidade e constituindo, igualmente uma área de reconhecida importância na formação pessoal em diversas dimensões – cognitiva, afectiva e comunicativa. Acredita-se que a educação em Aartes Visuais, num processo contínuo ao longo da vida, tenha implicações no desenvolvimento estético-visual dos indivíduos, tornando-se condição necessária para alcançar um nível cultural mais elevado, prevenindo novas formas de iliteracia.

A Arte não está separada da vida comunitária, faz parte integrante dela. A aprendizagem dos códigos visuais e a fruição do património artístico e cultural constituem-se como vertentes para o entendimento de valores culturais promovendo uma relação dialógica entre dois mundos: o do Sujeito e o da Arte, como expressão da Cultura. O entendimento da diversidade cultural ajuda à comparação e clarificação das circunstâncias históricas, dos modos de expressão visual, convenções e ideologias, valores e atitudes, pressupondo a emergência de processos de relativização cultural e ideológica que promovem novas formas de olhar, ver e pensar. Estas formas revelam-se essenciais na educação em geral, pelo facto de implicarem processos cooperativos como resposta às mudanças que se vão operando culturalmente.

Arte e Educação Visual

A Educação Visual constitui-se como uma área de saber que se situa no *interface* da comunicação e da cultura dos indivíduos tornando-se necessária à organização de situações de aprendizagem, formais e não formais, para a apreensão dos elementos disponíveis no Universo Visual. Desenvolver o poder de discriminação em relação às formas e cores, sentir a composição de uma obra, tornar-se capaz de identificar, de analisar criticamente o que está representado e de agir plasticamente são modos de estruturar o pensamento inerentes à intencionalidade da Educação Visual como educação do olhar e do ver.

A compreensão do património artístico e cultural envolve a percepção estética como resposta às qualidades formais num sistema artístico ou simbólico determinado. Estas qualidades promovem modos de expressão que incluem concepções dos artistas e envolvem a sensibilidade daqueles que as procuram.

As investigações iniciadas no século XX na área da Educação e da Psicologia contribuíram para uma compreensão mais vasta do papel da arte no desenvolvimento humano. Ao longo das últimas décadas, as orientações nesta área apontam para uma integração, cada vez mais aprofundada, dos saberes no âmbito das teorias da arte, da estética e da educação. Destas pesquisas emergiram dados importantes para a compreensão do sujeito como criador e fruidor. Estas concepções educacionais e artísticas introduziram novas linhas de orientação, operando mudanças ao nível teórico e prático, na Educação Visual.

O paradigma anterior, fundado na convicção de que a apreciação e a criação artísticas eram uma questão de sentimento subjectivo, interior, directo e desligado do conhecimento da compreensão ou da razão, compartimentando o cognitivo-racional e o afectivo-criativo, teve como reflexo na prática escolar, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade, o entendimento do processo criativo como manifestação espontânea e auto-expressiva, com a valorização da livre expressão, adiando, consecutivamente, a introdução de conceitos da comunicação visual, antevendo novos modos de fazer e de ver.

É reconhecido que as práticas educativas, influenciadas pela visão expressionística referida, têm vindo a ser abandonadas, dando lugar a acções educativas estruturadas, de acordo com modelos pedagógicos abertos e flexíveis, originando uma *ruptura epistemológica*, centrada num novo entendimento sobre o papel das artes visuais no desenvolvimento humano, integrando três dimensões essenciais: *sentir, agir e conhecer*. Este conhecimento evolui com a capacidade que o sujeito tem de utilização de *ferramentas*, disponibilizadas pela educação, na realização plástica e na percepção estético-visual.

Assinale-se, por exemplo, a ideia do desenvolvimento da expressão visual, baseada num *repertório* de respostas, em vez de um modelo linear que tem estado patente nas teorias do desenvolvimento psicológico e artístico. A aquisição gradual de um conjunto diferenciado de respostas, a desenvolver precocemente, constitui o objectivo do conhecimento na educação visual.

O desenvolvimento da percepção estética e a produção de objectos plásticos envolve o entendimento e intervenção numa realidade cultural à qual a escola não deve ser alheia. O recurso ao método de resolução de problemas, como metodologia para a educação visual, tem propiciado a valorização de soluções utilitárias imediatas, negligenciando-se, por vezes, a dimensão estética das propostas. Apesar da importância desta metodologia fundamentada em diferentes momentos de decisão, pesquisa, experimentação e realização, destaca-se, neste contexto, a actividade estética nas artes visuais como constitutiva do conhecimento do Universo Visual, relacionando a percepção estética com a produção de objectos plásticos.

A relação entre o Universo Visual e os conteúdos das competências formuladas para a educação visual pressupõe uma dinâmica propiciadora da capacidade de descoberta, da dimensão crítica e participativa e da procura da *linguagem apropriada* à interpretação estética e artística do Mundo.

Competências específicas

Dimensões das competências específicas

Ao longo do ensino básico as competências que o aluno deve adquirir em Aartes Visuais articulam-se em três eixos estruturantes – fruição-contemplação, produção-criação, reflexão-interpretação.

Fruição-contemplação

- Reconhecer a importância das artes visuais como valor cultural indispensável ao desenvolvimento do ser humano;
- Reconhecer a importância do espaço natural e construído, público e privado;
- Conhecer o património artístico, cultural e natural da sua região, como um valor da afirmação da identidade nacional e encarar a sua preservação como um dever cívico;
- Identificar e relacionar as diferentes manifestações das Artes Visuais no seu contexto histórico e sociocultural de âmbito nacional e internacional;
- Reconhecer e dar valor a formas artísticas de diferentes culturas, identificando o universal e o particular.

Produção-criação

- Utilizar diferentes meios expressivos de representação;
- Compreender e utilizar diferentes modos de dar forma baseados na observação das criações da natureza e do homem;
- Realizar produções plásticas usando os elementos da comunicação e da forma visual;
- Usar diferentes tecnologias da imagem na realização plástica;
- Interpretar os significados expressivos e comunicativos das Artes Visuais e os processos subjacentes à sua criação.

Reflexão-interpretação

- Reconhecer a permanente necessidade de desenvolver a criatividade de modo a integrar novos saberes;
- Desenvolver o sentido de apreciação estética e artística do mundo recorrendo a referências e a experiências no âmbito das Artes Visuais;
- Compreender mensagens visuais expressas em diversos códigos;
- Analisar criticamente os valores de consumo veiculados nas mensagens visuais;
- Conhecer os conceitos e terminologias das Artes Visuais.

Para a operacionalização e articulação destes três eixos e por uma questão metodológica enumeram-se dois domínios das competências específicas: a comunicação visual e os elementos da forma.

Comunicação visual

No domínio da comunicação visual, ao longo dos três ciclos do ensino básico, os alunos devem desenvolver as seguintes competências:

- Interpretar narrativas visuais;
- Traduzir diferentes narrativas em imagens;
- Conceber objectos plásticos em função de mensagens;
- Identificar e descodificar mensagens visuais, interpretando códigos específicos;
- Utilizar processos convencionais de comunicação na construção de objectos gráficos;
- Aplicar, de forma funcional, diferentes códigos visuais;
- Utilizar códigos de representação normalizada e convencional em diferentes projectos.

1.º ciclo

- Experimentar a leitura de formas visuais em diversos contextos – pintura, escultura, fotografia, cartaz, banda desenhada, televisão, vídeo, cinema e internet;
- Ilustrar visualmente temas e situações;
- Explorar a relação imagem-texto na construção de narrativas visuais;
- Identificar e utilizar códigos visuais e sistemas de sinais;
- Reconhecer processos de representação gráfica convencional.

2.º ciclo

- Interpretar mensagens na leitura de formas visuais;
- Conceber sequências visuais a partir de vários formatos narrativos.
- Produzir objectos plásticos explorando temas, ideias e situações.
- Descodificar diferentes produtos gráficos.
- Conceber objectos gráficos aplicando regras da comunicação visual – composição, relação forma-fundo, módulo-padrão.
- Compreender e interpretar símbolos e sistemas de sinais visuais.
- Utilizar a simbologia visual com intenção funcional.
- Aplicar regras da representação gráfica convencional em *lettering*, desenho geométrico, mapas, esquemas e gráficos.

3.º ciclo

- Ler e interpretar narrativas nas diferentes linguagens visuais.
- Descrever acontecimentos aplicando metodologias do desenho de ilustração, da banda desenhada ou do guionismo visual.
- Reconhecer, através da experimentação plástica, a arte como expressão do sentimento e do conhecimento.
- Compreender que as formas têm diferentes significados de acordo com os sistemas simbólicos a que pertencem.
- Conceber organizações espaciais dominando regras elementares da composição.
- Entender o desenho como um meio para a representação expressiva e rigorosa de formas.
- Conceber formas obedecendo a alguns princípios de representação normalizada.

Elementos da forma

Neste domínio, ao longo dos três ciclos do ensino básico, os alunos devem desenvolver as seguintes competências:

- Identificar e experimentar diferentes modos de representar a figura humana;
- Compreender as relações do seu corpo com os diferentes objectos integrados no espaço visual;
- Reconhecer diferentes formas de representação do espaço;
- Organizar formalmente espaços bidimensionais e tridimensionais;
- Utilizar conhecimentos sobre a compreensão e representação do espaço nas suas produções;
- Identificar os elementos integrantes da expressão visual – linha, textura e cor;
- Compreender e utilizar intencionalmente a estrutura das formas através da interpretação dos seus elementos;
- Relacionar as formas com os factores condicionantes – físicos, funcionais e expressivos da matéria;
- Compreender a natureza da cor e a sua relação com a luz, aplicando os conhecimentos nas suas experimentações plásticas.

1.º ciclo

- Reconhecer o seu corpo e explorar a representação da figura humana.
- Identificar vários tipos de espaço: vivencial, pictórico, escultórico, arquitectónico, virtual e cenográfico.
- Reconhecer e experimentar representações bidimensionais e tridimensionais.
- Exprimir graficamente a relatividade de posições dos objectos representados nos registos bidimensionais.
- Compreender que a forma aparente dos objectos varia com o ponto de vista.
- Relacionar as formas naturais e construídas com as suas funções e os materiais que as constituem.
- Perceber que a mistura das cores gera novas cores.
- Reconhecer a existência de pigmentos de origem natural e sintética.
- Conhecer e aplicar os elementos visuais – linha, cor, textura, forma, plano, luz, volume – e a sua relação com as imagens disponíveis no património artístico, cultural e natural.
- Criar formas a partir da sua imaginação utilizando intencionalmente os elementos visuais.

2.º ciclo

- Reconhecer as proporções e noções de antropometria na representação da figura humana.
- Compreender as posições relativas entre o observador e os objectos percepcionados.
- Reconhecer processos de representação do espaço a duas dimensões: sobreposição, tamanho relativo dos objectos, textura, luz/ cor e perspectiva linear.
- Organizar com funcionalidade e equilíbrio visual os espaços bidimensionais e tridimensionais.
- Utilizar, nas suas experimentações bidimensionais, processos de representação do espaço.

- Utilizar elementos definidores da forma – ponto, linha, plano, volume, luz/cor, textura e estrutura – nas experimentações plásticas.
- Compreender a estrutura das formas percepcionadas, relacionando as partes com o todo e entre si.
- Relacionar as formas naturais e ou construídas com as respectivas funções, materiais que as constituem e técnicas.
- Compreender a relação entre luz e cor, síntese subtractiva, qualidade térmica e contraste.
- Criar composições bidimensionais e tridimensionais a partir da observação e da imaginação, utilizando expressivamente os elementos da forma.

3.º ciclo

- Representar expressivamente a figura humana compreendendo relações básicas de estrutura e proporção.
- Compreender a geometria plana e a geometria no espaço como possíveis interpretações da natureza e princípios organizadores das formas.
- Compreender as relações do Homem com o espaço: proporção, escala, movimento, ergonomia e antropometria.
- Entender visualmente a perspectiva central ou cónica recorrendo à representação, através do desenho de observação.
- Conceber projectos e organizar com funcionalidade e equilíbrio os espaços bidimensionais e tridimensionais.
- Compreender através da representação de formas, os processos subjacentes à percepção do volume.
- Compreender a estrutura das formas naturais e dos objectos artísticos, relacionando-os com os seus contextos.
- Perceber os mecanismos perceptivos da luz/cor, síntese aditiva e subtractiva, contraste e harmonia e suas implicações funcionais.
- Aplicar os valores cromáticos nas suas experimentações plásticas
- Criar composições a partir de observações directas e de realidades imaginadas utilizando os elementos e os meios da expressão visual.

Experiências de aprendizagem

Indicações metodológicas

Os diferentes conteúdos a desenvolver na Educação Visual não pressupõem uma abordagem sequencial. O facto de as competências específicas enunciadas neste documento se encontrarem organizadas de acordo com uma determinada estrutura não significa que essa ordem seja um critério a seguir sistematicamente.

Os professores podem implementar dinâmicas pedagógicas de acordo com a realidade da comunidade em que se inserem, com o projecto educativo da escola e com as características dos alunos. Esta articulação pode concretizar-se a partir de diferentes âmbitos de decisão, nomeadamente nos conselhos: Pedagógico, de Docentes, de Disciplina e de Turma, privilegiando uma abordagem transdisciplinar.

Na gestão do processo de ensino-aprendizagem, cada proposta de trabalho estrutura-se a partir do perfil de competências definido e dos eixos fundamentais considerados:

- Os saberes específicos da Educação Visual;
- Os suportes, materiais e técnicas que permitem a realização de projectos;
- Os campos temáticos onde as propostas de trabalho se devem inserir, integrando as aprendizagens e as produções em processos de reflexão e intervenção.

O desenvolvimento curricular deve contemplar:

- A organização de actividades por unidades de trabalho, entendidas como projectos que implicam um processo e produto final, estruturando-se de forma sistemática, englobando diferentes estratégias de aprendizagem e de avaliação;
- A metodologia deve contemplar várias formas de trabalho baseadas em acções de natureza diversa: exposições orais, demonstrações práticas, mostras audiovisuais, investigação bibliográfica, recolhas de objectos e imagens, debates, visitas de estudo, trabalhos de atelier, registos de observação no exterior, frequência de museus e exposições, entre outras;
- A gestão do tempo de cada unidade de trabalho deve prever que a execução plástica se realize permitindo a consolidação das aprendizagens e a qualidade do produto final;
- As situações de aprendizagem devem ser contextualizadas, cabendo ao professor orientar as actividades de forma a que os conteúdos a abordar surjam como facilitadores da apreensão dos códigos visuais e estéticos, decorram da dinâmica do projecto e permitam aos alunos realizar aprendizagens significativas;
- Os temas deverão ser relevantes, actuais e orientados por uma visão de escola aberta ao património artístico e natural, sempre que possível partindo da relação com o meio envolvente, de propostas dos alunos ou da abordagem ao universo das artes visuais em Portugal;
- A selecção dos meios de expressão visual para a concretização dos trabalhos deverá ser diversificada e permitir, ao longo do percurso escolar do aluno, múltiplas abordagens estético-pedagógicas;
- As estratégias de ensino devem favorecer o desenvolvimento da comunicação visual individual, a cooperação e a participação em trabalhos colectivos;
- As opções pedagógicas consideradas na elaboração das planificações devem explorar conceitos associados à compreensão da comunicação visual e dos elementos da forma, desenvolvendo os domínios afectivo, cognitivo e social;

- O diálogo com a obra de arte constitui um meio privilegiado para abordar com os alunos os diferentes modos de expressão, situando-os num universo alargado, que permite interrelacionar as referências visuais e técnicas com o contexto social, cultural e histórico, incidindo nas formas da arte contemporânea.

Meios de expressão plástica

A utilização dos diferentes meios de expressão deve ser implementada, nos três ciclos do ensino básico, em função das competências e dos projectos pedagógicos das escolas. Propõem-se como áreas dominantes, o desenho, as explorações plásticas bidimensionais e tridimensionais e as tecnologias da imagem.

Os exercícios das tecnologias da expressão plástica poderão ser implementados de acordo com alguns princípios:

- A exploração plástica deve ser adequada ao nível de desenvolvimento de cada aluno como um meio fundamental para o entendimento estrutural do universo visual envolvente, nos domínios das formas naturais e dos objectos construídos pelo homem;
- A experimentação de diversas tecnologias proporcionará ao aluno o domínio de materiais e instrumentos adequados às suas necessidades;
- Sempre que se proporcionar, sugerem-se diálogos baseados na análise das características formais, temáticas e estilísticas das diversas obras da cultura artística portuguesa. Neste âmbito poder-se-á adoptar o estudo das obras do século XX, como o ponto de partida para se estabelecer relações com manifestações similares de outras épocas e culturas.

Desenho

A realização de exercícios de desenho, explorando a capacidade expressiva e a adequada manipulação dos suportes e instrumentos, terá em conta a aplicação e a prática, de acordo com as seguintes vertentes:

- O desenho como uma atitude expressiva deixa perceber modos de ver, sentir e ser.
  Será necessário haver uma aproximação à obra de arte, tanto através de meios audiovisuais como de visitas a museus, galerias de arte e núcleos históricos, familiarizando o aluno com os processos estéticos e físicos que levaram à construção das obras. Dever-se-á experimentar, comunicar sensações, emoções, interpretações através da utilização dos instrumentos e dos meios que melhor se adequem à capacidade expressiva do aluno;
- O desenho como uma metodologia para a invenção de formas provenientes de pensamentos, ideias e utopias.
  Devem ser utilizados, sobre diferentes suportes, materiais riscadores tais como o lápis, a esferográfica e a caneta, na realização de esboços, de registos rápidos, de guiões visuais e de outras experimentações. Podem ser referidos como exemplos desta atitude os primeiros desenhos, aqueles que correspondem ainda a especulações formais, utilizados pelos criadores (arquitectos, designers, artistas plásticos) na procura de soluções para o que se deseje construir;
- O desenho como registo de observações.
  A apresentação de desenhos científicos e de registos de viagem orientarão pesquisas e descrições gráficas, cromáticas e texturais, de lugares, formas ou temas em estudo;

- O desenho como instrumento para a construção rigorosa de formas.
  A apresentação de projectos de arquitectura, de design e de engenharia, permitirá aos alunos a aprendizagem da leitura de mapas, plantas, cortes, alçados e noções de ergonomia e antropometria. Permitirá a utilização de instrumentos de rigor e a aplicação de algumas convenções como o desenho cotado e as escalas;
- O desenho como sintetização de informação.
  A observação de organogramas, esquemas, gráficos, diagramas contribui para a estruturação espacio-temporal de ideias.

Explorações plásticas bidimensionais

Na realização plástica bidimensional o aluno deve experimentar diversas tecnologias: aguarela, guache, têmpera, acrílico, mosaico, cerâmica (azulejaria), vitral, gravura e colagem.

O aluno deve proceder, mediante a orientação do professor, a análises formais e ao desenvolvimento plástico adequado tendo como referência as obras de artistas de reconhecido mérito, como Nuno Gonçalves, Grão-Vasco, Amadeo de Souza Cardoso, Almada Negreiros e Paula Rêgo, entre outros.

Explorações plásticas tridimensionais

Na realização plástica tridimensional o aluno deve experimentar diversos processos da escultura: talhe directo, modelação e colagem.

As práticas da escultura podem ser desenvolvidas a partir de materiais naturais e sintéticos ou recuperados. A experimentação das tecnologias deve estar articulada com meios e materiais disponíveis e específicos da região e com as suas indústrias, recorrendo a madeira, cerâmica, pedra, metais, vidro, plásticos, entre outros.

O aluno deve proceder, mediante a orientação do professor, a análises formais e ao desenvolvimento plástico adequado, tendo como referência as obras de artistas de reconhecido mérito como Machado de Castro, Soares dos Reis, Jorge Vieira, Alberto Carneiro, Siza Vieira, entre outros.

Tecnologias da imagem

O aluno deve ter a possibilidade de experimentar meios expressivos, ligados aos diversos processos tecnológicos – a fotografia, o cinema, o vídeo, o computador, entre outros – por si só ou integrados e ser capaz de os utilizar de forma criativa e funcional.

A iniciação na linguagem digital permitirá experimentar o desenho assistido por computador e tratamento de imagem na concretização gráfica.

O aluno deve proceder, mediante orientação do professor, a análises formais e críticas e ao desenvolvimento de projectos, tendo como referência imagens, filmes ou produtos gráficos realizados através das diversas tecnologias.

EDUCAÇÃO VISUAL



Ajustamento do programa
de
Educação Visual
3º Ciclo

"Ajustamento do programa da disciplina de Educação Visual - 3º Ciclo"

O ajustamento do programa da disciplina de Educação Visual foi elaborado por um grupo de trabalho em articulação com o Departamento de Educação Básica, no sentido de se propor a melhor adequação ao actual programa da disciplina.

A integração da disciplina de Educação Visual numa área de Educação Artística situa-a nos domínios concretos da expressão Plástica e do Desenho, entendido este como uma escrita visual de uma linguagem específica das artes plásticas. A Educação Visual é uma disciplina fundamental para a EDUCAÇÃO global do cidadão.

Não foi alterado o disposto na formulação dada aos conteúdos e áreas de exploração nele descritos, propondo-se uma selecção de acordo com o que nos parece prioritário e significativo para a formação dos alunos.

Assim, seleccionamos os conteúdos de acordo com o que vem descrito no volume II. do "Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem", tendo o cuidado de lhes acrescentar uma proposta de abordagem sequencial, baseada na experiência de prática lectiva e tendo presente o desenvolvimento cognitivo dos jovens. Esta sequenciação é sobretudo relevante se levarmos em consideração que a frequência da Educação Visual no 9º ano , de acordo com a nova organização curricular, não é comum a todos os alunos que terminam o Ensino Básico. Assim, o 8º ano assume-se como um ano terminal de Educação Visual para muitos dos jovens estudantes.

A presente proposta incluí conteúdos considerados essenciais, mas integra-se na visão global que preside à reestruturação curricular em curso e que define, para além do corpo central do currículo nacional, a importância de as escolas e os professores gerirem de forma dinâmica o processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, os conteúdos aqui apontados como essenciais são uma base de trabalho para além da qual, em cada situação, os professores, nas escolas, nos grupos disciplinares ou na planificação para a turma, deverão considerar outros conteúdos e abordagens que o projecto educativo específico, a realidade local e o momento aconselham como necessários.

Em relação a aprendizagens cujo conteúdo tem carácter transversal (por exemplo; Comunicação e Língua Portuguesa ou Luz-Cor e Físico-química) recomenda-se que a gestão de conteúdos seja feita em Conselho de Turma ou entre áreas disciplinares, de forma a garantir uma aprendizagem optimizada dos mesmos.

Em relação às "áreas de exploração" propostas deve ser dada prioridade absoluta ao desenvolvimento das áreas de Desenho, Pintura e Escultura, sendo que as restantes áreas propostas pelo programa deverão ser geridas de acordo com as disponibilidades de tempo e equipamento da cada escola, bem como dos projectos educativos respectivos.

Finalmente devemos salientar que o DESENHO é o exercício básico insubstituível de toda a linguagem plástica, bem como constitui uma ferramenta essencial na estruturação do pensamento visual. Nessa medida, deve ser desenvolvida de forma sistemática, nomeadamente em registos livres, registos de observação ou na representação rigorosa.

PROPOSTA DE AJUSTAMENTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO VISUAL
GESTÃO FLEXIVEL DO CURRÍCULO

EDUCAÇÃO VISUAL

3º CICLO
ENSINO BÁSICO
PLANO DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO - APRENDIZAGEM
Vol. II.

COMUNICAÇÃO

CONTEÚDOS	RESULTADOS PRETENDIDOS	7º	8º	9º
Elementos visuais na Comunicação	• Fazer o levantamento gráfico (com lápis, esferográfica, carvão, guachos, marcadores, etc.) do seu envolvimento (equipamento, habitação, paisagem, actividades, pessoas, etc.).	X	X	X
Códigos de comunicação visual	• Conceber e executar Bandas Desenhadas. • Elaborar gráficos e esquemas. • Executar projectos de equipamento, organização de espaços, etc.,...fazendo esboço cotado, vistas ortogonais, maquetas ou modelos tridimensionais. • Conceber e executar sinalizações (de serviços, de circulações, de perigos., etc.).	X X	X X X	 X X
Papel da imagem na Comunicação	• Reconhecer a importância das imagens (publicidade comercial, social, politica, religiosa, etc.) no comportamento das pessoas. • Executar e reproduzir folhetos informativos. • Executar cartazes.	X X X	X X X	X

ESPAÇO

CONTEÚDOS	RESULTADOS PRETENDIDOS	7º	8º	9º
REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO				
Sobreposição Dimensão Cor Claro-escuro Gradação de nitidez	• Representar o espaço utilizado, isoladamente ou de modo integrado, as sobreposições, variações de dimensão, de cor e de claro-escuro ou as gradações de nitidez.	X	X	X
Vistas: cubo envolvente, sistema europeu	• Representar objectos pelas suas vistas no sistema europeu: Desenhando as vistas necessárias para compreensão de um objecto (noções de contorno e de corte); Registando as suas medidas (escalas, cotas); utilizando linguagem gráfica convencional (linhas contínuas e interrompidas, de espessuras diferentes, etc.).		X	X
Perspectiva de observação (livre e rigorosa)	• Conhecer sistematizações geométricas da perspectiva de observação (linhas e pontos de fuga, direcções principais e auxiliares, divisões proporcionais, etc.).		X	X
Axonometrias	• Conhecer vários sistemas de representação axonométrica. • Representar um objecto simples em perspectiva cavaleira. • Converter a representação pelas vistas numa representação axonométrica e vice-versa.			X X X
RELAÇÃO HOMEM – ESPAÇO	• Registar as proporções e, em esquema, os movimentos. • Projectar objectos ou espaços tendo em conta a relação homem -espaço (por exemplo: montagem de uma exposição, organização da sala de convívio, encenação de uma peça de teatro, etc.).	X	X X	X X

ESTRUTURA

CONTEÚDOS	RESULTADOS PRETENDIDOS	7º	8º	9º
ESTRUTURA/ FORMA/ FUNÇÃO	• Compreender a estrutura não apenas como suporte de uma forma mas, também, como princípio organizador dos elementos que a constituem.	X	X	X
Estruturas naturais e Criadas pelo homem	• Relacionar a forma e a função dos objectos com a sua estrutura.	X	X	X
Ritmo de crescimento	• Representar a geometria das formas naturais e o seu ritmo de crescimento.	X		
MÓDULO/ PADRÃO	• Compreender os conceitos de módulo e de padrão. • Realizar estruturas modulares (padrões), de suporte e visuais.	X X		

FORMA

CONTEÚDOS	RESULTADOS PRETENDIDOS	7º	8º	9º
PERCEPÇÃO VISUAL DA FORMA Qualidades formais Qualidades geométricas Qualidades expressivas	• Compreender que a percepção visual das formas envolve a interacção da luz-cor, das linhas, da textura, do volume, da superfície, etc. (aprofundamento do 2º Ciclo).	X	X	X
FACTORES QUE DETERMINAM A FORMA DOS OBJECTOS Físicos				
- Propriedades dos materiais	• Conhecer as propriedades físicas de diversos materiais (comportamento em esforço, reacção aos agentes exteriores, etc.).	X	X	
	• Escolher os materiais a utilizar na resolução de problemas de design, em função das suas propriedades físicas..	X	X	X
Económicos				
- Mão-de-obra - Materiais - Tempo - Conservação	• Compreender a importância do factor económico considerando como condicionantes do design a mão-de-obra, os materiais, o tempo e a conservação.			X
- Produção artesanal e produção industrial	• Compreender a diferença entre produções artesanal e industrial.	X		
- Produção em série - Elementos e módulos	• Compreender as vantagens económicas do fabrico em série de elementos e de módulos.		X	
Funcionais				
- Função principal e subfunções	• Distinguir entre a função principal e as subfunções de um objecto (por exemplo: guarda-chuva, pega, etc.).		X	X
- antropometria e ergonomia	• Relacionar a forma dos objectos com as medidas e os movimentos do homem.	X	X	X
Estéticos	• Fundamentar a escolha de uma entre várias formas que satisfaçam todos os factores considerados.	X	X	X

REPRESENTAÇÃO TÉCNICA DE OBJECTOS Dupla projecção ortogonal	• Utilizar, na representação técnica de objectos, a dupla projecção ortogonal.		X	

LUZ-COR

CONTEÚDOS	RESULTADOS PRETENDIDOS	7º	8º	9º
A COR - LUZ NO AMBIENTE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS	• Compreender os efeitos da cor na percepção do mundo envolvente. • Utilizar os efeitos da cor na melhoria da qualidade do ambiente. • Aplicar os conhecimentos adquiridos sobre a cor – sensação e a influencia da cor no comportamento	X X	X X X	X X x
Espectro luminoso Absorção e reflexão selectivas Globo ocular	• Compreender a cor dos objectos como resultado da absorção e reflexão selectivas das ondas luminosas pela matéria.		X	
Cor/ luz = síntese aditiva Cor/ pigmento = síntese subtractiva	• Compreender as diferenças entre a síntese aditiva da luz e a síntese subtractiva dos pigmentos.		X	
Cores primárias e secundárias da síntese aditiva Cores primárias e secundárias da síntese subtractiva	• Conhecer as cores primárias e secundárias da síntese aditiva e as sínteses subtractiva.		X	
Cores complementares/ contrastes Aplicações das sínteses aditiva e subtractiva	• Conhecer aplicações das sínteses aditivas e subtractiva.		X	

CONTEÚDOS		DESENHO	PINTURA	ESCULTURA	BANDA DESENHADA	FOTOGRAFIA E VÍDEO	GRAVURA E IMPRESSÃO
COMUNICAÇÃO	Elementos Visuais da Comunicação						
	Códigos de Comunicação Visual						
	Papel da Imagem na Comunicação						
	•						
ESPAÇO	Representação do Espaço						
	Relação homem/ espaço						
	•						
ESTRUTURA	Estrutural/ Formal/ Função						
	Módulo/ Padrão						
	•						
FORMA	Percepção Visual da Forma						
	Factores da forma dos objectos						
	Representação técnica de objectos						
	•						
LUZ-COR	Conhecimentos Científicos						
	Luz-Cor na representação do espaço						
	Aplicações						
	•						

Anexo VIII

Articulação entre as diferentes áreas disciplinares e não disciplinares sobre a operacionalização das competências a desenvolver pelos alunos de modo a garantir o sucesso escolar

ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES ÁREAS DISCIPLINARES E NÃO DISCIPLINARES SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER PELOS ALUNOS DE MODO A GARANTIR O SUCESSO ESCOLAR _____

Os professores das várias disciplinas identificaram os problemas dos alunos da turma tendo por base as primeiras avaliações efectuadas no primeiro período. Neste contexto, os professores definiram orientações em conjunto para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com a turma.

Apesar do cunho pessoal do Projecto Curricular de Turma ele nunca poderá desviar-se das individualidades, necessidades e características de cada uma dos alunos que compõem a turma, bem como das orientações do Projecto Curricular de Escola e do Projecto Educativo.

PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS

Dificuldades na expressão oral e escrita	X	Dificuldades de concentração e/ou atenção	X
Dificuldades na aquisição de conhecimentos		Falta de participação	
Vocabulário reduzido		Falta de empenho	X
Dificuldades no raciocínio lógico/matemático	X	Baixa auto estima e baixas expectativas	
Dificuldades na resolução de problemas	X	Pais com baixo nível de escolaridade sem condições de apoio	
Dificuldades na aplicação de conhecimentos		Ausência de pré-requisitos	
Falta de hábitos e métodos de estudo	X	Dificuldade de interpretação de enunciados escritos específicos das disciplinas	X
Não cumprimento de tarefas		Dificuldades na leitura/ construção e interpretação de gráficos	
Dificuldades de organização		Dificuldades no domínio de aptidões técnicas e manuais	
Dificuldades na apresentação de trabalhos			

No que concerne ao desenvolvimento da acção educativa, são vários os pontos a referir neste âmbito. O Conselho de Turma começou por definir de que forma se faria a organização e gestão participada do ambiente educativo, isto é, se é o professor quem decide ou se há colaboração e troca de opiniões com os alunos. Foram também analisar os espaços/áreas de trabalho e decidir como, quando e de que forma devem ser utilizados. O mesmo se passa com os materiais e os equipamentos.

Foi preenchido o documento com as propostas de solução para os problemas diagnosticados na turma, por área disciplinar e não disciplinar, de acordo com as competências a privilegiar.

PROPOSTAS DE SOLUÇÃO		**ÁREAS INTERVENIENTES**														
Competências a privilegiar	**Estratégias/Actividades**	Port	Ing	Fra	Esp	Hist	Geo	Mat.	Ciên	FQ	EV	EF	TIC	A.P.	E.A.	F.C.
- Usar correctamente a Língua Portuguesa, para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio - Adoptar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas aos objectivos visados - Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável	1. Incentivar a leitura e escrita	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X
	2. Levar os alunos a fazer os sumários no quadro		X	X	X	X		X			X					
	3. Verificar a organização do caderno diário/portefólio		X	X	X	X	X	X	X	X	X				X	X
	4. Pesquisar, organizar, tratar e produzir informação em função de necessidades/problemas a resolver (através dos recursos existentes)			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	5. Criar instrumentos orientadores de trabalho (planos de trabalho)						X	X					X	X		X
	6. Fomentar o espírito de inter-ajuda		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
	7. Incentivar e valorizar os trabalhos de grupo			X	X	X		X				X		X		X
	8. Valorizar o sentido de responsabilidade, de respeito pelo seu trabalho e dos outros	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
	9. Valorizar o respeito pelas regras da sala de aula	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X
	10. Ensino individualizado aos alunos com mais dificuldades						X							X		
	11. Solicitar mais acompanhamento dos Encarregados de Educação			X	X											X
	12. Promover o diálogo e organizar actividades de acordo com os temas (alimentação, sexualidade, higiene pessoal, etc.)								X			X				X
	13. Elaboração de sínteses/resumos das matérias das disciplinas	X	X			X	X	X					X		X	
	14. Correcção dos erros ortográficos	X	X	X	X	X	X	X	X	X				X	X	X
	15. Realizar actividades para estimular o raciocínio lógico/abstracto							X	X	X		X			X	

Anexo IX
Plano Anual de Actividades da escola

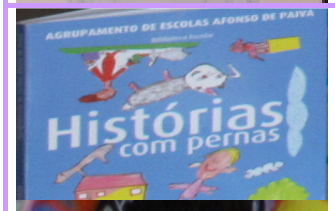
Ministério da Educação

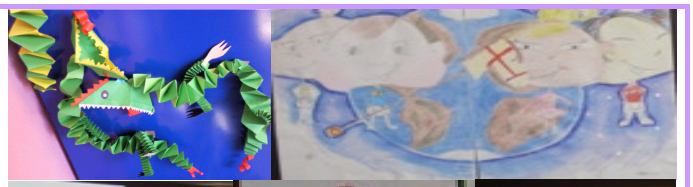
AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

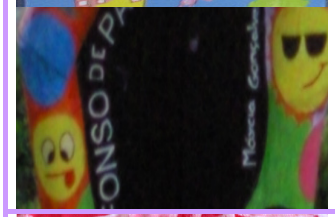


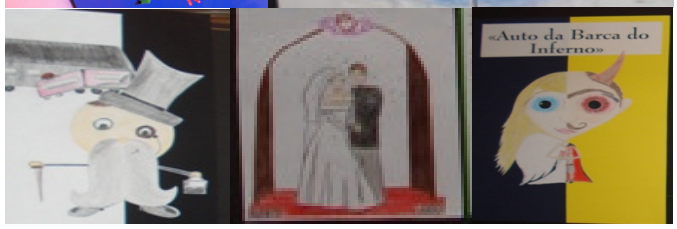


Plano Anual de Actividades
2010 - 2011













Integrar identidades distintas
Unir para finalidades comuns
Formar para o desenvolvimento integral

(in Projecto Educativo 2007-2010)

• Plano Anual de Actividades 2010/2011

CENTENÁRIO REPÚBLICA

O Plano Anual de Actividades do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva (PAA) foi elaborado em articulação com os Planos de Actividades dos diferentes Departamentos e demais estruturas organizativas do Agrupamento.

No agendamento das actividades escolares procurou-se que as mesmas fossem significativas em termos de de pertinência educativa, valorizassem a diversidade e estimulassem a participação, constituindo-se como um instrumento de operacionalização dos objectivos e metas do PE e do PPA.

Tendo como pano de fundo a comemoração do Centenário da República, o PAA estrutura-se a partir dum conjunto diversificado de actividades que, mês após mês, darão corpo ao objectivo último – o sucesso dos alunos.

Cada actividade realizada implica a apresentação prévia dum plano de execução que permita posteriormente proceder à respectiva avaliação. Esta, da responsabilidade dos dinamizadores, far-se-á em modelo próprio, contemplando:

- ✓ grau de consecução dos objectivos
- ✓ níveis de participação
- ✓ pontos fortes e pontos fracos
- ✓ propostas de melhoria.

O acompanhamento do PAA compete ao Grupo de Trabalho responsável pela sua elaboração que apresentará trimestralmente ao Conselho Pedagógico relatório circunstanciado do grau de cumprimento das actividades propostas.

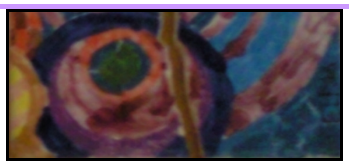
AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO



Setembro

Tema/Actividade	Destinatários	Dinamizadores
A Escola Nova ▪ Visita às novas instalações	Alunos E. Educação Comunidade Escolar	Directores de Turma
Ciência em movimento ▪ Viagem 3 D ao Corpo Humano	Alunos de 6º e 9º ano	Professores de Ciências
"Passe, Cidadão" ▪ Visita à Exposição comemorativa dos 100 anos da República	Alunos dos 2º e 3º Ciclos	Autarquia Professores de História
À Descoberta da Biblioteca Escolar	Turmas do 1º CEB AP e ST 1º e 5º anos de escolaridade	Equipa BE

Outubro



Tema/Actividade	Destinatários	Dinamizadores
Um percurso pelo Gótico ▪ Visita de Estudo aos mosteiros da Batalha, Alcobaça e ao Museu João Soares	Alunos do 6º ano	Professor Joaquim Moreira
Um percurso ao Megalítico português ▪ Visita de Estudo a Évora	Alunos do 7º ano	Professor Leopoldo Rodrigues
Comemoração do Halloween ▪ Concurso «Vassouras de Bruxa» ▪ Baile e Concurso de Máscaras	Alunos dos 1º,2º e 3º Ciclos Comunidade Educativa	Equipa da BE Professores Alunos do 9º2 e DT
Mês Internacional das BE ▪ Concurso "Mascote para a Biblioteca da Escola" ▪ Exposição "100 Anos de República"	Comunidade Educativa	Equipa da BE , Professores de Ed. Visual e Artes, Equipa da BE Outros Professores do Agrupamento
Da Monarquia à República ▪ Visitas ao castelo de Castelo Branco	Alunos do Pré-Escolar	Educadoras de Infância
O 5 de Outubro de 1910 ▪ Construção da Bandeira da República	2º ano das EB A. Paiva, S. Tiago e Mina; 2º e 3º anos da EB do Castelo e 1º e 2º anos da EB de Salgueiro do Campo	Professores do 2º ano
Da Monarquia à República ▪ Símbolos Nacionais	4º ano das EB A. Paiva, Castelo, São Tiago e Mina	Professores do 4º ano

Novembro



Tema/Actividade	Destinatários	Dinamizadores
Da Monarquia à República ▪ Visitas de estudo às zonas históricas e às autarquias	Alunos Pré-Escolar	Educadoras de Infância
Metáfora da República ▪ O povo herdeiro do trono português	1º ano das EB de São Tiago, Castelo, Mina e Freixial do Campo	Professores do 1º ano
Plano Nacional de Leitura: ▪ Outros Contos, outros Saberes	Alunos do 2º Ciclo	Professores de L. Portuguesa Equipa da BE
Campeões da Matemática ▪ Pré-Olimpíadas da Matemática ▪ Olimpíadas da Matemática	Alunos do 2º Ciclo e 3 º Ciclo	Professores de Matemática
Tradições da nossa terra ▪ Os magustos	Comunidade Educativa	Professores, alunos e funcionários
Dia Internacional da Língua Gestual ▪ O quotidiano em Língua Gestual	Comunidade local	Professores e Técnicos da Unidade de Surdos
Campanha Solidária ▪ Peditório Nacional da AMI ▪ XV Peditório Nacional da Associação ABRAÇO	Comunidade	Professora Graça Monteiro Alunos do CEF de Acompanhante de Crianças

Dezembro



Tema/Actividade	Destinatários	Dinamizadores
Da Monarquia à República ▪ Teatro " No reino da bicharada"	Alunos do Pré-Escolar	Educadoras de Infância
Integrar a diferença ▪ Comemoração do Dia Internacional de Pessoa com Deficiência	Comunidade Educativa	Docentes de Educação Especial
Flash Mob	Comunidade Educativa	Alunos do 1º Ciclo de Agrupamentos de escolas da cidade Professores das AEC's de Música
Campanha de Solidariedade ▪ Um berço para o menino	Obra de Santa Zita	Prof. de EMRC e alunos
O Natal na Escola ▪ Projecto Porta Aberta ▪ Feira do Livro ▪ Livros com filhós ▪ Canções de Natal ▪ Cacau com filhós ▪ Ceia de Natal ▪ Recolha de brinquedos ▪ Decorações de Natal ▪ Cabaz de Natal	Comunidade Educativa	Comunidade Educativa

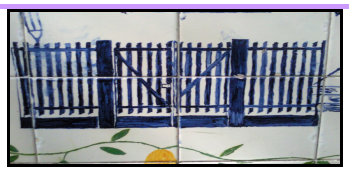
Janeiro



AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Tema/Actividade	Destinatários	Dinamizadores
Andakatu vai à Escola ▪ Tecnologias e artes pré-históricas	Alunos do 5º ano	Professores de Educação Visual e Tecnológica
A Imprensa e A Escola ▪ Visitas de Estudo ao Jornal Reconquista	Alunos do 6 º ano	Professores de Língua Portuguesa
O Desporto na Escola ▪ Corta Mato Escolar	Alunos do 2º e 3º Ciclos	Grupo de Educação Física
Tradições natalícias ▪ Janeiras ▪ Dia de Reis	Comunidade Escolar	Grupo de Educação Musical Grupo de Espanhol
Família e Escola ▪ Conta-me Como Se Faz...	Alunos do 1º-2º e 3º CEB	Equipa da BE Pais e Encarregados de Educação

Fevereiro



Tema/Actividade	Destinatários	Dinamizadores
Comemorar a República ▪ Os Valores e os Símbolos da República	Alunos do Pré-Escolar	Educadoras de Infância
O Desporto na Escola ▪ Mega Sprinter ▪ Mega Km ▪ Mega Salto	Alunos do 2º e 3º Ciclos	Grupo de Ed.Física
Dia do Pi	Alunos do 8º ano	Professores de Matemática
Comemorar a República ▪ Percurso Histórico: Castelo Branco e a República	Alunos do 9º ano	Professor Joaquim Moreira
Visita de Estudo à Escola Saúde de Saúde de Castelo Branco		Professores de Ciências Professores de Física e Química
Día de los Enamorados **Dia de Saint Valentin**	Alunos de Espanhol e Francês Comunidade Escolar	Professores de Espanhol Professores de Francês
Festas e Tradições ▪ Comemorar o Carnaval	Comunidade Educativa	Comunidade Educativa

Março



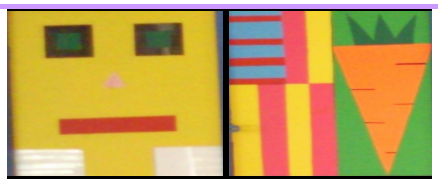
Tema/Actividade	Destinatários	Dinamizadores
Comemorar a República ▪ Os Valores e os Símbolos da República	Alunos Pré-Escolar	Educadoras de Infância
Feira de Jogos de Matemática - 21 a 25 de Março de 2010	Turmas do 1º, 2º e 3º CEB do Agrupamento Afonso de Paiva	Professores de Matemática Equipa da BE
Comemoração do Dia do Inglês	Alunos do 2º -3º Ciclo	Professores de Inglês
Semana da leitura (14-18 Março) ▪ Encontro com escritora ▪ Feira do Livro ▪ Palestras, teatro, sessões de leitura… ▪ Oficinas de Ilustração	Comunidade Educativa	Professores de L. Portuguesa, Ed. Musical, EVT, E. Visual, Artes e 1º Ciclo Equipa da BE Educadoras de Infância
Dia mundial da Árvore e da Poesia ▪ Concurso "*Rimas e versos"* ▪ Concurso de Poesia ✓ Os mais lindos poemas ✓ Poesia nas árvores ✓ e-book poético	Alunos do JI, 1º, 2º e 3º CEB	Equipa da BE Docentes do Pré-escolar, 1º CEB e Professores de Língua Portuguesa e EVT do 2º e 3º CEB Prof. TIC
O Lugar dos Afectos ▪ Visita de Estudo a Aveiro	Alunos de EMRC	Professora de EMRC

Abril



Tema/Actividade	Destinatários	Dinamizadores
Comemorar a República ▪ Os Valores e os Símbolos da República - Entrevista a um político pelas crianças	Alunos do Pré-Escolar	Educadoras de Infância
A conquista da Liberdade ▪ O 25 de Abril de 1974	Alunos do 5º ano	Equipa BE Docentes de HGP
Comemorar a República ▪ Visitas de Estudo: ✓ Um percurso republicano ✓ Mosteiro dos Jerónimos	Alunos do 6º ano	Professor Joaquim Moreira
Comemorar a República ▪ Visita de Estudo: ✓ Um percurso na Arte portuguesa	Alunos dos 7º e 8º anos	Professor Leopoldo Rodrigues
Visita de Estudo a Barcelona	Alunos do 9º ano	Professores Catarina Rola e Júlio Diamantino
Integrar a diferença ▪ Comemoração do Dia Internacional do Autismo	Comunidade Educativa	Professores da Unidade de Ensino Estruturado (UEE)
O Dia da Arte		Professores de E.V.T., Ed. Visual, Artes e Ed. Tecnológica
O Dia da Informática		Grupo TIC
Dia Mundial do Livro ▪ A gruta das Lendas		Equipa da BE Docentes de E. Musical
Comemoração do Dia da Europa	Alunos 7º ano	Grupo de Geografia
Festas e tradições ▪ Comemorar a Páscoa	Comunidade Educativa	Comunidade Educativa

Maio



AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

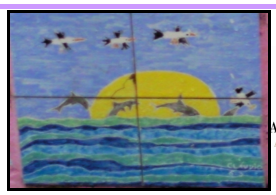
Tema/Actividade	Destinatários	Dinamizadores
Educação Sexual ▪ Palestra: Reprodução humana e Crescimento	Alunos do 6º ano	Professores de Ciências
Avalon Theatre Company	Alunos do 2º e 3ºCiclos	Professores de Inglês
Exposição de trabalhos de Matemática	Alunos do 3º Ciclo	Grupo de Matemática
À descoberta da cidade ▪ Photo Paper (4 de Maio)	Comunidade Educativa	Leopoldo Rodrigues João Carlos Antunes
Feira dos Minerais e Fósseis	Toda a População Escolar	Professores de Ciências
	Centenário	**República**
Palestra : "100 anos de Ciência - Perspectivas futuras"	Alunos do 8º e 9º ano	Professores de Ciências
"Ler" a República	Alunos do 1º ano da EB de S. Tiago, da EB do Castelo, da EB da Mina e da EB de Freixial do Campo Alunos do 2º Ciclo	Professores do 1º ano Encarregados de Educação Professores Língua portuguesa Equipa BE
Récita: "CentaRépublica"	Comunidade Educativa	M ª Dores Antunes Graça Gil
A República Hoje ▪ Visita de Estudo ao Palácio de Belém		Educadoras de Infância
"100 anos de República, 100 anos de Ciência" ▪ Exposição de trabalhos		Departamento Ciências Exactas e da Natureza
«A Arte na República»		Professores de EVT, Ed Visual, Artes e Ed. Tecnológica

Junho



Tema/Actividade	Destinatários	Dinamizadores
A Intervenção Precoce ▪ Sessão de esclarecimento	Comunidade Educativa	Docentes da Intervenção Precoce
A Inclusão e as N. E. Especiais ▪ Sessão de esclarecimento	Comunidade Educativa	Docentes de Ed.Especial
Semana das Expressões		Departamento de Expressões
Exposição de Trabalhos		Professores do 1º Ciclo Comunidade Educativa
Actividades de encerramento do ano lectivo ▪ Entrega de Prémios ▪ Festa de Finalistas	Comunidade Educativa	Comunidade Educativa

Ao longo do ano lectivo



AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Tema/Actividade	Destinatários	Dinamizadores/Coordenadores
A democracia em acção: ▪ Parlamento Jovem	Alunos 7º ano	Professor Leopoldo Rodrigues Directores de Turma
Itinerância: ▪ O Baú dos saberes	Escolas Básicas do 1º CEB do Agrupamento	Equipa da BE
Plano Nacional de Leitura ▪ Concurso de Ditado Inter-Turmas e Interescolar	Alunos dos 4º e 5º e 7º anos	Professores de Língua Portuguesa Professores do 1º Ciclo
Escola Segura ▪ Clube da Protecção Civil	Alunos do 5º4 e 6º4	Cândida Lourenço Soraia Coelho
SuperTmatik : Língua Portuguesa Ciências Naturais Cálculo Mental Inglês Francês	Alunos dos 1º, 2º e 3º Ciclos	Professores dos 3 níveis de ensino
Testes Intermédios	Alunos dos 1º e 3º Ciclos	Professores de Língua Portuguesa, Físico-Química, Ciências Naturais e Matemática
"Escrita com Símbolos" **Tradução contos tradicionais**	Alunos com NEE	Docentes de Educação Especial
A República Hoje ▪ Porta Aberta ▪ A República em 100 desenhos	Comunidade Educativa	Educadoras de infância Biblioteca Escolar
Quadros Competitivos do Desporto Escolar	Alunos dos 2º e 3ºCiclos	Grupo de Educação Física
Projecto "Equamat"	Alunos do 3º Ciclo	Grupo TIC Grupo Matemática

Tema/Actividade	Destinatários	Dinamizadores
Acções de Formação	Alunos 1º Ciclo Docentes e não docentes	Professor TIC
Quiosque escolar	Comunidade Educativa	
Canguru Matemático	Alunos do 2º Ciclo	Professores de Matemática
Projecto "Literacias da Informação"	Turmas do 9º ano	Professora Carla Nunes Directores de turma Professores de AP Professor de TIC
Concurso " Pilar Moreno"	Alunos de Espanhol - 9º ano	Professora de Espanhol Professor de TIC
Plano Nacional de Leitura ▪ Concurso Nacional de Leitura ▪ Camões um poeta Genial ▪ Quem conta um conto …	Comunidade Educativa	Equipa da BE Docentes do Agrupamento Convidados
Coolabora – Igualdade do Género	Alunos 3º Ciclo	Equipa da BE

Nota final

A ligação entre o passado e o presente está presente ao longo do Plano de Actividades do Agrupamento de 2010-2011.
A ligação manifesta-se no logotipo da capa, onde o Velho nome e a Nova forma física se enredam.
As imagens que ilustram a capa do Plano de Actividades do Agrupamento foram retiradas de alguns trabalhos efectuados ao longo do ano transacto.
Porque a memória é importante, os meses do ano são ilustrados com partes de painéis de azulejos da "velha" Escola Afonso de Paiva, destruídos pela voragem da modernidade.

A Equipa de Trabalho
Elisa Correia
Isaura M. Gil
Mª Dores Antunes

Anexo X

Plano anual 7ºano

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

EDUCAÇÃO VISUAL

PLANO ANUAL DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO – APRENDIZAGEM

7º Ano de Escolaridade – **Turmas 2 e 3**

Competências Específicas	Conteúdos	Estratégias / Actividades (Resultados Pretendidos)	Recursos Educativos	Calendarização
Ler e interpretar narrativas nas diferentes linguagens visuais **Criar composições a partir de observações directas e de realidades imaginadas, utilizando os elementos e os meios da expressão visual.** **Reconhecer através da representação plástica a arte como expressão do sentimento e do conhecimento** **Entender o Desenho como um meio de representação expressiva e rigorosa das formas** **Compreender a geometria plana como uma possível interpretação da natureza e dos princípios organizadores das formas.**	– Papel da imagem na comunicação • Identidade visual • «Palavras visuais» Decorações de Natal [c] • Geometria plana: Materiais e técnicas do desenho geométrico Traçados geométricos elementares; Polígonos simples (a partir da divisão da circunferência em partes iguais); Planificação e construção de sólidos geométricos (cone e cilindro).	• Diário Visual [a] • Avaliação Diagnóstica • Identificação da capa de Educação visual: Criar e executar uma mensagem para a identificação da capa de Educação Visual; Criar uma identificação personalizada em que a palavra (o nome) transmita uma ideia, um pensamento que se identifique com o aluno; Estudos de letras. • Aplicar os conhecimentos da geometria plana nas decorações de Natal – projecto "ECO- NATAL": Construir uma Árvore de Natal a partir da forma de um cone; Reutilização de materiais – jornais e cartão. • Usar correctamente e com rigor os instrumentos de desenho rigoroso (desenhar com régua, esquadro e compasso). • Aplicar os conhecimentos de geometria plana na construção de figuras geométricas fundamentais e na planificação /construção de sólidos geométricos (cone e cilindro).	• Manual adoptado • Outros manuais da disciplina • Ficheiros de letras • Outros manuais (biblioteca de turma) • Materiais audiovisuais • Fichas de trabalho com exercícios	Primeiro período

Observações: [a] Diário Visual (elemento fundamental para a organização do trabalho a desenvolver na disciplina de Ed. Visual ao longo do ano lectivo. Pode ser utilizado como caderno diário, arquivo de ideias e/ou como caderno de esboços individual).

[c] Actividade integrada no Plano anual de Actividades do Agrupamento - «O Natal na Escola Nova»

Os critérios de avaliação da disciplina encontram-se em anexo

ESCOLA E.B. AFONSO DE PAIVA 2010/11

EDUCAÇÃO VISUAL

PLANO ANUAL DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO – APRENDIZAGEM — **7º** Ano de Escolaridade – **Turma 2 e 3**

Competências Específicas	Conteúdos	Estratégias / Actividades (Resultados Pretendidos)	Recursos Educativos	Calendarização
Criar composições a partir de observações directas e de realidades imaginadas, utilizando os elementos e os meios da expressão visual. **Reconhecer através da representação plástica a arte como expressão do sentimento e do conhecimento** **Perceber os mecanismos perceptivos luz/cor, síntese aditiva e subtractiva, contraste e harmonia e as suas implicações funcionais.** **Aplicar os valores cromáticos nas suas experimentações plásticas.**	- Linguagem Visual/ Elementos Visuais: • Ponto • Linha - Linguagem Visual/ Elementos Visuais: **A cor** O espectro luminoso; Cor/Luz (síntese aditiva); Cor/Pigmento (síntese subtractiva); (mistura de pigmentos); Cores primárias; Cores secundárias; Cores terciárias; Cores complementares; Cores quentes e cores frias; Cores neutras.	• Diário Visual [(a)] • Fazer diferentes interpretações e representações gráficas do meio envolvente (equipamento, habitação, paisagem, actividades, pessoas, etc.) • Realizar diferentes produções plásticas usando os elementos da forma visual. • Conceber e executar ilustrações a partir dos elementos visuais, ponto e linha. • Compreender os efeitos da cor na percepção do mundo envolvente. • Compreender a cor dos objectos como resultado de absorção e reflexão selectivas das ondas luminosas pela matéria. • Compreender as diferenças entre a síntese aditiva da luz e síntese subtractiva dos pigmentos. • Produzir cores secundárias e intermédias da síntese subtractiva. • Identificar cores quentes e cores frias. • Identificar cores neutras. • Realizar o estudo da cor através do círculo cromático. Usar a técnica de pintura a guache e aplicar os conhecimentos sobre a cor.	• Manual adoptado • Outros manuais (biblioteca de turma) • Materiais audiovisuais • Fichas de trabalho com exercícios • Prisma óptico	Segundo período

Ler e interpretar narrativas nas diferentes linguagens visuais **«Descrever acontecimentos», aplicando metodologias do desenho de ilustração**	- Elementos visuais: • O ponto • A linha • Cor	• Conceber e executar ilustrações de **quadras populares**[b] Elaborar diferentes produções plásticas. • Aplicar os conhecimentos adquiridos anteriormente, demonstrando que a percepção visual das formas envolve a interacção da luz-cor, das linhas, da textura, do volume e da superfície.	• Outros manuais (biblioteca de turma) • Materiais audiovisuais	Segundo período *(Depois da interrupção lectiva do Carnaval)*

Observações: [b] **«Quadras Populares» -** projecto interdisciplinar, com L. Portuguesa e com a Biblioteca da Escola (Integrado no Plano Anual de Actividades).

ESCOLA E.B. AFONSO DE PAIVA

2010/11

EDUCAÇÃO VISUAL

PLANO ANUAL DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO – APRENDIZAGEM **7º** Ano de Escolaridade – **Turma 2 e 3**

Competências Específicas	Conteúdos	Estratégias / Actividades (Resultados Pretendidos)	Recursos Educativos	Calendarização
Reconhecer através da representação plástica a arte como expressão do sentimento e do conhecimento **Conhecer o património artístico como valor da identidade nacional.** **Desenvolver o sentido de apreciação estética e artística recorrendo a referências no âmbito das Artes Visuais.**	(Meios de expressão plástica): • O Desenho; • Explorações plásticas bidimensionais;	• Diário Visual [(a)] • Desenvolver um projecto de pesquisa em arte: **«A Arte na Republica** - A arte de 1910 a 2010» -Seleccionar uma obra de um artista. • Realizar diferentes produções plásticas de uma imagem: - Reproduzir a obra seleccionada com outros materiais/Técnicas.	• Manual adoptado • Materiais audiovisuais • Outros manuais (biblioteca de turma)	Terceiro período

Observações:

Anexo XI
Plano anual 9ºano

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

EDUCAÇÃO VISUAL

PLANO ANUAL DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO – APRENDIZAGEM — **9º** — Ano de Escolaridade

Competências Específicas	Conteúdos	Estratégias / Actividades (Resultados Pretendidos)	Recursos Educativos	Calendarização
Ler e interpretar narrativas nas diferentes linguagens visuais **Compreender que as formas têm diferentes significados de acordo com os sistemas simbólicos a que pertencem** **Conceber organizações espaciais dominando regras elementares da composição** **Utilizar diferentes meios expressivos da representação** **Reconhecer através da representação plástica a arte como expressão do sentimento e do conhecimento**	– Papel da imagem na comunicação • Identidade visual – Papel da imagem na comunicação • Cartaz	• Diário Visual [(a)] • Criar a Mascote para a Biblioteca da Escola: Compreender que as mascotes são recursos visuais; Conceber e executar um projecto, um símbolo tridimensional; • Reconhecer a importância das imagens (publicidade, comercial, social, política, religiosa, etc.) no comportamento das pessoas. • Executar um cartaz (participação no concurso - «Pinta a Tua Espanha») [(b)]	• Manual adoptado • Outros manuais (biblioteca de turma) • Materiais audiovisuais • Fichas informativas • Fichas de trabalho com exercícios de aplicação	Primeiro período

Observações: [(a)]Diário Visual (elemento fundamental para a organização do trabalho a desenvolver na disciplina de Ed. Visual ao longo do ano lectivo. Pode ser utilizado como caderno diário, arquivo de ideias e/ou como caderno de esboços individual).

[(b)] Projecto interdisciplinar (Integrado no Plano Curricular de turma) - Disciplina de Espanhol.

Neste primeiro período serão leccionados nas aulas de quarenta e cinco minutos os conteúdos relacionados com a **geometria no plano** revisão dos anos lectivos anteriores (utilização da régua, esquadro e compasso; medição de ângulos e construção de figuras geométricas regulares)

Os critérios de avaliação da disciplina encontram-se em anexo

EDUCAÇÃO VISUAL

PLANO ANUAL DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO – APRENDIZAGEM

9º Ano de Escolaridade

Competências Específicas	Conteúdos	Estratégias / Actividades (Resultados Pretendidos)	Recursos Educativos	Calendarização
Conceber formas obedecendo a alguns princípios de representação normalizada **Compreender a geometria plana e a geometria no espaço como possíveis interpretações e princípios organizadores das formas**	– Representação técnica de objectos • Dupla projecção ortogonal – Representação do espaço • Vistas: Cubo envolvente, sistema europeu – Representação do espaço • Axonometrias	• Diário Visual [a] • Utilizar, na representação técnica dos objectos, a dupla projecção ortogonal • Representar objectos pelas suas vistas no sistema europeu: .Desenhando as vistas necessárias para a compreensão de um objecto; .Registando as suas medidas (escalas, cotas); .Utilizando a linguagem gráfica convencional. • Conhecer os vários sistemas de representação axonométrica • Representar objectos simples nas perspectivas isométrica, cavaleira e dimétrica. • Converter a representação pelas vistas numa representação axonométrica e vice-versa.	• Manual adoptado • Outros manuais (biblioteca de turma) • Materiais audiovisuais • Fichas de trabalho com exercícios	Segundo período

Ler e interpretar narrativas nas diferentes linguagens visuais **«Descrever acontecimentos», aplicando metodologias do desenho de ilustração**	– Elementos visuais na comunicação – Percepção visual da forma: • Qualidades formais • Qualidades geométricas • Qualidades expressivas – Desenvolvimento das áreas de expressão: • Desenho Pintura	• Conceber e executar ilustrações de **poemas**[(b)]. Elaborar diferentes produções plásticas. • Aplicar os conhecimentos adquiridos anteriormente, demonstrando que a percepção visual das formas envolve a interacção da luz-cor, das linhas, da textura, do volume e da superfície. • Conhecer e aplicar diferentes materiais e técnicas (grafite, lápis de cor, bicos de feltro, guaches, ceras… outros		

Observações: : [(b)] **«Concurso de poesia » -** projecto interdisciplinar, com L. Portuguesa e com a Biblioteca da Escola (Integrado no Plano Anual de Actividades).

ESCOLA E.B. AFONSO DE PAIVA

2010/11

EDUCAÇÃO VISUAL

PLANO ANUAL DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO – APRENDIZAGEM

9º Ano de Escolaridade

Competências Específicas	Conteúdos	Estratégias / Actividades (Resultados Pretendidos)	Recursos Educativos	Calendarização
Conceber formas obedecendo a alguns princípios de representação normalizada **Compreender a geometria plana e a geometria no espaço como possíveis interpretações e princípios organizadores das formas** **Conceber projectos e organizar com funcionalidade e equilíbrio os espaços bidimensionais e tridimensionais**	– Design de produtos – Factores que determinam a forma dos objectos • Físicos • Económicos • Funcionais • Estéticos – Representação técnica de objectos	• Diário Visual [(a)] • "O que é o Design"? • Compreender a metodologia projectual • Compreender a diferença entre produção artesanal e industrial • Conhecer os factores que determinam a forma dos objectos • Conceber formas obedecendo a alguns princípios de representação normalizada	• Manual adoptado • Outros manuais (biblioteca de turma) • Materiais audiovisuais • Fichas de trabalho com exercícios	Terceiro período

Observações:

ESCOLA E.B. AFONSO DE PAIVA 2010/11

Anexo XII
Critérios de Avaliação (critérios e nomenclatura para Avaliação _ Escola)

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva

CRITÉRIOS de AVALIAÇÃO

2007/2010

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O presente documento resulta de uma aturada reflexão acerca dos critérios a ter em conta na avaliação dos alunos de todos os níveis do Ensino Básico. A partir da análise das diferentes propostas apresentadas pelos Departamentos e outros órgãos deste Agrupamento, definiram-se critérios a aplicar em todos os níveis de ensino, de modo a garantir uma avaliação o mais objectivo e uniforme possível.

Considerando o carácter multifacetado da avaliação, foram atribuídos os pesos de 70% ao domínio dos Conhecimentos / Competências e 30% ao domínio das Atitudes e Valores. Cada grupo disciplinar determinará os conhecimentos a avaliar, de acordo com as respectivas planificações. No que diz respeito às Atitudes e Valores, foram seleccionados diferentes comportamentos relacionados com cinco domínios que consideramos transversais a todas as áreas curriculares. No entanto, cada grupo disciplinar poderá gerir o peso de 30%, privilegiando os comportamentos que vão ao encontro da especificidade da sua área.

Embora o documento respeitante à avaliação dos alunos ainda não se encontre concluído, julgamos oportuno o Conselho Pedagógico analisar a presente proposta, a fim de possibilitar aos Departamentos o conhecimento e análise deste documento, com vista à sua aplicação a partir do segundo período.

Por fim, sublinhamos o carácter aberto e dinâmico desta proposta, uma vez que os Critérios de Avaliação a aprovar serão sempre passíveis de adaptação às necessidades que os intervenientes no processo de ensino/aprendizagem forem manifestando.

<table>
<tr><th colspan="3">CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</th></tr>
<tr><td>Conhecimentos / Competências (1)

(1) De acordo com as planificações de cada Disciplina</td><td>• Fichas de Avaliação
• Fichas de trabalho
• Expressão oral e escrita
• Relatórios
• Trabalho de Projecto
• Observação
• Auto e hetero-avaliação
• TPC’S
…</td><td>70%</td></tr>
<tr><td>ATITUDES e VALORES</td><td>COMPORTAMENTOS A OBSERVAR</td><td rowspan="5">30%</td></tr>
<tr><td>Responsabilidade</td><td>• Pontualidade
• Assiduidade
• Cumprimento de regras
• Levar material para as aulas
• Cumprimento de prazos
• Auto e hetero-avaliação</td></tr>
<tr><td>Autonomia</td><td>• Iniciativa
• Sentido crítico
• Auto e hetero-avaliação
• Realiza tarefas / ultrapassa dificuldades sozinho
• Concretização de tarefas (TPC / Pesquisa …)
• Reflecte e toma decisões</td></tr>
<tr><td>Organização</td><td>• Dossier / Caderno
• Espaço de trabalho
• Informação / Pesquisa
• Actividades (Horário de estudo…)
• Apresentação de trabalhos
• Utilização das TICs</td></tr>
<tr><td>Relações interpessoais / Cooperação</td><td>• Resolução de conflitos
• Respeito
• Tolerância
• Solidariedade
• Sociabilidade
• Entreajuda</td></tr>
<tr><td>Participação</td><td>• Qualidade das intervenções
• Oportunidade das intervenções
• Trabalhos de iniciativa própria
• Sugere hipóteses para a resolução de problemas
• Participa nas actividades da Turma
• Auto-heteroavaliação</td></tr>
</table>

3

Nomenclatura de Classificação dos Teste/Fichas de Avaliação	
0 – 19%	**Fraco**
20% – 49%	**Insuficiente**
50% - 69%	**Suficiente**
70% - 89%	**Bom**
90% - 100%	**Muito Bom**

Castelo Branco 20 de Novembro 2007

O grupo de trabalho

Adelina Paulo
Alice Nasimento
Clarinda Solipa
Ilda Cruz
Joaquim Moreira
Leonor Matos

4

Anexo XIII

Critérios de Avaliação (critérios para Avaliação _ Educação Visual)

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Critérios de Avaliação

Educação Visual 2010/2011

Domínios		CRITÉRIOS de AVALIAÇÃO		%	
Conhecimentos, Competências e Capacidades	Aquisição de conhecimentos	Conhece as formas de expressão	5	20	70%
		Domina o vocabulário específico	5		
		Representa o real/imaginário	5		
		Revela sensibilidade estética	5		
	Capacidade de executar projectos diversos	Elabora diferentes estudos (esboços, desenhos, estudos de cor etc.) de acordo com o projecto a realizar	6	23	
		Realiza projectos com base nos estudos/soluções	6		
		Utiliza diferentes meios de expressão plástica	6		
		Revela capacidade expressiva	5		
	Criatividade	É criativo nas ideias que apresenta	6	12	
		Apresenta soluções para o problema	6		
	Rigor/Domínio de Técnicas	Selecciona técnicas, meios, materiais e instrumentos adequados	5	15	
		Domina os materiais, instrumentos e suportes	5		
		Executa as técnicas com rigor	5		
Atitudes e valores	Responsabilidade	• Pontualidade • Assiduidade • Cumprimento de regras • Levar material para as aulas • Cumprimento de prazos • Auto e hetero-avaliação		6%	30%
	Autonomia	• Iniciativa • Sentido crítico • Auto e hetero-avaliação • Realiza tarefas / ultrapassa dificuldades sozinho • Concretização de tarefas (TPC / Pesquisa …) • Reflecte e toma decisões		6%	
	Organização	• Dossier / Caderno • Espaço de trabalho • Informação / Pesquisa • Actividades (Horário de estudo…) • Apresentação de trabalhos • Utilização das TICs		6%	
	Relações interpessoais/ cooperação	• Resolução de conflitos • Respeito • Tolerância • Solidariedade • Sociabilidade • Entreajuda		6%	
	Participação	• Qualidade das intervenções • Oportunidade das intervenções • Trabalhos de iniciativa própria • Sugere hipóteses para a resolução de problemas • Participa nas actividades da Turma • Auto-hetero avaliação		6%	

Nomenclatura de Classificação dos Teste /Fichas de Avaliação e Trabalhos	
0 – 19%	**Fraco**
20% – 49%	**Insuficiente**
50% - 69%	**Suficiente**
70% - 89%	**Bom**
90% - 100%	**Muito Bom**



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

APÊNDICES

Covilhã, Junho de 2011

Índice de apêndices

APÊNDICE I – Curriculum Vitae..... 333

APÊNDICE II – Planificação a médio prazo – 1º Período (7º1)..... 337

APÊNDICE III – Planificação a médio prazo – 1º Período (7º3)..... 339

APÊNDICE IV – Planificação a médio prazo – 1º Período (9º2)..... 341

APÊNDICE V – Planificação a médio prazo – 2º Período (9º2)..... 343

APÊNDICE V.1 – Planos de aulas dadas - 2º Período (9º2)..... 345

APÊNDICE V.2 – Power-point – Axonometrias – 2º Período (9º2)..... 349

APÊNDICE V.3 – Fichas de trabalho – Axonometrias – 2º Período (9º2)..... 355

APÊNDICE V.4 – Grelha de avaliação – Axonometrias – 2º Período (9º2)..... 363

APÊNDICE VI – Planificação a médio prazo – 3º Período (9º2)..... 367

APÊNDICE VI.1 – Planos de aula dadas – 3º Período (9º2)..... 369

APÊNDICE VI.2 – Power-point – "O que é o Design?" – 3º Período (9º2)..... 371

APÊNDICE VI.3 – Proposta de trabalho - "O que é o Design?" – 3º Período (9º2)..... 381

APÊNDICE VI.4 – Grelha de avaliação - "O que é o Design?" – 3º Período (9º2)..... 383

APÊNDICE I
Curriculum Vitae

Europass-Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido / Nome	**Correia, Tânia Sofia Gomes.**
Morada	Rua Plácido Gomes dos Santos, nº 42/C, Vila de Cucujães, 3720-824 Oliveira de Azeméis, Portugal.
Telefone	256087901 Telemóvel: 964713971
Correio electrónico	tsgcorreia@hotmail.com
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	31/08/1985
Sexo	Feminino

Experiência profissional

Datas	**2010-2011**
Função ou cargo ocupado	Professora de Educação Visual do 3º Ciclo do Ensino Básico
Principais actividades e responsabilidades	Aulas de Educação Visual e Oficina de Artes
Nome e morada do empregador	Ministério da Educação
Sector	Agrupamento de Escolas: Faria de Vasconcelos
Datas	**2009-2010**
Função ou cargo ocupado	Professora de Artes Plásticas do 1º Ciclo do Ensino Básico
Principais actividades e responsabilidades	Aulas extra-curriculares de Artes Plásticas.
Nome e morada do empregador	Universidade de Aveiro
Sector	Projecto PETIZ (Projecto Escola a Tempo Inteiro)
Datas	**2009**
Função ou cargo ocupado	Professora de Artes Plásticas do 1º Ciclo do Ensino Básico.
Principais actividades e responsabilidades	Aulas extra-curriculares de Artes Plásticas.

Nome e morada do empregador	Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Praça da República, 135, 4524-909 Santa Maria da Feira.
Sector	Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude de Santa Maria da Feira.
Datas	**2009**
Função ou cargo ocupado	Artista Plástica.
Principais actividades e responsabilidades	Exposição individual "Irreversível".
Nome e morada do empregador	Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Largo da República 3720-240 Oliveira de Azeméis.
Sector	Gabinete de Animação Cultural de Oliveira de Azeméis.
Datas	**2001**
Função ou cargo ocupado	Participante.
Principais actividades e responsabilidades	Exposição colectiva.
Nome do empregador	Associação "Nós - Movimento Universitário para a Liberdade Sexual".

Educação e formação

Datas	**2004-2008**
Designação da qualificação atribuída	Licenciatura em Artes Plásticas – Pintura.
Competências profissionais	Artista Plástica.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto.
Nível segundo a classificação nacional	Licenciatura

Aptidões e Competências Pessoais

Língua Materna: Português

Outras Línguas

	Compreensão				Conversação				Escrita	
	Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral			
Inglês	A1	Utilizador elementar	A1	Utilizador elementar	A1	Utilizador elementar	A1	Utilizador elementar	A1	Utilizador elementar

	(*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)
Aptidões e competências sociais	- Participação no Festival Inter-escolas de Natação, realizado em Ovar, arrecadando o primeiro lugar na modalidade de Mariposa, e o segundo lugar na modalidade Crol (2000).
Aptidões e competências informáticas	Conhecimentos de processador de texto na óptica do utilizador (Microsoft Word). Conhecimentos de folha de cálculo na óptica do utilizador (Microsoft Excel). Sólidos conhecimentos na óptica do utilizador (Microsoft Power-point). Conhecimentos elementares no programa Adobe Photoshop.
Carta de condução	Carta de veículos ligeiros (B).

APÊNDICE II

Planificação a médio prazo – 1º Período (7º1)

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Planificação a médio prazo Educação Visual – 7º1 (boneco de neve)
Ano Lectivo 2010|2011
1º Período

Unidade de trabalho	Conteúdos	Competencias	Estratégias	Datas	Recursos	Tempos lectivos
Eco natal	✣ Estrutura/Forma ✣ Linguagem Visual/Elementos Visuais: • Planificação dos sólidos (cone e cilindro) • Linha • Colagem	Pretende-se que os alunos compreendam a estrutura não apenas como suporte de uma forma mas, também, como princípio organizador dos elementos que a constituem. Pretende-se que os alunos compreendam a geometria plana e a geometria no espaço – planificar. Compreender através da representação de formas, os processos subjacentes à percepção do volume.	1º Apresentação do projecto de trabalho – boneco de neve. Organização da estrutura com formas geométrica - maqueta. Visualização de imagens.	28|10	✣ Arame ✣ Barra de ferro ✣ Madeira para suporte ✣ Placa de madeira ✣ Cartolinas ✣ Trapos ✣ Cachecol velho ✣ Lãs ✣ Rede de galinheiro ✣ Cola branca ✣ Tintas ✣ Alicate universal ✣ Alicate corte ✣ Alicate pontas ✣ Serrote universal ✣ Formão ✣ Maço	5 aulas 90' + 1 aula 45' = 11 aulas
			2º Planificação do cilindro a aplicar na construção do chapéu do boneco de neve. Planificação do cone. Distribuição de uma ficha de trabalho para uma proposta de decoração do boneco de neve.	04|11		
			3º Escolha da proposta de decoração do boneco de neve. Organização dos trabalhos de grupo e distribuição de tarefas. Inicio da construção da estrutura do boneco de neve.	11|11		
			4º Decoração e aplicação de elementos na estrutura.	18|11		
			5º Continuação da decoração e aplicação de elementos na estrutura.	25|11		
			6º Finalização e colocação do boneco de neve no local sugerido pelos alunos.	02|12		

APÊNDICE III

Planificação a médio prazo – 1º Período (7º3)

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Planificação a médio prazo Educação Visual – 7º3 (árvore de Natal)
Ano Lectivo 2010|2011
1º Período

Unidade de trabalho	Conteúdos	Competências	Estratégias	Datas	Recursos	Tempos lectivos
Eco natal	✣ Estrutura/Forma ✣ Linguagem Visual/Elementos Visuais: • Planificação do sólido (cone) • Linha • Colagem • Pintura	Pretende-se que os alunos compreendam a estrutura não apenas como suporte de uma forma mas, também, como princípio organizador dos elementos que a constituem. Pretende-se que os alunos compreendam a geometria plana e a geometria no espaço – planificar. Compreender através da representação de formas, os processos subjacentes à percepção do volume.	1º Apresentação do projecto de trabalho – árvore de Natal. Organização da estrutura com formas geométrica - maqueta. Visualização de imagens	27|10	✣ Caixas de cartão ✣ Fita-cola ✣ Cola branca ✣ Tintas (prateado) ✣ Tesouras ✣ X-acto ✣ Réguas ✣ Esquadro ✣ Compasso	4 aulas 90' + 1 aula 45' = 9 aulas
			2º Planificação do cone a aplicar na construção da árvore de Natal. Distribuição de uma ficha de trabalho para uma proposta de decoração da árvore de Natal.	03|11		
			3º Escolha da proposta de decoração da árvore de Natal. Organização dos trabalhos de grupo e distribuição de tarefas. Inicio da construção da estrutura da árvore de Natal.	10|11		
			4º Decoração da árvore de Natal.	17|11		
			5º Finalização e colocação da árvore de Natal no local sugerido pelos alunos.	24|11		

APÊNDICE IV

Planificação a médio prazo – 1º Período (9º2)

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Planificação a médio prazo Educação Visual – 9º2 (Árvore de Natal)
Ano Lectivo 2010|2011
1º Período

Unidade de trabalho	Conteúdos	Competencias	Estratégias	Datas	Recursos	Tempos lectivos
Eco natal	✣ Estrutura/Forma ✣ ✣ Linguagem Visual/Elementos Visuais: • Planificação dos sólidos (cone e cilindro) • Linha • Colagem	Pretende-se que os alunos compreendam a estrutura não apenas como suporte de uma forma mas, também, como princípio organizador dos elementos que a constituem. Pretende-se que os alunos compreendam a geometria plana e a geometria no espaço – planificar. Compreender através da representação de formas, os processos subjacentes à percepção do volume.	1º Apresentação do projecto de trabalho – Árvore de Natal. Organização da estrutura com formas geométrica - maqueta. Visualização de imagens.	27|10	✣ Cartolinas de várias cores (prateado, dourado e vermelho) ✣ Cola branca ✣ Tesoura ✣ X-acto ✣ Régua ✣ Esquadro ✣ Compasso	4 aulas 90' + 5 aula 45' = 13 aulas
			2º Planificação dos sólidos platónicos a aplicar na construção da árvore de Natal. Planificação do cubo. Distribuição de uma ficha de trabalho com a planificação do cubo.	03|11		
			3º Execução do sólido (cubo).	08|11		
			4º Planificação do octaedro. Distribuição de uma ficha de trabalho com a planificação do octaedro.	10|11		
			5º Execução do sólido (octaedro).	15|11		
			6º Planificação do dodecaedro. Distribuição de uma ficha de trabalho com a planificação do dodecaedro.	17|11		
			7º Execução do sólido (dodecaedro).	22|11		
			8º Continuação e finalização da execução dos sólidos.	24|11		
			9º Construção da árvore de Natal no local sugerido pelos alunos.	29|11		

APÊNDICE V

Planificação a médio prazo – 2º Período (9º2)

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Planificação a médio prazo Educação Visual – 9º2 AXONOMETRIAS (Perspectivas Axonométricas)
Ano Lectivo 2010|2011
2º Período

Unidade de trabalho	Conteúdos	Competências	Estratégias	Datas	Recursos	Tempos lectivos
AXONOMETRIAS (Perspectivas axonométricas)	Representação do Espaço ✣ Perspectiva isométrica; ✣ Perspectiva dimétrica; ✣ Perspectiva cavaleira; Método Europeu: seis vistas	Pretende-se que os alunos compreendam a representação no espaço através da axonometria e do método europeu.	1º Apresentação do trabalho – Axonometrias. Visualização de um power point. Execução de uma ficha de trabalho.	07|02	✣ Manual adoptado; ✣ Caderno Diário; ✣ Videoprojector e PC; ✣ Ficha de trabalho; ✣ Régua e esquadro; ✣ Transferidor; ✣ Lápis ou Lapiseira; ✣ Papel cavalinho A3	3 aulas 90' + 3 aula 45' = 9 aulas
			2º Continuação da resolução da ficha da aula anterior	09|02		
		Pretende-se que os alunos reconheçam as diferentes perspectivas axonométricas (isométrica, dimétrica e cavaleira)	3º Elaboração de um desenho de um objecto tendo em conta a perspectiva isométrica, dimétrica e cavaleira. Execução de uma ficha de trabalho.	14|02		
			4º Continuação da resolução da ficha da aula anterior	16|02		
		Compreender através da representação de objectos as diferentes axonometrias e as diferentes vistas.	5º Representação de um objecto (legos), através da perspectiva isométrica, dimétrica e cavaleira tendo em atenção as várias escalas. Execução de uma ficha de trabalho.	21|02		
			6º Continuação da resolução da ficha da aula anterior	23|02		

APÊNDICE V.1

Planos de aulas dadas - 2º Período (9º2)

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Plano de aula

Ano Lectivo 2010|2011
2º Período – 07 FEVEREIRO

Disciplina/Área Curricular	Hora	Sala	Ano	Turma
Educação Visual	08:30	S2	9º	2

1. Contextualização

Unidade didáctica :: Axonometrias

Objectivo principal da aula :: Aquisição de conhecimentos sobre as axonometrias (perspectiva cavaleira, dimétrica e isométrica)

2. Conteúdos programáticos

Axonometrias: Perspectivas técnicas; Representação axonométrica; Perspectivas técnicas convencionais (Perspectiva Cavaleira; Perspectiva Dimétrica; Perspectiva Isométrica)

3. Competência(s) focalizadora(s)

Conceber os vários sistemas de representação axonométrica.

4. Desenvolvimento da aula (referir estratégias e recursos utilizados nos diferentes momentos da aula)

1º momento: Entrada na sala de aula; (5 minutos)

2º momento: Distribuição das capas; (10 minutos)

3º momento: Visualização de power point alusivo ao tema: Axonometrias - Perspectiva cavaleira, dimétrica e isométrica; (30minutos)

4º momento: Esclarecimento de dúvidas; (5 minutos)

5º momento: Distribuição e elaboração de uma ficha de trabalho. (30 minutos)

6º momento: Recolha das fichas; (2 minutos)

7º momento: Registo do sumário; (3 minutos)

8º momento: Recolha das capas; (5 minutos)

5. Sumário

Visualização de power point alusivo ao tema: Axonometrias - Perspectiva cavaleira, dimétrica e isométrica.

Resolução de uma ficha de trabalho.

6. Avaliação formal/informal das aprendizagens

Assinatura do professor :: _____

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Plano de aula

Ano Lectivo 2010|2011
2º Período – 14 FEVEREIRO

Disciplina/Área Curricular	Hora	Sala	Ano	Turma
Educação Visual	08:30	S2	9º	2

1. Contextualização

Unidade didáctica :: Axonometrias

Objectivo principal da aula :: Aquisição de conhecimentos sobre as axonometrias (perspectiva cavaleira dimétrica e isométrica)

2. Conteúdos programáticos

Axonometrias: Representação axonométrica; Perspectivas técnicas convencionais (Perspectiva cavaleira; Perspectiva dimétrica e Perspectiva isométrica). Escala: ampliação.

3. Competência(s)

Conhecer os vários sistemas de representação axonométrica. Dominar a linguagem da geometria e saber aplica-la nos exercícios propostos. Ampliação do objecto.

4. Desenvolvimento da aula (referir estratégias e recursos utilizados nos diferentes momentos da aula)

1º momento: Entrada na sala de aula; (5 minutos)

2º momento: Distribuição das capas; (10 minutos)

3º momento: Entrega das fichas de trabalho realizadas na aula do dia 7 de Fervereiro (3 minutos)

4º momento: Esclarecimento de dúvidas (5 minutos)

5º momento: Revisão da matéria dada na aula do dia 7 de Fevereiro. (7 minutos)

5º momento: Distribuição e elaboração de uma ficha de trabalho. (50 minutos)

6º momento: Recolha das fichas; (2 minutos)

7º momento: Registo do sumário; (3 minutos)

8º momento. Recolha das capas; (5 minutos)

5. Sumário

Revisão da matéria dada na aula do dia 7 de Fevereiro.

Resolução de uma ficha de trabalho.

6. Avaliação formal/informal das aprendizagens

Assinatura do professor :: _____

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Plano de aula

Ano Lectivo 2010|2011
2º Período – 21 FEVEREIRO

Disciplina/Área Curricular	Hora	Sala	Ano	Turma
Educação Visual	08:30	S2	9º	2

1. Contextualização

Unidade didáctica :: Axonometrias; Método europeu (seis vistas).

Objectivo principal da aula :: Saber representar as seis vistas de um objecto e de seguida desenha-lo em perspectiva cavaleira, dimétrica e isométrica.

2. Conteúdos programáticos

Método europeu (seis vistas). Axonometrias (perspectiva cavaleira, dimétrica e isométrica. Escala: ampliação.

3. Competência(s)

Entender o objecto como um todo. Conhecer os vários sistemas de representação axonométrica. Dominar a linguagem da geometria e saber aplica-la nos exercícios propostos. Ampliação do objecto.

4. Desenvolvimento da aula (referir estratégias e recursos utilizados nos diferentes momentos da aula)

1º momento: Entrada na sala de aula; (5 minutos)

2º momento: Distribuição das capas; (5 minutos)

3º momento: Visualização de power point alusivo ao tema: Projecções nos planos. (10 minutos)

4º momento: Distribuição e elaboração de uma ficha de trabalho. (60 minutos)

5º momento: Recolha das fichas; (2 minutos)

6º momento: Registo do sumário; (3 minutos)

7º momento: Recolha das capas; (5 minutos)

5. Sumário

Resolução de uma ficha de trabalho (método europeu, axonometrias).

6. Avaliação formal/informal das aprendizagens

Assinatura do professor :: _____

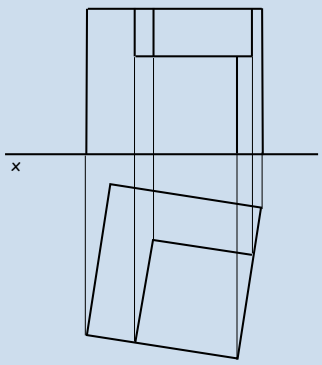
APÊNDICE V.2
Power-point – Axonometrias – 2º Período (9º2)

AXONOMETRIA
Perspectivas Técnicas

REPRESENTAÇÃO DIÉDRICA
E
REPRESENTAÇÃO AXONOMÉTRICA

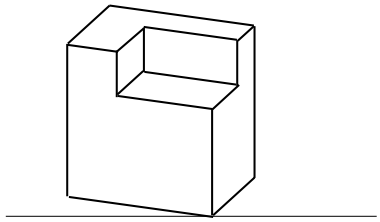
DIÉDRICA

ou
dupla projecção ortogonal
Porporciona uma visão menos real de um objecto



AXONOMETRIA

ou
perspectiva axonométrica
Representação bidimensional de objectos bi ou tridimensionais



Perspectiva

É uma representação gráfica no plano da folha de desenho, que dá a conhecer a noção real da forma.

Perspectivas técnicas convencionais

Os ângulos e reduções que apresentam estão normalizadas para facilitarem o desenho técnico.

AXONOMETRIA

Perspectiva Cavaleira

Perspectiva Dimétrica

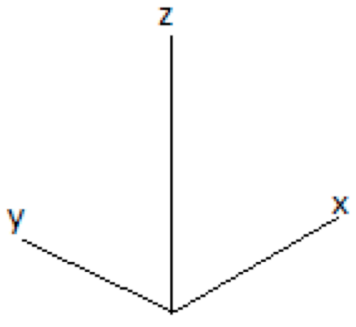
Perspectiva Isométrica

Perspectiva Cavaleira Perspectiva Isométrica

Perspectiva Dimétrica

Todas elas são constituidas por três eixos (x, y, z) que correspondem às dimensões das figuras.

X – comprimento
Y – largura
Z – altura

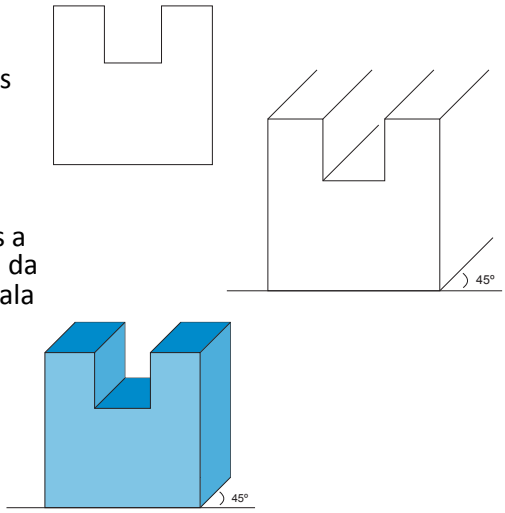


Perspectiva Cavaleira

O objecto fica numa posição de frente para o observador e as faces que lhe são perpendiculares ficam inclinadas a 45^0.

As arestas a 45^0 ficam reduzidas a metade da dimensão real ou da dimensão que resulta da escala em que está a desenhar.

Todas as arestas verticais continuam verticais e sem redução.

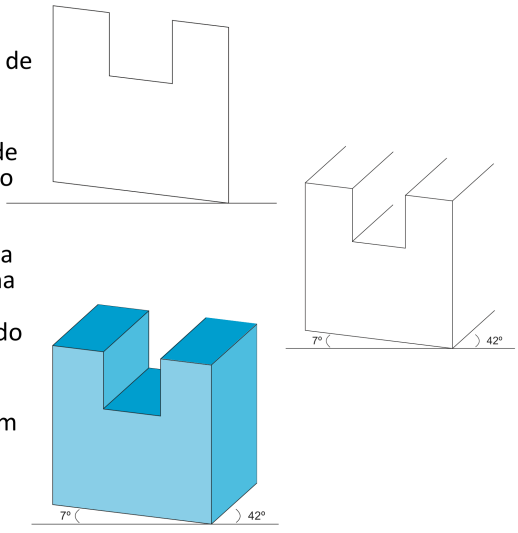


Perspectiva Dimétrica

A vista de frente do objecto fica desenhada segundo um ângulo de 7^0.

As arestas perpendiculares à face de frente ficam com uma inclinação de 42^0 e, tal tal como na perspectiva cavaleira, têm uma redução para metade da medida real se estivermos a desenhar na escala de 1:1, ou metade da dimensão resultante da escala do desenho.

Todas as arestas verticais continuam verticais e sem redução.



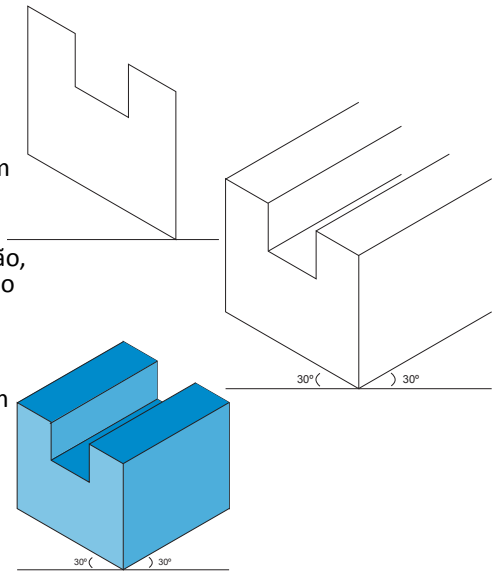
Perspectiva Isométrica

A palavra isométrica vem do grego isos + metron a mesma medida.

As arestas da face e as perpendiculares à face fazem um ângulo de $30^{0.}$

As arestas não têm qualquer redução, ou seja, com a mesma medida do real se trabalharmos à escala de 1:1.

Todas as arestas verticais continuam verticais e sem redução.



AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Ficha de trabalho (9º2)
Educação Visual AXONOMETRIAS (Perspectivas Axonométricas)
Ano Lectivo 2010|2011
2º Período – 07 FEVEREIRO
NOME :: _____ Nº :: _____

Perspectivas axonométricas

A palavra "axonometria" significa "medir ao longo de eixos".
Também conhecidas por perspectivas rápidas, porque a sua execução é menos complexa do que a de uma perspectiva cónica, servem também para representar imagens tridimensionais em superfícies planas.
Em algumas destas perspectivas, as medidas marcadas num dos eixos estão sujeitas a "coeficientes de redução" ou seja, as medidas marcadas são reduzidas em relação às suas dimensões reais.

Exercício 1

Desenha um paralelepípedo com 5cm de altura, 3cm de largura e 1 cm de comprimento tendo em conta a perspectiva isométrica, dimétrica e cavaleira.

Execução

Exercício 2

Depois de teres desenhado o paralelepípedo nas diferentes perspectivas axonométricas, elabora um desenho de acordo com o objecto que o professor irá distribuir, optando entre a perspectiva isométrica e a perspectiva cavaleira.

Execução

Bom trabalho!

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

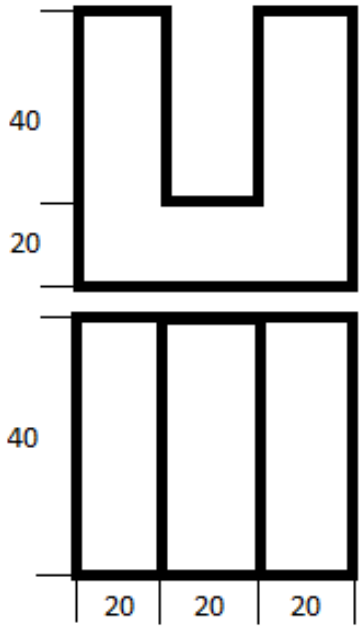
Ficha de trabalho (9º2)
Educação Visual AXONOMETRIAS (Perspectivas Axonométricas)
Ano Lectivo 2010|2011
2º Período – 14 FEVEREIRO
NOME :: _____ Nº :: _____

Perspectivas axonométricas

Perspectiva isométrica – a palavra "isométrica", deriva do grego *ísos* (igual) e *métron* (medida), ou seja, significa "medidas iguais". Nesta perspectiva, as projecções dos eixos fazem entre si ângulos iguais. Alem disso, não se aplicam coeficientes de redução a nenhum eixo, pelo que todas as medidas se marcam na sua dimensão. As perspectivas iniciam-se com a representação das projecções dos três eixos axonométricos.

Perspectiva cavaleira – nesta perspectiva, as projecções dos eixos y e z fazem entre si um ângulo de 90º e as projecções dos eixos z e x fazem entre si um ângulo de 45º. Além disso, aplica-se um coeficiente de redução (de 0,5) ao eixo x, ou seja, todas as medidas marcadas neste eixo são representadas com metade do seu valor real. Nos outros eixos, marcam-se todas as medidas na sua real dimensão.

A figura que se segue, representa duas projecções ortogonais de uma peça (a vista de frente ou anterior e a vista de cima ou superior), cotadas em milímetros.



Exercício 1

Representa a peça numa perspectiva axonométrica isométrica. Utiliza a escala de 1/1.

Execução

Exercício 2

Representa a peça numa perspectiva axonométrica cavaleira . Utiliza a escala natural (1/1).

Execução

Exercício 3

Representa a peça numa perspectiva axonométrica dimétrica, ampliando a escala da mesma no teu desenho. Ou seja, cada cm do teu objecto irá corresponder a 2 cm no teu desenho.

Execução

Bom trabalho!

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

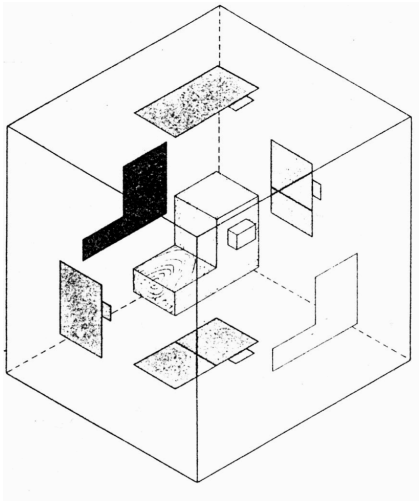
Ficha de trabalho (9º2)
Educação Visual AXONOMETRIAS (Método Europeu e Perspectivas Axonométricas)
Ano Lectivo 2010|2011
2º Período – 21 FEVEREIRO
NOME :: _____ Nº :: _____

Conhecimentos

MÉTODO EUROPEU (representação das seis vistas)

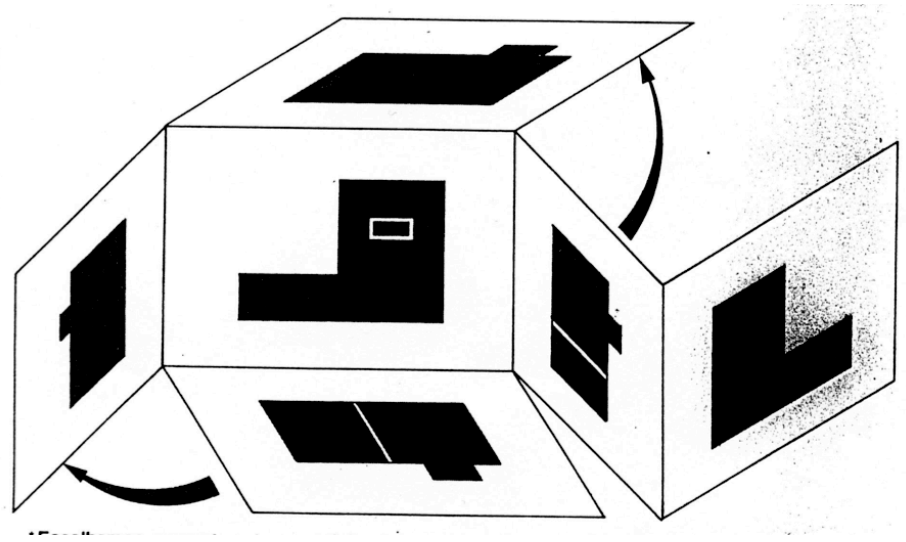
Imaginemos um objecto colocado no interior de uma caixa transparente, em cujas faces interiores se irão projectar ortogonalmente as vistas do objecto.

Temos assim, seis vistas ou projecções.



Imaginemos, agora, a planificação da caixa. Obteremos quatro alçados, vista por cima e vista por baixo do objecto.

Podemos considerar como alçado principal qualquer das vistas. Uma vez escolhida esta, o plano que o contem é o Plano Vertical, e este fica imóvel, rodando os outros planos como mostra a figura.



Exercício 1

Representa numa folha de papel cavalinho A3, o objecto que se encontra à tua frente tendo em conta o MÉTODO EUROPEU.

Execução final folha A3 papel Cavalinho

Utiliza este pequeno espaço para elaborares alguns esboços antes de passares para a folha A3

Exercício 2

Observa o objecto com atenção, e numa folha A3, representa-o através das três perspectivas AXONOMETRICAS que conheces.

Atenção: Cada uma delas terá de ter escalas diferentes:

- escala real;
- ampliação para o dobro;
- ampliação para o triplo.

Execução

Utiliza este pequeno espaço para elaborares alguns esboços antes de passares para a folha A3

Bom trabalho! ☺

APÊNDICE V.4

Grelhas de avaliação – Axonometrias – 2º Período (9º2)

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Correcção de Ficha – Educação Visual – 9º2
Ano Lectivo 2010 | 2011
2º Período

	Legenda: Insuficiente ----------2 Suficiente ---------- 3 Bom ---------- 4 Muito Bom ----------5	Rigor	Organização na folha	Aplica bem os ângulos	Aplica conhecimeto da materia	Concluiu a ficha	Nota
data	Nome	07 de Fevereiro					
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							

Observações:

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Correcção de Ficha – Educação Visual – 9º2
Ano Lectivo 2010 | 2011
2º Período

	Legenda: Insuficiente ----------2 Suficiente ---------- 3 Bom ---------- 4 Muito Bom ----------5	Rigor			Aplica bem os ângulos			Aplica conhecimeto da materia			Nota
data	Nome	14 de Fevereiro									
		Ex1	Ex2	Ex3	Ex1	Ex2	Ex3	Ex1	Ex2	Ex3	
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											
12											
13											
14											
15											
16											
17											
18											
19											
20											
21											
22											

Observações:

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Educação Visual – 9º2
Ano Lectivo 2010 | 2011
2º Período
Avaliação aula - 21 FEVEREIRO (Ficha de trabalho)

		Conhecimentos (Ficha de Trabalho)																	
		100%																	
		Exercício 1						Exercício 2											
		Apresentação (!)		Domina a linguagem geométrica			Conhecimento da matéria	Apresentação (!)		Domina a linguagem geométrica					Conhece os vários sistemas de representação axonométrica				
		60%						40%											
		10%		30%			20 %	10%		10%					20%				Nota
		Organiza os exercícios na folha	Limpeza do trabalho	Usa régua, esquadro e transferidor com rigor	Marca paralelas correctamente	Aplica o método Europeu	Aplica os conhecimentos da materia	Organiza os exercícios na folha	Limpeza do trabalho	Usa régua, esquadro e transferidor com rigor	Marca os ângulos correctamente	Escala	Marca paralelas correctamente	identifica os diferentes eixos	Aplica os conhecimentos da materia	Domina a perspectiva cavaleira	Domina a perspectiva Dimétrica	Domina a perspectiva Isométrica	
		5	5	10	10	10	20	5	5	2	2	2	2	2	5	5	5	5	%
Nº	Nome																		
1																			
2																			
3																			
4																			
5																			
6																			
7																			
8																			
9																			
10																			
11																			
12																			
13																			
14																			
15																			
16																			
17																			
18																			
19																			
20																			
21																			
22																			

(!) - Capacidade de executar projectos diversos (Critérios de avaliação)

APÊNDICE VI

Planificação a médio prazo – 3º Período (9º2)

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Planificação a médio prazo Educação Visual – 9º2 "O que é o Design?" (concepção de uma embalagem)
Ano Lectivo 2010|2011
3º Período

Unidade de trabalho	Conteúdos	Competências	Estratégias	Datas	Recursos	Tempos lectivos
"O que é o design?" (concepção de uma embalagem)	Design de produtos Factores que determinam a forma dos objectos ◊ Físicos; ◊ Económicos; ◊ Funcionais; ◊ Estéticos; Representação técnica de objectos	Pretende-se que os alunos saibam conceber formas obedecendo a alguns princípios de representação normalizada; Pretende-se que os alunos compreendam a geometria plana e a geometria no espaço como possíveis interpretações e princípios organizadores das formas; Conceber um projecto e organizar com funcionalidade e equilíbrio os espaços bidimensionais e tridimensionais.	1º Apresentação do conteúdo programático – O que é o Design? Visualização de um power-point. Lançamento de uma proposta de trabalho. 2º Inicio da resolução da proposta de trabalho (concepção de uma embalagem) tendo em conta o power-point da aula anterior. 3º Ponto de situação. 4º Representação do bidimensional no tridimensional. Conclusão do trabalho. 5º Apresentação dos trabalhos à turma e entrega dos mesmos para a avaliação.	02|05 04|05 a 18|05 23|05 25|05 a 1|06 06|06	◊ Manual adoptado; ◊ Caderno Diário; ◊ Videoprojector e PC; ◊ Ficha de trabalho; ◊ Régua e esquadro; ◊ Transferidor; ◊ Lápis ou Lapiseira; ◊ Papel cavalinho A3 ◊ Lápis de cor ◊ Marcadores ◊ Aguarelas ◊ ...	6 aulas 90' + 5 aulas 45' = 11 aulas

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Plano de aula

Ano Lectivo 2010|2011
3º Período – 02 MAIO

Disciplina/Área Curricular	Hora	Sala	Ano	Turma
Educação Visual	08:30	S2	9º	2

1. Contextualização

Unidade didáctica :: Design de produtos

Objectivo principal da aula :: Aquisição de conhecimentos sobre o que é o design. Compreender a metodologia projectual e as diferenças entre a produção artesanal e industrial.

2. Conteúdos programáticos

Design: design de produtos, factores que determinam a forma dos objectos (físicos, económicos, funcionais e estéticos). Representação técnica de objectos.

3. Competência(s)

Conceber formas obedecendo a alguns princípios de representação normalizada.

4. Desenvolvimento da aula (referir estratégias e recursos utilizados nos diferentes momentos da aula)

1º momento: Entrada na sala de aula; (5 minutos)

2º momento: Distribuição das capas; (10 minutos)

3º momento: Visualização de power point alusivo ao tema: O que é o design?; (15minutos)

4º momento: Apresentação de um trabalho de design e a sua concepção (Cristina); (15 minutos)

5º momento: Lançamento da proposta de trabalho; (5 minutos)

6º momento: Distribuição e elaboração de uma ficha de trabalho. (30 minutos)

7º momento: Recolha das fichas; (2 minutos)

8º momento: Registo do sumário; (3 minutos)

9º momento: Recolha das capas; (5 minutos)

5. Sumário

Visualização de power-point alusivo ao tema: Design. Apresentação de um objecto de design por parte da própria designer. Resolução de uma proposta de trabalho.

6. Avaliação formal/informal das aprendizagens

Assinatura do professor :: _____

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Plano de aula

Ano Lectivo 2010|2011
3º Período – 23 MAIO

Disciplina/Área Curricular	Hora	Sala	Ano	Turma
Educação Visual	08:30	S2	9º	2

1. Contextualização

Unidade didáctica :: Design de produtos (concepção de uma embalagem)

Objectivo principal da aula :: Compreender a metodologia projectual. Acompanhamento dos trabalhos dos alunos.

2. Conteúdos programáticos

Design: design de produtos, factores que determinam a forma dos objectos (físicos, económicos, funcionais e estéticos).
Representação técnica de objectos.

3. Competência(s)

Conceber formas obedecendo a alguns princípios de representação normalizada.

4. Desenvolvimento da aula (referir estratégias e recursos utilizados nos diferentes momentos da aula)

1º momento: Entrada na sala de aula; (5 minutos)

2º momento: Distribuição das capas; (10 minutos)

3º momento: Ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos (65minutos)

4º momento: Registo do sumário; (5 minutos)

5º momento: Recolha das capas; (5 minutos)

5. Sumário

Conclusão do projecto, inicio da construção da embalagem.

Ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos.

6. Avaliação formal/informal das aprendizagens

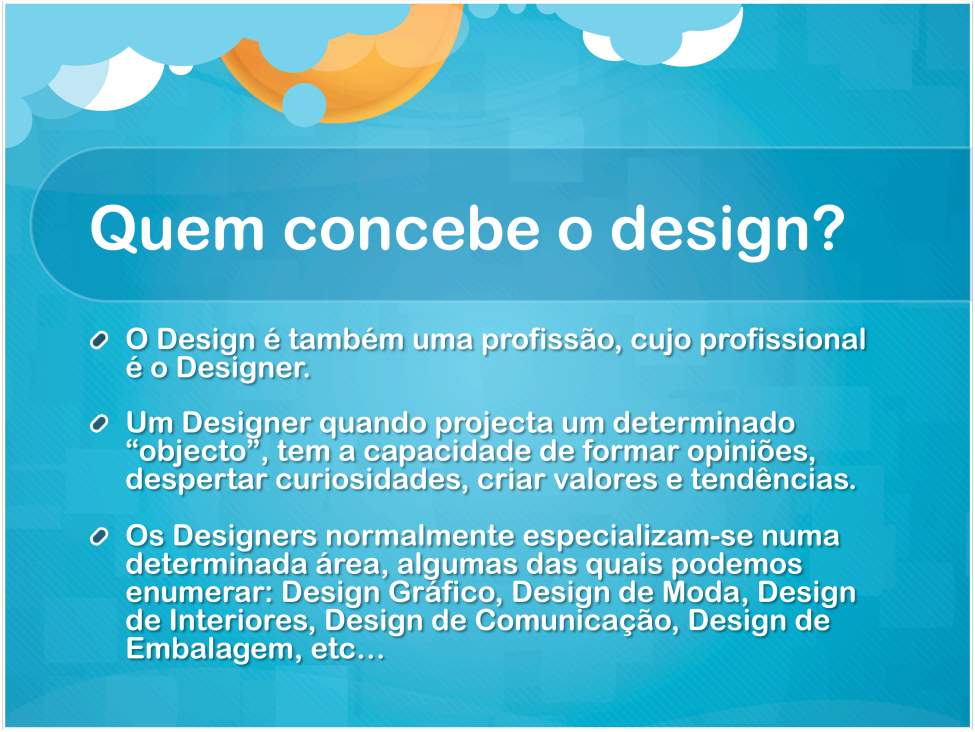
Assinatura do professor :: _____

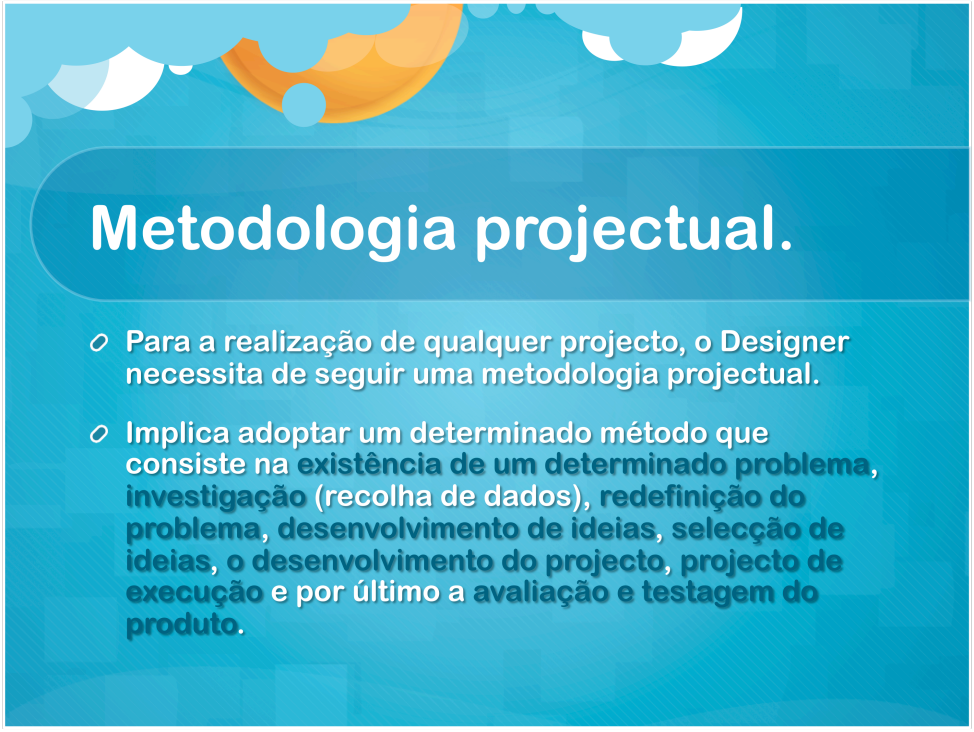
APÊNDICE VI.2
Power-point – "O que é o Design?" – 3º Período (9º2)






DESIGN
O que é o Design?;
Quem concebe o Design?;
Metodologia projectual;
Produção artesanal versus industrial;
Factores que determinam a forma dos objectos;
Proposta de trabalho.


Quem concebe o design?
O Design é também uma profissão, cujo profissional é o Designer.
Um Designer quando projecta um determinado "objecto", tem a capacidade de formar opiniões, despertar curiosidades, criar valores e tendências.
Os Designers normalmente especializam-se numa determinada área, algumas das quais podemos enumerar: Design Gráfico, Design de Moda, Design de Interiores, Design de Comunicação, Design de Embalagem, etc...


Metodologia projectual.
Para a realização de qualquer projecto, o Designer necessita de seguir uma metodologia projectual.
Implica adoptar um determinado método que consiste na existência de um determinado problema, investigação (recolha de dados), redefinição do problema, desenvolvimento de ideias, selecção de ideias, o desenvolvimento do projecto, projecto de execução e por último a avaliação e testagem do produto.


Produção artesanal versus industrial.
Com a transição do modo de produção Artesanal para o modo Industrial, grandes mudanças ocorreram. Mudanças que envolvem consciência social, cultural e económica. No artesanato a produção era de característica familiar, na qual o produtor dominava todas as etapas da produção, desde a ideia inicial até o acabamento final, a sua personalidade e gosto pessoal estavam diretamente ligadas ao artefacto produzido.

Com base no novo sistema de organização do trabalho e do crescente ritmo de inovação tecnológica, as fábricas foram ocupando aos poucos o lugar da produção artesanal, que não deixou de existir mas passou a representar uma minoria econômica nos paises industrializados. É na produção industrial que passa a existir a separação entre a ideia e a matéria. Se até então, a ideia e a matéria eram seguidas apenas pelo artesão, agora o produto passa pelas "mãos" de quem o idealiza e o desenha (Designer) e só depois é produzido por outras pessoas e/ou máquinas que vão trabalhar a matéria para dar origem ao artefacto.

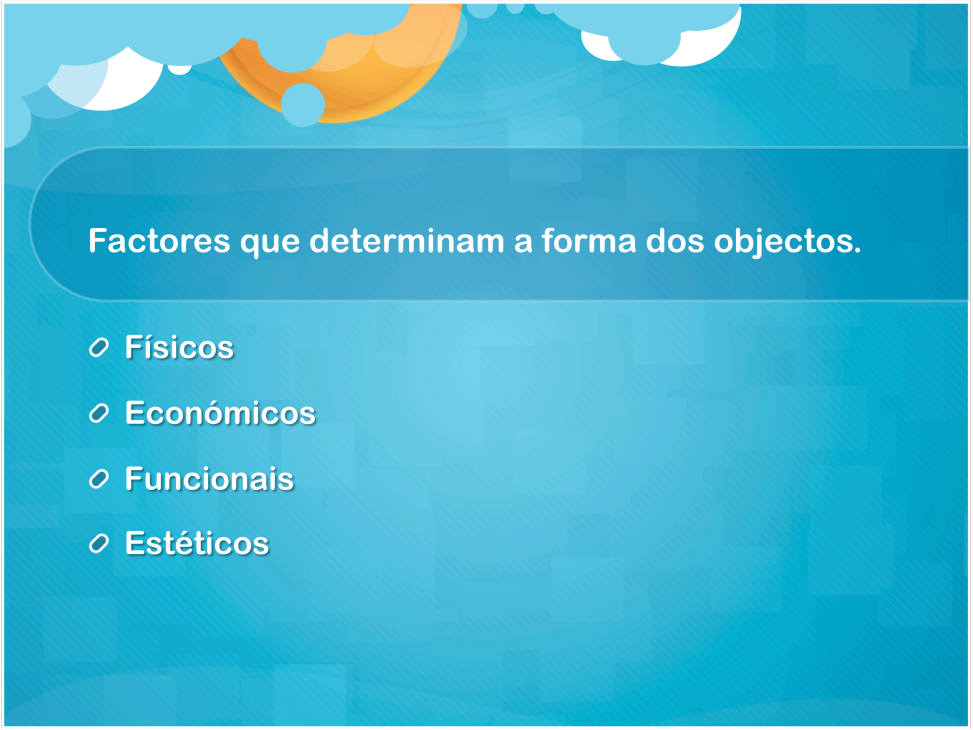
Imagens... (artesanal)

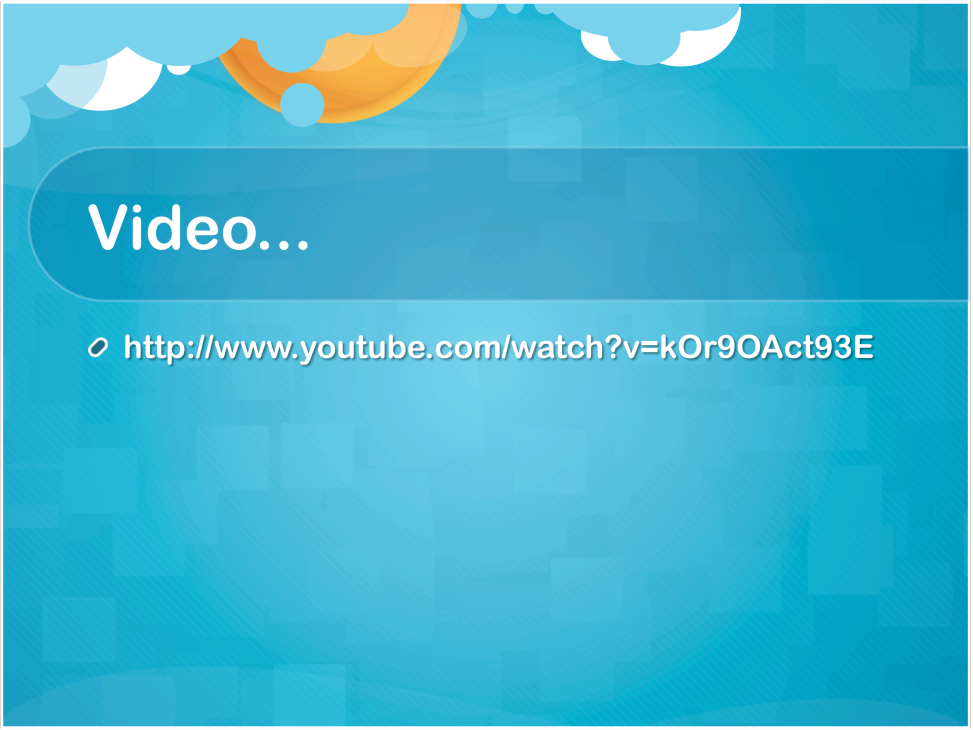





Imagens... (industrial)


Objectos de Design


Factores que determinam a forma dos objectos.
Físicos
Económicos
Funcionais
Estéticos


Video...
http://www.youtube.com/watch?v=kOr9OAct93E

Proposta de trabalho

- Ficha de trabalho: "Sou Designer..."
- Cria uma embalagem para um produto à tua escolha.
- Fica atento às próximas imagens e começa já a idealizar a tua embalagem...

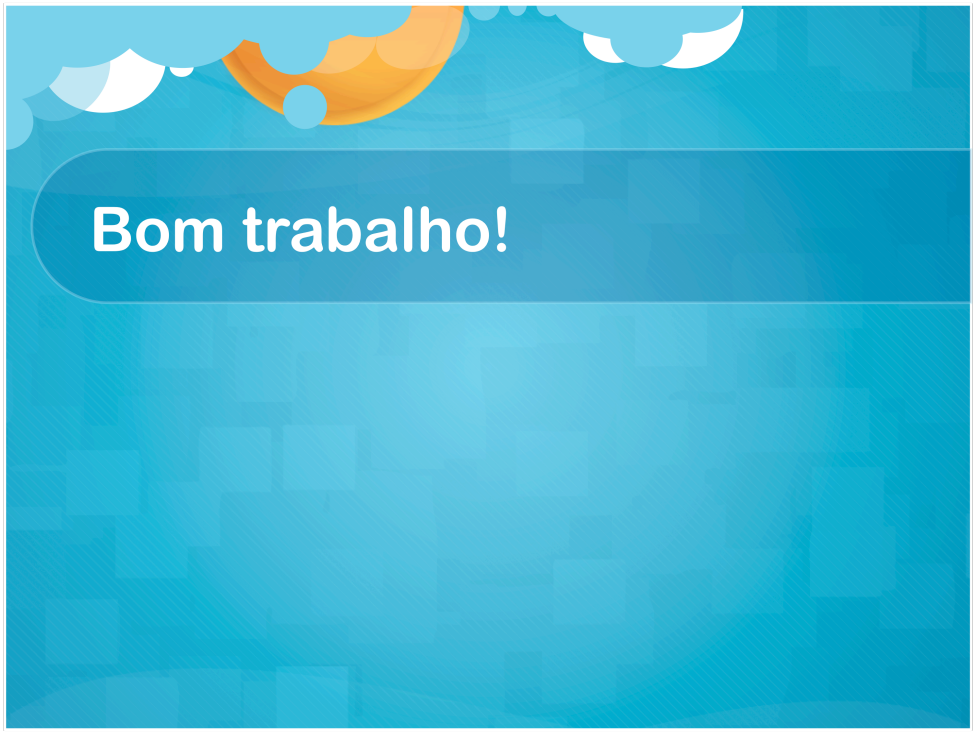
Embalagem...






DKNY
BE DELICIOUS
GLASS
Shipping by


Coca-Cola


Bom trabalho!

APÊNDICE VI.3

Proposta de trabalho - "O que é o Design?" – 3º Período (9º2)

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Ficha de trabalho (9º2)
Educação Visual DESIGN DE PRODUCTOS
Ano Lectivo 2010|2011
2º Período – 02 MAIO
NOME :: _____ Nº :: _____

Design de productos

O que é o Design?

• Design significa desenho, desenho industrial ou modelo. É a configuração, concepção, elaboração e especificação de um artefacto.
• O Design é uma actividade técnica e criativa, normalmente orientada por uma intenção, objectivo e para a solução de um problema.
• Resumindo… Design é um trabalho de projecto.

Exercício 1

Imagina que és um Designer e que te é proposto que faças uma embalagem....

Execução

Bom trabalho!

APÊNDICE VI.4

Grelha de avaliação - "O que é o Design?" – 3º Período (9º2)

AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
CASTELO BRANCO

Educação Visual – 9º2
Ano Lectivo 2010 | 2011
3º Período
Avaliação aula – 23 MAIO (Proposta de trabalho - Design de produtos - concepção de uma embalagem)

		Conhecimentos (Proposta de Trabalho)													
		100%													
		Exercício													
		Apresentação (!)				Domina a metodologia projectual				Representação técnica do objecto					Nota
		100%													
		20%				40%				40%					
		Organiza os exercícios na folha	Limpeza do trabalho	Clareza	Transmissão do conteúdo	Usa uma metodologia	Obedece a princípios de representação normalizada	Sabe organizar as formas dimensionalmente e tridimensionalmente	Respeita a escala na medida do que pretende desenvolver	Sabe representar dimensionalmente as figuras	Sabe elaborar tridimensionalmente	Aplica os conhecimentos da matéria	Ajusta a estética á função	Criação (decoração)	
		Apresentação do trabalho à turma													
		5	5	5	5	10	10	10	10	5	5	10	10	10	%
Nº															
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															
14															
15															
16															
17															
18															
19															
20															
21															
22															

(!) - Capacidade de executar projectos diversos (Critérios de avaliação)